

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2001



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
www.socioambiental.org

abril, 2002

O Instituto Socioambiental é uma associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais.

Com sede em São Paulo e subsedes em Brasília (DF) e São Gabriel da Cachoeira (AM), além de bases locais para a implantação de projetos demonstrativos, o Instituto tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos, pesquisas, projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, divulgando a diversidade cultural e biológica do país.

Para saber mais sobre o ISA consulte www.socioambiental.org

Conselho Diretor:

Neide Esterci (presidente), Enrique Svirsky (vice-presidente), Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Leão Serva, Márcio Santilli

Secretários Executivos:

Nilton Tatto (geral), Sérgio Mauro [Sema] Santos Filho

Coordenadores:

Adriana Ramos, Alicia Rolla, André Lima, André Villas-Bôas, Angela Maria Ribeiro Galvão, Carlos Alberto Ricardo, Carlos Macedo, Hebert Lopreto, Fany Ricardo, João Paulo R. Capobianco, Maria Inês Zanchetta, Marina Kahn, Nurit Rachel Bensusan, Rodolfo Marincek Neto, Rubens Mendonça

São Paulo

Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo – SP – Brasil
tel: 0 xx 11 3825-5544
fax: 0 xx 11 3825-7861
isa@socioambiental.org

Brasília

SCLN 210, bloco C, sala 112
70862-530 Brasília – DF – Brasil
tel: 0 xx 61 349-5114
fax: 0 xx 61 274-7608
isadf@socioambiental.org

Rio Negro

Rua Projetada 70 - Centro
Caixa Postal 21
69750-000 São Gabriel da Cachoeira – AM – Brasil
tel: 0 xx 97 471-2182
fax: 0 xx 97 471-1156
isarionegro@uol.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	05
ATIVIDADES PERMANENTES	
Administração	09
Comunicação	13
Produção gráfica	16
Desenvolvimento Institucional	18
Documentação	23
Geoprocessamento	26
Informática	29
PROGRAMAS	
Brasil Socioambiental	33
Monitoramento de Áreas Protegidas no Brasil e pesquisa de fauna e flora nessas terras	34
Coordenadoria de Políticas Públicas Socioambientais	36
Direito Socioambiental	39
Mata Atlântica	47
Projeto Intervenção Nacional na Mata Atlântica	48
Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira	51
Projeto Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo	53
Projeto Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira	55
Rio Negro	57
Coordenação/Desenvolvimento do Programa	60
Pesquisas, Documentação e Mapeamento	62
Diversidade Social e Saúde na Região do Alto Rio Negro (Amazônia brasileira)	63
Fatores Socioculturais e Econômicos de Risco para HIV e Tuberculose na Região do Alto Rio Negro	65
Manejo dos Recursos Biológicos na Amazônia: a diversidade varietal da mandioca e sua integração ao sistema de produção	67
Saúde, Nutrição e Assentamento (um estudo comparativo de povoados indígenas tradicionais e povoados-missão na área do Rio Negro	69
Perfil Socioeconômico e Demográfico da População da Cidade de São Gabriel da Cachoeira	72
Levantamento Socioeconômico, Demográfico e Sanitário do Povoado de Iauareté	74
Manejo Sustentável de Recursos Naturais	76
Projeto Educação Foirn/ISA	81
Apoio ao Fortalecimento Institucional da Foirn e Associações Filiadas e ao Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Projetos Comunitários	87

Programa Parque Indígena do Xingu	91
Coordenação do Programa	93
Formação de Professores Indígenas do PIX	95
Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis	98
Fronteiras do Xingu	102
Capacitação e Fortalecimento da Associação Terra Indígena Xingu (Atix)	104
PROJETOS DE ÁREA	
Projeto Panará	109
Projeto Xikrin	113
PROJETOS ESPECIAIS	
Capacitação em Gestão para Organizações Parceiras Locais do ISA	119
Rede de Cooperação Alternativa (RCA)	122
Avaliação Institucional	124
GRUPOS DE TRABALHO	
Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira	130
Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas	132
TEMAS	
Povos Indígenas no Brasil	136
Povos Indígenas no Brasil (1996-2000)	137
Disponibilização de Informações Atualizadas sobre os Povos Indígenas no Brasil via Internet	138
Biodiversidade	140
CAMPANHAS	
Diagnóstico Socioambiental da Bacia do Xingu	146
SIGLÁRIO	149

APRESENTAÇÃO

O ano de 2001 foi um ano especial para o ISA. Foi o ano em que se completou o segundo Plano Trienal de Atividades do Instituto e no qual se realizou um amplo processo de avaliação institucional, por meio do qual o ISA realizou um diagnóstico da sustentabilidade de sua proposta, em termos organizacionais e financeiros, propondo reformulações, redimensionamentos e aprimoramentos.

Entre as perspectivas apresentadas no trienal passado, propusemos consolidar, junto às nossas principais fontes de financiamento, o conceito de ação global para os projetos do ISA, através do qual os diferentes aspectos de cada questão são contemplados e abordados de forma integrada. Caminhamos bastante neste sentido. Conseguimos financiamento para o monitoramento e a proposição de alternativas a políticas públicas e para a defesa dos direitos coletivos e difusos do meio ambiente, superando a tendência do mercado de priorizar apenas projetos localizados, freqüentemente com resultados isolados do contexto regional e nacional. Consolidamos nossos programas de abrangência nacional (Brasil Socioambiental e Direito Socioambiental) criando as bases para implementação do Programa de Políticas Públicas e Direito Socioambiental.

Neste mesmo sentido também caminharam nossos programas regionais: o Programa Rio Negro, que

visa, a longo prazo, formular, criar condições e colaborar para a implantação de um programa de desenvolvimento regional sustentável na Bacia do Rio Negro, uma região trinacional que abrange Brasil, Colômbia e Venezuela; e o conjunto de projetos dentro do Parque Indígena do Xingu, originalmente orientado para a perspectiva da autonomia das comunidades indígenas no controle de seu território e na gestão de seus recursos naturais, enfrentando assim a forte pressão da sociedade envolvente, mas que vem formulando projetos, em parceria com as comunidades indígenas, que extrapolam as fronteiras do Parque, incluem outros atores sociais e visam abordar a situação socioambiental da área de entorno do Parque em uma perspectiva macro-regional.

Também avançamos na perspectiva, apresentada desde a fundação do ISA, de buscar cada vez mais a sustentabilidade política e financeira do Instituto a partir de parcerias institucionais nacionais. Várias ações em 2001 foram realizadas ou caminharam neste sentido, como o planejamento das Campanhas pelas Nascentes do Rio Xingu e Água Viva para São Paulo (esta última com parcerias importantes no setor empresarial); o evento “ISA abre suas portas”, em que compareceram mais de 100 pessoas na sede em São Paulo interessadas em conhecer o trabalho da instituição. Todas essas iniciativas foram importantes para



O ISA abre suas portas: o evento, realizado em dezembro de 2001, reuniu cerca de 100 pessoas interessadas na causa socioambiental

Silvia Helena Cardoso

promover maior visibilidade do Instituto frente à sociedade em geral, estratégia necessária para a sustentabilidade financeira e política futura do ISA.

Outras atividades desenvolvidas em 2001 merecem destaque:

- Com a assessoria dos advogados do ISA, a comunidade Panará da aldeia Nãsêpotiti, no norte do Mato Grosso, fundou em outubro a Associação Iakiô para representar seus interesses, inclusive frente à União após a vitória final na ação movida para indenização do Povo Panará pelas perdas sofridas durante o contato nos anos 70;
- A realização no ISA-SP da II Oficina para elaboração de Projetos Socioambientais do Vale do Ribeira (com 35 representantes da sociedade civil e instituições governamentais que formularam aproximadamente 28 projetos para esta região);
- O seminário nacional sobre o projeto *Quem Faz o que pela Mata Atlântica*, que contou com a participação de inúmeras organizações da sociedade civil e autoridades governamentais, e apresentou um resumo com os principais resultados do projeto. Esta iniciativa teve como objetivo identificar as principais ações desenvolvidas em benefício da conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais do bioma, entre 1990 e 2000. Foram 844 projetos cadastrados. Responsáveis por eles estavam 578 entidades executoras, associadas a 437 entidades parceiras.
- O Projeto Balcão da Cidadania, do Ministério da Justiça (MJ), teve êxito no Rio Negro. Em setembro, o Projeto Cidadania Indígena no Rio Negro foi lançado no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), por meio de um convênio entre a Foirn e o MJ, com apoio do ISA. O resultado obtido até agora foi a emissão de documentos e certidões gratuitamente, orientando a população indígena sobre o uso da lei para fazer valer os seus direitos.
- Após dois anos de trabalho envolvendo cerca de 200 cientistas, foi lançado em dezembro de 2001 o livro *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*. Com 544 páginas, a publicação é resultado do projeto de Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios coordenado

pelo consórcio formado pelo ISA, Ipam, GTA, Imazon, ISPN e Conservation International. O livro mostra as áreas prioritárias para a biodiversidade da Amazônia brasileira e faz uma avaliação aprofundada com resultados setorializados por regiões, abordando aspectos socioeconômicos e biológicos entre outros.

- Dando prosseguimento à série “Povos Indígenas no Brasil”, foi feito o lançamento simultâneo em várias capitais do país do número referente aos anos de 1996 a 2000, contendo um panorama abrangente e comentado das políticas indígenas e indigenistas no período, com 832 páginas, 81 artigos, 1.713 notícias resumidas, 27 mapas, 270 fotos e mais documentos avulsos, grafismos e quadros, capítulos temáticos e por região, e um capítulo especial com narrativas indígenas.
- Foi lançada a nova versão, mais atualizada, mais completa e com nova apresentação, do sub-site sobre Povos Indígenas www.socioambiental.org/web/site/popovind.

Quanto à avaliação institucional, que foi amplamente participativa e contou com apoio de uma equipe de consultores externos, seu objetivo foi analisar a gestão da instituição, do ponto de vista de suas estruturas de funcionamento e de financiamento, e recomendar alternativas que, embora reafirmem a missão institucional do ISA, reestruturem suas atividades de uma maneira mais operacional, adequando-se ao novo Plano Trienal que está começando. Algumas das propostas e recomendações oriundas da avaliação institucional já estão sendo detalhadas e compartilhadas, e este processo envolveu também uma ampla consulta aos parceiros que nos acompanham ao longo de nossa trajetória.

O próximo trienal virá, evidentemente, aprimorar a forma de inserção do ISA no cenário socioambiental brasileiro. Não há dúvida que o processo de avaliação contribui para essa perspectiva. Mas o amadurecimento na forma de conduzirmos o trabalho, a partir de um conceito que acreditamos correto, é o que explica porque o ISA vem sendo referência para as novas gerações que querem somar-se ao nosso trabalho. Oito anos se passaram e o ISA cresce, cada vez com mais jovens apostando na máxima de que socioambiental é uma palavra só.

ATIVIDADES PERMANENTES

ADMINISTRAÇÃO

COMUNICAÇÃO
Produção gráfica

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

DOCUMENTAÇÃO

GEOPROCESSAMENTO

INFORMÁTICA

ADMINISTRAÇÃO



O que é

Área responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro do ISA, com escritório central em São Paulo e equipes básicas em Brasília e São Gabriel da Cachoeira. Reúne as atividades necessárias para administrar o ISA dentro de regras acordadas coletivamente com as instâncias de coordenação de cada rotina, contemplando as diferentes formas de atuação de cada equipe de programas e projetos.

A administração está assim departamentalizada:

- Setor de Orçamentos e Finanças (contas a receber/cobrança, contas a pagar, controle financeiro, elaboração e execução orçamentária, relatórios de prestação de contas, relatórios financeiros/contábeis e de informações gerenciais).
- Setor de Pessoal (administração do quadro de funcionários, admissões/demissões, preparação de folha de pagamentos, administração de mão de obra externa e administração de incentivos e benefícios).
- Setor de Serviços Gerais e Suprimentos (compras, manutenção do patrimônio, comercialização de produtos, apoio e serviços administrativos - recepção, telefonia, portaria, xerox/encadernações, almoxarifado, copa, limpeza e conservação).
- Setor de Serviços de Secretaria Geral (apoio aos programas e projetos, agenda institucional, apoio a Secretaria Executiva, reservas e passagens).

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional.
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional
- Fundação Ford: Desenvolvimento Sustentável e Apoio ao desenvolvimento da estratégia socioambiental
- RFN – Fundação Rainforest da Noruega: apoio ao Programa Xingu na assessoria administrativa da ATIX
- Horizont3000 – Organização austríaca de cooperação para o desenvolvimento: apoio ao programa Rio Negro e a rotina de assessoria administrativa da diretoria e funcionários da Foirn
- PNPI/Norad – O Programa Norueguês para Povos Indígenas da agência Norad: apoio às atividades de capacitação administrativa e contábil das associações indígenas parceiras
- UE – União Européia: apoio institucional
- Embaixada do Reino dos Países Baixos: apoio Institucional às atividades propositivas e Monitoramento de políticas socioambientais

Equipe

Hebert Lopreto (coordenador)

São Paulo:

Moisés Pangoni (supervisor de orçamento e finanças)

Guilherme Tadaci Ake (assistente financeiro)

Marcelo Amaro de Souza (assistente financeiro)

Mauro Antônio de Oliveira (auxiliar administrativo)

João Octávio Hollo Mott (estagiário)

atividades permanentes - administração

Ivone Fernandes Gomides (Setor Pessoal)
Denise Lopes (supervisora administrativa)
Mario José Mais (assistente administrativo)
Jefson Eduardo Alexandre Marcelino (operador de máquina duplicadora)
Ricardo Oliveira dos Santos (mensageiro)
Leila Aparecida Silva (receptionista)
Josy Andrade dos Santos (receptionista)
Francisco Cleunilton Moreira de Souza (zelador)
Alzira do Nascimento Rodrigues (ajudante de serviços gerais)
Márcia Regina Alves (ajudante de serviços gerais)
Luciana Andrade dos Santos (ajudante de serviços gerais)
Márcia Marisa Veloso (assistente da Secretaria Executiva)
Solange de Oliveria (secretária)

Brasília:

Linda Cristina Khan (assistente da Secretaria Executiva)
Francisco Chagas do Nascimento (auxiliar administrativo)
Laura de vicenzi Camargo Mazarak (receptionista)
Maria Pereira dos Santos (ajudante de serviços gerais)

São Gabriel da Cachoeira:

Carlos Alberto de Souza (supervisor administrativo)
Francimar Lizardo dos Santos (auxiliar administrativo)
Lindauria da Cruz Moraes (ajudante de serviços gerais).

O que foi feito

Durante este ano foi iniciado um processo de reavaliação da Administração e elaboração de um plano de reorganização que contemplou tanto a estruturação organizacional quanto a sistematização de procedimentos operacionais, necessários e importantes para dotar a Administração dos instrumentos básicos para a sua operacionalidade, eficiência e apoio concreto às demais áreas da organização.

Neste sentido executou-se:

- Levantamento e análise junto a todos os coordenadores da organização dos problemas relativos a Adm. e seus reflexos nas demais áreas.
- Levantamento e análise da estrutura atual, quadro de pessoal, funções e funcionograma atual
- Análise e avaliação da capacitação técnica do quadro e condições funcionais.
- Levantamento da carga de trabalho e redimensionamento do quadro de pessoal.
- Desenvolvimento e implantação de um novo organograma para a área.
- Elaboração de um plano de trabalho para os projetos organizacionais a serem desenvolvidos e implantados no ano.

Incluindo os projetos organizacionais, cada setor da administração teve ainda seu desempenho setorial comprometido com as seguintes atividades:

Setor de Orçamentos e finanças

- Controle contábil (41 mil lançamentos/ano) e financeiro, fornecendo informações e subsídios para o relatório financeiro interno, contabilidade e prestando as informações necessárias aos órgãos governamentais e agências financiadoras.
- Elaboração e atualização mensal de relatórios financeiros de 50 projetos.
- Elaboração do relatório financeiro Institucional.
- Reunião com o Conselho Fiscal para apresentação do relatório financeiro institucional, auditoria e balanço patrimonial.
- Recebimento de ordens de pagamento do exterior, envolvendo negociação de taxas de câmbio, tarifas bancárias e aplicação no mercado financeiro procurando melhor rentabilidade.
- Atendimento e subsídio à auditoria institucional anual.
- Atendimento e subsídio a auditorias externas anuais contratadas pelos ISA, (anual para 21 projetos do ISA, 4 projetos da Foirn e 1 projeto da Atix)
- Atendimento a auditorias de fiscalização e monitoramento exigidas pelos financiadores públicos e privados.
- Publicação do balanço patrimonial no Diário Oficial da União (DOU).
- Manutenção do fundo estatutário.
- Apoio aos programas e projetos especiais na elaboração de aproximadamente 70 orçamentos.

atividades permanentes - administração

- Treinamentos e assessoria administrativa no local às organizações indígenas com quem o ISA mantém relações de parcerias (Atix, Bep-Noi e Foirn).
- Assessorias pontuais na área administrativa e contábil a outras organizações.
- Manutenção de sistema para: controle de fluxo de caixa e elaboração de relatórios financeiros, para melhor acompanhamento dos coordenadores das diversas áreas e programas do ISA.
- Controles contábeis do Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e NDI (Núcleo de Direito Indígena), entidades antecessoras ao ISA, perante os diversos órgãos públicos.
- Atualização dos registros no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) e certidões negativas de débitos.
- Redesenho dos processos do setor, racionalização e redistribuição da carga de trabalho.
- Implantação do novo sistema em Excel para controle do fluxo financeiro.
- Concorrência para a contratação da nova empresa de auditoria externa
- Pesquisa, análise e avaliação junto ao mercado de um novo sistema para o gerenciamento financeiro da organização.

Setor de Pessoal

- Administração de Recursos Humanos (recrutamento, seleção e contratação de novos funcionários, elaboração da folha de pagamento de salários, atualização dos cadastros, fichas de registros e atualização de carteiras profissionais).
- Manutenção da política de benefícios (assistência médica, auxílio refeição, vale-transporte e seguro de vida).
- Implantação do programa de controle médico da saúde ocupacional (PCMSO) NR7.
- Elaboração da pesquisa salarial complementar e necessária para a elaboração do plano de cargos e salários do ISA.
- Estabelecimento da norma e procedimentos referente a concessão de empréstimos emergências.
- Estudo e elaboração de proposta para a adequação do ISA frente a CLT (Consolidação das Leis Trabalhadores).

Setor de Serviços Gerais e Suprimentos

- Levantamento, recadastramento e atualização dos estoques dos produtos do ISA.
- Logística para a realização dos diversos seminários e eventos realizados pelo ISA (onde foram realizadas vendas de produtos).
- Atualização do banco de dados de fornecedores de serviços e materiais.
- Execução de compras considerando os critérios estabelecidos por cada agente financiador e as normas legais, fiscais e a política financeira estabelecida pelo ISA.
- Manutenção das instalações e equipamentos, procedendo ainda a substituição dos fornecedores com pouca capacidade em atender as demandas.

- Definição das áreas que integram a estrutura organizacional do setor, assim como a especificação das atividades de cada área. Redesenho dos processos do setor, racionalização e redistribuição de tarefas.

- Revisão preliminar e mudanças nos processos de compras.
- Implantação da norma de procedimentos para os despachos de mercadorias.

Serviços de Secretaria Geral

- Implantação da norma e procedimentos para viagens e acerto de despesas.
- Desenvolvimento e implantação da agenda Institucional.
- Avaliação de mercado e substituição da agência de turismo
- Atendimento das demandas dos coordenadores e Secretaria Executiva
- Execução de cerca de 960 reservas de passagens/ano.
- Apoio a eventos, reuniões de coordenação, seminários e reuniões do Conselho Diretor.

Apoio Administrativo São Gabriel da Cachoeira e Brasília

- Apoio administrativo e logístico aos programas e projetos locais.
- Elaboração dos relatórios financeiros e controle de caixa local.
- Serviços de apoio administrativo/financeiro.
- Apoio logístico a eventos e seminários.
- Reservas de passagens e estadias.

Serviços gerais e suprimentos

Capacitação da equipe

Não houve capacitação e reciclagem satisfatória para as equipes, apenas a participação em três curtos eventos:

- Março/2001 – participação no curso de Administração de Entidades para Organização no Terceiro Setor, ministrado pela Aefas (Associação de Entidades Filantrópicas e de Assistência Social do Brasil) em São Paulo.
- Novembro/2001 - participação em treinamento específico para gestão financeira de convênios firmados com o FNMA em Rio Branco-AC em novembro/2001.
- Dezembro/2001 - participação na oficina sobre gestão administrativa para organizações da sociedade civil organizada pela Afinco/PNPI em São Paulo.

Avaliação

A Administração conseguiu em parte atender seus objetivos, dentro daquilo que havia sido previsto para 2001. Apesar do esforço, e da dedicação do pessoal, a qualidade do atendimento frente aos novos desafios propostos não atingiu ainda o nível desejado.

Na avaliação efetuada este ano, observamos que as dificuldades de Administração, estão centradas em três grandes elementos:

- a) No crescimento da demanda dos serviços administrativos, não acompanhado pela adequação da Administração quer na qualificação, quer no número de funcionários lotados na área.

atividades permanentes - administração

b) Na falta de procedimentos formais que possibilitassem um fluxo normal de documentos. A informalidade existente hoje, muitas vezes prevalece nas relações, propiciando inadequada definição de deveres e responsabilidades.

c) Na questão da comunicação e integração da Administração com as demais áreas da organização.

Neste ano a Administração já caminhou no sentido de sua reorganização e adequação. Foram realizadas diversas ações de ordem estruturais, com a implantação de normas e procedimentos e adequação da estrutura organizacional, com um quadro de pessoal redimensionado e clara definição dos deveres e responsabilidades individuais.

Este processo ainda está em execução e deve ser concluído este ano.

Embora ainda tímida, houve uma aproximação maior da área com os demais setores da organização, e uma interação que na medida de seu aprofundamento deverá apresentar resultados mais concretos.

Perspectivas

Tomando-se por base as resoluções das reuniões de planejamento realizadas em janeiro com complementações efetuadas pelas reuniões setoriais ainda em andamento, estamos finalizando o planejamento da Administração para o ano de 2002.

Os focos centrais no processo de reorganização ganham prioridade principalmente no setor de Orçamento e Finanças, onde a implantação da norma de procedimentos para a execução de projetos e a implantação do novo sistema para controle e monitoramento financeiro (contas a pagar, contas a receber e monitoramento orçamentário) devem garantir um salto de qualidade no atendimento das demais áreas do Instituto e uma agilização nos processos de controle e contabilização, facilitando assim todos os procedimentos operacionais do setor.

Paralelamente, a solidificação das normas já implantadas com o contínuo treinamento e acompanhamento das implantações junto às demais áreas e a continuação do processo de reciclagem e melhoria no quadro de pessoal, devem contribuir decididamente para a qualidade de atendimento em todos os setores da Administração.

O aprimoramento dos processos de apropriação de custos e o estabelecimento de uma nova metodologia discutida e aprovada pela casa, para uma melhor representação orçamentária.

Contínuos processos de reorganização dos procedimentos da administração e a complementação das normas de procedimentos setoriais, devem trazer significativos ganhos nas performances dos setores.

A implementação da nova estrutura de cargo e salários será também um salto de qualidade, pois sua abrangência ultrapassa estas questões, e irá dotar o ISA de uma completa política de Recursos Humanos.

Para os apoios administrativos de Brasília e São Gabriel da Cachoeira deveremos desenvolver e implantar uma nova sistemática de apropriação de despesas e fechamento contábeis, que objetivam o seu enquadramento no novo sistema finan-

ceiro. Sem dúvida a implantação de novos procedimentos sistematizados e descentralizados, devem promover uma agilização nas informações aos programas e projetos e uma maior segurança e garantia de qualidade nas informações processadas.

Indicadores

- Retorno positivo das demais áreas/coordenadores de programas e projetos sobre os serviços e suporte administrativo-financeiro



COMUNICAÇÃO

O que é

A área de Comunicação reúne múltiplas atividades que incluem produção e divulgação das informações de interesse do ISA para a imprensa e o público em geral, utilizando-se de ferramentas diversas, impressas e eletrônicas. As informações, em forma de notícias, matérias e reportagens, são disseminadas por meio do site e via e-mail para a imprensa especializada e o público-alvo do ISA, de acordo com o assunto em pauta. Para tanto, contamos com a colaboração dos coordenadores dos respectivos programas e projetos desenvolvidos na instituição.

Também está entre as atribuições da Comunicação a produção de releases para divulgação de programas, projetos, ações e demais atividades do ISA.

Depois da desativação do *Parabólicas*, publicação encerrada em meados de 2000, a Comunicação passou a produzir as *Notícias Socioambientais*, matérias e reportagens eletrônicas disponíveis no site, e o *Boletim Socioambiental*, veículo de comunicação interna. Tal boletim é destinado aos colaboradores, parceiros e financiadores do ISA, com relatos periódicos sobre o andamento dos programas, projetos e ações desenvolvidos nos seguintes itens: defesa dos direitos socioambientais coletivos, fortalecimento Institucional e sustentabilidade do ISA, pesquisa, difusão, documentação de informações socioambientais, fortalecimento institucional dos parceiros locais, desenvolvimento de modelos participativos de sustentabilidade socioambiental, monitoramento e proposição de alternativas às políticas públicas.

A equipe atua também na formulação, concepção e atualização do site e acompanha as publicações de toda a equipe da instituição, a maioria delas com projeto gráfico, arte final e acompanhamento feitos pela Produção Gráfica (ver tópico Produção Gráfica).



Equipe

Maria Inês Zanchetta (jornalista, coordenadora)

Cristiane Fontes (jornalista e editora)

Ricardo Barretto (jornalista)

Vera Feitosa (projetista e produtora gráfica)

Andréa Cássia Fonseca (estagiária em produção gráfica)

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional
- UE - União Européia: apoio financeiro
- Embaixada do Reino dos Países Baixos: apoio financeiro

O que foi feito

• Notícias Socioambientais

O informativo possui um ícone na homepage do site e as três últimas notícias publicadas aparecem no centro da página, sob o nome Últimas Notícias com um pequeno resumo e link para a íntegra da notícia. *Notícias Socioambientais* coloca à disposição dos internautas fatos e acontecimentos relacionados à questão socioambiental e de interesse do ISA. As *Notí-*

cias Socioambientais estão subdivididas em editorias, de modo a facilitar a pesquisa, leitura e navegação no site.

Os números - Em 2001, foram veiculados 157 informativos, entre notas, reportagens e matérias.

O número total de notícias veiculadas por editoria foi:

- Brasil: 49

- Direitos Socioambientais: 35

atividades permanentes - comunicação

- Geral: 14
- Índios: 56
- Unidades de Conservação: 03

• Análises Socioambientais

Publicação eletrônica concebida para gerar textos analíticos de questões da atualidade relacionados às atividades do ISA ou correlatos. Esse informe deveria substituir a lacuna deixada pela desativação do Parábólicas, tendo em vista que o ISA tornou-se, por meio da revista, referência para pautar, discutir, e analisar questões socioambientais. No entanto, as inúmeras atividades desenvolvidas, a avaliação institucional pela qual passou a instituição ao longo do ano, impediram os editores temáticos e integrantes da equipe de produzir análises sobre temas específicos (com exceção da Ana Valéria Araújo, que escreveu um texto sobre a Crise Energética e seu impacto no cenário socioambiental, assim que foi decretado o racionamento de energia, em maio de 2001).

• Campanhas e site

- Campanha contra a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto no rio Ribeira de Iguape: foi lançada em março, durante a semana internacional da luta contra as barragens.

- SOS Florestas: ressurgiu em maio, em conjunto com diferentes instituições ambientalistas, motivada por nova investida da bancada ruralista em aprovar o projeto de lei do deputado Moacir Micheleto, de alteração do Código Florestal.

Nas campanhas desenvolvidas, os internautas entravam na página e enviavam e-mails eletrônicos para ministros, senadores e deputados manifestando sua discordância.

Concluída a proposta de novo site ainda em 2000, e depois de analisado pelo staff do ISA, optou-se por submetê-lo a uma reformulação, que em 2001 deu os primeiros passos. Em 2001, a equipe da Comunicação esforçou-se para manter o site cada vez mais atualizado e recolocou no ar a Agenda, que estava e continua na página de *Notícias Socioambientais*, porém, com ícone específico na homepage.

Visitas ao site - Em 2001, o site recebeu 348.835 visitas.

• Assessoria de Imprensa

A partir de maio, a equipe (que contava com 2 pessoas) passou a contabilizar as demandas recebidas da mídia em geral, por meio de um formulário específico, para ter melhor idéia de quem eram os veículos que procuravam o ISA como referência para fazer reportagens e matérias e quais eram os tipos de demanda. De maio a dezembro foram 130 solicitações de veículos de imprensa, entre rádios, TVs, jornais, sites e revistas. Além disso, a Comunicação atuou na divulgação junto aos principais veículos de comunicação da mídia impressa e eletrônica para divulgar eventos realizados pelo ISA, com destaque para:

- Lançamento do Livro Povos Indígenas no Brasil.
- Manifestações e campanha contra a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto.
- Lançamentos de publicações sobre a Mata Atlântica - Dossiê Mata Atlântica 2001, Quem faz o que pela Mata Atlântica e o livro Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica.
- Reunião do PPG7 em Cuiabá.

- Seminário Nacional sobre o Desenvolvimento da Amazônia: um debate sobre o Programa Avança Brasil.

- Vitória definitiva dos índios Panará na Justiça.

- Agenda 2002 Olhares das Crianças Panará.

- Seminário Nacional sobre os resultados do Quem faz o que pela Mata Atlântica.

- Lançamento do livro Biodiversidade na Amazônia Brasileira, resultado dos trabalhos de um consórcio formado pelo ISA, pelo Ipam (Instituto de Pesquisas da Amazônia), GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), ISPN (Instituto Sociedade, População e Natureza) e Conservation International.

- Divulgação dos prêmios recebidos pelo ISA: Educação Indígena no Xingu (PNBE) e Arte Baniwa (Prêmio Ashoka/McKinsey Empreendedores Sociais 2001 e Programa Gestão Pública e Cidadania da FGV e Fundação Ford).

Dessa forma, também procuramos atender às demandas de todas as áreas do ISA.

• ISA na Mídia

No total, segundo apuração do nosso *clipping*, o ISA apareceu 199 vezes na mídia impressa neste ano, com destaque para matérias especiais publicadas pelos principais jornais do país (O Estado de S. Paulo, Correio Braziliense, Folha de São Paulo, Gazeta Mercantil) e jornais regionais (O Liberal, A Crítica, Jornal de Brasília, Gazeta do Povo, A Notícia de Joinville, Diário de Cuiabá, entre outros) sobre os programas, projetos e atividades do ISA. Por exemplo, utilizando como gancho a vitória dos índios Panará na Justiça, em ação movida pelos advogados do ISA, a Folha de São Paulo deu matéria de página inteira sobre esse povo indígena. Com o lançamento do livro Biodiversidade na Amazônia, a Folha de São Paulo publicou um caderno especial de quatro páginas e a revista *ISTO É*, fez matéria de três páginas. Em dezembro de 2001, a revista *ÉPOCA* publicou matéria de três páginas sobre a situação de desmatamento no entorno do Parque do Xingu, conforme pauta sugerida ao editor pela comunicação.

Outros destaques foram matérias reproduzidas do nosso site em vários portais como: IG- Último Segundo, Portal Ambiente Brasil, Gife On line e Rits on line. O ISA também foi fonte de matérias publicadas ao longo do ano pela Agência Estado, em seu site Estadão.com.br.

Quanto à rádio e televisão foram muitas as inserções e entrevistas com a equipe do ISA, especialmente no lançamento do PIB em abril, durante a Semana da Mata Atlântica em maio, em Joinville (SC), no encontro em Cuiabá do PPG7, em junho, no Seminário Nacional sobre Mata Atlântica, em novembro, e no lançamento do livro Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Esses eventos mereceram destaque em programas da TV Cultura (SP), como Repórter Eco e Matéria Pública, na GloboNews (emissora de tevê a cabo), com um programa Espaço Aberto dedicado inteiramente ao livro Povos Indígenas, no jornal SPTV da Rede Globo (SP), no Bom Dia Brasil (jornal matutino da Rede Globo). Esses eventos também foram assunto de programas da rádio Eldorado (SP) e da rádio CBN, rede nacional de emissoras de rádio do sistema Globo.

atividades permanentes - comunicação

• Boletim de Notícias do ISA

O boletim interno do ISA com novo nome, novo projeto gráfico e nova linha editorial se consolidou ao longo do ano. Em 2001, foram publicadas cinco edições - os números 17, 18, 19, 20, 21.

• Editoria Geral

Foi criada em 2000 a editoria geral cujas funções seriam: revitalizar o fluxo de notícias e análises do ISA; impulsionar reforma básica do site; controlar qualidade dos textos publicados; gerenciar a inserção de material novo no site do ISA; definir rotinas e garantir que as prioridades editoriais tenham fluxo; estabelecer, em conjunto com os coordenadores, as pautas das publicações; pesquisar e gerar material escrito básico sobre temas emergentes sobre os quais o ISA é instado a se manifestar. Entretanto, essas atividades, em 2001, ficaram por conta da equipe da Comunicação (que, em novembro, passou a ter 3 pessoas, excetuando-se a produtora gráfica), com a colaboração direta do Beto Ricardo.

Avaliação

• A falta que o Parabólicas faz

Parabólicas em sua versão impressa, que desempenhou importante papel na divulgação de informações e estímulo ao debate sobre questões socioambientais, seja para formadores de opinião e imprensa, seja para os leitores iniciados ou não, foi lembrado o ano inteiro em seminários e reuniões do ISA. No seminário do final do ano, decidiu-se voltar a fazer uma publicação impressa para o público externo (já que o Boletim Socioambiental é de circulação restrita), que será o embrião da futura publicação Brasil Socioambiental.

As lacunas deixadas pelo Parabólicas foram preenchidas, guardadas as devidas proporções, pelo Notícias Socioambientais - no site - e pelo Boletim Socioambiental cuja periodicidade é bimestral.

• Outros meios de comunicação

- Notícias Socioambientais traz informações sobre temas atuais, produzidas a partir da experiência e prática em campo dos integrantes do ISA e de suas redes de contatos, em tempo real, na medida do possível. A equipe da Comunicação atua com os outros programas no levantamento e apuração de pautas para esse veículo e também sugere pautas e matérias aos programas. O esforço para colocar notícias mais frequentes no site e com mais agilidade, levou a Informática a criar um programa que permite à equipe colocar notícias no site, a qualquer hora e de qualquer lugar. Entretanto, precisamos ainda de mais agilidade quando temos fotos ilustrando as notícias. Nesse caso, é mais demorado porque depende de fazermos a diagramação e o acompanhamento dessa arte final com o técnico da Informática. Com a contratação prevista de uma pessoa para trabalhar exclusivamente no site integrando a equipe da Comunicação, o site deverá se tornar mais dinâmico.

- A participação dos editores temáticos, este ano, foi insatisfatória.

- O Boletim Socioambiental teve problemas de periodicidade em 2000, mas esta foi regularizada ainda no primeiro semestre de 2001 (a periodicidade deve ser priorizada).

- O trabalho de assessoria de imprensa rendeu bons resultados na divulgação de ações do ISA, entretanto, gastamos muito tempo no trabalho de atualização de profissionais de imprensa de todo o Brasil e fazendo um follow up junto à mídia por outro lado, às vezes ficamos sabendo de eventos com prazo insuficiente para uma divulgação que permita obter melhores resultados.

Perspectivas

- Estudar projeto editorial e gráfico de um novo "Parabólicas".
- Obter maior colaboração dos editores temáticos, tanto na sugestão de pautas como na produção de textos.
- Continuar a aumentar o fluxo de notícias.
- Intensificar o envio de mensagens via internet para uma relação de jornalistas que cobrem temas socioambientais divulgando eventos, campanhas e notícias de interesse do ISA.
- Intensificar contatos com imprensa estrangeira.
- Manutenção e aperfeiçoamento do mailing especializado.

Indicadores

- Informações à disposição do público em geral.
- *Feed-back* dos internautas via formulário do site do ISA.
- Referência para debates sobre temas socioambientais.
- Referência incontestável e credibilidade na imprensa em geral.

atividades permanentes - produção gráfica

PRODUÇÃO GRÁFICA

O que é

Projeto gráfico, arte final e acompanhamento da produção gráfica dos produtos do ISA (como livros, boletins, relatórios e projetos) até o acabamento e a impressão; produção de etiquetas, capas para pastas, letreiros para vídeos, formulários para mala direta, convites, entre outros.

Essas atividades incluem revisão, scannerização de imagens, diagramação, arte final, montagem de bonecos, orçamentos, acompanhamento gráfico e acabamento.

Responsável: Vera Feitosa

Estagiária: Andréa Cássia Fonseca

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional
- UE - União Européia: apoio financeiro
- Embaixada da Holanda: apoio financeiro

O que foi feito

• Brasil Socioambiental

- Acompanhamento da produção gráfica do livro Povos Indígenas no Brasil 1996/2000; material e montagem da exposição de lançamento.

- Projeto gráfico para a publicação dos resultados do Seminário Brasil em Ação.

• Mata Atlântica

- Continuação da editoração do relatório "Diagnóstico Socioambiental da Represa Billings".

- Projeto gráfico e editoração do Dossiê Mata Atlântica 2001 e pôster.

- Projeto gráfico para pôster e relatório do Diagnóstico do Vale do Ribeira.

• Rio Negro

- Capa do vídeo Arte Baniwa.

- Produção de novo banner com mapa da demarcação para a Foin.

- Produção de dois números do Boletim de Piscicultura.

- Projeto e produção de camisetas da Escola Tuyuka.

- Etiquetas para barco e veículo.

• Direito Socioambiental

- Novo projeto gráfico e editoração do nº 5 da série Doc ISA – *Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica*.

• Desenvolvimento Institucional

- Relatório de Atividades de 2000. Preparação dos arquivos e imagens, acompanhamento da editoração (terceirizada), revisão e produção gráfica.

- Confecção do caderno "Melhores Momentos" para o Plano Trienal. Acompanhamento da produção do Plano Trienal.

- Cartão de final de ano.

- Agenda ISA 2002 Olhares das Crianças Panará.

- Apoio na criação da página de filiação colocada no site.

- Acompanhamento da reimpressão do folder institucional.

• Xingu

- Confecção dos desenhos das camisetas do Projeto Educação.

- Propostas de logotipo para a linha Economia, Ecologia e Cultura.

- Apoio para a produção do banner Cabeceiras do Xingu.

• Xikrin

- Folder, banners, capa de vídeo (em inglês e português).

• Capacitação

- Proposta de logotipo para a Red de Cooperación Alternativa.

- Proposta de logotipo para o Programa.

- Editoração da cartilha "Fazendo Projetos".

• Comunicação

- Diagramação e arte final de cinco números do Boletim Socioambiental.

- Reformulação do projeto gráfico do Boletim Socioambiental.

- Preparação de três arquivos PDFs para publicação no site dos números da série Doc ISA esgotados.

- Escanerização de imagens para Notícias Socioambientais (site).

- Apoio em pequenas melhorias visuais na homepage do site.

• Secretaria Executiva

- Preparação de arquivo em PowerPoint, complementando Melhores Momentos do ISA para apresentação em seminário interno.

- Preparação de arquivo PDF do Relatório de Atividades 2000 para colocar à disposição dos internautas no site do ISA.

Avaliação

Com o mesmo pessoal, equipamento e espaço, a produção de 2001 foi bem maior que a de 2000 por conta do aumento de demanda dos programas. A qualidade pode ser considerada boa, embora, produtos solicitados de última hora, sem planejamento, tenham impedido controle de qualidade mais rigoroso. No final de 2001, foi contratada uma estagiária por meio período para dar suporte e ser treinada em diagramação.

Perspectivas

Ampliar o setor para responder melhor a todas as demandas do ISA. No caso dos produtos que são feitos fora, é necessário que a responsável pela Produção Gráfica acompanhe o trabalho que está sendo feito, para preservar a padronização e qualidade de nossos produtos. É também uma oportunidade para troca de experiências e idéias. Assim, a Produção Gráfica deve ser chamada para participar de reuniões com terceiros, quando o assunto for publicações.

Indicadores

- Capacidade de subsidiar as equipes dos Programas e Projetos do ISA.
- Capacidade de aperfeiçoamento técnico.



atividades permanentes - desenvolvimento institucional

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



O que é

Atividade permanente no ISA que visa aperfeiçoar a capacidade de fluxo de informações internas e externas, através de sistemas atualizados e apropriados de coleta, processamento e gerenciamento de informações. Visa também facilitar a entrada permanente de recursos através do apoio à elaboração de projetos, negociação com instituições financiadoras e elaboração de relatórios.

Equipe

Carlos Macedo (coordenador)
Nuria Abrahão Chaim (assistente)
Fábio Augusto de Camargo (estagiário)

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional
- Fundação Ford: apoio institucional
- UE - União Européia: apoio financeiro

O que foi feito

• Coordenação/Desenvolvimento

- Implementação de ações internas estratégicas de modo a revitalizar a matricial nas questões pertinentes ao Desenvolvimento Institucional (DI), como por exemplo o estudo estatístico do investimento de recursos por área de atuação, programas e tipo de fonte de financiamento.

- Reestruturação orientada para a abrangência de atuação, política de comunicação e implementação de estratégias do setor.

- Captação de recursos de empresas privadas brasileiras.

• Captação de Recursos

- Proposta de abordagem estratégica e inserção no setor empresarial brasileiro.

- Proposta para iniciar contatos com instituições e fundações nos Estados Unidos (Bird Life International, The Field Museum, Moore Foundation, Hewlett Foundation, Goldman Environmental Foundation, etc).

- Viabilização e discussão acerca da formação do *Endowment Fund*, com proposta para investigar o novo grupo de doadores norte-americanos cujo perfil, novo para o ISA e para o mundo, exige uma política de resultados de caráter empresarial no universo do Terceiro Setor.

- Identificação de imóveis para o Centro Cultural/Sede do ISA em São Paulo.

• Apoio a projetos

- Elaboração e encaminhamento de projetos e relatórios parciais ou finais, de acordo com os prazos previstos.

- Acompanhamento e apoio aos demais setores do ISA na produção de publicações, reuniões e contatos interinstitucionais.

- Acompanhamento constante da negociação de projetos.

- Implementação da Campanha de Filiação ao ISA via site e eventos (Lançamento do PIB, Open House, jantar com representantes diplomáticos e de instituições financiadoras sediadas em Brasília).

- Coordenação da produção de textos institucionais.

- Elaboração, tradução, edição de relatórios, textos, propostas para agências.

- Renovação dos instrumentos de acompanhamento das obrigações contratuais, que se tornaram mais ágeis e visíveis.

- Manutenção e ampliação da comunicação com parceiros e financiadores já existentes.

- Implementação de uma base de dados que deverá permitir um acompanhamento mais completo do relacionamento com os financiadores.

- Assessoria na formulação de projetos, propostas e relatórios do ISA.

- Acompanhamento da negociação e contratação de projetos de prestação de serviços.

• Capacitação

Entre as atividades desenvolvidas pelo DI durante o ano de 2001, foram promovidos cursos aos novos colaboradores sobre a estrutura e as ações implementadas pelo instituto. Além disso, alguns cursos específicos também foram oferecidos:

- Curso "Como Unir Saberes" Comunidade e Universidade - Senac (11 de Agosto de 2001).

- Curso Básico de Gerenciamento de Voluntários - Centro de Voluntariado de São Paulo (25 de setembro de 2001).

atividades permanentes - desenvolvimento institucional

- Oficina de captação de recursos - Ashoka Empreendedores Sociais (23 a 25 de novembro de 2001).

• Atuação institucional

- Serviços de apoio para dificuldades imprevistas dentro da estrutura matricial do ISA.

- Planejamento, produção de um CD-Rom institucional em português a partir do Vídeo Institucional, do Trienal e Melhores Momentos já existentes. Juntamente com o folder e Pasta Institucional, o CD-Rom Card deverá compor um kit de materiais institucionais para a divulgação do ISA.

- Apoio à Secretaria Executiva (SE) na preparação de documentos e organização de dados para a Avaliação do ISA.

Além do exposto, o DI está seguindo a orientação da Secretaria Executiva para apoiá-la em questões e ações de caráter institucional:

- Desenvolver atividades de representação e organizar as agendas de negociações com parceiros institucionais.

- Criar, junto com os setores de Administração e Informática, um mecanismo de acompanhamento das atividades realizadas por todos os setores do ISA.

Projetos e atividades apresentados ou em execução durante 2001

	Programa	Projeto	Financiador
1.	BD	Mapeamento das Populações Extrativistas na Amazônia	MMA
2.	DS	Environmental Law in the Atlantic Rainforest	MacArthur
3.	DS	Proteção Socioambiental dos Quilombos no Vale do Ribeira	Levi-Strauss
4.	MA	Disponibilização do Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira como instrumento de apoio à gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape	Fehidro - Ribeira
5.	MA	Oficina para Elaboração de Projetos Socioambientais	Fehidro - Ribeira
6.	MA	Diagnóstico Socioambiental Participativo da Bacia Hidrográfica da Billingsl	Fehidro - Alto Tietê
7.	MA	Diagnóstico Socioambiental Participativo da Cantareira	Fehidro - Alto Tietê
8.	MA	Leitura das Paisagens dos Mananciais da RMSP	Fehidro - Alto Tietê
9.	MA	Atualização do Diagnóstico Socioambiental Participativo da Bacia do Guarapiranga	Fehidro - Alto Tietê
10.	RN	Educação Indígena no Alto Rio Negro	RFN/OD
11.	RN	Manejo sustentável de recursos naturais nas TIs no Alto Rio Negro	ICCO/EU
12.	RN	Saúde, Nutrição e Assentamento: um estudo comparativo de Povos Indígenas tradicionais e povoados-missão na área do rio Negro	PPD/Finep
13.	RN	Aliança pelo Clima - Rio Negro	Horizont3000
14.	RN	Arte Baniwa - Cestaria Indígena de Arumã	FNMA
15.	RN	I. Seminário de Pesquisa Dirigida a um Programa Regional de Desenvolvimento	CESE
16.	RN	"Mariya dita, inaunuse masiere"- "Nossa Terra: conhecimento para manejo"	MEC
17.	XG	Apoio à Atix	RFN
18.	XG	Formação de Professores Indígenas no PIX	Abrinq
19.	XG	Formação de Professores Indígenas no PIX	RFN
20.	XG	Formação de Professores Indígenas no PIX	SEDUC
21.	XG	Fronteiras do Xingu	RFN
22.	XG	Sustentabilidade, Alternativas Econômicas e Mercado no PIX	RFN
23.	XG	Desenvolvimento da Apicultura no PIX	PPP/GEF
24.	XK	Gerenciamento e Implantação do Plano de Manejo na TI Xikrin do Cateté	CVRD
25.	XK	Manejo Socioambiental da TI Xikrin do Cateté	ProManejo
26.	XK	Registro e Visibilidade do Plano de Manejo Sustentável de Madeira na Terra Indígena Xikrin do Cateté	CVRD
27.	PA	Projeto Panará	Padic
28.	BD	Florestas e Biodiversidade - Uma agenda pró-ativa de acompanhamento e intervenções nas negociações nacionais e internacionais e dos seus impactos no Brasil	RFN
29.	GTBD	Workshop Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para as Conservações da Biodiversidade da Amazônia Brasileira - Seminário Macapá (publicação)	WWF

atividades permanentes - desenvolvimento institucional

30.	CP	Capacitação em Gestão para Parceiros Locais do ISA	Norad
31.	DI/BS/DS	Brasil Socioambiental, Direito Socioambiental e Desenvolvimento Institucional	Ford (finalizado)
32.	DI	Trienal 1999-2001	ICCO
33.	DI	Trienal 1999-2001	NCA
34.	DI/CG/GP/IF	Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais: Capacitação, Educação e Alternativas Econômicas	Ford
35.	DI/BS/CO/DC/GP/IF	Consolidation of the Socio-environmental Information System for the Brazilian Forest regions	EU
36.	DI/BS/PI	Apoio à Publicação e Informações/Monitoramento da Situação das Terras Indígenas no Brasil e Disponibilização atualizada sobre os Povos Indígenas no Brasil via Internet e por meio na obra Aconteceu Povos Indígenas no Brasil 1996-2000	Norad
37.	XG	Sócio-environmental legislation and Panará Project	RFUS
38.	XG	Produção e Comercialização de Óleos Vegetais	Natura
39.	MA;	Avaliação do esforço de conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais	WWF/RedeOngs Mata Atlântica
40.	RN	Fatores sócio-culturais e econômicos de risco para HIV e Tuberculose na região do Alto Rio Negro.	CNPq/IRD
41.	XG	Instrumento particular de Cessão de Direitos de Uso de Informações Socioambientais e outras avenças	TNC
42.	GTBD	Subprojeto Avaliação e Ações Prioritárias para Bioma Floresta Amazônica	CNPq/Probio
43.	RN	Manejo dos Recursos Biológicos na AM: a diversidade da mandioca e sua integração nos sistemas de produção	CNPq/IRD
44.	DI/BS/DS/DC	Manutenção do Programa DS, BS e Institucional (DI e DC)	Ford (continuação Projeto 31)
45.	MA	Projeto Monitoramento Participativo da Mata Atlântica	MMA
46.	DI/BS/DS	Legal Activities and Monitoring Public Policy Project	RFUS
47.	XG	Formação de Agentes Indígenas	FNMA
48.	DI/BS/DS/BD/CO/DC	Apoio Institucional às Atividades Propositivas e Monitoramento de Políticas Públicas Socioambientais	Embaixada da Holanda
49.	RN	Diversidade Social e Saúde na região do Alto Rio Negro (Amazônia brasileira)	CNPq/IRD
50.	BS	Seminário Avança Brasil	Embaixada Britânica
51.	MA	Contrato de Prestação de Serviço ISA/Funcamp	Unicamp
52.	RD	Rede Alternativa de Cooperação	RFN
53.	DS	Indigenous Lawyer Project	Embaixada da Dinamarca
54.	MA	Capacitação e Envolvimento de Lideranças Comunitárias do Vale do Ribeira e dos Mananciais da Região Metropolitana de SP	Sunny/WWF/IIEB
55.	XG	Formação de Professores Indígenas do Xingu	Embaixada Canadá
56.	MA	Exposição - Mata Atlântica	IIEB
57.	XG	Apoio ao Funcionamento e Fortalecimento da ATIX	RFN
58.	XG	Diagnóstico Socioambiental dos Formadores do Rio Xingu	Embaixada Britânica, dos Países Baixos, da Itália

atividades permanentes - desenvolvimento institucional

59.	MA	Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira	Embaixada Britânica, dos Países Baixos, Itália
60.	RN	II Oficina de Música e Dança Tuyuka - Alto Rio Negro/AM	Embaixada Austrália, Britânica, Canadá, Países Baixos
61.	RN	Diagnóstico Socioambiental da Bacia do Rio Xingu	Tinker Foundation
62.	XG	Formação de Professores Indígenas no PIX para o Magistério	MEC
63.	XG	Formação de Professores Indígenas no PIX para o Magistério	Funai
64.	XG	Editoração gráfica e impressão do livro: Ikpeng Ore	Funai
65.	RN XG	Disponibilização de recursos de comunicação remota RN XG	Planck
66.	XG	Formação de Professores Indígenas do PIX - Realização das etapas intensivas de formação	Abrinq
67.	XG	Projeto Editoração gráfica e impressão do livro "Saúde no XG"	Colgate
68.	DI	Projeto Avaliação Institucional do ISA	ICCO
69.	XG	Monitoramento socioambiental participativo da região dos formadores do Rio Xingu.	CE
70.	DI	Publicação dos resultados do Laboratório de Macapá	Konrad
71.	XG	Projeto cultivando diversidade (publicação)	
72.	DC	Actualización y Procesamiento de la Documentación sobre los Pueblos Indígenas en Brasil y en los otros Países que componen la Amazonia	AECI
73.	DI	Avaliação Institucional do ISA	Norad
74.	MA	Projeto Água Viva para São Paulo	Embaixada Britânica
75.	DI	Projeto Apoio Institucional para Captação de Recursos	OXFAM
76.	XG	Realização de Estudos Preliminares e Formulação de uma Proposta Técnica para Implantação de um Mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu	Edital Prodeam
77.	XG	Projeto Formação de Professores do PIX	C&A
78.	MA	Exposição MA	Finep
79.	DS	Quilombola Project	Embaixada África do Sul
80.	PA	Projeto Panará	RFUS
81.	PA	Projeto de recuperação do acesso terrestre a aldeia dos Panará	PADIC
82.	BS	Projeto Formulação de políticas públicas apropriadas para a regulamentação e licenciamento de produtos alimentícios e fitoterápicos comunitários de uso sustentável da biodiversidade do Cerrado	PPP
83.	XG	Projeto Formação de Professores do PIX para o Magistério-2002	MEC

atividades permanentes - desenvolvimento institucional

Avaliação

Esta atividade tem mantido bom fluxo de informações com instituições parceiras, através dos relatórios narrativos e financeiros, e informes atualizados sobre a situação de cada projeto. A retaguarda para cada rotina do ISA no processo de renovação, formulação e encaminhamento de projetos foi muito positiva. Ainda prescinde da falta de mecanismos de articulação interna para otimizar a captação de novos financiamentos.

Perspectivas

- Abrir mais oportunidades para capacitação de quadros.
- Promover atividades de estímulo à integração das equipes.
- Ampliar o leque de financiamento institucional.
- Captar recursos para ampliar ou renovar as instalações físicas do ISA.
- Ampliar a divulgação da campanha de filiação para aumentar a visibilidade do ISA e ampliar a rede de captação de recursos.
- Implementar um programa de capacitação para o uso e acesso plenos à base de dados acima mencionada, com o objetivo de democratizar e dar autonomia aos coordenadores no acesso a informações referentes ao acompanhamento de negociações e projetos contratados.

Indicadores

- Recursos captados.
- Continuidade de apoios e parcerias.
- Projetos formulados, encaminhados e aprovados.
- Parcerias estabelecidas.
- Capacidade de articular as rotinas do ISA na formulação de projetos sintonizados com a missão institucional.



DOCUMENTAÇÃO



ICCO



NCA



FUNDAÇÃO FORD



UNIÃO EUROPEIA



Embaixada do Reino dos Países Baixos

O que é

Centralizado no ISA/SP, funciona como serviço permanente de apoio a todos os projetos, programas e políticas existentes, em andamento ou a serem desenvolvidos pelo Instituto. Tem como objetivo divulgar e colocar à disposição de pesquisadores e demais instituições, as informações e conhecimentos produzidos dentro do campo de atuação do ISA.

O perfil de ação do Instituto está baseado em grande parte no acompanhamento atualizado e qualificado de processos sociais e políticos envolvendo diferentes temas, atores sociais e uma complexa rede de instituições locais, regionais, nacionais e internacionais. Isso exige um sistema de rotinas complexas de captação, processamento informatizado, conservação e acesso de documentos/informações, tanto para o público interno do Instituto quanto para o atendimento de demandas externas.

Equipe

Ângela Galvão (coordenadora, documentalista)

Leila Maria Monteiro da Silva (documentalista)

Luiz Adriano dos Santos (auxiliar de documentação)

Sílvia Helena Santos Cardoso (documentalista)

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco – Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional
- UE – União Européia: apoio financeiro
- Fundação Ford: apoio institucional
- Embaixada do Reino dos Países Baixos: apoio financeiro

O que foi feito

• Documentação sobre Meio Ambiente

Foi dada continuidade ao processamento definitivo de toda a documentação anteriormente tombada - que continha apenas alguns campos para a sua recuperação - e também dos novos documentos.

Pela tabela abaixo temos um quadro do que foi processado de 1994 até 2000 e em 2001.

	1994 a 2000	2001	Total no acervo
Documentos Tombados/Processados	5062	586	5648
Livros Tombados/Processados	522	66	588
Total Documentos/Livros Processados	5584	652	6236
Documentos/Livros Pré-Classificados		2000	2000
Documentos PEMA não classificados		25 pastas*	25 pastas

* Documentos Fórum Global

Observação

Do total de 6728 documentos e livros tombados/processados, foram revistos 2.155 documentos/livros (2.109 em 1996-2000 e 46 em 2001, dos quais 492 foram revistos e eliminados por duplicação, exclusão de temas ou porque se tornaram dossiês) e foram processados 3.570 documentos/livros novos (2.964 em 1996-2000 e 606 em 2001), utilizando a tabela definitiva de classificação e completando todos os campos do banco de dados (código de localização, referências bibliográficas, tipo de documento, bioma ou bacia hidrográfica, populações tradicionais, unidades de conservação, tema, subtema e palavra-chave, além de um espaço para resumo ou outras informações sobre o documento). Faltam ser revistos 1.003 documentos e livros.

A documentação sobre meio ambiente não está sendo processada no mesmo banco de dados da documentação sobre povos indígenas, mas obedece aos mesmos critérios. Ela está em Microisís.

atividades permanentes - documentação

• Documentação sobre Povos Indígenas

Processamento dos novos documentos e teses, além do processamento/tombamento dos livros novos.

	Até ago/1994	1995/2000	2001	Total
Documentos avulsos processados	9340	2.033	198	11.571
Teses e Dissertações processadas	186	79	025	290
Livros Tombados *	0	1103	080	1183
Total Geral	9526	3215	303	13.044
Documentos/Livros pré-processados		**	1000	1000
Documentos sem pré-processamento			**	**

* Processado em Microisís, fora do banco de dados dos documentos e teses sobre povos indígenas

**Difícil quantificar este material (concentram-se em aproximadamente sete arquivos).

Observação

O último número de registro no banco de dados (documentos avulsos, teses e dissertações) é 12.993 para um total de 11.861 registros válidos, ou seja 1.132 registros foram eliminados do banco pelos mais variados motivos (duplicação, formação de dossiês, recortes de jornal, etc.).

• Acervo de Imagens

A partir do mês de abril foi contratada uma pessoa responsável pelo acervo de imagens (fotos e vídeos). Foi feito um levantamento minucioso da situação do acervo (material processado, não processado, conservação, necessidade de mudança de embalagens, material sem identificação etc.). Foram incorporadas novas fotos (acervo Beto Ricardo) que receberam uma classificação manual e embalagens adequadas. A informática elaborou um novo banco de fotos - para substituir o que existia com **9.056** fotos processadas sobre a temática indígena (separados por povo, área do levantamento ou tema) -, que além dos dados cadastrais e de indexação permite a digitalização das fotos. O programa foi testado, corrigido, aprimorado e desde novembro os dados do antigo banco migraram para o novo e já está em operação com as primeiras **275** fotos digitalizadas (Waimiri Atroari, Aikanã, Amanaye, Anambé, Apiaká, Apinaye, Arapaço, Arara e Kayapó A'Ukre). Foram também elaborados dois manuais: um completo - para uso exclusivo da documentação -, com os procedimentos de consulta, alteração, inclusão, exclusão e impressão e um somente de consulta e impressão. As cópias de exibição dos vídeos foram catalogadas e podem ser consultadas através de listagens (por ordem de código e título). Futuramente eles também serão processados em um banco de dados específico. Além da organização, classificação, mudanças no acondicionamento das fotos, o acervo de imagens atendeu demandas internas e externas de digitalização de imagens (**482**).

• Recortes de Jornais

Diariamente são lidos, recortados, colados, classificados e arquivados oito jornais além de duas revistas semanais. Atualmente

temos **232** temas ambientais e indígenas além de recortes para todas as etnias e áreas do levantamento. Acompanhamento de menções ao ISA na imprensa. Durante o ano de 2001 foram registrados **199** citações ao ISA, sendo: 118 em jornais nacionais, 02 em jornais do exterior, 9 em revistas semanais, 20 em periódicos nacionais, 5 em periódicos do exterior e 45 na internet.

• Manchetes Socioambientais

A partir do clipping diário citado acima - além de eventualmente via internet - produzimos um pequeno resumo das notícias do dia que é colocado no site do ISA e enviado, via correio eletrônico, para os funcionários do ISA São Paulo, Brasília e São Gabriel da Cachoeira bem como para instituições, colaboradores, agências de financiamento, jornalistas, multiplicadores etc. Além disso, a pedidos, cópia das matérias são enviadas via fax ou correio.

• Periódicos

As coleções são atualizadas quinzenalmente através do Kardex informatizado. Atualmente temos **528** coleções de periódicos (temática indígena e ambiental).

• Arquivo Institucional

O material referente à memória institucional está arquivado por meio de processamento manual por projetos/atividades.

• Outras Atividades

- Atualização da listagem publicada no Povos Indígenas no Brasil 1991/1995 (referências do período que não saíram na publicação e as referências até 2001), e levantamento, por povos indígenas, de referências anteriores a 1991 para o site do ISA. Atualmente temos **2333** registros na base por tipo de documento. Atualização do levantamento bibliográfico dos **72** verbetes da enciclopédia no site do ISA já prontos.

- Atendimento ao público: atendidos **106** pesquisadores externos, além dos internos (inclui Brasília, Xingu e S. Gabriel da Cachoeira). O atendimento por carta, telefone e correio eletrônico começou a ser quantificado a partir do final de 2001. Vários pesquisadores foram atendidos via E-Mail, com envio de listagens e reprodução de documentos. Foram **16** atendimentos externos referentes ao acervo de imagens (o atendimento ao acervo de imagens é mais complexo e demanda muito mais tempo).

- Triagem da correspondência: toda a correspondência que chega é triada e o material da documentação (documentos, livros, periódicos, etc.) é tombado em uma base em Microisís e depois, pelo correio eletrônico interno, enviado um informativo com a relação do material que chegou. Durante este ano, foram processados **1180** documentos e elaborados **48** informativos *Chegou na Documentação*.

- Cadastro: desde março de 2001 o novo cadastro do ISA está operando com pessoas devidamente cadastradas podendo alterar, consultar, excluir e com um responsável master (no Desenvolvimento Institucional) que cuida da padronização e das inclusões, alterações gerais bem como da saída de mala direta para lançamentos, eventos, demandas externas etc. Nos três primeiros meses do ano a documentação orientou uma pessoa, excepcionalmente contratada para fazer a adequação de

atividades permanentes - documentação

dados que migraram do antigo cadastro. Sobre essa adequação foi feita uma correção, pela documentação, com eliminação de duplicidade de instituições. A documentação elaborou um Manual de consulta, inclusão, alteração, exclusão, envio de e-mails, impressão e treinou as pessoas autorizadas a alterar o cadastro. Foi também dado um treinamento de duas semanas à primeira responsável master do cadastro. No meio do ano esta pessoa foi substituída e desde então a documentação vem acompanhando e orientando o novo responsável.

- Acompanhamento e Treinamento - Da estagiária na atualização do banco de dados sobre meio ambiente (três primeiros meses); para utilização do novo cadastro e novo banco de fotos e da pessoa responsável pelo acervo de imagens.

- Elaboração de uma base de dados em Microisís para o controle de atendimento à pesquisadores externos contendo dados do pesquisador, data e pesquisa efetuada, quem atendeu e o tipo de atendimento (visita, telefone, e-mail), finalidade da pesquisa e resultados.

- Passagem para o Microisís do processamento manual dos artigos de Washington Novaes publicados no Jornal do Brasil, na Gazeta Mercantil e no Estado de S.Paulo (318 artigos), atualizado até julho de 2001. Será publicado um livro com uma seleção desses artigos. O processamento em Microisís permitirá a elaboração do índice remissivo do livro.

- Identificação, classificação, reprodução de todos os contratos assinados pelo ISA desde a sua fundação, acompanhado de respectivos projetos e relatórios quando necessário. Este material organizado resultou em um dossiê de nove volumes.

- Elaboração de dois dossiês temáticos: Guarani na Mata Atlântica e Gavião Parkateje.

- Elaboração da parte textual dos "Melhores Momentos do ISA" - desde a sua fundação - para o novo Plano Trienal.

- Levantamento de todos os textos de Márcio Santilli, publicados ou não, com a elaboração de uma listagem bibliográfica.

Avaliação

De acordo com os indicadores, a documentação tem conseguido subsidiar as equipes dos Programas e Projetos do ISA em suas demandas, bem como facilitar o acesso a sua documentação. Tem elaborado manuais internos e realizado treinamento e capacitação da equipe no aprimoramento da metodologia utilizada no processamento e disponibilização do acervo nos vários suportes, bem como aumentado o número de consultas externas. Com a contratação de uma pessoa responsável pelo acervo de imagens e a elaboração de um novo banco de dados, que comporta a digitalização das imagens, estamos conseguindo solucionar uma demanda antiga de organização, conservação, processamento e disponibilização ao público interno e externo do rico acervo do Instituto bem como de ampliação do mesmo. No entanto, mais uma vez, a documentação tem apenas atendido às demandas, não tem conseguido se antecipar a elas.

A equipe que cuida da documentação textual (documentos, teses, livros, periódicos, recortes), além de outras atividades, está defasada. Ela continua do mesmo tamanho desde a fun-

ção do ISA e o volume de documentos que chegam ao setor vem aumentando consideravelmente a cada ano. Além disso, muitas outras atividades são cobertas pela documentação, não só o processamento de documentos e livros. A cada ano nos deparamos com as mesmas dificuldades dos anos anteriores. O tamanho reduzido da equipe, o volume de material acumulado (principalmente temática indígena) e crescentemente atualizado, além de várias outras atividades realizadas pela documentação, não possibilita ao setor processar os documentos no ritmo desejado (ver tabelas anteriores), nem tampouco fazer trabalhos como a elaboração de dossiês temáticos e a pesquisa e coleta externa ou via internet de documentos (salvo algumas exceções). Além disso, num futuro muito próximo, não conseguirá subsidiar as equipes dos Programas e Projetos do ISA em suas demandas, bem como facilitar o acesso a sua documentação.

Continuamos a enfrentar cada vez mais dificuldades na pesquisa pelo fato de existirem três bancos diferentes na documentação. É urgente a unificação destes bancos bem como a adequação do número de pessoas trabalhando no setor com o número de temas acompanhados.

Também não conseguimos durante o ano de 2001 dar uma solução para a questão do crescimento e da guarda em papel dos recortes de jornais. Torna-se cada vez mais urgente - principalmente para os outros setores do Instituto - a recuperação digital das notícias pela documentação.

Perspectivas

- Ampliar a equipe para viabilizar o processamento, guarda e acesso aos tipos de documentos já processados e a outros tipos de documentos do acervo (artigos de periódicos, por exemplo), o processamento informatizado da documentação interna do ISA (Memória Institucional) e a unificação das três bases de dados existentes (meio ambiente, povos indígenas e livros povos indígenas);
- Dar continuidade à digitalização e ampliação do acervo de imagens;
- Disponibilizar os Bancos de Dados pela internet;
- Buscar uma alternativa para os recortes de jornais: digitalização, eliminação de períodos etc.

Indicadores

- Capacidade de subsidiar as equipes dos programas e projetos do ISA em suas demandas pelos serviços efetuados pelo setor;
- Facilitar e promover acesso à documentação por todas as rotinas de trabalhos do ISA;
- Capacidade de manter atualizado o processamento dos documentos para facilitar seu acesso aos interessados;
- Capacidade de dar respostas ágeis e eficientes às demandas externas por informação e documentos do acervo;
- Facilitar e promover a formação e atualização profissional dos seus quadros.



GEOPROCESSAMENTO



O que é

Geoprocessamento é uma Atividade Permanente que envolve a produção, atualização e divulgação de informações cartográficas e desenvolvimento de sistemas de informação geográfica (SIG), para fins de monitoramento e elaboração de diagnósticos socioambientais de terras indígenas, unidades de conservação e outras áreas de interesse socioambiental.

Visa atender as demandas internas de projetos e programas - em desenvolvimento ou em fase de planejamento - do ISA, bem como as externas, de comunidades locais, pesquisadores, organizações governamentais e não-governamentais, imprensa e público em geral, produzindo informações sobre os aspectos territoriais dos temas trabalhados pelo Instituto.

Equipe

Alicia Rolla (coordenadora, analista de sistemas de informações geográficas)
Cícero Cardoso (coordenador adjunto, analista de sistemas de informações geográficas)

Edna Amorim dos Santos (analista de sistemas de informações geográficas)
Fernando Frizeira Paternost (analista de sistemas de informações geográficas)
Jane Verona (analista em sensoriamento remoto)

Mônica Takako Shimabukuro (analista em sensoriamento remoto)

Rosimeire Rurico Sacó (analista em sensoriamento remoto)

Viviane Cristina Mazin (analista em sensoriamento remoto)

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional
- UE - União Européia: apoio financeiro
- TNC – The Nature Conservancy: apoio financeiro

O que foi feito

• Geral

Curso ministrados

- Curso de treinamento no ArcView, em que participaram integrantes das equipes dos Programas Mata Atlântica, Xingu, Rio Negro, Projeto Xikrin e Geoprocessamento.

- Organização de curso para os 17 representantes da Rede de ONGs da Mata Atlântica, no âmbito do Projeto Avaliação de Esforços de Conservação na Mata Atlântica, ministrado na sede do ISA em São Paulo.

Contatos

Foram efetuados diversos contatos com outras entidades, empresas e parceiros (como o Instituto Florestal-SP, Universidade de São Paulo, Tawaya-empresa de assessoria do Acre, entre outros), buscando agregar conhecimento e oportunidades.

• Atividades de capacitação da equipe

Cursos

- Curso de Análise Espacial de Dados Geográficos, na GeoBrasil2001, ministrado por Gilberto Câmara.

- Curso de Geoestatística aplicada à área ambiental, na USP.
- Curso de Geoinformação na Internet, na GeoBrasil2001.

Participação em Congressos e Simpósios

- Participação no Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto em Foz do Iguaçu (Monica).

- A equipe participou de cursos, conferências e palestras, e também fez diversos contatos com fornecedores na GeoBrasil 2001, Feira e Congresso Internacionais de Geoinformação, realizado em São Paulo (em junho).

- Participação na Telexpo e Fenasoft.

Participação em reuniões, encontros e seminário:

- *Workshop Intact Forest Mapping*, realizado em Manaus, em junho, organizado pelo Greenpeace Amazônia e o Global Forest Watch. Apresentou projeto que pretende mapear as áreas intactas de floresta na Amazônia.

- Participação de reunião na Fema (Fundação Estadual de Meio Ambiente/MT), em Cuiabá, em junho, acompanhando equipe do Programa Xingu para elaboração de projeto em parceria.

atividades permanentes - geoprocessamento

- Participação no *Seminário sobre Populações Tradicionais na Amazônia*, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em agosto.
- Participação na *Oficina de Capacitação do Vale do Ribeira*, organizado pelo ISA.
- Participação do *III Seminário da Billings* promovido pelo ISA para mostrar os resultados do Diagnóstico Socioambiental da Billings.

Estrutura operacional

- Atualização da infra-estrutura operacional, com a aquisição e atualização de máquinas e atualização de softwares específicos de cartografia (ArcInfo, ArcView e Erdas Imagine).
- Busca de soluções para disponibilização de dados em meio digital, através de CD-Roms ou internet (ArcExplorer e ArcIMs).
- Otimização de processos e procedimentos operacionais.

• Apoio a Programas/Projetos

Edição/Produção de dados

Programa Mata Atlântica – Vale do Ribeira

- Aquisição de mosaico de imagens Landsat7 em 15 metros para todo o vale - elaborado pela Intersat.
- Georreferenciamento das 3 cenas de 1990 e início da classificação das imagens do Ribeira, série temporal 1990-1999, para avaliação do uso do solo na porção paulista do Vale.
- Contatos com a Faculdade de Geografia da Universidade de São Paulo, que tem trabalho em andamento de mapeamento do Quilombo de Ivaporunduva em convênio com o Itesp. Há interesse numa parceria com o ISA.
- Contatos com Instituto Florestal para estabelecer uma parceria na classificação do uso do solo e também, para futura aquisição da base cartográfica digital em 1:50.000.
- Atualização da malha viária (escala 1:250.000).
- Atualização das áreas de Quilombos e sua situação jurídica.
- Aquisição de ortofoto e base cartográfica digital do Quilombo de Ivaporunduva, na escala 1:10.000.

Programa Parque Indígena do Xingu

- Definição e digitalização das sub-bacias que compõem o rio Xingu no Mato Grosso.
- Registro, classificação e interpretação das 12 imagens de satélite, de 2000.
- Mapeamento das estradas em 2000.
- Plotagens de municípios do Mato Grosso, criados de 1997 (última edição dos dados do IBGE) a 2.000.
- Digitalização dos confrontantes trecho Ronuro-BR-080, terminando o contorno do Parque.

Programa Rio Negro

- Delimitação e digitalização da bacia do Rio Negro na escala 1:250.000 e das 32 Terras Indígenas e 32 Unidades de Conservação que dela fazem parte.
- Digitalização das Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Colômbia.
- A partir de setembro, início da identificação das diferentes unidades de paisagem na região das cinco terras do Alto Rio Negro, a partir de uma combinação entre imagens de satélite e imagens do radar Jers, e mapas temáticos do RadamBrasil.

- Digitalização das Unidades de Conservação da Venezuela.

Programa Brasil Socioambiental.

- Criação de programa para checagem semi-automatizada de sobreposição de interesses minerários em Terras Indígenas e Unidades de Conservação no Brasil, em ArcView, que permite a verificação assim que o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) disponibiliza a informação em seu site.
- Plotadas aproximadamente 110 Unidades de Conservação, entre áreas novas e alterações de limites, completando fora da Amazônia 242 unidades de conservação plotadas.
- Plotadas 18 novas terras indígenas.
- Foram plotados os decretos de terras devolutas do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) nos estados Acre e Rondônia e também as propostas de divisão territorial da Amazônia.
- No âmbito do Projeto de Mapeamento das Populações Extrativistas foram digitalizados nove Projetos de Assentamento do Incra.

Projeto Xikrin

- Definição do traçado da nova estrada que será construída para retirada de madeira.
- Iniciado o detalhamento da próxima unidade de produção anual (área número 11), que será explorada no próximo ano, a qual foi dividida em talhões.
- Divisão da nova Unidade de Produção Anual (área número 3) em unidades de trabalho.
- Foram repassados os dados levantados e gerados aqui no ISA (da Terra Indígena Xikrin) para uma empresa (Geotec) fazer o relatório técnico dos impactos ambientais (EIA) da nova estrada para escoamento da produção madeireira.

Projeto Extrativistas

- Geração de mapas a partir do banco de dados de organizações e projetos extrativistas, para análise pela equipe do projeto.

• Disponibilização de Informações Geográficas

Programa Parque Indígena do Xingu

- Estatística de formações florestais em Terras Indígenas na bacia do Xingu, para contrato TNC.
- Finalização estatística da evolução do desmatamento no Xingu, 94-97-2000.
- Preparação de carta imagem com a localização de Pequi/Inajá e impressão de mapas feitos pelos índios, para o projeto de óleos.
- Com a interpretação da ocupação em 2000, produzimos uma carta-imagem, destacando as áreas alteradas e as áreas desmatadas dentro da bacia. Foram feitas 80 cópias que seguiram no dia 29 de outubro rumo a Canarana e Parque do Xingu, para distribuição na Assembléia da Atix.
- Mapa Evolução da Ocupação no período 94-97.
- Mapas para relatório da TNC.
- Geração de mapas para o Livro das Águas, Xingu.

Programa Brasil Socioambiental

- Estatísticas de TIs x vegetação em Roraima.

atividades permanentes - geoprocessamento

- Foi feita uma longa estatística de terras na Amazônia, que apresenta por estado as áreas destinadas à conservação, as Terras Indígenas e as sobreposições entre elas.

- Estatística de ecossistemas de transição e cerrado para reunião sobre o Código Florestal.

- Elaboração de mapas com a nova divisão territorial proposta para a Amazônia.

Programa Mata Atlântica

- Carta-imagem para Mapa-pôster do Vale.

- Mapa pôster sobre a Mata Atlântica.

- Elaboração e impressão de mapas em transparências para curso de capacitação no Vale do Ribeira.

- Gerados 11 mapas para apresentação dos resultados de "Quem faz o que pela Mata Atlântica" a partir do banco de dados.

- Foram gerados mapas para o site da Mata Atlântica.

- Produção de carta-imagem para pôster e série de mapas para o relatório Billings.

Programa Direito Socioambiental

- Geração de mapas mostrando os interesses minerários (DNPM) sobre as Terras de Quilombos. Foram criados 2 mapas para a área toda dos quilombos e um para cada uma das 11 Terras, que foram utilizados nas reuniões do programa com as comunidades.

Probio

- Mapas temáticos e mapa pôster final, para publicação.

- Geração de estatísticas e relatórios sobre as áreas prioritárias.

Projeto Extrativistas

- Geração e impressão de mapas a partir do banco de dados de entidades e projeto extrativistas (15 mapas em A3).

Projeto Xikrin

- Foram realizadas impressões de mapas da primeira Unidade de Produção Anual a ser explorada - para Ibama, Embrapa, ISA-Brasília e para os índios nas aldeias.

- Impressão de mapas com a divisão da nova Unidade de Produção Anual para o trabalho de campo dos topógrafos.

• Principais Atendimentos Externos

- Cálculo da porcentagem de recobrimento de florestas nos estados do Acre e Amazonas, para a Fundação Ford.

- Mapa dos remanescentes de Santa Catarina, para a Apremav.

- Atendimento ao dep. Gilney Viana (MT), sobre utilização de imagens de satélite.

- Estatística de terras protegidas por município no Mato Grosso, para apoiar dep. Gilney Viana (MT) na implementação da Lei do ICMS ecológico no Mato Grosso.

- Mapa da localização TI Panará e desmatamento na bacia do Xingu em 97 para site do Orlando Villas Boas.

- Mapa pólos-base para Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro)/Saúde sem Limites.

- Mapas de remanescentes e áreas prioritárias para conservação da biodiversidade do RS (Rio Grande do Sul) e SC (Santa Catarina) para reunião da Rede de ONGs nos estados.

Distribuição de produtos cartográficos:

- Agência de financiamento = 19
- Colaboradores = 10
- Comunidade local dos programas = 149
- Empresa privada = 16
- Empresa pública = 24
- Executivo municipal = 2
- Executivo estadual = 4
- Executivo federal = 49
- Ministério público = 3
- ONG internacional = 8
- ONG nacional = 10
- Universidade nacional = 3
- Relatório = 58
- Outros = 10
- Arquivo = 11
- Uso interno = 87

Total = 463

Avaliação

Este ano tivemos uma situação mais estável no Laboratório de Geoprocessamento, com uma infra-estrutura mais cuidada e com uma equipe bem dimensionada, o que permite uma avaliação positiva de desempenho frente aos indicadores. Foram vários os produtos gerados, mas também houve uma produção de dados intermediários, para subsídio aos diagnósticos elaborados pelos programas. Nota-se que há um aumento geral da capacidade do ISA em utilizar essas informações espaciais. Assim também atendemos várias demandas de parceiros e de pessoal em campo, e pudemos disponibilizar mais dados cartográficos em formato CD-Rom. Estamos ainda envolvidos na disponibilização de dados via internet, mas embora tenhamos evoluído em relação aos meios, ainda não tivemos um bom resultado gráfico/estético.

Do ponto de vista de formação, embora não tenhamos participado da maior parte dos eventos que ocorreram sobre Geoprocessamento, tivemos um aumento interno no interesse e disponibilidade para participação, que não foi maior por problemas financeiros.

Perspectivas

- Consolidação e otimização dos mapas disponibilizados na Internet.
- Criação de uma intranet para disponibilização de informações geográficas para outras equipes.
- Viagem a campo dos especialistas das áreas.
- Participação maior da equipe na formulação dos projetos que envolvem Geoprocessamento.

Indicadores

- Capacidade de subsídio em SIG aos programas e projetos.
- Respostas ágeis às demandas externas e internas.
- Formação e atualização profissional da equipe.
- Mapas e relatórios disponibilizados.



INFORMÁTICA



O que é

É uma atividade permanente, que reúne as rotinas necessárias à manutenção operacional dos sistemas informatizados do ISA em condições adequadas às necessidades das equipes de trabalho, aprimorando-os a partir da incorporação de novos programas e equipamentos que tornem mais eficientes as operações e agilizem as atividades de comunicação interna e externa, o gerenciamento de bancos de dados e o acesso às informações.

Equipe

Rodolfo Marincek Neto (coordenador)
 Adriana Araújo dos Santos (estagiária)
 Antenor Bispo de Moraes (administrador de rede)
 Ana Carina Gomes de Andrade (técnica de suporte)
 Daniel Domingos Akira de Sá Pimentel Ohata (técnico de suporte)
 Fabio Alves Francelino (programador)
 Hernani Rezende de Lacerda (técnico de suporte)
 José Alexandre Malfati (desenvolvimento de site)
 Juliano César do Amaral (programador)
 Rafael Fernandes de Paiva (estagiário)
 Rosane Sinato (estagiária)

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional
- UE – União Europeia: apoio financeiro

O que foi feito

• Manutenção e configuração de servidores

Contamos com 5 servidores que devem ser monitorados diariamente e neste ano foram instalados os seguintes serviços:

- Instalação do sistema operacional Windows 2000 server em alguns servidores.
- Instalação de uma VPN (Virtual Private Network) entre São Paulo e Brasília para acesso direto dos dados entre as 2 sedes (baseado em Linux).
- Instalação e análise do Gerenciador de Banco de dados PostgreSQL de arquitetura aberta e para Linux.
- Instalação de novo sistema de Backup para atender o volume de informações existentes.
- Instalação de um servidor em Brasília.
- Instalação de sistema de backup em Brasília.
- Organização de softwares utilizados.
- Substituição do Office (Word, Excel, Access, etc) pelo Star Office (sistema integrado com arquitetura aberta) em 40% das máquinas.
- Substituição gradativa dos servidores NT por servidores Linux de arquivo, email, web, banco de dados. Já utilizamos o Linux

para serviços de segurança (Firewall), VPN, serviço de PROXY (gerenciamento da navegação das estações de trabalho na internet) em São Paulo e Brasília e servidor de arquivos em Brasília.

• Comunicação

- Ampliação da velocidade de transferência de informações nas linhas de transmissão de dados do ISA para atendimento do aumento da demanda. São Paulo (256k) e Brasília (128k).
- Instalação de servidor Linux com todo o sistema de segurança em Brasília.
- Manutenção dos domínios socioambiental.org, isaintranet.org.br, codigoflorestal.com.br, mataatlantica.org.br e do sistema de e-mails com 130 caixas postais.

• Parque instalado

- Manutenção, instalação e configuração dos equipamentos do ISA que hoje conta:
 - 73 micros em São Paulo
 - 2 Workstations
 - 13 lap tops
 - 3 micros em São Gabriel

atividades permanentes - informática

- 3 micros no Xingu
- 12 micros em Brasília
- 16 impressoras
- 2 roteadores
- 7 hubs
- 2 switches

• Segurança

-Garantir segurança dos dados através de direitos de acesso e sistema de backup.

• Banco de dados

- Desenvolvimento do cadastro unificado do ISA: sistema implantado e operando para alterações no Instituto e para consulta via web.

- Desenvolvimento do sistema de acervo fotográfico: sistema implantado e operando no Instituto estando no processo de digitalização das imagens para posterior disponibilização na web.

- Desenvolvimento de base de dados estatística do Xingu: sistema implantado e em fase de testes e digitação das informações.

- Desenvolvimento de banco de dados sobre quilombolas.

- Desenvolvimento de cadastramento de projetos da Mata Atlântica.

- Desenvolvimento de controle de áreas protegidas: fase de aprovação do protótipo pela equipe do Brasil Socioambiental.

- Desenvolvimento de base de dados de levantamento sócio-econômico, demográfico e sanitário do povoado do Iauareté no alto Rio Negro: desenvolvido e em fase de lançamento de dados.

Avaliação

• Equipamentos e sistemas operacionais

A informática trabalhou em todos os itens e atendeu as perspectivas previstas em 2000. O único item que não foi completado totalmente foi a substituição do Office pelo Star Office, pois este é um processo gradativo mas, mesmo assim, já temos 40% de equipamentos migrados.

• Banco de Dados

Não foi encaminhado o Sistema gerencial para o Desenvolvimento Institucional, pois tivemos que desenvolver sistemas que não estavam previstos inicialmente. Além disso, estava prevista a utilização de 3 programadores para atender a demanda acumulada, porém, passamos o ano de 2001 com 1 programador e só a partir de setembro foi contratado um segundo.

• Site do ISA

No Site, o único item que se desenvolveu foi automatizar a inclusão das Notícias Socioambientais e transformá-lo em uma base de dados. Fora do nosso planejamento, desenvolvemos também o cadastramento do projeto "Quem faz o que pela Mata Atlântica" e o projeto do "Código Florestal"

Perspectivas

• Equipamentos e sistemas operacionais

- Atualização de servidores para Windows 2000.

- Instalação de um servidor de banco de dados de arquitetura aberta.

- Organização de softwares utilizados.

- Substituição do Office (Word, Excel, Access, etc) pelo Star Office.

- Substituição gradativa dos servidores NT por servidores Linux de arquivo, email, web, banco de dados.

• Banco de Dados

Dando continuidade à unificação do banco de dados do ISA, já existe a demanda para o desenvolvimento do(s) seguinte(s) sistema(s):

- Desenvolvimento do Sistema de áreas protegidas.

- Desenvolvimento da Loja virtual.

- Sistema gerencial para o Desenvolvimento Institucional.

- Sistema de armazenamento e consulta via web de imagem (fotos).

- Desenvolvimento do sistema de documentação/hemeroteca.

• Site do ISA

- Automatizar e profissionalizar o site como um todo.

Indicadores

- Soluções traçadas para atender as necessidades dos programas/projetos.

- Capacidade de gerenciar as redes de microcomputadores unificadas entre os escritórios de São Paulo e Brasília.

- Segurança dos dados do ISA.

- Unidade da base de dados do ISA.

- Sistemas do geoprocessamento e da informática compatibilizados.

- Capacidade de desenvolver treinamentos em informática para os usuários do ISA.



PROGRAMAS

BRASIL SOCIOAMBIENTAL

DIREITO SOCIOAMBIENTAL

MATA ATLÂNTICA

RIO NEGRO

PARQUE INDÍGENA DO XINGU

PROGRAMA BRASIL SOCIOAMBIENTAL



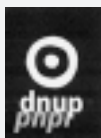
ICCO



NCA



Embaixada do Reino dos Países Baixos



NORAD



UNIÃO EUROPÉIA



RF US



FUNDAÇÃO FORD

O que é

O Programa tem como objetivo promover pesquisas, agregar informações e estabelecer estratégias de atuação do ISA acerca das questões socioambientais no Brasil. Atua em articulação com os demais programas do ISA e com parceiros externos, buscando discutir questões ligadas à conservação e uso sustentável da biodiversidade e direitos dos povos indígenas. O Programa monitora e propõe políticas públicas relativas a estas questões e temas correlatos, como política florestal, mineração, projetos governamentais de desenvolvimento e projetos de parceria com os povos tradicionais. As atividades do programa encontram-se divididas, em duas áreas:

(1) a pesquisa do ordenamento territorial brasileiro busca monitorar e divulgar como o Estado lida com as terras públicas: terras indígenas, unidades de conservação, terras militares, reservas garimpeiras, glebas do Incra, e a reforma agrária. Assim como a questão da mineração em terras indígenas e unidades de conservação de proteção integral. Essa pesquisa coloca em pauta as questões socioambientais que são representativas das questões nacionais.

Este trabalho está estreitamente relacionado com a equipe da Cartografia, pois os resultados das pesquisas são todos georreferenciados, sendo um marco no campo político em que o ISA se insere, uma vez que os trabalhos cartográficos dos órgãos governamentais são estanques e, em geral, desatualizados. Este acúmulo de mais de duas décadas em pesquisa e georreferenciamento, transforma o ISA em referência entre as outras ONGs.

(2) as atividades referentes às políticas públicas socioambientais brasileiras são orientadas para opinar, intervir e subsidiar as diversas instâncias governamentais que definem e executam essas políticas. Este trabalho é realizado também em estreita relação com a equipe do Programa Direito Socioambiental, com os Programas Regionais com os temas Povos Indígenas e Biodiversidade.

Com base nas pesquisas acima citadas e na articulação com os temas, programas e parceiros regionais do ISA, as intervenções propostas por essa equipe têm tido qualidade reconhecida em todos os fóruns em que participam, tendo em vista o conhecimento acumulado, e a equipe multidisciplinar qualificada para propor e subsidiar as políticas públicas pertinentes.

Equipe

Fany Pantaleoni Ricardo, Adriana Ramos, Ticiane Imbroisi, Marília Silva de Oliveira, Cíntia Nigro Rodrigues, Marina A. da Fonseca, Diego Queirolo

Parceiros e fontes de financiamento do Programa

- Icco - Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional
- Embaixada do Reino dos Países Baixos: apoio financeiro
- Fundação Ford
- PNPI/Norad - Programa Norueguês para Povos Indígenas: apoio financeiro
- UE - União Européia: apoio financeiro
- RFUS - Fundação Rainforest dos Estados Unidos: apoio financeiro

MONITORAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL E PESQUISA DE FAUNA E FLORA NESSAS TERRAS

O que é

O projeto Monitoramento de Áreas Protegidas no Brasil visa criar e disponibilizar uma ampla base de dados georreferenciados relativa à situação das Áreas Protegidas no Brasil, destacando as Terras Indígenas (TIs) e as Unidades de Conservação (UCs) da Amazônia Legal e da Mata Atlântica.

Tem como objetivo geral produzir e divulgar informações que possam influenciar propositivamente as políticas públicas e ações do Estado voltadas para a defesa dos direitos coletivos, bem como da proteção e conservação do patrimônio cultural e ambiental.

O Monitoramento das Áreas Protegidas consiste em acompanhar questões concernentes a essas áreas, tais como: situação jurídica; caracterização ambiental; projetos governamentais e empreendimentos particulares; situação demográfica; projetos de ONGs de apoio e de populações tradicionais; identificação digital dos limites das terras, entre outros. Como complemento, realiza-se um levantamento das pesquisas de fauna e flora em Áreas Protegidas que surge como um subsídio importante tanto para pesquisadores, como para a orientação de políticas públicas, conservação da biodiversidade e a exploração sustentável dos recursos naturais.

Equipe

Fany Pantaleoni Ricardo (coordenadora)

Cíntia Nigro Rodrigues (pesquisadora)

Marina A. da Fonseca (pesquisadora)

Diego Queirolo (pesquisador voluntário)

Parcerias e fonte de financiamento

- PNPI/Norad - Programa Norueguês para Povos Indígenas: apoio financeiro
- UE - União Européia: apoio financeiro

O que foi feito

- Levantamento de informações das Áreas Protegidas a partir de documentos legais (leitura do Diário Oficial e de diversas outras bases legislativas federais e estaduais). No caso das TIs, são enfocados atos jurídicos relativos à identificação de novas terras; declaração de posse permanente dos índios; homologação das demarcações, regularização fundiária e registros nos Cartórios de Imóveis e no Serviço de Patrimônio da União; e no caso das UCs, relativos à criação de novas unidades, mudança de perímetro, mudanças de categoria, criação de conselhos consultivos ou deliberativos, aprovação de planos de manejo, entre outros.
- Contatos e intercâmbios com órgãos oficiais federais e estaduais ambientais, pesquisadores, ONGs, entre outros, que desenvolvam trabalhos em UCs e TIs.
- Manutenção da rede de colaboradores permanentes responsáveis pela gestão de UCs e junto aos órgãos ambientais estaduais, alimentando a coleta de informações para monitorar a criação, implantação e fiscalização das Terras Indígenas e Unidades de Conservação.
- Leitura de relatórios, publicações e notícias da imprensa escrita e eletrônica.
- Elaboração periódica de cômputos sobre TIs e UCs solicitada ou distribuída para a mídia, pesquisadores e organizações indígenas e não-governamentais, entre outras.
- Transferência dos registros das UCs da Amazônia Legal do Banco de Dados *Dbase* de Terras Indígenas, em que se encontravam, para o Banco de Dados *Access* de Unidades de Conservação.
- Reformulação do Banco de Dados de Unidades de Conservação visando aprimorar o armazenamento, consulta e cruzamento de informações sobre as UCs (em linguagem *Delphi*).
- Concepção e criação do Banco de Dados de Pesquisas de Fauna e Flora em Áreas Protegidas (em linguagem *Delphi*).
- Obtenção de informações sobre as pesquisas realizadas em Áreas Protegidas por meio de busca na internet, visitação das bibliotecas, participação em reuniões científicas e contatos diretos com os pesquisadores responsáveis.
- Continuidade da pesquisa de incidência de títulos minerários em TIs e UCs na Amazônia Legal. Essa pesquisa é feita a partir da publicação dos alvarás de pesquisa e lavra mineral, no site do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), cujas coordenadas são digitadas em nosso banco de

dados de TIs e UCs, através do programa ArcView. Resulta num mapa da terra em foco, que possibilita acompanhar a incidência desses títulos nas Áreas Protegidas.

Avaliação

- Destacamos a qualidade cumulativa do trabalho nos últimos 20 anos. A partir dos indicadores em relatórios anteriores, confirmamos que a disponibilização das informações tem influenciado as políticas públicas, assessorado ONGs no contexto de campanhas, no esclarecimento das instâncias públicas, respaldado a mídia em geral e subsidiado parceiros e agências de cooperação.
- O atendimento ao público mais geral se mostrou satisfatório dentro dos limites impostos pelo tamanho reduzido da equipe. Há desafios a serem enfrentados no sentido de responder a demandas de outras ONGs, que esperam participar mais sistematicamente em nosso processo de captação e análise de informações.
- Por serem áreas comparativamente pequenas e devido à escala dos mapas, grande parte das TIs e UCs situadas fora da Amazônia Legal só podem ser plotadas como “pontos”, o que impede um acompanhamento tão eficaz como o que conseguimos no caso das TIs e UCs localizadas na Amazônia.
- A estruturação do novo Banco de Dados de UCs permitiu suprir lacunas do banco antigo com a inserção de novos campos de informações, idealizados a partir da experiência diária do trabalho de monitoramento.
- Atualização do inventário das UCs federais e inclusão de grande parte das UCs estaduais, apesar da falta de sistematização das informações concernentes sobre elas, permitindo um panorama mais completo da situação destas unidades na Amazônia Legal e Mata Atlântica.

O monitoramento das Terras Indígenas permitiu a constatação de 68 sobreposições entre as diferentes áreas protegidas, envolvendo 39 TIs, 48 UCs sendo 35 federais e 13 estaduais. Esses dados e mapas ofereceram importantes subsídios para as discussões envolvendo políticas públicas de planejamento territorial e conflitos que opõem funcionários do Ibama e conservacionistas, de um lado, e índios e indigenistas, de outro.

programa brasil socioambiental

Perspectivas

- Realização de acordos de cooperação técnica e intercâmbio com órgãos públicos, sobretudo com a Funai, com o Ibama, as secretarias estaduais de Meio Ambiente e demais entidades responsáveis pela gestão de áreas protegidas brasileiras.
- Ampliar a rede de colaboradores permanentes junto aos órgãos ambientais federais e estaduais, a fim de alimentar a coleta de informações para monitorar a criação, implantação e fiscalização das Áreas Protegidas.
- Continuar a implantação do Sistema de Banco de Dados Relacionais, desenvolvendo os diversos módulos temáticos. (Bancos de Dados TIs, UCs, Pesquisas de Fauna e Flora, de Notícias, Organizações Indígenas, Georreferenciamento, Fotos e Documentação etc)
- Incrementar o Banco de Dados de UCs com o envio periódico de um formulário para os responsáveis das Unidades visando acompanhar a situação de cada uma delas.
- Terminar de implantar o Banco de Dados sobre Projetos de Pesquisa em Fauna e Flora, inserindo a informação armazenada até hoje e completando com dados obtidos diariamente.
- Participação em reuniões científicas já agendadas para este ano, incrementando o contato com pesquisadores responsáveis pelos diferentes projetos de pesquisa realizados em Áreas Protegidas.
- Inserção de um formulário no site do ISA visando o cadastramento voluntário de pesquisas de fauna e flora realizadas em Áreas Protegidas.
- Realização de visitas técnicas a Áreas Protegidas merecedoras de avaliação específica.

Indicadores

- Informações disponibilizadas.
- Demandas externas atendidas.
- Capacidade de monitorar e influenciar as políticas públicas.
- Atendimento ao público em geral.
- Documentos temáticos produzidos e distribuídos.

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS

O que é

A coordenadoria de Políticas Públicas Socioambientais do ISA constitui-se no espaço de reflexão, análise e intervenção referente às políticas públicas socioambientais brasileiras. As atividades aí desenvolvidas estão orientadas para opinar, intervir e subsidiar as diversas instâncias governamentais que definem e executam essas políticas.

Equipe

Adriana Ramos (coordenadora)

Ticiane Imbroisi (assessora permanente)

Marília Silva de Oliveira (estagiária)

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco – Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA – Norwegian Church Aid: apoio institucional
- Fundação Ford: apoio financeiro
- RFUS – Fundação Rainforest dos Estados Unidos: apoio financeiro
- Embaixada do Reino dos Países Baixos: apoio financeiro

O que foi feito

- Acompanhamento do processo de discussão sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas.
- Participação como membro da Comissão Organizadora da III Conferência Nacional de Saúde Indígena.
- Participação na III Conferência Nacional de Saúde Indígena, de 15 a 18 de maio, em Luziânia, GO, que foi um balanço do atual modelo de saúde oferecido às populações indígenas no Brasil pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).
- Acompanhamento das discussões da Câmara Técnica do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), destinadas a elaborar a minuta da resolução para a regulamentação do licenciamento simplificado de empreendimentos “de baixo impacto ambiental” no setor elétrico, devido à crise energética que atravessou o país em 2001 e início de 2002.
- Participação no curso de Mediador de Conflitos em Licenciamento Ambiental a convite do Ministério do Meio Ambiente.
- Acompanhamento dos projetos governamentais de construções de usinas hidrelétricas, bem como das audiências públicas e fóruns de discussão sobre o tema.
- Organização do Seminário Avança Brasil, com o intuito de estimular a discussão sobre o futuro da Região Amazônica e avaliar os possíveis impactos ambientais causados pela linha de atuação desse programa de governo.
- Apresentação do funcionamento do ISA e dos programas em andamento para o BNDES e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atendendo à solicitação dos órgãos em visita à sede do ISA em São Paulo, dentro da proposta do Ministério de continuar as discussões sobre o Programa Avança Brasil.
- Participação em seminários temáticos promovidos pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão com o tema: “Avaliação Ambiental Estratégica nos Eixos da Amazônia e Eixo Oeste”.
- Preparação da publicação de um livro com os resultados do Seminário “Avança Brasil”.
- Participação no I Encontro Anual dos Participantes do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil – PPG-7, em Cuiabá, MT, entre 28 e 30 de maio, com apresentação dos resultados do Seminário Macapá, na intenção de difundir o desenvolvimento sustentável e a conservação dos principais biomas brasileiros, além de discutir maneiras de aperfeiçoar os projetos ligados ao PPG-7.
- Participação na seleção e avaliação dos projetos implementados na região do Cerrado, no âmbito do Programa de Pequenos Projetos, apoiados pelo Instituto População Natureza e financiados pelo GEF (Global Environmental Facility).
- Acompanhamento do processo de discussão da regulamentação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.
- Participação nos fóruns de debate sobre o tema sobreposições entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação, trabalhando inclusive no Grupo Técnico do Conama, criado para propor diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das sobreposições.
- Participação nos encontros da Rede Cerrado de ONGs em Balsas/MA, Bonito/MS e Goiânia/GO, defendendo a criação e a execução de Políticas Públicas que estimulem a conservação e o uso sustentável, gerando emprego e renda com o fim do avanço da destruição do cerrado.

- Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Ministério do Meio Ambiente criado para discutir o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, que pretende estabelecer critérios para utilização do solo e dos recursos naturais de acordo com as especificidades das várias regiões da Amazônia Legal.
- Organização de seminário interno para discussão da análise da proposta de ZEE prevista no artigo 16 da Medida Provisória que regulamenta o Código Florestal.
- Participação nas discussões acerca do projeto do Deputado Moacir Micheletto que propõe a alteração da Medida Provisória do Código Florestal, defendendo o “direito de desmatamento” aos proprietários rurais.
- Participação na campanha SOS Florestas contra a proposta do Deputado Micheletto.
- Pesquisa conjunta com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) sobre a tendência de votos dos parlamentares em relação ao Código Florestal e publicação no site da Campanha SOS Florestas.
- Participação na reunião de criação do Conselho Fundador do Conselho de Manejo Florestal (FSC) - no Brasil.
- Acompanhamento da discussão sobre a Resolução do Conama referente ao licenciamento de Assentamentos para Reforma Agrária e articulação da parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – Contag.
- Apoio à realização e participação no encontro da Contag “Reforma Agrária e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável”.
- Elaboração de um documento com propostas formuladas para os candidatos ao próximo governo, em que se destacam as estratégias de desenvolvimento para a Amazônia, as preocupações com o Programa Avança Brasil do Governo Federal, os avanços e as pendências de questões indígenas, a relação entre reforma agrária, agricultura familiar e meio ambiente e a necessidade das políticas públicas socioambientais serem focadas em recursos hídricos.
- Recepção de Luís Inácio Lula da Silva, candidato às eleições presidenciais a serem realizadas no final de 2002, na sede do ISA, em São Paulo, para conhecer os projetos do Instituto e

Valéria Macedo



Luís Inácio Lula da Silva é recebido no ISA-SP

programa brasil socioambiental

receber o documento com as propostas para o próximo governo.

- Promoção de um seminário para discutir as propostas e os impactos da divisão territorial da Amazônia, com a presença de lideranças indígenas da região.
- Conquista da vaga para Representante Nacional das ONGs no Conama, por meio de eleição.
- Participação na reunião do Banco Mundial, na Chapada dos Guimarães (MT), em 8 e 9/11/2001 para discutir as novas diretrizes operacionais e as políticas norteadoras da concessão de financiamentos do Banco para projetos que afetem os povos indígenas em todo o mundo.
- Atendimento às demandas dos outros programas do ISA.

Avaliação

- A realização do Seminário sobre o Programa Avança Brasil logo no início de 2001 desencadeou um processo de reflexão sobre os impactos socioambientais do Programa no âmbito do próprio Governo Federal. Tal processo teve como marcos a iniciativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em conhecer diversas instituições não-governamentais e de pesquisa que atuam na Amazônia, entre elas o ISA, e a realização de seminários temáticos sobre “Avaliação Ambiental Estratégica nos eixos da Amazônia e Eixo Oeste”. Essa ampliação do espaço de discussão entre ambientalistas e governo foi uma grande conquista que deve ser ampliada quando o trabalho de avaliação ambiental estratégica dos eixos, contratado pelo Ministério do Planejamento e pelo BNDES, for concluído.
- A participação ativa do ISA em todas as etapas do processo de discussão sobre a reformulação do Código Florestal e a articulação com outras entidades ambientalistas e de trabalhadores rurais deu importantes contribuições para que o desfecho fosse um acordo, pelo qual o Código só será votado pelo Congresso Nacional quando houver consenso entre as partes. Assim, ficam garantidos, por enquanto, os 80% de conservação ambiental em propriedades particulares rurais na Amazônia. A análise cuidadosa da proposta do Deputado Micheletto e a propagação do alerta sobre suas inconstitucionalidades por meio de um relatório elaborado pelo ISA chamou a atenção de entidades da sociedade civil e do governo para os riscos da proposta. Ao final, a manifestação do Governo Federal, durante a votação, de que o parecer de Micheletto era inaceitável e contrário aos preceitos do desenvolvimento sustentável reitera o que as ONGs da Campanha SOS Florestas (coordenada pelo ISA) vinham afirmando: a proposta ruralista de alteração do Código Florestal o transformaria em um código agrícola sem sustentabilidade.
- O processo de articulação com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) na discussão sobre o Código Florestal foi um importante passo na ampliação do debate sobre agricultura, reforma agrária e meio ambiente.
- Dentro da proposta de ampliação da participação em fóruns e redes de ONGs foi importante a participação nos encon-

programa brasil socioambiental

tros da Rede Cerrado de ONGs, que promove o desenvolvimento sustentável e a conservação do cerrado. A troca de experiências e informações, com vistas à conciliação entre equidade social, conservação ambiental e desenvolvimento contribui para a formulação e implementação de políticas de uso sustentável na região.

- A eleição do ISA como representante nacional no Conama consolidou uma posição de destaque e liderança nas questões relacionadas à política ambiental em âmbito nacional.
- O encontro com o candidato a Presidência da República Luís Inácio Lula da Silva deu início a um importante debate sobre a abordagem socioambiental dos programas de governo dos principais partidos políticos, que deverá ser um tema prioritário em 2002. Com essa iniciativa o ISA pretende trazer as questões socioambientais para o centro do debate político nacional.

Perspectivas

- Em 2002, com o processo eleitoral, constituir-se-á um momento importante para disseminação e discussão das questões socioambientais. O ISA pretende assegurar a incorporação de propostas que contemplem a dimensão da sustentabilidade socioambiental nos programas de governo dos candidatos à presidência do Brasil.
- A atuação no Conama ampliará o espaço de articulação não só dentro do segmento ambiental como com outros setores representados no Conselho. O Conama tem tido um papel significativo na definição das políticas públicas socioambientais e o ISA pretende potencializar esse papel ampliando a comunicação com a sociedade em geral.
- A discussão dos impactos ambientais do Programa Avança Brasil deve ser incrementada em 2002 a partir da realização da avaliação ambiental estratégica contratada pelo governo brasileiro.
- Outro programa governamental que deve ser um foco de atenção prioritário em 2002 é o PPG-7. Em fase de reestruturação, o Programa será dividido em linhas temáticas que pretendem integrar diferentes setores de governo, incorporando dimensões até então ignoradas pelo Programa, como o ordenamento territorial e a reforma agrária.

Indicadores

- Tabela comparativa entre o Estatuto do índio (Lei 6.001/1973, em vigor), o substitutivo da Comissão Especial (do Deputado Luciano Pizzatto) para o Projeto de Lei (PL) 2.057/91, aprovado em 1994 e a proposta do Deputado Luciano Pizzatto ao PL 2.057, de maio de 2001, apresentada e discutida com lideranças indígenas na Assembléia da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – Coiab, que ocorreu entre 28 de maio e 1º de junho de 2001, em Santarém (PA).
- Eleição do ISA como representante nacional das entidades ambientalistas no Conselho Nacional do Meio Ambiente com 70% dos votos válidos.
- Documento preliminar sobre questões socioambientais para programa de governo entregue ao candidato Luís Inácio Lula da Silva, distribuído na II Conferência da Amazônia e disponibilizado no site do ISA.
- Articulação de organizações da sociedade civil, elaboração de diversos pareceres e informes públicos sobre a questão do Código Florestal.
- Participação como membro da Comissão Organizadora da III Conferência Nacional de Saúde Indígena.
- Participação no grupo de trabalho do Conama sobre superposição de terras indígenas e unidades de conservação.



**PROGRAMA
DIREITO
SOCIOAMBIENTAL**



ICCO



NCA

THE JOHN D. AND CATHERINE T.
MACARTHUR FOUNDATION



FUNDAÇÃO FORD



Embaixada do Reino
dos Países Baixos



Embaixada da
Dinamarca



RF US



**Levi
Strauss
&
Co.**

O que foi feito

• Ações Judiciais

Povo indígena Panará

Após a vitória inédita no Tribunal Regional Federal (TRF), determinando que a União e a Funai paguem indenização por danos morais e materiais aos índios Panará, o Programa Direito Socioambiental obteve junto à Advocacia Geral da União um provimento para que a União não recorra da decisão do TRF, permitindo assim que a decisão transite em julgado, pondo fim ao processo que se iniciou em 1998. Diante disso, os advogados do ISA procederam à liquidação do dano, que chega aproximadamente a R\$ 1 milhão e cem mil, e ajuizaram ação de execução visando levantar a quantia até o ano de 2003.

*Planos de manejo de espécies em extinção
na Mata Atlântica*

A Justiça Federal de Santa Catarina concedeu liminar, em janeiro de 2001, suspendendo a emissão de novas autorizações, pelo Ibama, para exploração de espécies ameaçadas de extin-

O que é

Inaugurado a partir do Plano Trienal 1999-2001, o Programa Direito Socioambiental tem por função promover a defesa dos bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. O Programa assenta o seu trabalho, de forma interligada, nas atividades de:

- (i) Propositura de ações judiciais.
- (ii) Assessoria a comunidades e organizações para o encaminhamento de iniciativas na área socioambiental, além da assessoria interna aos demais programas e projetos do ISA.
- (iii) Produção de conhecimento jurídico.

Equipe

Ana Valéria Araújo (coordenadora)

André Lima, Fernando Mathias Baptista, Raul Silva Telles do Valle, Ana Flávia Rocha e Paulo Celso Pankararu (advogados)

Diego Alvarez, Fernanda Pires Borges e Fernanda S. Rotta (estagiários)

Carlos Frederico Marés, Sérgio Leitão (colaboradores)

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco – Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA – Norwegian Church Aid: apoio institucional
- MacArthur Foundation: apoio financeiro
- Fundação Ford: apoio financeiro
- Embaixada do Reino dos Países Baixos: apoio financeiro
- Embaixada da Dinamarca: apoio financeiro
- RFUS – Fundação Rainforest dos Estados Unidos: apoio financeiro
- E-Law – Environmental Law Alliance Worldwide: apoio financeiro
- Fundação Levi Strauss: apoio financeiro

ção na Mata Atlântica em todo país. A decisão em primeira instância foi confirmada por unanimidade pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Essa decisão permitiu que o Programa Direito Socioambiental, em articulação com a Rede de ONGs da Mata Atlântica, trabalhasse no Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente – para a aprovação da resolução 278/01, que determinou não só a suspensão da emissão de novas autorizações para exploração de espécies ameaçadas de extinção em toda Mata Atlântica, como também a suspensão das autorizações já emitidas pelo órgão ambiental.

Diante desses fatos, o Ibama e o Conama estão agora aferindo a viabilidade ecológica da exploração de tais espécies. O Programa está monitorando o processo no Conama e continua acompanhando o trâmite judicial da ação buscando ao final a condenação do órgão a investir quantia expressiva de recursos na recuperação de áreas degradadas e na conservação das espécies em extinção.

programa direito socioambiental

Biodiversidade e Acesso a Recursos Genéticos

O Programa Direito Socioambiental, em agosto de 2000, elaborou e ajuizou em nome da Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura, ação direta de inconstitucionalidade (Adin) perante o Supremo Tribunal Federal - STF, questionando a constitucionalidade da Medida Provisória (MP) nº 2.052/00 que regula a implementação da Convenção Internacional sobre Diversidade Biológica (CDB), criando mecanismos de acesso à biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados.

A Adin, que foi monitorada pelos advogados do ISA durante todo o ano de 2001, questionou a constitucionalidade de artigos que feriam o direito de usufruto exclusivo dos povos indígenas sobre os recursos naturais existentes em suas terras, e que convalidavam atos de exploração econômica de conhecimentos tradicionais ocorridos antes da edição da Medida Provisória, sem o consentimento prévio e informado das comunidades.

Diante do pedido formulado na referida ação de inconstitucionalidade, o Governo Federal, em reedição da Medida Provisória - MP (agora sob o nº 2.186/01), em julho de 2001, alterou os artigos questionados judicialmente pela Contag, restabelecendo o direito ao usufruto exclusivo dos índios sobre os recursos (inclusive genéticos) existentes em suas terras e determinando àqueles que haviam explorado conhecimento tradicional antes da edição da MP que passem a se adequar às novas regras.

Hidrovia Araguaia-Tocantins

Em março de 2001, a empresa Araguaiana Navegação Fluvial tentou realizar a primeira viagem pela Hidrovia Araguaia-Tocantins com seu comboio de barcaças, na cidade de Barra do Garças, inobstante a medida judicial obtida em 1997, pelos advogados do ISA, que proíbe qualquer obra ou atividade tendente à implantação do projeto sem seu licenciamento ambiental concluído. Considerando a ilegalidade da atividade pretendida, os advogados do ISA denunciaram o fato ao Ministério Público Federal no Mato Grosso, que requereu nova medida liminar, no bojo da ação judicial de autoria das comunidades Xavante de Areões e Pimentel Barbosa, patrocinada pelo ISA. O juiz federal de Cuiabá suspendeu a operação fazendo com que a empresa e o Ministério dos Transportes recorressem ao Tribunal Regional Federal. A partir de então, os advogados do ISA se envolveram em mais uma batalha judicial com o objetivo de manter a proibição vigente, o que até agora vem acontecendo.

Em dezembro de 2001, os advogados do ISA estiveram em Cuiabá para apresentar suas alegações finais na ação que movem contra o Ministério dos Transportes, considerando que o juiz da causa pretende julgá-la até o primeiro semestre de 2002.

Fora dos tribunais, a luta dos Xavante contra a Hidrovia continua. O ISA conseguiu mobilizar uma comitiva de Xavantes para se reunir com o presidente do Ibama, Hamilton Casara, em maio de 2001. Nessa oportunidade os índios entregaram oficialmente as provas documentais da fraude perpetrada no Estudo de Impacto Ambiental do projeto (EIA/RIMA). O Ibama

então emitiu nota técnica condenando os estudos antropológicos fraudados e determinando a realização de novos estudos. Diante dessa nova exigência, as audiências públicas ficaram postergadas sem data definida.

• **Assessoria Jurídica**

Estatuto das Sociedades Indígenas

O Programa Direito Socioambiental teve uma ativa participação, ao longo do ano, em diversas reuniões e assembléias da Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, do Capoib – Conselho de Assessoria dos Povos Indígenas Brasileiros, do CIR - Conselho Indígena de Roraima, da Atix – Associação Terra Indígena Xingu e da Foim – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, em que foram discutidos o Projeto de Lei do Estatuto das Sociedades Indígenas no Congresso Nacional no intuito de envolver as organizações no debate, esclarecer dúvidas e informar sobre o andamento das discussões em Brasília.

Reforma do Código Florestal

Em assessoria direta à Campanha SOS Florestas, integrada por cerca de 300 organizações não-governamentais, o Programa Direito Socioambiental elaborou pareceres sobre as propostas trazidas à discussão pelo setor ruralista, que subsidiaram a intervenção das organizações não-governamentais e da sociedade civil no Congresso Nacional.

Ao longo dos meses de julho e agosto o Programa Direito Socioambiental participou de cinco oficinas, realizadas em Florianópolis (SC), Rio Branco (AC), Curitiba (PR), Recife (PE) e Brasília (DF), ministrando palestras e orientando as Federações ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag na elaboração de uma proposta alternativa para a lei florestal brasileira que contempla a preocupação ambiental e a preocupação com a agricultura familiar.

O Programa Direito Socioambiental e o Programa Brasil Socioambiental articularam a integração entre a proposta da Contag e a da Campanha SOS Florestas, o que foi finalmente entregue ao Ministro de Meio Ambiente e que será negociada como posição do governo juntamente com a bancada ruralista no Congresso Nacional provavelmente em 2002.

Conferência sobre Racismo

- Participação no I Encontro Afro-Indígena, organizado em 06 e 07 de março, em Brasília - DF, pelo Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na Conferência Mundial. Discussão com organizações e lideranças indígenas sobre os temas em pauta e assessoria técnica sobre os assuntos referentes à Conferência Mundial.

- Reuniões e discussões com os indígenas membros do Comitê Nacional, Azelene Kaingang e Marcos Terena, acerca de estratégias e conteúdo dos documentos em discussão no âmbito do Comitê.

- Assessoria específica aos membros indígenas do Comitê para preparação do documento apresentado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, em audiência ocorrida em julho.

- Assessoria na redação do documento apresentado pelos membros indígenas do Comitê na Conferência Nacional contra o Racismo, realizada em julho, no Rio de Janeiro.

- Participação na VI Reunião de Trabalho do Comitê Nacional, ocorrida em junho, em Brasília.
- Preparação e distribuição de informe técnico sobre a Conferência Mundial, que informou, às comunidades e organizações indígenas em todo o país os objetivos da Conferência e a inserção dos índios brasileiros nos debates.
- Participação na Conferência Nacional contra o Racismo, em julho, no Rio de Janeiro (RJ).
- Elaboração de informe técnico sobre a Conferência Nacional e distribuição a comunidades e organizações indígenas.
- Reuniões com membros indígenas do Comitê para discussão de estratégias e conteúdo das informações que foram levadas para a PrepCom em Genebra.
- Participação na PrepCom em Genebra, Suíça, de 30 de julho a 10 de agosto de 2001.
- Elaboração de informe técnico sobre a PrepCom e sobre os documentos que foram discutidos na Conferência Mundial, distribuído às comunidades e organizações indígenas em agosto de 2001.
- Reuniões com membros indígenas do Comitê e representantes de organizações indígenas, em julho, acerca de estratégias para a participação indígena na Conferência Mundial.
- Participação na Conferência Mundial, em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 07 de setembro de 2001.
- Elaboração de informe técnico sobre a Conferência Mundial para distribuição a comunidades e organizações indígenas, em setembro.
- Apoio à realização e participação em reunião com lideranças indígenas e organizações de apoio para avaliação dos resultados da Conferência Mundial Durban.

Quilombos no Vale do Ribeira

Tijuco Alto: acompanhamento do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira (SP), que poderá impactar a maior área de Mata Atlântica do Brasil e indiretamente a área que abriga cerca de 50 comunidades quilombolas.

Durante o ano de 2001 o processo de licenciamento ganhou impulso, em decorrência da pressão do empreendedor sobre o órgão ambiental e da crise energética que assolou o país. Para acompanhar o andamento do processo, o ISA manteve estreita relação com o Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo e com o Moab (Movimento dos Ameaçados por Barragens), principal movimento que se opõe à construção da usina. Nesse sentido, ocorreram os seguintes eventos:

- Duas reuniões no MPF para tratar de temas pertinentes ao processo de licenciamento ambiental, como o risco de contaminação do futuro reservatório por metais pesados (principalmente chumbo) e os procedimentos da equipe técnica do órgão licenciador (Ibama).
- Acompanhamento, junto com o MPF, da vistoria realizada pela equipe técnica do Ibama na área diretamente impactada e reunião com a equipe técnica do empreendedor e do Ibama.
- Duas reuniões com o presidente do Ibama para levantar informações e levar a posição do ISA e das comunidades quilombolas a respeito do empreendimento.

programa direito socioambiental

- Envio de ofícios ao Ibama cobrando transparência no processo e apontando irregularidades no licenciamento.
- Duas visitas às comunidades quilombolas para informá-las sobre o andamento do processo de licenciamento e para esclarecer dúvidas sobre o procedimento e sobre as prescrições legais pertinentes.

Mineração: dando seqüência às palestras ocorridas durante o ano de 2000 (além das palestras foi publicada uma apostila com o objetivo de informar as comunidades quilombolas sobre a atual situação dos interesses minerários incidentes sobre suas terras), em 2001 foram realizadas novas reuniões com as comunidades, com o objetivo de não só esclarecer a problemática da mineração em suas terras, mas também de tentar extrair um posicionamento das comunidades sobre o assunto. Algumas comunidades demonstraram interesse em ingressar com ações judiciais objetivando a anulação dos títulos minerários em suas terras, mas outras precisavam de mais discussão interna, razão pela qual ficou decidido que apenas quando todas estiverem de acordo se ingressaria com qualquer medida administrativa ou judicial. O ISA ofereceu-se para auxiliá-las quando necessário, e continua mantendo contato para dirimir dúvidas.

Termo de Cooperação Jurídica com os Yawanawá do Rio Gregório

O ISA firmou, em outubro de 2001, Termo de Cooperação com a Organização dos Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório – OAEYRG, que tem por objetivo prestar assessoria jurídica qualificada à comunidade indígena Yawanawá, principalmente no tocante às relações comerciais atualmente mantidas pela comunidade com empresas nacionais e transnacionais.

Os Yawanawá mantêm, entre outras coisas, uma relação comercial informal com a empresa norte-americana Aveda, com o objetivo de fornecer urucum cultivado pelos indígenas, aliado ao uso da imagem do povo Yawanawá. Este Termo de Cooperação com o ISA visa institucionalizar a parceria comercial em nível contratual, garantindo a integridade dos direitos autorais e de imagem do povo Yawanawá, além de criar um paradigma positivo de relação entre os povos indígenas e empresas interessadas em manter relações comerciais com eles. Os advogados do ISA vêm intermediando a negociação das condições de contratação entre o povo Yawanawá e a Aveda, buscando estabelecer um padrão de relação, entre povos indígenas e setor empresarial, mais qualificada e respeitosa.

Assessoria ao CIR

Conselho Indígena de Roraima durante a Assembléia Geral ocorrida entre 04 a 14 de fevereiro de 2001.

Participação em Assembléia da Coiab

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, prestando assessoria às discussões sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas e Proteção aos Conhecimentos Tradicionais.

Assessoria ao Terceiro Setor

O Programa Direito Socioambiental tem atuado em apoio às organizações não governamentais e movimentos sociais junto

programa direito socioambiental

ao Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama, notadamente:

- Câmara Técnica para Assuntos da Mata Atlântica, onde foi aprovada, por proposta do Instituto Socioambiental, a Resolução nº 278/01 que suspende a exploração de espécies ameaçadas de extinção em toda Mata Atlântica. Ainda nesta Câmara Técnica o Programa participou apoiando a Rede de Ongs da Mata Atlântica nas discussões sobre a atividade madeireira no sul da Bahia, uma das regiões de maior biodiversidade florestal do planeta. A atividade madeireira na região Sul da Bahia permanece suspensa e o Ibama e o Ministério de Meio Ambiente estão procedendo investigações sobre ilegalidades apontadas pelas ONGs no Conama.

- Câmara Técnica de Atualização do Código Florestal, onde o Programa Direito Socioambiental atuou apoiando as ONGs nas discussões sobre a regulamentação das Áreas de Preservação Permanente (matas ciliares, margens de nascentes, lagoas, terrenos com alta declividade etc).

- Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, onde o ISA atuou em apoio a Contag e a Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (organização ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) nas discussões que culminaram na Resolução 289, de 25 de outubro de 2001, que regulamenta o licenciamento ambiental de assentamentos rurais. Nesta mesma Câmara Técnica, o ISA atuou em apoio ao Instituto de Defesa do Consumidor - Idec, na discussão sobre a Resolução Conama que abordará o licenciamento ambiental de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), tendo garantido nos debates a importância dos Estudos de Impacto Ambiental para as atividades que envolverem OGMs. Ainda nesta Câmara Técnica, o Programa Direito Socioambiental atuou intervindo nas discussões sobre licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos, que culminou com a Resolução 279/01, garantindo a exigência de estudos ambientais que envolvam a participação das populações potencialmente envolvidas no processo de licenciamento.

Isenção de Impostos sobre Doações a ONGs

Em 2001 os advogados do ISA acompanharam e interferiram na elaboração e tramitação de projeto de lei para alteração de lei estadual de São Paulo, que trata de imposto sobre doações, e que vinha onerando sobremaneira todas as organizações do Terceiro Setor. Nesse sentido, o Programa Direito Socioambiental elaborou parecer sobre os problemas jurídicos da lei, auxiliou a elaboração da redação de um projeto que alterasse os itens negativos da lei, participou, junto com a Abong (Associação Brasileira de ONGs) e outras organizações, das discussões com o Poder Executivo e, posteriormente, com o Poder Legislativo para a aprovação do projeto de lei. Em dezembro de 2001 o projeto foi aprovado e a isenção do imposto para as ONGs reconhecidas.

Parecer Jurídico

Encomendado pelas organizações não-governamentais e membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, sobre o tratamento dispensado à Mata Atlântica na Lei Estadual de Florestas e sua compatibilização com a legislação federal.

Regulamentação do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

O Programa Direito Socioambiental atuou na coordenação de um dos grupos de trabalho formados pelo Ministério do Meio Ambiente que trabalhou na proposta do decreto para a regulamentação da Lei 9.985/01, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O Programa coordenou a oficina sobre os Conselhos Gestores das Unidades de Conservação e a participação das organizações, realizada durante seminário ocorrido em Pirenópolis (GO), em fevereiro de 2001. A proposta do decreto foi objeto de discussão no Conama e encaminhada pelo Ministro do Meio Ambiente para assinatura do Presidente da República. A proposta encontra-se em apreciação junto à Casa Civil da Presidência da República.

Assessoria ao Programa Xingu e Associação Terra Indígena Xingu - Atix

Uso sustentável dos recursos naturais em terras indígenas e proteção dos conhecimentos tradicionais: os advogados do ISA vêm assessorando a Atix no processo de negociação com empresas do setor de cosméticos para uso de recursos naturais provenientes de suas terras, com a perspectiva de resguardar os direitos de imagem, autorais e direitos de usufruto exclusivo dos recursos naturais de suas terras e de criar um paradigma positivo de relação entre índios e empresas nos moldes do que propõe a Convenção da Diversidade Biológica. Para tanto, o programa tem monitorado a constituição do Conselho do Patrimônio Genético que vai formular os parâmetros e critérios para o uso e a proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, associados à biodiversidade.

Termo de Parceria Fema/Atix para proteção do entorno do Parque Indígena Xingu: a Atix, juntamente com o ISA, pretende celebrar convênio de cooperação com a Fundação Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso – Fema, com o objetivo de colaborar com o esforço do órgão ambiental para proceder ao licenciamento das propriedades rurais que se encontram no entorno do Parque Indígena do Xingu. O Programa Direito Socioambiental vem assessorando as partes na confecção de um instrumento de consolidação dessa parceria.

Assessoria ao Programa Rio Negro e à Foirn - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

O Programa Direito Socioambiental elaborou o projeto Cidadania Indígena do Rio Negro. O projeto contou com o apoio do Ministério da Justiça, em parceria com a Foirn, e tem como objetivo facilitar a obtenção de documentação pessoal para indígenas da região do Alto Rio Negro. A falta de documentação dos indígenas muitas vezes os impede de exercerem seus direitos. O Balcão da Cidadania, aprovado em agosto de 2001, viabilizou, a partir de novembro de 2001, a documentação de cerca de 1.500 índios de São Gabriel da Cachoeira e de comunidades indígenas que vivem no interior do complexo de terras indígenas do Rio Negro.

Além disso, o Programa Direito Socioambiental assessorou o Programa Rio Negro nas seguintes atividades, que destacamos entre outras:

- Análise de manual de legislação sobre educação indígena.

- Elaboração de convênio com Unicef e outros atores locais para a implementação de um programa de educação indígena diferenciada na região do alto Rio Negro.
- Revisão e modificação de termo de parceria com a organização Saúde Sem Limites – SSL, para apoio ao desenvolvimento de projetos de saúde na região do Rio Negro.
- Participação na negociação da reestruturação da Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira.
- Elaboração de parecer sobre legislação de radiofonia e análise da viabilidade de implantação de uma rádio comunitária indígena em São Gabriel da Cachoeira.
- Elaboração de parecer sobre a viabilidade de participação do ISA em projeto do Ministério da Ciência e Tecnologia, que visava doar às OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) computadores e equipamentos para navegação na internet, com o objetivo de formar bibliotecas virtuais.
- Acompanhamento dos desdobramentos da Medida Provisória 2.186/01 que regulamenta o uso e proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas associados à biodiversidade.

Assessoria ao Povo Indígena Panará

Em outubro, os advogados do Programa Direito Socioambiental estiveram na Terra Indígena Panará para discutir com a comunidade a criação de uma associação sem fins lucrativos que represente seus interesses. O resultado do trabalho foi a fundação da Associação Iakiô, com a eleição de seu conselho deliberativo e de sua diretoria. Os advogados do ISA elaboraram o estatuto social e a ata de assembléia de fundação, que foram devidamente registrados no cartório de títulos e documentos da comarca de Peixoto de Azevedo (MT).

Assessoria ao Programa Mata Atlântica

Em 2001 o Programa Direito Socioambiental assessorou o Programa Mata Atlântica em diversas atividades e diferentes assuntos, dada a amplitude de temas tratados pelo referido programa. Dentro dessa assessoria, merecem destaque os seguintes tópicos:

- Participação na Oficina de Capacitação de Professores do Ensino Público do Vale do Ribeira, ocorrida na cidade de Iporanga (SP), que visa fornecer elementos mínimos sobre aspectos sociais, ambientais e legais da região para discussão em sala de aula.
- Participação na oficina de capacitação a ONGs e movimentos sociais do Vale do Ribeira, cujo objetivo foi prepará-los para a elaboração e apresentação de projetos de desenvolvimento sustentável junto a órgãos financiadores.
- Assessoria na discussão sobre alteração na lei de mananciais da Região Metropolitana de São Paulo.
- Parecer sobre a emenda apresentada pelo deputado federal Fernando Coruja ao PL nº 285/99, que dispõe sobre a utilização e proteção da Mata Atlântica em todo o território nacional.

Constituição da Rede de Advogados Ambientalistas da Mata Atlântica

Foi realizada em São Paulo, em dezembro de 2001, uma reunião da Rede de Advogados da Mata Atlântica, que culminou na consolidação da rede por meio da constituição de uma

programa direito socioambiental

Coordenação. Foram discutidas propostas de atuação para o ano de 2002, definindo como prioridade atuar em apoio às ONGs no Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente e à Rede de ONGs da Mata Atlântica.

• Produção de Conhecimento Jurídico

- Participação no Congresso Internacional de Direito Ambiental na Universidade do Oregon, ocorrida na cidade de Eugene, Oregon (EUA), ministrando palestras sobre os Direitos Indígenas no Brasil e na América Latina (fevereiro).
- Elaboração de seminário sobre o Código Florestal. O seminário, que contou com a participação de convidados, analisou as propostas de lei em trâmite no Congresso Nacional juntamente com a Medida Provisória em vigor (fevereiro), visando subsidiar a intervenção do ISA e das demais entidades da Campanha SOS Florestas.
- Organização de seminário com os atores envolvidos no acompanhamento do licenciamento ambiental da UHE de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira. O seminário contou com a participação de ONGs, lideranças quilombolas, advogados, professores universitários e estudantes e teve como objetivo discutir a problemática das Barragens no Vale, coordenar ações conjuntas e repassar conhecimento sobre o caso (março).
- Participação na Conferência Internacional sobre Direitos Indígenas “Cumbre de los Pueblos Indígenas de las Américas”, ocorrida em Ottawa, Canadá. A conferência contou com a participação de mais de 200 representantes indígenas da América do Sul, Central, do Norte e Caribe (março).
- Publicação do Documento ISA nº 7, “Aspectos Jurídicos da Proteção da Mata Atlântica”, contendo, além de artigos, legislação e modelos de ações judiciais paradigmáticas, a transcrição das principais palestras ocorridas durante o seminário organizado pelo ISA em parceria com a Procuradoria Geral da República e a Rede de ONGs da Mata Atlântica, (abril).
- Participação como palestrante no Colóquio sobre Direitos Humanos, organizado pelo Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos, um convênio entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Columbia-Nova York, EUA (maio).
- Participação na III Conferência Nacional de Saúde Indígena, coordenada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em Luziânia – GO (maio).
- Participação como conferencista em seminário promovido pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro - Crea/RJ, sobre a proteção das florestas brasileiras (maio).



programa direito socioambiental

- Participação no Encontro Nacional do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública – IBAP, ministrando palestra e debatendo o tema do licenciamento ambiental e da participação da sociedade civil nas Audiências Públicas (junho).
- Apoio à organização e realização de três Oficinas sobre Proteção da Mata Atlântica no Sul da Bahia (Porto Seguro, Ilhéus, Valença), com a participação, no total, de mais de 100 profissionais entre promotores de justiça, juizes de direito, lideranças locais e regionais de ONGs e órgãos do governo (junho, agosto e dezembro).
- Organização e realização de curso sobre Direitos Indígenas para a União das Nações Indígenas de Tefé, AM (agosto).
- Palestra para as organizações ambientalistas e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre sobre o Código Florestal, em Rio Branco no Acre (agosto).
- Palestras para várias federações estaduais de trabalhadores na agricultura (agricultores familiares) ligadas à Contag, em Recife/PE, Florianópolis/SC, Curitiba/PR e Brasília/DF (entre julho e agosto).
- Palestra sobre Direitos Indígenas no I Seminário de Antropologia e Saúde, promovido pelo Ministério da Saúde – Fundação Nacional de Saúde, em Belo Horizonte – MG (setembro).
- Aula sobre minorias e tratados Internacionais no Curso do Ministério Público do Distrito Federal (setembro).
- Palestra sobre Reforma Agrária e Meio Ambiente no Encontro Nacional da Contag (setembro).
- Palestra sobre a reforma do Código Florestal, na Faculdade de Ecologia da Universidade Estadual Paulista, em Rio Claro/SP (setembro).
- Participação no Congresso de Direito Ambiental da Universidade de Cascavel no Paraná, sobre a Proteção Jurídica da Biodiversidade e Florestas (outubro).
- Participação como palestrante no “Seminário Internacional sobre Administración de Justicia y Pueblos Indígenas”, organizado pelo Instituto Nacional Indigenista e outras entidades governamentais, não-governamentais e indígenas, na cidade de Felipe Carrillo Puerto, estado de Quintana Roo - México (outubro).
- Apoio à organização e realização do Curso de Extensão para Advogados Indígenas da Universidade de Brasília e Funai (novembro).
- Palestra sobre a Proteção das Florestas Brasileiras na Escola Agrícola Luiz de Queiróz - Esalq, na Universidade de São Paulo (novembro).
- Participação na Consulta do Banco Mundial sobre as novas diretrizes operacionais e políticas operativas que nortearão a concessão de financiamentos do Banco para projetos que afetem os povos indígenas em todo o mundo, ocorrida na Chapada dos Guimarães (MT) (novembro).
- Participação no Encontro de Pajés “A Sabedoria e a Ciência do Índio e a Propriedade Industrial”, em São Luiz do Maranhão, promovido pelo Inpi – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, que abordou a Proteção dos Conhecimentos Tradicionais dos povos indígenas associada aos recursos genéticos (dezembro).

Avaliação

Em relação às **ações judiciais**, o ano foi marcado por boas vitórias. A maior delas, talvez, seja o encerramento do caso Panará, que teve sua sentença, proferida pelo TRF da 1ª Região, transitada em julgado (irrecorribilidade) em 2000. Esse resultado foi fruto de uma ação que integrou a batalha processual contra os recursos interpostos pela União e Funai e a articulação política com a Advocacia Geral da União – AGU. Vale ressaltar, também, os resultados alcançados com a ação relativa à proteção das espécies da flora em extinção na Mata Atlântica. A decisão liminar, proferida pelo Juiz de primeira instância que determinou a paralisação da autorização de novos planos de manejo, foi mantida por unanimidade pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A ação judicial fez parte de uma estratégia que envolveu, durante o ano de 1999, a realização de reuniões com advogados e ONGs, a realização de um seminário com a Procuradoria Geral da República, a publicação de um Documento ISA especialmente dedicado à proteção jurídica da Mata Atlântica, com artigos e material doutrinário e legislativo sobre o assunto. A edição da Resolução Conama 278/01, que suspende todos os planos de manejo florestal de espécies ameaçadas de extinção, foi um dos resultados que devem ser destacados como parte da articulação em defesa das espécies em extinção na Mata Atlântica, tendo sido fruto de uma atuação global envolvendo ação judicial, articulação política, assessoria jurídica e produção de conhecimento.

O caso da Hidrovia Araguaia-Tocantins continua merecendo atenção especial por se tratar de uma obra altamente impactante para o meio ambiente e para os Xavante do Mato Grosso. Há sinais de que o Governo pretende rever o traçado para não cortar as terras indígenas de Areões e Pimentel Barbosa.

No tocante à **assessoria jurídica**, deve-se destacar a atuação dos assessores jurídicos do ISA nas reuniões do Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Além dos resultados objetivos, essa atuação possibilitou aprofundar relações com parceiros estratégicos tais como a Contag e organizações não-governamentais de todo Brasil, que serão de extrema valia em trabalhos futuros.

O Programa DS aprofundou-se, também, no tratamento da questão jurídica dos direitos autorais coletivos e de imagem de povos indígenas, tema novo e estratégico no contexto do estímulo ao desenvolvimento de programas regionais sustentáveis.

No campo da assessoria interna, o PDS vem apoiando os programas Rio Negro e Xingu, e as organizações indígenas das respectivas regiões (Foim e Atix) na perspectiva de apoiar a consolidação das relações necessárias à implementação de projetos de desenvolvimento sustentável. No entanto, esse tipo de assessoria precisa ser cuidadosamente avaliado pois, à medida que os programas regionais incrementam sua atuação em campo, ampliam-se, naturalmente, as demandas por assessoria jurídica, tanto em quantidade, como no diferente leque de temas a serem enfrentados. A capacidade do

Programa Direito Socioambiental em atender a todas as demandas que os programas regionais apresentam cotidianamente é reduzida, tal como a perspectiva de ampliação do quadro de advogados.

Quanto à assessoria prestada às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, o ano de 2001 foi dominado pela perspectiva de licenciamento da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto. A atuação do Programa Direito Socioambiental, neste caso, transformou o ISA em um interlocutor necessário no processo de licenciamento e deu maior visibilidade às preocupações das comunidades de quilombos. O resultado desta atuação fez com que, pela primeira vez, o Ibama admitisse estudar os impactos possíveis da barragem sobre essas comunidades, destacando uma antropóloga especialmente para visitá-las. O Programa Direito Socioambiental, além de já ter cobrado oficialmente a realização de mais de uma audiência pública, pretende preparar as comunidades quilombolas para intervir nestas audiências públicas que estão por ocorrer ainda no primeiro semestre de 2002, de forma que todos os interessados possam efetivamente exercer o seu direito de participação. O Programa Direito Socioambiental está contratando um estudo técnico sobre a qualidade do EIA/RIMA apresentado, de forma a municiar as comunidades nas referidas audiências, além de ter requerido ao presidente do Ibama todos os relatórios de vistoria para avaliação de possíveis medidas futuras quando e se necessário.

Em relação à **produção de conhecimento jurídico**, durante o ano de 2001 foi lançada uma publicação e iniciou-se a preparação de outras duas que deverão ser lançadas ainda no primeiro semestre de 2002, todas na área do Direito Socioambiental. A capacidade de produção e lançamento de novas publicações se reduz, à medida que a demanda por assessoria jurídica, principalmente para os programas do próprio ISA, cresce. Isso significa que o trabalho de publicação de livros e a dedicação de um profissional qualificado por um determinado período de tempo deve ser integral, o que se tornou bastante difícil ao longo de 2001.

Perspectivas

Para 2002, está sendo realizado um levantamento da situação atual das ações judiciais mais antigas para que possamos estabelecer um planejamento de intervenções que venham a agilizar o andamento das ações. As perspectivas de inclusão em pauta de julgamento de ações antigas como a dos Gavião da Montanha e dos Nambikwara sinaliza também nesse sentido.

Além de manter o acompanhamento das ações judiciais em andamento e de prestar a assessoria jurídica aos demais programas do ISA, a partir do estabelecimento de estratégias e de prioridades com os demais coordenadores de programa, o Programa Direito Socioambiental planejou para 2002:

• Produção de conhecimento jurídico

- Publicar um livro inédito sobre Direito Socioambiental, reunindo artigos de membros da equipe, professores e profissionais do Direito ligados à causa socioambiental.

programa direito socioambiental

- Publicar a segunda edição do livro “Os direitos indígenas e a constituição”, com novos artigos e novos temas.

- Reeditar e atualizar o livro “A defesa dos direitos indígenas no Judiciário”.

- Realizar o primeiro curso sobre Direito Socioambiental para advogados indígenas.

- Publicar um manual dirigido a organizações indígenas sobre formas associativas.

- Publicar um manual sobre direito autoral e de imagem, dirigido a organizações indígenas.

• Assessoria Jurídica

- Assessorar o povo Yawanawá em contratos diversos, especialmente referentes a direitos autorais, direito de imagem e direito à repartição eqüitativa dos benefícios decorrentes do uso dos recursos naturais em suas terras.

- Assessorar os Programas Xingu e Rio Negro, e os parceiros do ISA, em especial a Atix e as organizações ligadas à Foin com ênfase nas negociações relacionadas ao acesso ao conhecimento tradicional de etnias do Parque Indígena do Xingu e no alto Rio Negro, elaborando contratos-modelos que salvaguardem os direitos indígenas e que sirvam de modelo para outros povos indígenas em outras regiões do Brasil.

- Assessorar a Atix e a Foin, parceiros estratégicos do ISA, na condução de suas assembléias, para regularização jurídica das entidades a elas associadas.

- Prestar apoio jurídico às ONGs no Conama, principalmente em matérias ligadas à manutenção e aprimoramento da legislação ambiental e à proteção de florestas e da biodiversidade.

- Acompanhar a implementação da Resolução Conama sobre licenciamento ambiental de assentamentos rurais em apoio à Contag e ao MST para propor aprimoramento na Resolução Conama sobre o assunto.

- Apoiar a consolidação da Rede de Advogados Ambientalistas da Mata Atlântica.

• Ações judiciais

- Estudar a viabilidade de ação judicial de indenização por danos morais e materiais no caso de despejo de resíduos tóxicos (resíduo mineral de manganês contaminado por arsênio) por uma mineradora nas terras da comunidade quilombola de Curiaú, no Amapá.

- Atuar mais incisivamente junto aos tribunais para dar andamento a ações que estão há anos paralisadas, por inércia do Judiciário.

- Execução e levantamento do dinheiro proveniente da condenação da União e da Funai no caso Panará, para repasse à comunidade.

- Iniciar diálogo com a Contag para trabalhar na recuperação de áreas degradadas pela atividade de fomicultura no sul do País (região de Mata Atlântica) e pela contaminação dos trabalhadores rurais por agrotóxicos.

• Transição para o Programa de Política e Direito Socioambiental

Em função de deliberação da Assembléia Geral do ISA, durante o ano de 2002 a agenda do Programa Direito Socioam-

programa direito socioambiental

biental passará a ser definida em estreita articulação com a área de Políticas Públicas do Programa Brasil Socioambiental na perspectiva da fusão de ambos os programas, prevista para se consolidar em 2003.

Indicadores

- Relevância das decisões favoráveis obtidas pelo ISA no Judiciário.
- Publicação de artigos e de livros e participação em congressos e seminários sobre temas socioambientais.
- Elaboração de pareceres jurídicos atendendo solicitação de instituições parceiras.
- Impacto da participação dos advogados do ISA em reuniões do Conama para discussão de assuntos de relevância socioambiental nacional.
- Incremento na demanda por assessoria jurídica dos programas do ISA e das instituições parceiras.



PROGRAMA MATA ATLÂNTICA



O que é

O Programa desenvolve ações de monitoramento desse bioma em âmbito nacional, por meio do acompanhamento da elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, legislações específicas e programas de conservação e utilização sustentável de seus recursos. As linhas de atuação do programa são: monitoramento contínuo; elaboração de diagnósticos e prognósticos; acompanhamento e intervenção em políticas públicas; articulação e capacitação de atores locais; divulgação e esclarecimentos à sociedade; e desenvolvimento de campanhas de mobilização.

Equipe

João Paulo Capobianco (coordenador, biólogo)
 Marussia Whately (coordenadora adjunta, arquiteta)
 Bruna Bianca Pasquini (assessora, bióloga)
 Cristina Velasquez (assessora, engenheira florestal)
 Fabio Graf Pedroso (assessor, engenheiro agrônomo)
 Leonardo Boscolo Barbosa (estagiário)
 Luciana Barbosa Fialho (estagiário)

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA – Ajuda da Igreja da Noruega: apoio institucional
- Fehidro - Fundo Estadual de Recursos Hídricos
- Fundação Ford
- WWF – Fundo Mundial para a Natureza
- PD/A – Subprograma Projetos Demonstrativos
- GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica
- Napma – Núcleo Assessor de Planejamento da Mata Atlântica/Ministério do Meio Ambiente (MMA)/Governo Federal
- PNF – Programa Nacional de Florestas/MMA/Governo Federal
- SBF – Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA/Governo Federal
- Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
- IIEB – Instituto Internacional de Educação para o Brasil
- Rede de ONGs da Mata Atlântica
- Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Instituto Acqua
- Associação Quilombo de Ivaporunduva (SP)
- Zoom Aviação Ambiental
- Master Comunicação

Projetos

- Intervenção Nacional na Mata Atlântica.
- Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira.
- Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira.
- Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

programa mata atlântica

PROJETO INTERVENÇÃO NACIONAL NA MATA ATLÂNTICA

O que é

Projeto que visa promover ações de conservação da Mata Atlântica em âmbito nacional, tais como aprimoramento das legislações federal e estadual de proteção ao Bioma e articulação com os setores governamentais e não-governamentais para a implantação de ações de conservação, fiscalização, controle e monitoramento do Bioma.

Equipe

João Paulo Capobianco (coordenador)
Marussia Whately (coordenadora adjunta)
Bruna Bianca Pasquini (assessora)
Equipe do Laboratório de Geoprocessamento do ISA
Equipe da Informática do ISA

Parcerias e fontes de financiamento

- RMA - Rede de ONGs da Mata Atlântica: parceria
- Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: parceria
- SNE - Sociedade Nordestina de Ecologia: parceria
- Icco - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- WWF – Fundo Mundial para a Natureza: apoio financeiro
- PD/A – Subprograma Projetos Demonstrativos: apoio financeiro
- GTZ – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica: apoio financeiro
- Napma/MMA – Núcleo Assessor de Planejamento da Mata Atlântica/Ministério do Meio Ambiente (MMA)/Governo Federal: apoio financeiro
- PNF – Programa Nacional de Florestas/MMA: apoio financeiro
- PPG-7 – Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil: apoio financeiro
- SBF – Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA: apoio financeiro
- Finep – Financiadora de Estudos e Projetos: apoio financeiro
- IIEB – Instituto Internacional de Educação para o Brasil: apoio financeiro
- Sesc Vila Mariana (São Paulo): parceria

O que foi feito

• Projeto de Lei da Mata Atlântica

Foram realizadas diversas atividades de acompanhamento da tramitação do PL 285 na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, sob a relatoria do deputado Fernando Coruja (PDT /SC) e articulações com o Ministério do Meio Ambiente e a Rede de ONGs da Mata Atlântica para que o PL fosse votado. Apesar dos esforços, a votação do PL foi transferida para 2002, devido às pressões de setores do Congresso Nacional contrários à proposta, em especial da bancada ruralista.

• Apoio à Rede de ONGs da Mata Atlântica

O ISA colaborou intensamente para as atividades da Rede, do qual é integrante, apoiando a realização da 1ª Semana da Mata Atlântica, em Joinville (SC), de 22 a 27 de maio de 2001,



Stand do ISA, em Joinville: (sentados) Capobianco, José Carlos Carvalho, secretário executivo do MMA, Hamilton Casara, do Ibama; (em pé) Renato Cunha, da Rede Mata Atlântica e equipe do ISA

Acervo/ISA

ocasião em que organizou o seminário “Guaranis na Mata Atlântica” e lançou o projeto “Mata Atlântica: Avaliação dos Esforços de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais” e o “Dossiê Mata Atlântica 2001”, os dois últimos com a participação da Rede. Em dezembro, o ISA apoiou a realização e participou da VII Reunião Nacional e 4ª Assembléia Geral da Rede, realizada no Sesc Vila Mariana, em São Paulo.

• Apoio ao Subprograma Mata Atlântica para o PPG-7

O ISA teve papel de destaque nos trabalhos de apoio e colaboração com o Napma/MMA, para a aprovação da proposta do Subprograma específico para o Bioma pela Comissão Coordenadora do PPG-7.

• Projeto “Avaliação do Esforço de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Mata Atlântica”

Este projeto, executado pelo ISA em parceria com a Rede de ONGs da Mata Atlântica, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e WWF teve os seguintes objetivos:

- Reunir, publicar, analisar e divulgar experiências de conservação, recuperação e uso sustentável na Mata Atlântica, executadas a partir de 1990 por órgãos públicos, organizações não-governamentais, instituições de pesquisa públicas e privadas, empresas, movimentos sociais e demais atores atuantes no Bioma.
- Promover uma avaliação dos principais programas de financiamento, públicos e privados que possuem linhas de apoio a projetos de organizações não-governamentais, a partir de 1990.

Atividades realizadas:

- Produção de site específico do projeto (www.mataatlantica.org.br) e de banco de dados para cadastramento online das iniciativas. Produção de identidade visual, material de divulgação e formulário impresso. Envio de três mil formulários impressos para malas diretas cedidas por instituições governamentais, ONGs, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Fundação O Boticário, entre outras;
- Cadastro de 844 projetos, incluindo 578 entidades executoras, 437 entidades parceiras, 263 entidades financiadoras, que representam R\$ 320 milhões investidos na Mata Atlântica de 1990 a 2000. Além de informações sobre localização, contém também a distribuição dos projetos no território nacional, tipo de projeto (Conservação, Recuperação e Uso Sustentável), entre outras;
- Realização do Seminário Nacional *Quem faz o que pela Mata Atlântica*, no Sesc Vila Mariana em São Paulo, entre os dias 28 a 30 de novembro. A abertura do seminário contou com a



programa mata atlântica

presença de diversas autoridades, dentre elas a do Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho.

• Desenvolvimento do projeto “Monitoramento Participativo da Mata Atlântica”

Realizado pelo ISA em parceria com a Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA) e Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), este projeto previa capacitar 17 entidades, filiadas à RMA, no uso de ArcView, por meio do fornecimento do programa, curso intensivo, assessoria técnica remota (por e-mail) e distribuição de bases de dados; e capacitar todas as entidades da RMA no uso do ArcExplorer, por meio de lançamento de publicação sobre Mata Atlântica (incluindo mapa-pôster, CD com base de dados integral e manual de utilização do programa ArcExplorer - tiragem: 2.000).

Atividades realizadas:

- Produção e distribuição da publicação Dossiê Mata Atlântica 2001 (tiragem de 2000 exemplares), incluindo: (i) mapa-pôster com a área de abrangência do Domínio da Mata Atlântica, os remanescentes florestais no ano de 1990, fotos, entre outras informações; (ii) CD-ROM (tiragem de 3000 exemplares) contendo o maior conjunto de informações já reunidas e disponibilizadas sobre o Bioma, com as listagens completas de municípios, Unidades de Conservação e Terras Indígenas inseridas no Domínio da Mata Atlântica e base de dados digital completa da Mata Atlântica, entre outras.
- Realização de curso de capacitação no uso do ArcView, na sede do ISA em São Paulo, de 9 a 11 de novembro de 2001. O curso contou com a participação de 17 pessoas, que fazem parte de ONGs filiadas à RMA, localizadas em 16 Estados dos 17 que fazem parte do Domínio da Mata Atlântica.
- Assinatura de termo de comodato com cada ONG participante do curso para possibilitar o empréstimo do ArcView.
- Proposição de uma rede de troca de informações entre os participantes, aprovada em dezembro de 2001 na Assembléia Geral da RMA, com o nome de Rede de Monitoramento Participativo da Mata Atlântica – R(SIG)MA, que contou com a adesão de todas as ONGs que participaram do curso.



programa mata atlântica

• Projeto “Exposição Mata Atlântica Desmatamento Zero”

Desenvolvida pelo ISA, teve como objetivo apresentar de forma didática as principais informações disponíveis sobre o Bioma, sua importância para os centros urbanos e zonas rurais, seus riscos, assim como o esforço que a sociedade brasileira que vem empreendendo para a recuperação, conservação e uso sustentável de seus recursos naturais, a fim de reverter as desastrosas conseqüências de 500 anos de destruição. A exposição foi concebida em módulos de fácil montagem e transporte, a fim de que seja utilizada pelas ONGs filiadas à Rede de ONGs da Mata Atlântica, atualmente cerca de 200, em outros eventos, nos 17 estados inseridos no Bioma.

Atividades realizadas:

- Produção da exposição, organizada em módulos de fácil montagem e transporte, compreendendo: abrangência e área original; a degradação; a importância da sua conservação e recuperação; o esforço pela conservação, recuperação e uso sustentável.

- Inauguração e permanência da exposição no Sesc Vila Mariana São Paulo, no período de 28 de novembro a 2 de dezembro de 2001, durante o Seminário Nacional Quem faz o que pela Mata Atlântica.

- Montagem e apresentação da Exposição durante evento realizado no ISA, em 09 de dezembro de 2001.

Avaliação

O projeto desenvolveu e colaborou com ações relacionadas à produção de análises técnicas e jurídicas e campanhas de opinião pública. Por dificuldades internas do ISA, ainda não foi possível disponibilizar informações na internet, conforme originalmente previsto.

O projeto contribuiu para o aprimoramento da legislação ambiental e estabelecimento de mecanismos para aumentar a captação de recursos para a Mata Atlântica, assim como consolidou parcerias com a Rede de ONGs da Mata Atlântica e com o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, viabilizando a aprovação de dois projetos de grande importância para estas articulações.

Com o desenvolvimento dos projetos citados anteriormente, houve um salto qualitativo na atuação do Instituto frente às demais ONGs que trabalham com a Mata Atlântica.

Perspectivas

- Lançamento do catálogo “Esforço Nacional de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Mata Atlântica”, que inclui um mapa-pôster da distribuição espacial das experiências e banco de dados com cadastro de experiências (tiragem: 1.000 exemplares).
- Desenvolvimento da segunda etapa do Projeto “Avaliação do Esforço de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Mata Atlântica”, em conjunto com a RMA, e que prevê: continuidade do cadastramento; premiação das melhores práticas a partir de 2003; e avaliação qualitativa de projetos, conforme definido no Seminário Nacional.

- Desenvolvimento da segunda etapa do Projeto “Monitoramento Participativo da Mata Atlântica”, que prevê: consolidação da RSIGMA; cessão (via termo de comodato) do programa ArcView e capacitação de outras 17 ONGs.

- Incremento das informações, por meio da troca e produtos gerados pelas ONGs da RSIGMA, sobre UCs da Mata Atlântica constantes na base de dados e no banco de dados desenvolvido pelo ISA.

- Captação de recursos institucionais para o desenvolvimento de novos projetos e consolidação de novas parcerias.

Indicadores

- Análises técnicas e jurídicas produzidas.
- Aprimoramento do site específico na internet para disponibilizar as informações e o cadastro de experiências de conservação, recuperação e uso sustentável na Mata Atlântica.
- Número de consultas ao site, de projetos cadastrados no banco de dados e de fichas resumos de cada projeto e respectivos executores.
- Análise global dos resultados.
- Utilização da Exposição Mata Atlântica Desmatamento Zero pelas ONGs filiadas à RMA, em outros eventos, nos Estados inseridos no Bioma.
- Número de organizações participantes do curso de ArcView.
- Aumento do número de ONGs participantes da RSIGMA.
- Novas parcerias e projetos.

Produtos

- Dossiê Mata Atlântica 2001 (incluindo mapa-pôster e CD-ROM).
- Banco de dados dos projetos cadastrados.
- Site do Projeto “Avaliação do Esforço de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Mata Atlântica”.
- Exposição Mata Atlântica Desmatamento Zero.
- 17 termos de comodato para empréstimo do ArcView.
- 17 termos de adesão à Rede de Monitoramento Participativo da Mata Atlântica – RSIGMA.
- Proposta de continuidade do Projeto “Avaliação do Esforço de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Mata Atlântica”.
- Proposta de continuidade do Projeto “Monitoramento Participativo da Mata Atlântica”.

PROJETO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO VALE DO RIBEIRA

O que é

Iniciado em 1997, com a elaboração do Diagnóstico Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, este projeto tem como objetivo auxiliar a elaboração de políticas públicas relativas à gestão dos recursos naturais e dos direitos de comunidades tradicionais, por meio de trabalhos de monitoramento socioambiental participativo e interativo, atualização e disponibilização das informações produzidas, capacitação dos atores locais e apoio ao desenvolvimento de ações e projetos visando a formação de uma agenda positiva voltada para o desenvolvimento sustentável na região.

Sua área de atuação é a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, que engloba 2.830.666 ha (28.306 km²), abrangendo as regiões sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná.

Equipe

João Paulo Capobianco (coordenador)

Marussia Whately (coordenadora adjunta)

Cristina Velasquez (assessora)

Fábio Graf Pedroso (assessor)

Parcerias e fontes de financiamento

- Fehidro - Fundo Estadual de Recursos Hídricos: apoio financeiro
- IIEB - Instituto Internacional de Educação para o Brasil: apoio financeiro

O que foi feito

• Projeto Disponibilização do Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

Em parceria com as Diretorias Regionais de Ensino dos municípios de Registro, Miracatu e Apiaí, foi realizada a capacitação de professores da rede pública de ensino e a apresentação da primeira versão dos materiais desenvolvidos pelo ISA a partir do Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira, por meio das seguintes atividades:

- Seminários e encontros com professores Assessores Técnicos Pedagógicos (ATPs), Supervisores de ensino e Coordenadores

Pedagógicos, como também dirigentes das escolas do Vale do Ribeira. Além da capacitação, os professores, coordenadores e dirigentes participaram efetivamente na definição das melhores alternativas para preparação e versão final dos materiais.

- Oficina com 40 professores da rede pública de ensino para capacitação sobre o Vale do Ribeira por meio da utilização e apresentação do material elaborado pelo ISA.

- Finalização da elaboração dos materiais do Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira: jogos de transparências, mapa-pôster, caderno de atividades para utilização do vídeo "Olhares Cruzados", publicação síntese e CD-ROM sobre o Vale do Ribeira.

- Elaboração e confecção da "Exposição Itinerante do Vale do Ribeira", a ser lançada no início do ano letivo 2002.

• Projeto Oficinas de Capacitação na Elaboração de Projetos Socioambientais

Financiado pelo Fehidro, teve como objetivo capacitar representantes de organizações da sociedade civil e de pequenas prefeituras do Vale do Ribeira na elaboração de projetos adequados aos fundos financeiros disponíveis para a região. Para o seu desenvolvimento, foram realizadas as seguintes atividades:

- Contatos com associações, prefeituras e grupos comunitários do Vale do Ribeira para posterior seleção e participação no projeto. Confecção do material de divulgação do projeto.

Acervo ISA



Atividade do I Curso de Capacitação de Professores da Rede Pública de Ensino do Vale do Ribeira

programa mata atlântica



Arquivo ISA

Aula inaugural com os participantes da II Oficina de Elaboração de Projetos Socioambientais do Vale do Ribeira

- Visitas aos quilombos de São Pedro e Ivaporunduva para contato e participação de representantes destas comunidades.
- Apoio para a elaboração dos projetos destas comunidades: capacitação em informática dos participantes do projeto e doação de um computador para a comunidade de São Pedro.
- Elaboração do material didático para a realização das oficinas;
- Contatos com os principais fundos de financiamento para o Bioma Mata Atlântica e Vale do Ribeira como Subprograma Projetos Demonstrativos (PD/A), Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Fehidro, para a participação durante as oficinas do projeto.
- Realização da primeira oficina de capacitação, no período de 19 a 20 de junho na cidade de Ilha Comprida. Na ocasião em foram trabalhados os conceitos básicos em elaboração de projetos, apresentação dos principais fundos nacionais de financiamento e iniciada a elaboração de uma proposta para cada instituição participante.
- Acompanhamento do processo de elaboração dos projetos dos participantes, através do recebimento e avaliação das propostas.
- Realização da segunda oficina do projeto para a finalização das propostas de cada instituição, no período de 5 a 7 de outubro de 2001 em São Paulo.
- Reunião de trabalho realizada na Escola Técnica de Iguape para assessoria final na elaboração dos projetos.
- Participação nas reuniões de formação do Núcleo Regional de Educação Ambiental do Vale do Ribeira (NREVR).
- Participação nas reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira, Camara Técnica da Lei Específica São Lourenço/Juquitiba.
- Envio aos fundos de financiamento das propostas elaboradas pelos participantes.

Avaliação e Perspectivas

O Projeto Disponibilização do Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira teve grande êxito no desenvolvimento da proposta junto aos professores e coordenadores representantes das Diretorias de Ensino do Vale. Este fato abriu a possibilidade e o interesse do programa em continuar desenvolvendo um trabalho de educação continuada junto a rede pública de ensino da região.

O ISA está elaborando um projeto em parceria com outras instituições do Vale do Ribeira com o objetivo de dar continuidade ao trabalho, buscando novos fundos para o financiamento da proposta.

Indicadores

- Pedido de continuidade do projeto pelos participantes (professores e dirigentes).
- Avaliações escritas dos participantes.
- Repercussão e interesse da comunidade do Vale do Ribeira (ONGs, associações, prefeituras e professores) em receber o conjunto de materiais do Vale do Ribeira elaborado pelo ISA.
- Encaminhamento e aprovação de propostas junto ao Fehidro e FNMA.
- O projeto Oficinas para Elaboração de Projetos Socioambientais no Vale do Ribeira, conseguiu atingir seus objetivos de maneira bastante satisfatória. Isto pode ser verificado através dos projetos que foram desenvolvidos e enviados pelos participantes, bem como o envolvimento dos mesmos nas etapas de elaboração das propostas.
- O fato de o ISA ter aberto suas portas para realização da segunda oficina do projeto, bem como a participação e apoio voluntários de diferentes técnicos da instituição, marcaram um momento muito especial do perfil institucional e do suporte às atividades do Programa.

Produtos

- Apostila para elaboração de projetos socioambientais.
- Conjunto de materiais do Vale do Ribeira: jogos de transparências, mapa-pôster, caderno de atividades para utilização do vídeo "Olhares Cruzados", publicação síntese e CD-ROM sobre o Vale do Ribeira.

**PROJETO
MANANCIAIS
DA REGIÃO
METROPOLITANA
DE SÃO PAULO**

O que é

Projeto que tem como área de atuação os mananciais ao sul (Guarapiranga e Billings) e ao norte (Cantareira) da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) que vêm sofrendo um processo de degradação acelerada resultante da expansão urbana desordenada e com altos índices de desmatamento. Seu objetivo é desenvolver o Monitoramento Socioambiental Participativo dos Mananciais da Região Metropolitana, por meio da produção e atualização constante dos diagnósticos socioambientais participativos, disponibilização das informações de forma ágil e permanente e promoção de campanhas e ações de mobilização da sociedade.

A campanha “Água Viva para São Paulo” pretende informar, conscientizar e, principalmente, mobilizar a opinião pública da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) para a proteção, conservação e recuperação de suas fontes de água: as áreas de mananciais.

Neste contexto, a campanha “Água Viva para São Paulo” pretende criar as condições para que a sociedade paulista compreenda a origem dos problemas e suas possíveis soluções e estabeleça mecanismos de interação com o governo, empresas e organizações da sociedade civil para pressionar por medidas e implementação de ações capazes de reverter o problema.

Equipe

João Paulo Capobianco (coordenador)
Marussia Whately (coordenadora adjunta)

Parcerias e fontes de financiamento

- Fehidro – Fundo Estadual de Recursos Hídricos: apoio financeiro
- IIEB – Instituto Internacional de Educação para o Brasil: apoio financeiro
- Zoom Aviação Ambiental: parceria
- Master Comunicação: parceria

O que foi feito

• Diagnóstico Socioambiental Participativo da Bacia da Billings

- Realização de seminário de apresentação e discussão dos resultados do Diagnóstico Socioambiental Participativo da Bacia da Billings, em 05/12/01, no Senac-Jabaquara.
- Envio do relatório técnico do Diagnóstico, mapas temáticos, base de dados digital e demais informações para o agente técnico do Fehidro, para análise final dos resultados e emissão de parecer técnico de conclusão do projeto.
- Produção do material gráfico, a ser lançado no início de 2002, contendo livro, CD-ROM e mapa-pôster.
- Envio e aprovação de proposta para a produção de materiais didáticos, realização de oficina e de uma exposição sobre o Diagnóstico Socioambiental Participativo da Bacia Hidrográfica da Billings pelo IIEB.

• Acompanhamento dos projetos em análise junto ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos

- Modificação do conteúdo do projeto Leituras da Paisagem dos Mananciais da RMSP, que possibilitará desenvolver inici-

ativa semelhante ao seminário realizado pelo ISA em Macapá em 1999.

- Aprovação das alterações no conteúdo do projeto junto ao Comitê do Alto Tietê.

- Envio de informações e complementações ao agente técnico do Fehidro sobre os projetos Diagnóstico Socioambiental da Cantareira e Atualização do Diagnóstico Guarapiranga.

• Campanha Água Viva para São Paulo

- Elaboração e detalhamento da campanha e respectivo orçamento.
- Formação de uma comissão do ISA para acompanhamento da iniciativa.
- Manifestação positiva da alta diretoria dos jornais O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo e Jornal da Tarde, da Rádio Eldorado e da Agência Estado, para formalizar o compromisso de coberturas editoriais semanais por um ano, mas, também, espaço para veiculação do material publicitário da campanha.
- Manifestação positiva para formalização de parceria junto ao Sesc.

programa mata atlântica

- Consolidação de parceria com a Agência Master Comunicação, que desenvolveu gratuitamente a proposta da campanha e busca a viabilização de peças publicitárias (anúncios para jornais e revistas, filmes e spots de rádio), praticamente a custo zero.

- Consolidação de parceria com a Zoom Aviação Ambiental, que disponibilizará aeronave a um preço inferior da metade do praticado pelo mercado.

- Envolvimento da agência Thompson Digital, especializada em internet, para a concepção e desenvolvimento do site da campanha.

- Elaboração e encaminhamento de pedidos de financiamento para alguns itens da campanha, em especial o site, para a Embaixada Britânica (em negociação) e para a Unimed.

- Apresentação da proposta da campanha na Assembléia Geral do ISA.

Avaliação

O Diagnóstico Socioambiental Participativo da Bacia Hidrográfica da Billings constitui um amplo conjunto de informações atualizadas sobre este manancial. Seu lançamento e divulgação não ocorreram como previsto, devido, principalmente, à falta de tempo da equipe deste projeto, que também é responsável pela coordenação de todas as atividades do Programa Mata Atlântica.

A experiência em elaborar análises aprofundadas sobre os mananciais de São Paulo permitiu ao ISA desenvolver uma visão compreensiva da questão e estabelecer um conjunto de parcerias, que colocaram a instituição rapidamente em evidência. Este fato pode ser comprovado pelo grande volume de notícias veiculadas pela mídia impressa e eletrônica de São Paulo, onde o ISA é constantemente citado e seus dados permanentemente divulgados.

Estas conquistas, no entanto, se mostraram insuficientes para garantir que os dados obtidos, por melhores que sejam, tenham impacto efetivo no sentido de viabilizar mudanças de comportamento da sociedade e do poder público, para reverter os problemas apresentados. Neste sentido, a campanha "Água Viva para São Paulo" é de fundamental importância para a atuação efetiva do ISA junto ao tema.

Perspectivas

- Assinatura dos contratos junto ao Fehidro.
- Realizar Seminário de Avaliação de Áreas e Ações Prioritárias para a Recuperação e Conservação dos Mananciais da RMSP.
- Captar recursos e viabilizar a campanha "Água Viva para São Paulo".
- Aumento da equipe do projeto.

Indicadores

- Matérias jornalísticas sobre mananciais.
- Seminários e encontros de discussão das informações produzidas com atores locais.
- Sobrevôos realizados.
- Estabelecimento de parcerias com atores locais.
- Mobilização da sociedade em relação à gravidade do problema da ocupação desordenada dos mananciais da RMSP e para o surgimento de propostas de enfrentamento desta questão, através do desenvolvimento de Campanhas.
- Aumento da capacidade de interlocução e da visibilidade do ISA na RMSP.
- Aumento de filiados do ISA.

Produtos

- Pedidos de financiamento encaminhados.
- Orçamento e conteúdo da Campanha.
- Material publicitário produzido pela Master Comunicação.

PROJETO COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA

O que é

Apoio a iniciativas e atividades para a melhoria da qualidade de vida das famílias e conservação ambiental dos territórios quilombolas do Vale do Ribeira.

Equipe

João Paulo Capobianco (coordenador)
Marussia Whately (coordenadora adjunta)
Fabio Graf Pedroso (coordenador de projeto)

Parcerias e fontes de financiamento

- Associação Quilombo de Ivaporunduva: parceria
- Fundação Ford: apoio financeiro

O que foi feito

- Aprovação e início de vigência do Projeto “Gestão Ambiental Participativa e Desenvolvimento Econômico do Quilombo de Ivaporunduva”, desenvolvido pela comunidade com o apoio do ISA e com financiamento do Subprograma Projetos Demonstrativos PD/A – PPG-7.
- Elaboração do mapeamento territorial, através de fotogrametria aérea em escala 1:1000 e realização do levantamento socioeconômico da comunidade, como subsídio ao zoneamento ecológico-econômico e ao Plano de Gestão Participativa da comunidade.
- Realização de pesquisa de mercado para derivados de banana, a fim de subsidiar a implementação de uma agroindústria comunitária no quilombo.
- Capacitação de representantes dos quilombos de São Pedro e Ivaporunduva para a elaboração de projetos socioambientais.
- Elaboração, em parceria com a Associação Quilombo de Ivaporunduva e a Faculdade de Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), do projeto “Metodologia Participativa Baseada no Desenvolvimento de Competências para a Implementação e Gestão de Sistema Agroindustrial para Produção de Alimentos com Certificação Social e Ambiental por Comunidade de Agricultores Familiares”, encaminhado e aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- Elaboração do projeto “Sistemas Naturais de Tratamento de Esgoto no Quilombo de Ivaporunduva”, encaminhado ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para pedido de financiamento.
- Início de discussões com Movimento pelo Autodesenvolvimento o Intercâmbio e a Solidariedade (Mais) sobre a possibilidade de parceria para a elaboração de um projeto de longo prazo voltado às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, a ser apresentado para o Ministério do Exterior Italiano para pedido de financiamento.
- Início de discussões com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (IFCH – Unicamp),

para a possibilidade de parceria para o aprofundamento dos trabalhos socioculturais desenvolvidos nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

Avaliação

O estabelecimento de um trabalho de maior efetividade promoveu significativo fortalecimento das relações com a comunidade quilombola de Ivaporunduva, o que viabilizou a criação de novas parcerias e perspectivas de continuidade dos trabalhos desenvolvidos.

A possibilidade de parceria com o Mais aponta para o desenvolvimento de um trabalho regional a longo prazo com comunidades de quilombo, e a parceria efetiva com a Unicamp aponta para a continuidade dos trabalhos desenvolvidos com Ivaporunduva.

Perspectivas

- Realizar o zoneamento ecológico-econômico do território quilombola de Ivaporunduva.
- Apoiar o desenvolvimento do Projeto “Gestão Ambiental Participativa e Desenvolvimento Econômico do Quilombo de Ivaporunduva” por meio da implementação da agricultura orgânica e certificação dos produtos agrícolas comerciais do quilombo, implantação de um programa de educação ambiental e coleta seletiva de lixo na comunidade; desenvolvimento da atividade do artesanato com a fibra da bananeira; agregação de valor à banana produzida no local e promoção do repovoamento do palmitero juçara.
- Desenvolver o projeto “Metodologia Participativa Baseada no Desenvolvimento de Competências para a Implementação e Gestão de Sistema Agroindustrial para Produção de Alimentos com Certificação Social e Ambiental por Comunidade de Agricultores Familiares”.
- Obter a aprovação e apoio do desenvolvimento do Projeto “Sistemas Naturais de Tratamento de Esgoto no Quilombo de Ivaporunduva”.

programa mata atlântica

- Desenvolver as propostas de parceria com o Mais e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH/Unicamp).

Indicadores

- Conclusão do Zoneamento Ecológico-Econômico do território quilombola de Ivaporunduva.
- Alcance das metas previstas no projeto “Gestão Ambiental Participativa e Desenvolvimento Econômico do Quilombo de Ivaporunduva”.
- Implementação de uma unidade piloto de processamento de banana e elaboração e encaminhamento para pedido de financiamento de um projeto para a implantação de uma pequena agroindústria no quilombo de Ivaporunduva.
- Apoio do Fehidro para o desenvolvimento do Projeto “Sistemas Naturais de Tratamento de Esgoto no Quilombo de Ivaporunduva”.
- Desenvolvimento de novas parcerias e projetos com comunidades de quilombo.

Produtos

- Retomada dos trabalhos com comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.
- Aprovação e início da implementação dos Projetos “Gestão Ambiental Participativa e Desenvolvimento Econômico do Quilombo de Ivaporunduva” e “Metodologia Participativa Baseada no Desenvolvimento de Competências para a Implementação e Gestão de Sistema Agroindustrial para Produção de Alimentos com Certificação Social e Ambiental por Comunidade de Agricultores Familiares”;
- Desenvolvimento de novas parcerias e projetos.



fotos: Fábio Graaf Pedroso



Produção de bananas no Quilombo de Ivaporunduva, Vale do Ribeira

PROGRAMA RIO NEGRO



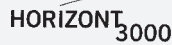
British Embassy



Embaixada da Dinamarca



Embaixada do Reino dos Países Baixos



NORAD



UNIÃO EUROPEIA



NORWEGIAN RAINFOREST FOUNDATION



IRD Institut de recherche pour le développement



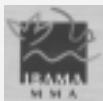
FINEP FUNDACÃO DE INICIAÇÃO E PROJETOS AMBIENTAIS DE CRIANÇAS E JOVENS



fnma



MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI



WAIMIRI ATROARI



WAIMIRI ATROARI AMAZONAS - BRASIL

O que é

Tem por objetivo geral formular e implantar em parceria um programa de desenvolvimento sustentável social e ambiental na região do Rio Negro, preferencialmente com as organizações indígenas locais. Os projetos que compõem o programa propõem soluções para problemas relacionados a questões como proteção e sustentabilidade das terras indígenas demarcadas, segurança alimentar, geração de renda, educação indígena, saúde, fortalecimento organizacional e afirmação das culturas indígenas regionais. A população total da área de atuação é de cerca de 35 mil pessoas e está distribuída por 750 comunidades situadas ao longo dos principais rios e nos dois centros urbanos existentes na região, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, com 8.000 e 3.000 habitantes respectivamente. Aproximadamente 90% desta população é indígena, e subdividida internamente em 22 etnias. A população não-indígena concentra-se nos centros urbanos.

Parceria prioritária

Foirn – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e 49 associações filiadas

Parcerias técnicas e fontes de financiamento

- Cepta/Ibama – Centro de Pesquisa e Treinamento em Aqüicultura
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Coama – Consolidación del Amazonas, Bogotá, Colômbia
- Embaixada Britânica
- Embaixada da Dinamarca
- Embaixada do Reino dos Países Baixos
- Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
- FVA - Fundação Vitória Amazônica, Manaus
- Horizont3000 – Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento/Campanha Aliança pelo Clima
- Icco – Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda)
- Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus
- IRD – Institut de Recherche pour le Développement, França
- MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia/Finep
- MEC – Ministério da Educação e Cultura/Coordenação de Educação Indígena
- MMA/FNMA – Ministério do Meio Ambiente/Fundo Nacional do Meio Ambiente
- MPEG – Museu Paraense Emílio Göeldi, Belém
- NCA – Norwegian Church Aina, apoio institucional ao ISA
- PNPI/Norad - Programa Norueguês para Povos Indígenas
- PWA – Programa Waimiri-Atroari, Manaus
- RFN - Fundação Rainforest da Noruega
- Semec – Secretaria Municipal de Educação de S. Gabriel da Cachoeira (AM)
- UE – União Européia

Equipe do Programa

Carlos Alberto Ricardo (antropólogo, coordenador)
Aloisio Cabalzar (antropólogo, assessor de programa)
Anna Tereza O. Paes de Almeida (estudante de ciências sociais, estagiária)
Carlos Alberto Souza (administrador em São Gabriel da Cachoeira)
Flora Dias Cabalzar (antropóloga, assessora permanente do componente Tuyuka)
Francimar Lizardo dos Santos (auxiliar de administração em SGC)
Francis Miti Nishiyama (assistente de coordenação)
Francisca Raquel Viana Melo (pedagoga, assessora permanente do componente Baniwa/Coripaco)
Jane Delane Verona (ecóloga, analista em sensoriamento remoto)
Joana R. Fernandes (estudante de administração, estagiária)
Lindáuria da Cruz Moraes (zeladora em SGC)
Mauro Lopes (engenheiro de pesca, assessor de programa)
Marta Azevedo (antropóloga e demógrafa, assessora de programa)
Pieter van der Veld (agrônomo, assessor de programa)

Colaboradores indígenas

André Fernando (Baniwa)
Bonifácio José (Baniwa)
Braz França (Baré)
Feliciano Lanna (Desana)
Higino Tenório (Tuyuka)
Pedro Garcia (Tariana)

Pesquisadores associados

Ashley Lebner, (Cambridge University) antropóloga
Bruce Nelson (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA), ecólogo
Carlos Alfredo Argüelo (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp), físico
Dominique Buchillet (Institut de Recherche pour le Développement - IRD), antropóloga
Euphly Jalles Filho (Universidade de São Paulo - USP), biólogo
Geraldo Andrello (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp), antropólogo
Gilvan Muller de Oliveira (Universidade Federal de São Carlos - UFSC), lingüista
Glenn Shepard Jr. (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA), antropólogo
Henri Ramirez (Universidade do Amazonas - UA), lingüista
Jorge Pozzobon (Museu Paraense Emilio Goeldi - MPEG), antropólogo (*in memoriam*)
Judite Gonçalves Albuquerque (Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT), educadora
Laure Emperaire (Institut de Recherche pour le Développement - IRD), botânica

Lúcia Hussak van Velthem (Museu Paraense Emilio Goeldi -MPEG), antropóloga

Luiza Garnelo (Universidade do Amazonas -UA), médica

Manoel A. Arroyo-Kalin (Cambridge University), arqueólogo

Márcio Meira (Museu Paraense Emilio Goeldi - MPEG), antropólogo

Maria Nazareth F. da Silva (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa), bióloga

Marlui Miranda, etnomusicóloga

Maurice Bazin, etnomatemático

Pedro Albajar (Fiocruz), médico

Robin Wright (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp), antropólogo

Sidnei Peres (Museu Nacional), antropólogo

Linhas de Ação

- Coordenação/Desenvolvimento
- Pesquisas, documentação e mapeamento
 - Diversidade Social e Saúde no Alto Rio Negro – IRD/CNPq
 - Manejo dos recursos biológicos na Amazônia: a diversidade varietal da mandioca e sua integração no sistema de produção (com IRD);
 - Saúde, nutrição e assentamento (um estudo comparativo de povoados indígenas tradicionais e povoados-missão na área do rio Negro) – PPD/Finep
 - Perfil socioeconômico e demográfico da população da cidade de São Gabriel da Cachoeira (21/11 a 06/12/2001)
 - Levantamento socioeconômico, demográfico e sanitário do povoado de laua-areté, rio Uaupés
- Manejo sustentável de recursos naturais
 - Piscicultura
 - Manejo Agroflorestal
- Educação e Cultura
 - Apoio ao fortalecimento institucional da Foirn e associações filiadas e ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de projetos comunitários
 - Arte Baniwa – Cestaria de Arumã (sustentabilidade de um projeto de produção e comercialização de artesanato)

COORDENAÇÃO/ DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

O que é

Trata-se da coordenação permanente do Programa Rio Negro, com as funções de: (a) desenvolver e manter relações inter-institucionais apropriadas, em especial com as parcerias; (b) formular e encaminhar projetos; (c) elaborar relatórios narrativos e monitorar os gastos do Programa; (d) propor e viabilizar desdobramentos futuros; (e) disponibilizar informações sobre a região do Rio Negro e as atividades do Programa por meio das atividades e meios regulares do ISA; (f) conceber e editar publicações relativas ao Rio Negro; (g) promover a articulação entre as equipes e as atividades dos diferentes projetos do Programa e deste com a matricial do ISA; e (h) articular e mobilizar uma rede de pesquisadores/colaboradores externos.

Equipe

Carlos Alberto Ricardo (coordenador), Carlos Alberto Souza (administrador em São Gabriel da Cachoeira), Francis Miti Nishiyama (assistente de coordenação).

Parcerias e fontes de financiamento

- Horizont3000 – Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento/Campanha Aliança pelo Clima: apoio financeiro
- ICCO – Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio financeiro

O que foi feito

• Coordenação

- Reunião com o novo prefeito de São Gabriel da Cachoeira, Sr. Raimundo Quirino Calixto, que assumiu o cargo em janeiro, e apresentou algumas possibilidades de cooperação com o ISA.

- Palestra, no dia 08 de fevereiro, para um grupo de 26 jovens diplomatas do Instituto Rio Branco em viagem pela Amazônia, no evento organizado pela Foirn e pelo ISA em São Gabriel da Cachoeira.

- Coordenação, por solicitação da Foirn, de três sessões de leitura comentada do projeto do Estatuto do Índio, preparatórias à visita do Ministro da Justiça à sede da Foirn em 09 de fevereiro.

- Recepção no ISA (SP) do Embaixador Gilberto Vergne Sabóia, Secretário de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, quando recebeu dos diretores da Foirn, o projeto Cidadania Indígena no Rio Negro.

- Recepção e agenda da delegação austríaca da Aliança pelo Clima/H3000 em São Gabriel, abril.

- Reunião das 4 partes envolvidas na parceria pela sustentabilidade indígena no Rio Negro, em maio na sede do ISA em São Paulo, para construir uma visão integrada dos esforços que estão sendo implementados na região: Foirn, ISA, ICCO, Horizont3000.

- Visita ao alto Tiquié, em junho, para o acompanhamento das atividades dos vários projetos-piloto ISA/Foirn/Atriart e documentação fotográfica, incluindo contatos com as comuni-

dades, equipe técnica da Estação Caruru, equipe da pesquisa sobre Saúde e Nutrição, com as equipes das escolas Tuyuka e com dirigentes da Atriart.

- Recepção de consultores e representantes de agências em visita ao ISA em SP.

- Contatos com órgãos governamentais em Brasília (Pronaf e Funasa), setembro.

- Replanejamento total do projeto ICCO/CE

- Contatos com empresas envolvidas em projetos de parceria no Rio Negro (Tok&Stok, Natura, Pão de Açúcar)

- Formulação de um projeto especial para financiar a construção da nova sede do ISA em S. Gabriel

- Agenda de contatos em Manaus com instituições parceiras (Programa Waimiri-Atroari - PWA, Universidade do Amazonas - UA, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa e Fundação de Política Indigenista do Estado do Amazonas - Fepi)

- Participação em eventos internacionais afins (Rede Oxfam América/FFord e Seminário Consulta do Banco Mundial, ambos no Peru)

- Viagem de visita aos projetos-piloto da parceria ISA-Foirn nos rios Uaupés e Aiari (out/nov).

- Coordenação da participação do ISA no processo de reformulação da Escola Agrotécnica Federal de S. Gabriel da Cachoeira (a partir de novembro).

- Coordenação do seminário anual de avaliação da equipe do PRN, dezembro.

• **Administração da Sede em São Gabriel da Cachoeira**

A presença de um administrador na sede do ISA/São Gabriel da Cachoeira tornou mais eficiente a implementação de rotinas para organizar *in loco* as obrigações e compromissos burocráticos relativos à manutenção da casa: controle e conciliação bancária da conta corrente geral e da conta específica Finep; fluxo de caixa; contas a pagar e receber; controle de funcionários (férias, faltas, salário etc); controle da casa (limpeza, organização); controle de agenda; compra e reservas de passagens locais; venda de publicações (PIB); legalização de documentação dos veículos; controle de e-mails e correspondências; manutenção e limpeza dos motores e barcos; manutenção diária do carro e da moto.

Foi construída uma garagem-almoxarifado em terreno anexo à casa de hóspedes e realizadas as seguintes benfeitorias na sede: reforma geral da casa de hóspedes; construção de muro lateral e meio muro na casa de hóspedes; estabilização da parte elétrica do alojamento e do escritório, com tomadas próprias para computadores; aquisição de duas linhas telefônicas, computador p/ escritório, carregador de bateria, uma Tv 20", um vídeo e uma antena parabólica com controle remoto p/ casa de hóspedes; início da construção da garagem

Além das rotinas relativas à subsede, a administração em São Gabriel da Cachoeira realiza o apoio logístico à equipe do Programa na realização das atividades de campo e dos eventos em São Gabriel da Cachoeira.

• **Representação em eventos realizados em São Gabriel da Cachoeira**

- Troca de comando dos BIS (Batalhão de Infantaria da Selva), BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) e hospital militar (fevereiro).
- Semana do Índio patrocinada pela Foirn (abril).
- Lançamento do Livro "Línguas Arwak" (abril).
- Apresentação da Embrapa em São Gabriel da Cachoeira.
- Jantar de apresentação dos novos médicos da prefeitura.

Avaliação

Os resultados obtidos ao longo do ano são positivos, principalmente quanto às relações interinstitucionais e das atividades em campo. A troca completa da diretoria da Foirn e das autoridades municipais em S. Gabriel, exigiu esforços extras de aproximação, em prejuízo da velocidade do andamento de certas atividades. Persistiu a dificuldade de se fazer replanejamentos trimestrais, sobretudo por conta da dispersão da equipe em áreas remotas sem chance de comunicação regular. Abriu-se uma nova frente de interlocução por iniciativa do governo do Estado do Amazonas, com a criação da Fundação EStadual de Política Indigenista (Fepi).

Perspectivas

- Dar seqüência às atividades pelo próximo triênio, ampliando as intervenções do programa em áreas críticas.
- Articular a rede de organizações da Foirn e outros atores na direção da formulação de um programa regional de etnodesenvolvimento.
- Abrir novas possibilidades de financiamento compatíveis com a estratégia de um programa regional de etnodesenvolvimento.
- Identificar recursos para construir a nova sede do ISA em S. Gabriel.
- Aumentar a interlocução com as políticas públicas do Governo do Estado do Amazonas.
- Aumentar as articulações dentro e fora do Brasil visando a construção de uma agenda positiva de cooperação internacional na bacia do Rio Negro.

Indicadores

- Capacidade de interlocução com outras instituições e pesquisadores a fim de constituir parcerias necessárias à consolidação do Programa.
- Número de convênios e colaboradores.
- Crescimento do orçamento vinculado.
- Capacidade de formular projetos e captar oportunidades surgidas no período.
- Formulação de um *documento master* com informações, análises básicas e estratégias.
- Documentos de balanço de atividades e situação financeira trimestrais com replanejamento.

PESQUISAS, DOCUMENTAÇÃO E MAPEAMENTO

O que é

Levantamentos participativos, com eventual apoio técnico externo, das características ecológicas, das formas de ocupação territorial, da dinâmica demográfica e dos usos dos recursos naturais pelos povos indígenas que tradicionalmente ocupam a região dos formadores do Rio Negro, procurando identificar e/ou desenvolver experiências alternativas para o manejo sustentado dos recursos naturais em áreas consideradas críticas (com capacidade de sustentação comprometida). Para alcançar estes objetivos, vêm sendo desenvolvidos estudos nos seguintes temas: (a) caracterização preliminar das principais unidades paisagísticas, com identificação, descrição e localização dos diferentes ecossistemas do alto Rio Negro; (b) levantamento das formas de uso dos recursos naturais; e (c) constituição de um acervo de dados georreferenciados sobre diferentes formas de ocupação territorial e atividades econômicas em quatro áreas críticas (alto Rio Tiquié, distrito de lauareté, médio Rio Içana e cidade de São Gabriel da Cachoeira e entorno). O ISA desenvolve também alguns projetos de pesquisa:

- Saúde, nutrição e assentamento (um estudo comparativo de povoados indígenas tradicionais e povoados-missão na área do rio Negro).
- Levantamento Socioeconômico, Demográfico e Sanitário do povoado de lauareté.
- Arte Baniwa – A sustentabilidade ecológica e social da produção e comercialização do artesanato de arumã (*Ischnosiphon spp.*) no alto Rio Negro.
- Zoneamento ecológico-econômico participativo das terras indígenas demarcadas (com Foirn).
- Fatores socioculturais e econômicos de risco para HIV/tuberculose no Alto R. Negro (com o IRD, encerrado).
- Diversidade Social e Saúde no Alto Rio Negro (iniciado em julho de 2001, com IRD).
- Manejo dos recursos biológicos na Amazônia: a diversidade varietal da mandioca e sua integração no sistema de produção (com IRD, encerrado).

PESQUISAS, DOCUMENTAÇÃO
E MAPEAMENTO

**PROJETO
DIVERSIDADE
SOCIAL E SAÚDE
NA REGIÃO DO
ALTO RIO NEGRO
(AMAZÔNIA
BRASILEIRA)**

O que é

Tendo em vista a complexidade e abrangência do tema, sentiu-se a necessidade de dar prosseguimento ao projeto “Fatores Socioculturais e Econômicos de Risco para HIV e Tuberculose na Região do Alto Rio Negro” numa perspectiva mais ampla, abrangendo todas as doenças importantes em matéria de saúde pública na região. Tal é o propósito deste novo projeto, que visa aprofundar o conhecimento sobre a importância e o impacto dos fatores econômicos, socioculturais, ambientais e das transformações decorrentes do contato sobre a situação de saúde dos povos indígenas do alto rio Negro em contextos ecológicos, econômicos e socioculturais variados. Três linhas principais norteiam o novo projeto:

- Aprofundar o conhecimento sobre o papel das variáveis sociais, culturais, econômicas e ambientais na transmissão, prevenção e controle das doenças importantes em matéria de saúde pública na região ou nas sub-regiões epidemiológicas que serão identificadas no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-RN).
- Aprofundar o conhecimento sobre representações e práticas ligadas à doenças - ou grupos de doenças - importantes em matéria de saúde pública na região (por exemplo, tuberculose e outras doenças do aparelho respiratório, diferentes tipos de febres e malária, disenteria e diarreias, etc.).
- Aprender o papel e a importância das relações de gênero em termos de exposição e/ou desenvolvimento de doenças infecto-contagiosas, de acesso aos serviços de saúde para o diagnóstico e tratamento e, por fim, de acesso e controle sobre os recursos possibilitando a cura, incluindo as atitudes das mulheres em relação aos seus cuidados com a saúde.

Equipe

Marta Azevedo, antropóloga/ISA (coordenadora brasileira)

Dominique Buchillet, antropóloga da saúde/IRD (coordenadora francesa)

Aloísio Cabalzar Filho, antropólogo/ISA

Flora Cabalzar, antropóloga/ISA

Luiza Garnelo, médica e antropóloga/Universidade Federal do Amazonas

Parcerias e fontes de financiamento

- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: apoio financeiro
- IRD – Institut de Recherche pour le Développement: parceria

O que foi feito

O projeto teve início somente depois da obtenção do parecer de ética do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Tropical de Manaus, e da aprovação desse parecer pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Conselho Nacional de Saúde, e posteriormente a obtenção da autorização da Funai. Com isso houve um atraso no início dos trabalhos de pesquisa e viagens a campo dos participantes. O trabalho foi desenvolvido na região do rio Tiquié e em Iauareté (centro do distrito); além disso foi feito um balanço dos dados demográficos e epidemiológicos produzidos pelas equipes de saúde no âmbito do DSEI/RN.

Os dados epidemiológicos sobre essa região indicam o predomínio de doenças infecto-contagiosas entre essas populações (tuberculose, malária, infecções respiratórias agudas – IRA -, gastroenterites, diarreias, desnutrição e anemia, afecções da pele e doenças oculares). No entanto, as concepções e práticas acerca dessas doenças dos povos da região indicam que um enfoque por grupos de doenças, e não por doenças específicas tal como elas são concebidas e diagnosticadas pela medicina ocidental, é imprescindível pelas seguintes razões: a) ausência de correspondência entre as nosologias biomédicas e indígenas; b) ausência de signo patonômico das doenças

programa rio negro

predominantes na região; c) prática corrente de auto-diagnóstico entre os índios da região, com conseqüências sobre a conduta do doente e da sua família e sobre a busca e adesão aos tratamentos oferecidos pela rede pública de saúde.

A avaliação sobre os dados demográficos e epidemiológicos disponíveis sobre a região do rio Negro, a partir de documentos (relatórios de viagens e relatórios para a Funasa com os dados consolidados) produzidos pelos profissionais de saúde no âmbito do DSEI/RN, demonstrou que:

- Existe uma ausência de levantamentos censitários das populações residentes nos diferentes rios da região, com informações sobre etnia, sexo, idade, data e local de nascimento etc..., que são fundamentais para os cálculos de indicadores como os coeficientes (ou taxas) de natalidade, mortalidade (infantil, geral e materna), fecundidade e expectativa de vida. O modelo do atendimento à saúde do DSEI/RN não tem permitido a coleta desses dados com periodicidade e cobertura razoáveis, e não existe outra fonte de dados populacionais que as instituições de saúde possam utilizar para calcular os indicadores epidemiológicos exigidos pela Funasa/MS.

- As instituições de saúde têm calculado taxas brutas de mortalidade, de natalidade e de mortalidade infantil pressupondo informações completas e fidedignas para a região, não lançando mão de métodos quantitativos alternativos já existentes para populações sobre as quais não se dispõe de informações completas.

- As taxas brutas e de mortalidade infantil não poderiam ser comparadas sem levar em conta a estrutura etária dessa população indígena como um todo, ou da estrutura etária de cada etnia por região em particular. Por exemplo, a comparação acurada desses indicadores necessitaria maior cuidado, como padronização etária, e no caso da mortalidade infantil, a verificação do padrão e nível da fecundidade das mulheres na região.

O trabalho desenvolvido na sub-região do rio Tiquié, salientou os seguintes aspectos:

Realização de reuniões comunitárias com os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), onde foram discutidas questões ambientais dos diferentes microambientes desse rio, relacionadas com a situação de alimentação e nutrição, através da realização de reuniões comunitárias com os agentes indígenas de saúde; foi feito um acompanhamento do levantamento das informações sobre estado nutricional das crianças e jovens pelos AIS, concomitantemente a um treinamento para eles sobre essa questão. Foi dada continuidade ao trabalho de elaboração de um livro de narrativas míticas Tukano a ser publicado pela Foirn na série "Narradores Indígenas do Rio Negro", o qual permite também a discussão sobre a relação entre a mitologia, as doenças e seus tratamentos.

Avaliação

A pesquisa sofreu atrasos devido aos procedimentos acima indicados, mas apesar disso houve resultados interessantes que levaram a algumas decisões em termos de metodologia de pesquisa e prioridades para o próximo ano do projeto. Foi então proposto que a pesquisa seja desenvolvida nas várias sub-regiões com as diferentes etnias presentes, a partir do enfoque sobre grupos de doenças: a) febres e malária; b) tuberculose e IRA; c) gastroenterites, diarreias e parasitoses intestinais; d) afecções de pele; e) doenças oculares. Foi também enfatizada a necessidade de coletar informações sobre as percepções das comunidades acerca de seu estado de saúde e nutrição, sobre a situação sanitária da comunidade, sobre a atuação das equipes de saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro – DSEI/RN – e as causas da melhora ou piora da situação de saúde. Esse levantamento permitirá ter uma visão mais acurada do perfil epidemiológico das diferentes sub-regiões e contribuir para informar as instituições de saúde sobre as necessidades sentidas e demandas dessas comunidades. Por fim, foi salientada a necessidade de se trabalhar com os profissionais de saúde, indígenas e não indígenas, através de reuniões locais, ou na cidade de São Gabriel da Cachoeira, conforme já foi realizado, discutindo problemas de saúde específicos, as dificuldades da atuação dos profissionais de saúde em suas práticas e eventualmente redirecionar a pesquisa em função das necessidades sentidas pelas comunidades ou profissionais de saúde.

Avaliou-se também a necessidade de realização de reuniões com as diferentes instituições de saúde da região, de elaboração de relatórios de análise crítica sobre essa questão, no intuito de contribuir com a melhoria da qualidade e cobertura dos dados demográficos e epidemiológicos.

Perspectivas

Para o próximo ano devem ser realizadas algumas viagens a campo para dar continuidade ao trabalho, prevendo-se um seminário de avaliação e planejamento para o final do ano, com o objetivo de realizar um balanço da pesquisa.

PESQUISAS, DOCUMENTAÇÃO
E MAPEAMENTO

PROJETO FATORES SOCIOCULTURAIS E ECONÔMICOS DE RISCO PARA HIV E TUBERCULOSE NA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO

O que é

O projeto objetiva estudar os determinantes socioculturais e econômicos da vulnerabilidade das populações indígenas do rio Negro frente à infecção pelo HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e à tuberculose. Pressupõe trabalhos antropológicos de longo prazo nas comunidades indígenas da região, não apenas para coletar dados sobre os temas de relevância da pesquisa, como também para acompanhar o trabalho dos profissionais de saúde e manter um fluxo de comunicação entre a sua prática e os resultados da pesquisa. No plano científico, o projeto permitirá aprofundar o conhecimento sobre o impacto dos fatores socioculturais e econômicos sobre a transmissão do HIV e da tuberculose. No plano prático, ele fornecerá subsídios para implementar ações de prevenção e de educação sanitária socioculturalmente apropriadas, e buscar formas de melhoramento das condições de vida das populações desta região.

Equipe

Carlos Alberto Ricardo, antropólogo/ISA (coordenador brasileiro)
Dominique Buchillet, antropóloga da saúde/IRD (coordenadora francesa)
Aloísio Cabalzar Filho, antropólogo/ISA
Geraldo Andrello, antropólogo/ISA
Jorge Pozzobon, antropólogo/Museu Paraense Emílio Goeldi (*in memoriam*)
Luiza Garnelo, médica e antropóloga/Fundação Universidade Amazonas.
Robin Wright, antropólogo/Universidade de Campinas

Parcerias e fontes de financiamento

- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: apoio financeiro
- IRD – Institut de Recherche pour le Développement: parceria

O que foi feito

- Relatório Final do Projeto e apresentação de novo projeto de continuidade ampliado no âmbito do Convênio CNPq/IRD/ISA.
- Realização de cursos de capacitação dos Agentes Indígenas de Saúde do Rio Negro desenvolvido no âmbito do Projeto Rede Autônoma de Saúde Indígena (Rasi) pelo Núcleo de Estudos de Saúde Pública (Nesp)/Universidade Amazonas (L. Garnelo).
- Redação de relatórios de pesquisa, relatórios técnicos e artigos sobre os temas de relevância da pesquisa ou sobre a região do alto rio Negro (D. Buchillet, C. A. Ricardo, A. Cabalzar Filho, L. Garnelo e R. Wright).
- Apresentação de comunicações em seminários, colóquios nacionais e internacionais (D. Buchillet, C. A. Ricardo, L. Garnelo, R. Wright).

Avaliação

A avaliação é globalmente positiva. O projeto permitiu coletar dados de grande importância sobre nosologia indígena, categorias de causalidade, modalidades de tratamento, teorias locais sobre transmissão de doença/contágio/contaminação, distinção indígena entre doenças tradicionais (ou indígenas) versus doenças de branco, percepção e uso da medicina ocidental etc. entre várias etnias do rio Negro.

O atraso na liberação de verba por parte do CNPq, a sua recusa em ressarcir das despesas de viagem e de campo, assim como a impossibilidade de saber com certeza quando a verba será liberada e em quantas parcelas, dificultam as pesquisas. Uma vez esgotados os recursos do IRD, certas missões de campo previstas tiveram de ser canceladas. Não há como, conforme foi sugerido em várias ocasiões por membros da Assessoria de Cooperação Internacional do CNPq (Ascin), adiar ao máximo as missões de campo. Vale lembrar que os participantes do projeto estão envolvidos ao mesmo tempo em outros projetos e/ou em atividades de ensino. Além do mais, as pesquisas de campo dependem também da pró-

programa rio negro

pria disponibilidade dos índios. O respeito à disponibilidade dos índios é um princípio ético fundamental.

Entre as outras dificuldades sentidas pelos membros ao longo do projeto, podemos citar os problemas de comunicação com os profissionais de saúde locais, além da alta sensibilidade das questões relativas à sexualidade, o que faz com que a coleta de dados sobre representações, valores e normas associadas à sexualidade seja ainda incipiente. O projeto previa trabalhos antropológicos de longo prazo nas comunidades indígenas da região, não apenas para coletar dados sobre os temas de relevância da pesquisa, como também para acompanhar o trabalho dos profissionais de saúde locais e manter um fluxo de comunicação entre a sua prática e os resultados da pesquisa. No entanto, apesar dos esforços dos vários membros do projeto, isso não foi sempre possível devido a pouca abertura à discussão com antropólogos de vários deles.

Perspectivas

As pesquisas realizadas atestam o alto grau de complexidade e de sofisticação das representações e práticas em matéria de saúde e doença das diferentes etnias do rio Negro. Comprovam, além disso, a impossibilidade de se generalizar os dados colhidos em uma etnia para as outras dessa região: existem, de fato, diferenças significativas essenciais entre os vários grupos, não somente no modo de explicar a origem das doenças como também de conceber e apreender doenças específicas. Obviamente, tais diferenças devem ser contempladas na implementação de ações e projetos de saúde voltados para essas populações. Por essa razão, em vista da complexidade e abrangência do tema, sentiu-se a necessidade de dar prosseguimento ao projeto numa perspectiva mais ampla, abarcando todas as doenças importantes em matéria de saúde pública na região. Tal é o propósito do novo projeto ISA/IRD intitulado “Diversidade social e saúde na região do alto rio Negro (Amazônia brasileira)” a ser implementado em 2001-2003.

Produtos

• Publicações

Buchillet D., 2001a. Desafios para a Implantação do DSEI-RN. In C.A. Ricardo (ed.), *Povos Indígenas no Brasil, 1996/2000*, pp. 255-257. São Paulo: ISA.

Buchillet D., 2001b (no prelo). Tuberculose et santé publique. Les multiples facteurs impliqués dans le traitement [Tuberculose e saúde pública. Os vários fatores envolvidos no tratamento]. *Revue Autrepart*, nº 19.

Buchillet D., 2001 (submetido para publicação). Contato interétnico e saúde. In I. Brito (org), *Sexualidade indígena e prevenção das DST/AIDS*. Brasília: CN-DST/AIDS, Ministério da Saúde.

Garnelo L. & R. Wright, 2001. Doença, cura e serviços de saúde. Representações, práticas e demandas Baniwa. *CADERNOS de Saúde Pública*, vol. 17, nº 2, pp. 273-284.

Pozzobon J., 2001 (submetido para publicação). *From outburst the pandemic. Why did AIDS appear in the 20th century and not before?* Belém.

Ricardo C.A., 2001. Dos petroglifos aos marcos de bronze. In C.A. Ricardo (ed.), *Povos indígenas no Brasil, 1996/2000*, pp. 245-254. São Paulo: ISA.

Ricardo C.A. (ed.), 2001. *Povos indígenas no Brasil, 1996/2000*, 879 p. São Paulo: ISA.

Wright R., 2001. *Relatório de atividades: pesquisa de campo*. Campinas, julho.

• Relatórios técnicos e documentos de trabalho

Garnelo L., 2001. Controle social e saúde. Comunicação ao Encontro Macro-Regional/Norte. *Preparação dos Delegados Indígenas para participação na III Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas* (organizado pela Coiab/MSF-Holanda/Universidade do Amazonas/Projeto Rasi/FUNASA). Manaus, 7-11/05.

Ricardo C.A., 2001. Projetos participativos de Desenvolvimento sustentável: experiências e perspectivas. Comunicação à III Conferência Nacional de Saúde Indígena, 16/05.

• Organização e coordenação de reuniões, seminários, encontros

Buchillet D., 2001. Encontro Macro-Regional/Norte. *Preparação dos Delegados Indígenas para participação na III Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas*. Manaus, 9-11/05. Coordenação da mesa-redonda “Papel/Espaço da medicina tradicional: o desafio de viabilizar

Buchillet D., 2001. III Conferência Nacional de Saúde Indígena. *Construindo e avaliando o Sistema de Saúde Indígena*. Luziânia, 14-18/05. Coordenação da mesa “Desenvolvimento de recursos humanos para atuação em culturas diferentes”.

Buchillet D., 2001. II Oficina de Trabalho da Associação Brasileira de Antropologia/ABA: *Antropologia Social, Ética e Pesquisa com Povos Indígenas*. Brasília, 5-6/04.

Buchillet D., 2001. Encontro Macro-Regional/Norte. *Preparação dos Delegados Indígenas para participação na III Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas*. Manaus, 9-11/05. Coordenação de mesa.

Garnelo L., 2001. Encontro Macro-Regional/Norte. *Preparação dos Delegados Indígenas para participação na III Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas*. Manaus, 7-11/05. Apresentação de uma comunicação e coordenação da plenária sobre o processo de implantação dos DSEIs/Norte.

Garnelo L., 2001. III Conferência Nacional de Saúde Indígena. *Construindo e avaliando o Sistema de Saúde Indígena*. Luziânia, 14-18/05. Relatora de uma mesa redonda.

Garnelo L. 1998-2001. Realização de cursos de capacitação dos Agentes Indígenas de Saúde do alto rio Negro no âmbito do Projeto Rasi.

• Avaliação antropológica de projetos de pesquisa em saúde indígena

Buchillet D., 2001. Membro do Comitê de Seleção e Avaliação de Projetos do Programa de Pesquisa em Saúde Indígena do Departamento de Saúde Indígena/Desai da Funasa (ver portaria nº 0151 de 20 de março de 2001).

Buchillet D., 2001. Avaliação antropológica de cinco projetos de pesquisa em saúde indígena apresentados ao Desai.

PESQUISAS, DOCUMENTAÇÃO
E MAPEAMENTO

**MANEJO DOS
RECURSOS
BIOLÓGICOS
NA AMAZÔNIA:
A DIVERSIDADE
VARIETAL DA
MANDIOCA E
SUA INTEGRAÇÃO
NO SISTEMA DE
PRODUÇÃO**

O que é

A pesquisa tem como objetivo principal compreender o papel dos fatores socioculturais, econômicos, ecológicos e biológicos na criação, manutenção e conservação de diversidade biológica através do exemplo da mandioca na região amazônica. É realizada em duas escalas: (I) da região do Alto e Médio Rio Negro (populações indígenas e caboclas), tem como finalidade a identificação e a caracterização das práticas e conhecimentos ligados à diversidade varietal da mandioca. Permite entender o papel da diversidade varietal da mandioca nos planos sociocultural, econômico e ecológico; (II) da Amazônia (Médio Amazonas na área Sateré-Mawé, Amazônia ocidental numa frente de colonização da região de Altamira, no sudoeste amazônico na região do Alto Juruá), tem a finalidade de entender a distribuição da diversidade varietal da mandioca e os fatores genéticos, socioculturais ou ecológicos na origem desta distribuição.

A pesquisa responde a quatro objetivos específicos: 1) identificar e caracterizar a diversidade do ponto de vista do conhecimento local, morfológico e genético, as práticas e os conhecimentos na sua origem; 2) entender como se insere nas lógicas dos sistemas de produção; 3) levantar a cultura material ligada aos sistemas de produção e processamento da mandioca; 4) analisar as possibilidades de valorização cultural e material dessa diversidade.

Equipe

Geraldo Andreello - antropólogo/ISA/Unicamp (coordenador brasileiro)

Laure Emperaire - botânica/IRD, (coordenadora francesa)

Florence Pinton - socióloga/Universidade Paris X

Gilda Santos Mühlen - geneticista/IAC

Ilka Pinheiro – etno-historiadora/Museu Paraense Emílio Goeldi

Lúcia Van Velthem - antropóloga/Museu Paraense Emílio Goeldi

Márcio Meira - antropólogo-etnohistoriador/Museu Paraense Emílio Goeldi

Sylvain Desmoulière - etnobotânico, Museu Nacional de História Natural/Paris

Parcerias e fontes de financiamento

- Foirn - Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro: parceria
- CGTSM - Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé: parceria e apoio logístico
- IAC - Instituto Agrônomo de Campinas: parceria
- IRD - Institut de Recherche pour le Développement: parceria e apoio financeiro
- BRG – Bureau des Ressources Génétiques (França): apoio financeiro
- CNPq -Centro Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (Brasil): apoio financeiro
- CNRS – Centre National de Recherche Scientifique (França): apoio financeiro

O que foi feito

- Trabalho de campo: manejo da mandioca na Área Indígena Sateré-Mawé, Nova Aldeia - AM, (pesq. L. Emperaire).
- Trabalho de campo: mitos sobre a origem da mandioca, manejo da mandioca em São Gabriel da Cachoeira (pesq. L. Emperaire).
- Trabalho de campo: análise das condições de valorização da agrobiodiversidade na Terra Indígena Alto Rio Negro, laurareté - AM (pesq. G. Andreello)
- Relatório final do projeto.

programa rio negro

Avaliação

O esquema inicialmente planejado não foi realizado na sua totalidade, principalmente nos pontos 3 e 4 dos objetivos específicos (levantar a cultura material ligada aos sistemas de produção e processamento da mandioca e analisar as possibilidades de valorização cultural e material dessa diversidade), sendo que uma parte mais importante do que o previsto foi consagrada à redação de artigos e apresentações para reuniões científicas. Os resultados globais do projeto foram apresentados no relatório final ao CNPq em setembro.

Perspectivas

Encerrada a fase de pesquisa de campo, a coordenação deverá agora discutir com lideranças e organizações locais que representam as populações pesquisadas formas adequadas de restituição dos resultados. Sobraram recursos da pesquisa, repassados pelo CNPq fora do tempo necessário para sua utilização. O ISA está negociando com essa instituição o uso desses recursos na produção de publicações dirigidas aos grupos locais entre os quais a pesquisa foi realizada. As publicações científicas estão em curso e um projeto de livro sobre manejo tradicional da mandioca está sendo elaborado.

Produtos

• Publicações

Empeaire L, (no prelo). O extrativismo, um componente de sistemas de produção complexos. Atos do Simpósio "Manejo Integrado de Florestas Úmidas Neotropicais por Indústrias e Comunidades" Belém, dezembro 2000, 12 p.

Empeaire L, (no prelo). No toco da seringa: a exploração das seringueiras na Reserva Extrativista do Alto Juruá (Acre). in Carneiro Da Cunha, M. (ed.) *Enciclopédia da Floresta*, São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 27 p.

Empeaire L, (no prelo). Paus, palheiras, cipós, ... na Reserva Extrativista do Alto Juruá (Acre). in Carneiro Da Cunha, M. (ed.) *Enciclopédia da Floresta*, São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 30 p.

Empeaire L, (no prelo) - Dicionário dos vegetais da REAJ. in Carneiro Da Cunha, M. (ed.) *Enciclopédia da Floresta*, São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 29 p.

Empeaire, L., Santos Mühlen, G., Fleury, M., Robert, T., McKey, D., Pujol, B., Elias, M., 2002 - em preparo, Diversité génétique et morphologique des manioc dans le bassin amazonien - liens avec la gestion locale et implications pour une conservation des ressources génétiques. *Resumo apresentado ao Congresso do BRG*, outubro 2002, La Châtre.

Pinton, F., (no prelo). Le devenir de l'agriculture traditionnelle: enjeu de société ou jeu d'acteurs? L'exemple du manioc en Amazonie brésilienne. *Natures, Sciences et Sociétés*, 24 p.

Berthaud J., Clément J.-C., Empeaire L., Louette D., Pinton F., Sanou J., Second G., 2001. The role of local-level geneflow in enhancing and maintaining genetic diversity. In Cooper H.D., Spillane C., Hogkin T. (eds.), *Broadening the genetic*

base of crop production, Cabi, Wallingford, FAO, Ipgri, Roma: 81-103

Empeaire L., 2001. Roças indígenas no Rio Negro são foco de alta agro-biodiversidade. in Ricardo C. A., (ed.) *Povos indígenas no Brasil 1996-2000*, ISA, São Paulo: 261-262.

Empeaire L, Pinton F, Second G, 2001. Manejo de la diversidad varietal de la yuca en la Amazonia del noroeste. *Etnoecológica* 5(7): 38-59, México

Empeaire L., 2001. Elementos de discussão sobre a conservação da agrobiodiversidade: o exemplo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) na Amazônia brasileira. in Capobianco, J.-P. (coord.) - *Biodiversidade da Amazônia*, Estação Liberdade, ISA / São Paulo: 225-234.

McKey D, Empeaire L, Elias M, Pinton F, Robert T, Desmoulière S, Rival L, 2001. Gestions locales et dynamiques régionales de la diversité variétale du manioc en Amazonie. *Genetic selection and evolution*, 33 (supl. 1) : 465-490

Pinton F, Empeaire L., 2001. Le manioc en Amazonie brésilienne, diversité et marché. *Genetic selection and evolution*, 33 (supl. 1) : 491-512

• Tese

Desmoulière S., 2001 - *Approche comparative de la gestion de la diversité variétale du manioc chez les agriculteurs d'Amazonie centrale*. Paris, dissertação de doutorado Museum National d'Histoire Naturelle, 372 p.

• Relatórios

Empeaire L (org.), 2001. *Relatório final da Convenção IRD-CNPq - ISA (1998-2000), Manejo dos recursos biológicos na Amazônia: a diversidade varietal da mandioca e sua integração nos sistemas de produção*, fundamentado nos trabalhos de F. Pinton, G. Andreello, G. Le Blanc, G. dos Santos, I. Pinheiro, L. Empeaire, L. Van Velthem, M. Meira, S. Desmoulière, 216 p.

Empeaire, L. (org.), 2001. *Rapport final de la Convention BRG / IRD 1998-1999, Approche ethnobiologique de la gestion de la diversité variétale du manioc en Amazonie*, fondé sur les travaux de F. Pinton, G. Andreello, G. Le Blanc, I. Pinheiro, L. Empeaire, L. Van Velthem, M. Meira, S. Desmoulière, 92 p.

Empeaire, L., 2001 - *Rapport sur la mission réalisée dans l'aire indigène Sateré-Mawé (Marau, municipio de Maués, AM) du 15 au 25 janvier 2001*, ISA/IRD-BRG, Brasília, 9 p.

Pinton F., 2001. *Marché en hausse, savoirs en baisse? Diversité variétale du manioc, gestions locales et marché de la farine en Amazonie (Brésil, Guyana)*, relatório final do projeto Manejo social da diversidade biológica em diversos contextos socio-econômicos e culturais: as trocas de manivas e o mercado da farinha, Programa Meio Ambiente-Sociedade, CNRS, Paris, 75 p.

PESQUISAS, DOCUMENTAÇÃO
E MAPEAMENTO

**PROJETO SAÚDE,
NUTRIÇÃO E
ASSENTAMENTO
(UM ESTUDO
COMPARATIVO
DE POVOADOS
INDÍGENAS
TRADICIONAIS
E POVOADOS-
MISSÃO NA ÁREA
DO RIO NEGRO)**

O que é

Trata-se de um projeto de pesquisa cujo objetivo principal é compreender as condições nutricionais e de saúde (*lato sensu*) da população do rio Tiquié. Para tanto, foi estruturada uma pesquisa aplicada associando antropometria (forma e desenvolvimento do corpo) com estudos ecológicos de unidades domésticas (que inclui o estudo dos padrões de atividade e padrões de dieta), complementada por uma abordagem de aspectos epidemiológicos.

Visa confrontar essas informações com os dois tipos básicos de adaptação humana às paisagens ecológicas da região: (a) populações ribeirinhas, agricultoras, pescadoras e mais sedentárias (grupos Tukano); (b) populações que habitam nos interflúvios, de maior mobilidade espacial, menor ênfase na agricultura (grupos Maku).

Objetiva contribuir para a implantação de um sistema de vigilância nutricional na Terra Indígena Alto Rio Negro, tomando a área da bacia do rio Tiquié como ponto de partida e de disseminação. Para tanto, esse projeto vem estabelecendo os procedimentos para a implantação de tal sistema, que sirva como referência para outros rios ou regiões.

Equipe

Aloisio Cabalzar (ISA), Euphly Jalles (IB/USP), Flora Dias Cabalzar (ISA), Pieter van der Veld (ISA), Ashley Lebner (Cambridge University), Manuel Arroyo-Kalin (Cambridge University), Albino Barão Oliva (Nova Fundação), Anazildo Alcântara Azevedo (Agente Indígena de Saúde - AIS Matapi), Firmiano Marques Meira (AIS Cachoeira Comprida), Januário Araújo Fernandes (AIS Cunuri), José Maria Lima Barreto (AIS São Domingos), José Valdemar Cabral (AIS Cucura), Raimundo Campos Tenório (AIS São Pedro) e Roberto Madeira Amaral (Umari-Norte)

Parcerias e fontes de financiamento

- Foirn - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro: parceria
- SSL - Associação Saúde Sem Limites: parceria
- Escola Indígena Tuyuka: parceria
- Finep – Financiadora de Projetos: apoio financeiro

O que foi feito

Foram realizadas quatro etapas intensivas de pesquisa em nove povoados da bacia do Tiquié, com a participação de 14 pesquisadores. Cada etapa foi precedida de um encontro de três a sete dias, durante os quais foram estudados temas relacionados à pesquisa. Cada etapa foi organizada da seguinte forma:

1. Encontro/treinamento de todos os pesquisadores em uma das comunidades participantes: dividido em uma exposição sobre um tema relacionado à pesquisa, treinamento em técnicas de medição, calibração inter-observadores (equipe indígena), discussões e trabalhos em grupo.
2. Viagem dos pesquisadores para as comunidades em foco (procurou-se, sempre que possível, manter cada pesquisador nas mesmas comunidades durante as quatro etapas).
3. Medições antropométricas das crianças e jovens (nas duas últimas etapas também foram medidos os adultos).

Beto Ricardo/ISA



Atividade do projeto em Cachoeira Comprida: como parte do treinamento, Albino Oliva (de Nova Fundação) e Aloisio Cabalzar fazem medição

programa rio negro

4. Pesquisa de ecologia de unidades domésticas (uma ou duas por comunidade), acompanhando as atividades do casal e mensurando a produção e consumo.

• Avaliação antropométrica

Coleta de dados em campo concluída. Aproximadamente 400 indivíduos foram considerados, tendo sido realizadas todas as medidas antropométricas. Os dados coletados estão sendo digitalizados em bancos de dados (Access e Excel) e analisados, estando alguns resultados já disponíveis. Medições mensais são realizadas mensalmente pelos Agentes Indígenas de Saúde nas comunidades em que atuam, mas ainda estão sendo consideradas como parte do treinamento.

• Padrões de atividades e produção de alimentos

Coleta de dados em campo foi concluída em dezembro/2001. Foram preenchidas aproximadamente 350 fichas de acompanhamento das atividades de produção e 170 fichas de medição da produção/consumo da unidade doméstica. Os dados coletados estão sendo organizados em banco de dados e analisados.

• Treinamento/capacitação dos Agentes Indígenas de Saúde

Como já foi assinalado, incentivou-se a participação de pesquisadores indígenas, discutindo-se técnicas da pesquisa, qualidade dos dados levantados, formas de supervisão, equipamentos e utilização adequada dos mesmos. Uma das atividades foi executar um programa mínimo de formação e treinamento na área de vigilância nutricional, que incluiu exposições de temas relacionados, discussões, produção de materiais de leitura a respeito dos temas e de como se planeja, formata e desenvolve uma pesquisa. Assim, em 2001 foram realizados quatro encontros de treinamento.

A formação e treinamento de agentes indígenas para vigilância nutricional, contudo, ainda não é considerada completa, sendo que será continuada nas próximas etapas de campo (em 2002), quando será enfatizada a calibração das medições inter-observador, interpretação das medições e repasse das informações para as comunidades e em matemática instrumental. Com respeito ao material de leitura encontra-se em preparação um manual relativo às técnicas e procedimentos de medida (já em fase de diagramação), bem como informações acerca dos aparelhos utilizados. A idéia é criar uma série de pequenas publicações voltadas para as comunidades e profissionais de saúde, apresentando informações, instruções e discussão sobre os temas relacionados ao projeto, em formato adequado a ser compreendido e empregado pelos Agentes Indígenas de Saúde. Os próximos números (em fase de elaboração) são os seguintes: interpretação das medições; composição dos alimentos; matemática instrumental; saúde e meio ambiente.

• Outras atividades

Teve continuidade a elaboração de textos, mapas e ilustrações pela equipe de pesquisadores indígenas versando sobre os seguintes temas: mapas de cada trecho do rio, com a localização das áreas utilizadas para agricultura, pesca, caça, coleta de frutas e matérias primas (para construção de casas, ar-

tesanato, utensílios diversos etc.); calendário ecológico, econômico e astronômico; situação da alimentação nas comunidades; concepções locais relacionadas ao desenvolvimento do corpo.

Foi realizado um curso de dois dias para os profissionais de saúde que atuam na região da bacia do Uaupés (incluindo o rio Tiquié) e da cidade de São Gabriel, intitulado "Fundamentos e Técnicas de Levantamento das Condições Nutricionais em Populações Indígenas", preparado e ministrado pelo pesquisador do projeto Euphly Jalles.

Avaliação

Depois das adaptações e modificações metodológicas feitas no projeto original e a recomposição da equipe com pessoas capacitadas e com boa disponibilidade de permanecer em campo, o trabalho em 2001 teve um bom rendimento. O trabalho conjunto com a equipe indígena também foi muito proveitoso. A prorrogação do prazo do projeto também representa a oportunidade de desenvolver no ano de 2002 aspectos do projeto que, devido ao tempo, não seria possível de outro modo.

O projeto se encontra em um momento importante, tendo sido realizadas quatro etapas intensivas de campo no rio Tiquié, que envolveram os seis pesquisadores e outros nove moradores desse rio, que estão sendo treinados no sistema de vigilância nutricional e em práticas de pesquisa. Para esse ano, estão previstas algumas atividades igualmente importantes (coleta de dados com respirômetro, pesquisa das unidades de paisagem, inquérito epidemiológico, levantamentos demográficos e sócio-econômicos).

Esse Projeto de Pesquisa Dirigida vem aliando investigação científica, pesquisa aplicada, capacitação (repasso de conhecimentos e técnicas) para agentes locais e elaboração de plano de trabalho que visa contribuir para o aprimoramento de políticas públicas para essa região, no que diz respeito à melhoria das condições de saúde, em sentido amplo. Reúne uma equipe interdisciplinar (antropologia, fisiologia ou bioantropologia, ecologia e agronomia) a conhecedores indígenas de cada trecho do rio e que atuam no atendimento básico à saúde nas comunidades. Em vista disso, tem sido exemplar em termos de promover formas apropriadas de relacionamento entre a pesquisa e as populações indígenas, ponto relevante na medida em que está sendo desenvolvido dentro da Terra Indígena Alto Rio Negro. Nessa TI habitam cerca de quinze mil índios (cinco por cento da população indígena do país), representando quatorze etnias.

Perspectivas

- Redação, edição e tradução de uma série de pequenas publicações sobre saúde, nutrição e meio ambiente no rio Tiquié para os Agentes Indígenas de Saúde - AIS (instruções para realização das medições, noções e conceitos fundamentais).
- Redação de um informativo sobre o primeiro ano do Projeto (2001).
- Organização e primeira edição de materiais (etn-cartografia, calendário econômico-ecológico, mitos relacionados etc.) produzidos pela equipe de pesquisadores indígenas.
- Realizar etapa de campo para coleta de dados respirométricos (cerca de 20 dias), com Euphly e Flora.
- Viabilizar uma oficina de matemática instrumental para os AIS do rio Tiquié.
- Realizar com a equipe, um censo populacional do Tiquié, onde também deverão ser coletados dados sobre natalidade e mortalidade (infantil e global).
- Realizar, junto com a equipe, um levantamento de dados sociais, econômicos e de saúde nas nove comunidades amostradas (e sistematizar dados já levantados).
- Estruturar a pesquisa sobre as unidades de paisagem da bacia do Tiquié, realizar coletas em campo, com equipe.
- Viabilizar o inquérito epidemiológico: projeto, localizar médico para realizar inquérito, reunir dados já existentes (negociar com SSL, Foim, Funasa), trabalho de campo.
- Redação de relatórios para agência financiadora.
- Coordenar uma reunião da equipe para calibração final das categorias de atividades e revisão das fichas (produzidas em quatro etapas de campo em 2001).
- Acompanhar a digitalização de todos os dados antropométricos e ecológicos (estagiário).
- Sistematização, análise dos dados e redação de relatório científico (com a equipe).
- Organizar encontros periódicos com os AIS, de consolidação da prática de vigilância nutricional, supervisão do trabalhos dos AIS.
- Viabilizar – a partir de parceria com DSEI, com equipe do PRN – implantação da vigilância nutricional a partir de dados antropométricos em outras comunidades do Tiquié (visando disponibilizar equipamentos, treinamentos, supervisões).

Indicadores

- Implantação de rotinas de vigilância nutricional nas comunidades do rio Tiquié.
- Relatórios e publicações para divulgação.
- Pesquisadores indígenas treinados.

PESQUISAS, DOCUMENTAÇÃO
E MAPEAMENTO

**PERFIL
SOCIOECONÔMICO
E DEMOGRÁFICO
DA POPULAÇÃO
DA CIDADE DE
SÃO GABRIEL DA
CACHOEIRA
DE 21 DE NOVEMBRO
A 06 DE DEZEMBRO
DE 2001**

O que é

Trata-se de um projeto de pesquisa participativa que tem como objetivo principal obter uma visão ampla do perfil da população indígena que reside na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Isso significa que a pesquisa pretende levantar informações sobre:

- Informações demográficas:

1.1. A composição familiar de cada grupo doméstico, isto é, quem mora na casa, o local de nascimento de cada pessoa, suas idades, sexo, etnia, nível de instrução, e o parentesco entre essas pessoas e o chefe da casa (que pode ser homem ou mulher);

1.2. As pessoas do grupo familiar principal da casa que já faleceram;

1.3. As pessoas do grupo familiar principal que estão residindo em outros lugares;

1.4. As mulheres grávidas da casa;

1.5. Outras pessoas que estejam na casa mas que ali não residem.

- Informações sobre mobilidade espacial:

1.6. Há quanto tempo estão residindo na cidade e de onde vêm;

1.7. Qual ou quais os motivos da mudança para a cidade;

1.8. Como conseguiram casa, terreno e roça na cidade;

1.9. Relações com outras famílias ou pessoas da mesma comunidade que residem na cidade;

1.10. Trocas de mercadorias ou produtos de roça entre as comunidades de origem e as famílias na cidade.

- Informações sobre saneamento e saúde:

1.11. Situação sanitária da casa, isto é, se a casa possui fossa sanitária, onde pegam água etc...;

1.12. Pessoas da casa que ficaram doentes nos últimos seis meses e o que fizeram (foram para farmácia, foram procurar um benzedor ou pajé etc.);

1.13. Avaliação dos serviços de saúde na cidade;

1.14. Os partos realizados na casa ou no hospital.

Informações sobre economia:

1.15. Roças e outros cultivos no terreno da casa;

1.16. Caça e pesca;

1.17. Coleta de animais/insetos e criação de animais;

1.18. Trabalhos remunerados e aposentadoria;

1.19. Venda e troca de mercadorias;

1.20. Consumo de produtos industrializados;

1.21. Equipamentos ou aparelhos usados na casa.

- Informações sobre condições de vida na cidade:

1.22. Opinião dos moradores sobre a vida na cidade e como melhorar.

A pesquisa (fase de teste) foi feita através de um questionário, com perguntas abertas, isto é, perguntas que devem ser respondidas pelo pesquisador segundo as respostas dos entrevistados, e perguntas fechadas, isto é, onde já tem duas ou mais respostas e o pesquisador só precisará anotar um "X" de acordo com a resposta do entrevistado. Esse questionário é aplicado para cada casa ou domicílio dos diferentes bairros e centro de São Gabriel, através de uma ou mais entrevistas com os donos ou moradores de cada casa.

Equipe

Geraldo Andrello – antropólogo ISA
 Marta Azevedo – antropóloga/demógrafa ISA
 Cristiane Lasmar – antropóloga Museu Nacional/UFRJ
 Foirn - diretoria
 Associações de Bairros da cidade – lideranças
 Pesquisadores – indicados pelas associações e Foirn

Parcerias e fontes de financiamento

- Horizont3000 – Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento / Campanha: apoio financeiro
- Foirn – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro: parceria
- Aliança pelo Clima: apoio financeiro

O que foi feito

Foi elaborado um questionário, tendo como referência o questionário aplicado em Iauareté, para a fase de teste. Esse questionário foi aplicado nos seguintes bairros: Praia, Dabaru e Areal, totalizando 40 domicílios pesquisados.

Previamente à aplicação do questionário foram realizadas algumas reuniões para a estruturação da rede de participantes institucionais da pesquisa. Foi feita uma reunião com os presidentes das associações de bairro, com a participação da diretoria da Foirn para expor os objetivos da pesquisa, mobilizar os representantes dos bairros, discutir a formação do Conselho e da equipe de pesquisadores. De uma maneira geral, todos pareceram receptivos à idéia da pesquisa e indicaram alguns nomes de pesquisadores para aplicação do questionário nessa fase de teste. Foi realizada então uma reunião com a equipe de pesquisadores, composta por doze pessoas, para a discussão sobre os objetivos, a proposta participativa e o cronograma. Depois disso, organizou-se a distribuição dos pesquisadores por bairro, procurando seguir, na medida do possível, os critérios de familiaridade com o bairro e língua falada. Das 12 pessoas presentes à primeira reunião, 11 entregaram os questionários recebidos, perfazendo um total de 40 casas pesquisadas em um período de 6 dias. Os dados dos pesquisadores (contato, etnia, línguas que fala/entende, escolaridade, profissão, etc) foram organizados em fichas que já estão à disposição do ISA e da Foirn.

Realizou-se a primeira avaliação da equipe de pesquisadores sobre o trabalho já realizado. Após uma rodada de depoimentos sobre a experiência de cada pesquisador em campo, foi feita uma nova leitura conjunta do questionário e avaliando, a cada item, a necessidade e/ou possibilidade de fazer modificações. Os pesquisadores sugeriram emendas e correções.

Avaliação

Após essa primeira fase de teste avaliou-se que será necessário buscar recursos específicos além daqueles já garantidos, para a continuidade dessa pesquisa. Avaliou-se ainda que será de fundamental importância que todos os domicílios sejam visitados e as pessoas entrevistadas, não utilizando o método por amostragem. Além disso, a questão do saneamento, meio ambiente urbano e uma avaliação sobre as roças e manejos dos recursos naturais da região do entorno da cidade devem ser levadas em consideração em levantamentos específicos e complementares.

Perspectivas

Como essa pesquisa é prioridade para o ano 2002, novos parceiros e fontes de financiamento estão sendo articulados. O questionário domiciliar deverá ser revisado e aprimorado a partir do teste realizado e das sugestões dos próprios pesquisadores e lideranças das associações. Essa pesquisa deverá integrar o trabalho do macro-zoneamento da região do rio Negro, para que se tenha um quadro claro da área urbana e seu entorno, com o objetivo de propor ações relacionadas à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade, e preservação/manejo dos recursos naturais do entorno da área urbana.

PESQUISAS, DOCUMENTAÇÃO
E MAPEAMENTO

LEVANTAMENTO
SOCIOECONÔMICO,
DEMOGRÁFICO E
SANITÁRIO DO
POVOADO
DE IAUARETÉ

O que é

É uma pesquisa que foi realizada em 2001 ao longo de quatro meses de trabalho de campo junto aos 416 domicílios existentes no povoado de Iauareté, rio Uaupés. O objetivo é proceder à coleta de informações demográficas, sanitárias e econômicas detalhadas para o conjunto da população local, visando traçar um perfil acurado das condições de vida nessa localidade, onde atualmente verificamos uma concentração demográfica de tipo urbano (cerca de 2.500 moradores). Em cada domicílio, foi aplicado um questionário semi-estruturado com questões abertas e fechadas organizadas em quatro blocos: demografia e mobilidade (composição do grupo doméstico, origem geográfica, relações de parentesco com outros domicílios, mobilidade, falecimentos), saúde (doenças no últimos anos, itinerário terapêutico, avaliação dos serviços de saúde disponíveis, condições sanitárias), economia primária (agricultura, caça, pesca e coleta) e economia secundária (empregos, comércio, trocas, padrão de consumo). O projeto foi planejado para ser executado em três fases: a) aplicação dos questionários; b) montagem do banco de dados (Ms-Access) e elaboração de relatórios; c) promoção de seminários locais para apresentação dos resultados e discussões entre pesquisadores e organizações indígenas.

Equipe

Coordenação: Geraldo Andrello (antropólogo), Marta Azevedo (antropóloga), Dominique Buchillet (antropóloga)

Pesquisadores indígenas: Ivanete Fontoura, Bernadete Araújo, Ivo Fontoura, Arlindo Maia, Martinho Freitas, Leonardo Penteado, Adão Oliveira, Nazareno Cordeiro, Cenilda Araújo, Paulo Ladino, Domingos Cavalcante, Luís Aguiar Galdino Pinheiro, Anacleto Lana

Parcerias e fontes de financiamento

- Horizont3000 – Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento / Campanha Aliança pelo Clima: apoio financeiro
- IRD – Institut de Recherche pour le Développement: parceria
- AEIDI – Associação dos Educadores Indígenas do Distrito de Iauareté: parceria

O que foi feito

- Elaboração de um roteiro para as entrevistas.
- Montagem do questionário semi-estruturado.
- Montagem e treinamento de uma equipe local de 14 pesquisadores indígenas para aplicar os questionários.
- Aplicação de 416 questionários cobrindo a totalidade dos domicílios do povoado.
- Revisão dos questionários junto a cada pesquisador.
- Elaboração de um banco de dados em Ms-Access.
- Digitação de 100 questionários na forma de registros do banco de dados.

Avaliação

A avaliação das atividades realizadas no ano de 2001 é no geral bastante positiva. O interesse e a participação indígena na pesquisa foi altamente satisfatória, como também a colaboração demonstrada pela população em geral. O preenchimento dos questionários é bastante satisfatório, porém esta qualidade não se reflete igualmente em todos os blocos de questões. As questões fechadas foram preenchidas com maior exatidão. Isso prejudicou principalmente o bloco de saúde, com um maior número de questões abertas e qualitativas. O banco de dados montado pelo serviço de processamento de dados do ISA funciona bem e a digitação das informações está sendo supervisionada permanentemente.

Perspectivas

- Conclusão da digitação (março de 2002).
- Elaboração de relatórios através do banco de dados (abril/maio de 2002).
- Pré-análise do material (maio de 2002).
- Seminários com os pesquisadores indígenas para análises finais (agosto de 2002).
- Divulgação local dos resultados.
- Discussões sobre recomendações para futuros projetos das organizações indígenas de Iauareté.

Indicadores

- Números de questionários.
- Banco de dados concluído.
- Relatórios temáticos.
- Reuniões e discussões locais.
- Projetos elaborados.
- Publicações de circulação regional.

MANEJO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS

O que é

Trata-se do desenvolvimento e multiplicação de modelos sustentáveis de aproveitamento de recursos agroflorestais e aquáticos aliando conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos adaptados em parceria direta com associações de base filiadas à Foirn. Visa aumentar a segurança alimentar de comunidades indígenas situadas em áreas críticas por meio da implantação de experiências-piloto em piscicultura e manejo agroflorestal nos altos rios Tiquié, Uaupés, Içana e no entorno da cidade de S. Gabriel da Cachoeira, com atividades complementares de treinamento técnico e capacitação administrativa das contrapartes locais. As atividades envolvem assessores contratados pelo ISA e as lideranças indígenas que compõem as diretorias da Foirn e associações, além de interfaces com as atividades de educação, pesquisa, documentação e mapeamento.

Equipe

Carlos Alberto Ricardo (coordenação), Aloisio Cabalzar, Flora Dias Cabalzar, Geraldo Andrello, Pieter van der Veld, Mauro Lopes

Parceiros e fontes de financiamento

- Horizont3000 – Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento / Campanha Aliança pelo Clima: apoio financeiro
- ICCO – Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio financeiro
- UE – União Européia: apoio financeiro
- Cepta-Ibama – Centro Nacional de Pesquisa de Peixes Tropicais do Ibama: cooperação técnica
- Atriart – Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié: parceria
- Coidi – Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté: parceria
- Oibi – Organização Indígena da Bacia do Içana: parceria

O que foi feito

• Piscicultura

Manaus

- Iniciado o processo de legalização do Projeto de Piscicultura e Manejo Agroflorestal ISA/Foirn junto ao Crea/AM – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Amazonas, com a obtenção de registro do engenheiro de pesca do ISA, Mauro C. Lopes, como responsável técnico pelo setor de piscicultura.

São Gabriel da Cachoeira e entorno

- Entrevistas com vários representantes de associações e visitas a comunidades do entorno de S. Gabriel da Cachoeira, interessados nos resultados da Estação Caruru e em desenvolver a piscicultura.

- Visita da assessoria agrotécnica do ISA à Terra Indígena Baíala em 07/10/2001, a convite dos próprios dirigentes da Ainbal (associação indígena local, filiada à Foirn), a fim de prestar assistência técnica em relação a problemas de infiltração ocorridos em um viveiro de piscicultura construído com o apoio

da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Escola Agrotécnica Federal.

- Oficina de sondagens e análise granulométrica (empírica) de solos com alunos e professores da EIBC – Escola Indígena Baniwa e Coripaco, durante os dias 09/10 e 10/10/2001, com a finalidade de capacitar pesquisadores indígenas para a realização de prospecções de locais favoráveis à construção de viveiros de piscicultura nas comunidades do Alto e Médio Rio Içana. Tal pesquisa refere-se à fase de levantamentos do Projeto Kállita – Manejo Pesqueiro de Lagos na Bacia do Rio Içana, parceria entre Oibi – Organização Indígena da Bacia do Içana, Foirn, ISA e PDPI - Projetos Demonstrativos Para Povos Indígenas -, o qual incluirá a construção dos primeiros viveiros de piscicultura comunitários e/ou familiares na região.

- O escritório do ISA em São Gabriel seguiu dando apoio técnico na parte contábil ao pessoal da Atriart e da Coidi, que estão gerenciando diretamente parte dos recursos do Projeto.

Estação Caruru, Alto Tiquié

- Reprodução artificial de Pacu, Aracu-três-pintas e Aracu-riscado.
- Engorda de Aracu nos viveiros das comunidades indígenas do Alto Tiquié.
- Construções de novos viveiros de piscicultura no Alto Tiquié.
- Larvicultura e alevinagem de Aracu-três-pintas e Aracu-riscado.
- Distribuição de juvenis de aracus aos viveiros das comunidades do Alto Tiquié onde devido a predação não foi possível a alevinagem.
- Visitas técnicas para monitoramento da produção (despesca e biometria) junto aos viveiros das comunidades.
- Finalização da construção de mais dois viveiros comunitários, sendo um em Assunção e outro em São Tomé.
- Elaboração de um projeto técnico de galinheiro, e início de sua construção, para melhorar merenda escolar em São Pedro e integrar avicultura com piscicultura na Estação Caruru.
- Reinstalação da cozinha separada do laboratório de reprodução.
- Impermeabilização de um dos tanques de reprodução artificial.
- Instalação do sistema hidráulico complementar.
- Reparos na cobertura dos viveiros-berçários.
- Reparos das mesas do viveiro de mudas.
- Distribuição de alevinos e mudas aos viveiros de piscicultura e pomares das comunidades da Atriart.
- Despesas (coletas de peixes em viveiros) para amostragens biométricas de monitoramento da produção.
- Teste negativo de indução hormonal à desova de peixes pela equipe técnica indígena.
- Produção de cerca de 15.000 alevinos (3 cm) e juvenis (15 cm) de Aracu-três-pintas, além de cerca de 4.000 alevinos e juvenis de acarás.
- Distribuição de cerca de 10.000 alevinos para os viveiros comunitários e/ou familiares do Alto Tiquié.
- Viabilização de um projeto para a engorda de 80 kg de aracus para alimentação dos técnicos indígenas na Estação Caruru.



Estação Caruru: instalado o sistema hidráulico complementar

programa rio negro

- Primeiro Curso de Piscicultura Familiar do Alto Tiquié, ministrado exclusivamente pelos técnicos indígenas da Estação Caruru.
 - Participação da equipe técnica indígena na II Assembléia Regional do Baixo Uaupés e Rio Tiquié.
 - Continuidade no processo de construção de viveiros de piscicultura familiares nas comunidades da Atriart.
 - Edição, publicação e distribuição dos números 4 e 5 do Boletim Informativo do Projeto de Piscicultura ISA/Atriart.
- ### lauareté, Alto Uaupés
- Visita da assessoria agrotécnica do ISA no Distrito de lauareté – Alto Uaupés.
 - Elaboração de um projeto de avicultura a ser apresentado pela Comunidade D. Pedro Massa/lauareté ao PDPI.
 - Levantamento topográfico planialtimétrico da área escolhida para sediar a futura estação de piscicultura.
 - Elaboração de plantas planialtimétricas referentes.
 - Elaboração de projeto técnico (plantas) das unidades de produção da futura estação de piscicultura.
 - Compra e remessa de materiais de construção e ferramentas.
 - Fabricação local de tijolos de concreto.
 - Início das obras de construção da Estação lauareté, com laboratório de reprodução de peixes, depósito, barragem principal e viveiros de engorda;
 - Finalização da construção inteiramente manual de uma barragem de terra de (25x11x2,5m) para a formação de um reservatório para o abastecimento do laboratório de reprodução e viveiros por gravidade.
 - Captura de 70 peixes matrizes e reprodutores de aracus e acarás em parceria com pescadores e piscicultores locais.
 - Estabelecimento de estratégias para a proteção da área ocupada pelo projeto em relação a desmatamentos para a extração de lenha pela população local.

Pamari, Alto Rio Içana

- Visita da Assessoria agrotécnica do ISA a um trecho do Alto Rio Içana, na área de abrangência da Oibi (Organização Indígena da Bacia do Içana), com a realização de visitas a comunidades e uma oficina com os professores e alunos da Escola Indígena Baniwa Coripaco, situada na foz do Igarapé Pamari, afluente da margem direita do Içana, para introduzir os conceitos e informações básicas sobre o projeto que está sendo desenvolvido no Tiquié e em lauareté.

• Manejo Agroflorestal

São Gabriel da Cachoeira e abrangência

- Observação da plantação experimental de arumã (da espécie *Ischnosiphon obliquus*), implantada na comunidade de Itacoatiara Mirim no primeiro trimestre deste ano. Primeira análise estatística da sobrevivência de arumã deste experimento.
- Implantação, na mesma comunidade, de uma nova área experimental com uma outra espécie de arumã, o *Ischnosiphon arouma*.

Estação Caruru, Alto Tiquié

- Produção de sementes de wahso, cubiu, maracujá-açu e laranja.



Beato Ricardo

Pieter van der Veld na plantação experimental de arumã em Itacoatiara Mirim

- Produção de 300 mudas de maracujá e 206 mudas de laranja-pera.
- Plantio de cerca de 823 mudas de frutíferas nos pomares escolares e próximos aos viveiros de piscicultura das comunidades.
- Formação de mudas no viveiro principal da Estação Caruru e nos viveiros auxiliares nas comunidades. Esta tarefa incluiu atividades como coleta de sementes, semear nas mesas semeadoras, repicagem das plantas brotadas ligadas à formação das mudas nos viveiros. No levantamento de 31/10/01 o viveiro da Estação Caruru teve 2150 mudas formadas, de 32 diferentes espécies. As mudas são usadas para replantio, aumento dos SAFs (sistemas agroflorestais) existentes e implantação de novos SAFs.
- Implantação de um novo pomar, no terreno em frente à futura maloca da comunidade Caruru.

Iauareté, Alto Rio Uaupés

- Elaboração de um projeto de reflorestamento de Caranazal⁽¹⁾ de Iauareté a ser encaminhado ao PDPI.
- Visita ao velho território Tariana, perto do Bairro Santa Maria, para verificar a possibilidade de criar uma área de plantação de milho e/ou frutas para alimentação dos peixes do projeto (também para consumo humano e alimentação de galinhas).
- Proposta e discussão da idéia de construção de um pequeno viveiro de mudas, com fins educativos, no Colégio Estadual existente em Iauareté, associada à formação de um grupo feminino de estudos agrícolas.

São Paulo

- Revisão do Plano de Contas.
- Replanejamento de atividades e orçamento para subsidiar a decisão de estender o prazo de execução do projeto de 3 para 4 anos.

• Coordenação e Assessoria Antropológica

Estação Caruru, Alto Tiquié

- Realização de uma importante reunião na Estação Caruru, na qual a equipe do ISA se reuniu com a Atriart e as lideranças de todas as comunidades do Alto Tiquié envolvidas para uma avaliação dos rumos futuros do projeto. Foi uma ocasião para que todos os líderes das comunidades se expressassem sobre os resultados já obtidos e sobre as dificuldades ainda a serem enfrentadas para a consolidação da piscicultura na região.

Estação Iauareté, rio Uaupés

- Em abril, paralelamente aos levantamentos técnicos para a futura Estação de Iauareté, a assessoria antropológica do ISA esteve participando de diversas discussões junto a lideranças indígenas ligadas à Coidi (Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito e Iauareté), organização parceira para a implantação da futura Estação. Foi prestada assessoria em algumas reuniões do Conselho de líderes dessa associação e a revisão e registros legais do seu estatuto. Foi feito o acompanhamento das discussões para definir o local mais apropriado para a construção da estação e vários contatos e reuniões nas diferentes comunidades do Distrito de Iauareté para difundir informações sobre o projeto.

- Em julho foi realizado um extenso levantamento topográfico na área escolhida para a futura estação, um antigo pasto aberto pela missão salesiana local em décadas passadas. A partir de então puderam ser confeccionadas as plantas da nova estação, e, já em setembro, as obras foram iniciadas. A assessoria antropológica acompanhou todos os passos, retornando com a equipe técnica à área no mês de novembro. Buscou-se facilitar os entendimentos com a Coidi (Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté) para planejamento de atividades e mobilização de pessoal. Acompanhou-se a contratação de serviços de pessoal local (técnicos indígenas, e pedreiros).

- A equipe indígena local já está se configurando. Há dois jovens que já estão diretamente ligados à equipe técnica do ISA – um deles tendo feito estágio em Caruru – e um administrador local já contratado. Esse administrador é também o presidente, eleito no ano passado, da Coidi, fato que facilita sensivelmente a realização das inúmeras tarefas ligadas à fase inicial de construção da Estação Iauareté.

- Buscou-se também divulgar e informar comunidades e organizações sobre a oportunidade aberta com o lançamento do PDPI. Disso resultou a promoção de uma reunião das lideranças indígenas do Distrito de Iauareté para discussão de um projeto complementar para a Estação de Piscicultura de Iauareté, em sintonia com os diagnósticos da equipe técnica. Além disso, foi elaborado um projeto de avicultura com a comunidade de D. Pedro Massa, um dos dez bairros que compõem o povoado de Iauareté, que foi encaminhado ao PDPI no mês de dezembro. Os agrônomos do projeto prestaram assessoria técnica para a formulação desse projeto.

- Participação e assessoria na IV Assembléia Geral da Coidi (discussão do projeto de piscicultura e outros temas e elaboração da ata da reunião).

¹ Quantidade mais ou menos considerável de palmeiras Caraná distantes proximamente entre si.

- Elaboração de um projeto para compra de um barco para a associação dos comerciantes indígenas de Iauareté, já encaminhado e em avaliação pelo Ceade (Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento, Salvador, BA).

Avaliação

• Piscicultura

Entre as atividades relacionadas anteriormente, verifica-se uma tentativa frustrada de aplicação do método de indução hormonal à desova feito pela equipe indígena da Estação Caruru. É preciso, no entanto, salientar que tal fracasso pode estar mais relacionado à época inadequada para a realização da experiência do que pela imperícia dos técnicos, já que têm tido curiosidade e interesse em relação ao aprendizado dos vários métodos de reprodução.

Além dessas atividades, foram iniciadas discussões e levantamentos para a elaboração de projetos de piscicultura a serem elaborados e encaminhados ao PDPI (Projetos Demonstrativos para Povos Indígenas), com a finalidade de complementar o projeto em curso. Os objetivos específicos de cada um deles serão pouco diferentes, devido às particularidades de cada uma das três regiões onde pretende-se implantar a piscicultura (Alto Tiquié, Alto Uaupés e Alto Içana).

Desejamos ressaltar também que a área alagada por viveiros de piscicultura no Alto Tiquié foi duplicada no período, passando de 8.000 para 15.000 m². Isso se deveu à construção de 17 novos viveiros de piscicultura familiares e/ou comunitários, realizada com acompanhamento técnico feito exclusivamente pela equipe indígena da Estação Caruru, comprovando o grande ânimo da população em relação ao projeto, além da boa potencialidade hídrica da região.

Os testes com a reprodução artificial do Pacu não puderam ser realizados já que as matrizes mais uma vez não estavam maduras. Por outro lado, optou-se em não fazer a indução hormonal do Aracu, devido principalmente a falta de espaço tanto nos viveiros da Estação Caruru, quanto nos viveiros das demais comunidades, os quais já se encontravam densamente povoados com alevinos e juvenis. Dessa forma, os próximos desafios do Projeto no Alto Tiquié estarão relacionados com a alimentação dos peixes, já que os pomares de frutas do igapó ainda não estão produzindo.

Quanto às obras da Estação Iauareté, houve um pequeno atraso, devido principalmente a falta de cimento tanto no mercado local quanto na cidade de São Gabriel da Cachoeira, agravado por dificuldades relacionadas com o transporte hidroviário de materiais e ferramentas. Não houve, felizmente, comprometimento do cronograma previsto.

• Manejo Agroflorestal

No trabalho de manejo agroflorestal a prioridade é criar sistemas agroflorestais que sirvam para fornecer comida para os peixes. Mas além disso, existem outros recursos naturais no Alto Rio Negro que necessitam de um programa de manejo sustentável.

Um destes recursos é o arumã, uma planta muito usada para a fabricação de artesanato e utensílios domésticos. Como o

comércio de artesanato de arumã está crescendo, mais arumã é extraído da natureza. Precisamos saber se é possível domesticar algumas de suas principais espécies. Em 1999, o projeto plantou duas áreas experimentais em São Gabriel da Cachoeira, uma em cooperação com a Funai e uma segunda em cooperação com o Idam. Infelizmente estas áreas foram destruídas². Em 2001, os experimentos de domesticação foram retomados, com a criação de uma pequena área experimental na comunidade de Itacoatiara-Mirim. Nesta área foram testados 4 diferentes tipos de material de propagação³. Neste período foi medida a sobrevivência das mudas na área. Na primeira análise parece que não existe diferença significativa entre os diferentes materiais de propagação. Esta primeira análise deverá ser ainda checada.

Um outro recurso natural atualmente escasso no Alto Rio Negro é o Caraná, uma palmeira cujas folhas são usadas para cobertura de casas. A necessidade de reflorestamento desta palmeira em certos lugares é enorme. Se o projeto do PDPI for aprovado, o ISA entra como instituição de assessoria técnica. O espaço do viveiro de mudas na Estação será ampliado para produzir mudas de Caraná.

No Alto Tiquié, o trabalho principal no momento é o de ampliar os sistemas agroflorestais próximos aos açudes⁴ de piscicultura (para alimentar os peixes) e criar e ampliar pomares. Os técnicos indígenas agroflorestais são praticamente autônomos nesse trabalho, e não existe mais necessidade de assessoria técnica do agrônomo do ISA.

Perspectivas

As atividades da equipe técnica para o próximo semestre foram agendadas em comum acordo com a Atriart (para o rio Tiquié) e com a Coidi (para o rio Uaupés).

Está prevista a permanência em campo em Iauareté, para o acompanhamento da fase final de construção das instalações da estação de piscicultura e a construção de viveiros de mu-

² O Idam (Instituto de Desenvolvimento de Amazonas) de São Gabriel da Cachoeira foi extinto e o administrador, que teve conhecimento do objetivo do experimento, saiu. Na ausência dele, alguém mandou limpar o terreno do experimento 1, sem avisar o ISA, quando o agrônomo do ISA trabalhava no interior do Alto Rio Negro. A administração da Casa do Índio foi transferida da Funai para uma organização religiosa (Filhas de Maria Auxiliadora) no contexto da implantação do DSEI/SGC (Distrito Sanitário Especial Indígena). O terreno da Casa do Índio foi reduzido no processo, e a prefeitura de S. Gabriel abriu um loteamento e novas construções exatamente na área do experimento 2.

³ Tipo 1: Mudas pequenas sem o desenvolvimento do colmo (o colmo de arumã serve como matéria prima), ou com um colmo de menos de 50 cm. Tipo 2: Mudas grandes com um colmo bem desenvolvido, tamanho entre 80 cm até 1,60 m. Tipo 3: Pequena rizoma com raízes, com o colmo cortado com tesoura de poda. Tipo 4: Rizoma maior com raízes, com o colmo cortado com tesoura de poda.

⁴ Nos últimos meses foram construídos muitos novos açudes, então é necessário implantar mais sistemas agroflorestais ictioforrageiros (que alimentam os peixes).

programa rio negro

das. Nos mês de abril deverão ser realizados os primeiros experimentos de reprodução em Iauareté.

Está prevista uma estadia na Estação Caruru. Ali, será acompanhado de perto o processo de construção de novos viveiros de piscicultura familiares e/ou comunitários, bem como acompanhadas e planejadas as experiências de reprodução artificial de peixes pela equipe técnica indígena durante as piracemas (reproduções naturais ocorridas no rio) do período. Outra atividade na Estação Caruru será a coleta de sementes e formação de mudas para a próxima época de plantação (abril, maio). Nas duas estações, a continuidade e/ou finalização do processo de construção da infra-estrutura básica de viveiros e laboratório de reprodução de peixes e a continuidade na captura e preparo de peixes matrizes e reprodutores estão igualmente previstas.

Nas passagens da equipe técnica por Manaus (fevereiro e maio de 2002) será dada continuidade ao processo de legalização do Projeto de Piscicultura e Manejo Agroflorestal ISA/Foim junto ao Crea/AM – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Amazonas, através do levantamento e protocolo de documentação específica junto ao Ipaam – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O escritório do ISA de São Gabriel deverá dar continuidade ao monitoramento das atividades gerenciais realizadas pela Atriart e pela Coidi no âmbito do projeto.

A coordenação e a assessoria antropológica deverão trabalhar em estreita sintonia com a equipe técnica nas discussões com a Atriart, Coidi e Oibi para a formulação de projetos complementares para as três estações a serem encaminhados ao PDPI. Como já foi dito, são projetos diferentes em função das peculiaridades de cada área, e em diferentes estágios de amadurecimento. O projeto da Atriart é o que tem as discussões mais avançadas, devendo ser encaminhado ainda no próximo semestre.

Por fim, a equipe do Programa Rio Negro já esboçou um quadro lógico para a segunda fase do projeto “Manejo de Recursos Naturais nas Terras Indígenas do Alto Rio Negro”, isto é, para a continuidade das atividades nos anos de 2004 a 2006. A idéia geral é a consolidação, intensificação e ampliação das atividades de piscicultura e manejo agroflorestal na Terra indígena Alto Rio Negro e também junto a grupos indígenas que atualmente residem no entorno da cidade de São Gabriel da Cachoeira, área igualmente crítica do ponto de vista da sustentabilidade socioambiental.

Indicadores

• Piscicultura

- Espécies nativas domesticadas.
- Quantidade de alevinos juvenis produzidos.
- Qualidade da participação da equipe técnica indígena.
- Efetividade da gestão administrativa e financeira pela associação indígena.
- Efetividade do controle social das comunidades sobre o desenvolvimento e resultados do Projeto.

• Manejo Agroflorestal

- Quantidade de mudas nos viveiros.
- Quantidade de pomares escolares e SAFs ictioforrageiros implantados.
- Produção de milho nas roças comunitárias e familiares.
- Qualidade da participação dos técnicos indígenas.

Produtos

- Relatório de Atividades do Primeiro Trimestre de 2001.
- Relatório de Atividades do Segundo Trimestre de 2001.
- Relatório de Atividades do Primeiro Semestre de 2001.
- Relatório de Atividades do Terceiro Trimestre de 2001.
- Informativo nº 04 do Projeto de Piscicultura Alto Tiquié – ISA/Foim/Atriart
- Informativo nº 05 do Projeto de Piscicultura Alto Tiquié – ISA/Foim/Atriart
- Elaboração do livro “Peixes e Pesca no Alto Tiquié”

PROJETO DE EDUCAÇÃO FOIRN/ISA

O que é

Trata-se de contribuir para a reestruturação do sistema da educação escolar indígena na região do alto rio Negro, baseada em iniciativas e reivindicações da Foirn, comunidades e associações indígenas. Tem como princípio a valorização das línguas e culturas dos povos indígenas da região, relacionando-as com os conhecimentos científicos acadêmicos ocidentais e tendo em vista a profissionalização em áreas que contribuam para o desenvolvimento regional indígena sustentado. O projeto atua por meio de quatro diferentes componentes: a) educação/Escola Indígena Utapinozona (Tuyuka): publicação de materiais didáticos na língua em conjunto com atividades de pesquisa, oficinas de lingüística, etnomatemática, música e dança e outras; b) Escola Indígena Baniwa Coripaco Pamáli: criação e estruturação de uma escola piloto experimental profissionalizante de 5ª à 8ª série do ensino fundamental, localizada no alto rio Içana, concomitantemente com assessoria às escolas de 1ª à 4ª série da calha do Içana, Aiari e Cuiari, programa de formação continuada de todos os professores Baniwa e Coripaco por meio da realização de oficinas pedagógicas com assessores especialistas em diferentes disciplinas, publicação de material didático na língua baniwa e em português; c) apoio e valorização da língua e cultura tariana/Centro de Educação e Cultura Tariana: oficinas de lingüística, curso de língua tariana, oficinas pedagógicas para publicação de material didático e cultural nessa língua, apoio à elaboração de novos projetos para apoio às atividades educacionais e culturais dos Tariana; d) oficinas de capacitação técnica; oficinas de multimeios e comunicação com objetivo de apoiar a Foirn e associações filiadas na implementação da comunicação via programas de rádio, elaboração de informativos e jornais, como o Wayuri e outros meios de comunicação; oficinas de manutenção e consertos de motores de barcos, com objetivo de capacitar lideranças e membros das associações no manuseio e conserto dos motores de popa e de centro dos barcos, principal meio de transporte da região; oficinas de computação com o objetivo de capacitar as lideranças e funcionários da Foirn e associações filiadas no uso do computador, adequadas às necessidades locais; cursos de formação de lideranças com objetivo de discutir temas pertinentes à interface entre as políticas públicas e políticas indígenas, ou capacitar as lideranças em algum assunto de interesse deles que seja relacionado com os projetos de futuro dos povos da região.

Equipe

Marta Maria Azevedo (antropóloga, coordenadora)

Flora Dias Cabalzar (antropóloga, assessora permanente do componente Tuyuka)

Francisca Raquel Viana Melo (pedagoga, assessora permanente do componente Baniwa/Coripaco)

Orlando Oliveira (presidente da Foirn, pessoa de referência na Foirn para a educação indígena e para este projeto)

Eliana Maria Saldanha Pedrosa (técnica em contabilidade, administração financeira do projeto na Foirn)

Judite Albuquerque (educadora, assessoria pedagógica ao projeto)

Carlos Alfredo Argüello (físico, assessor do componente Baniwa Coripaco)

Gilvan M. de Oliveira (lingüista, assessoria lingüística para a língua Tuyuka e para a política lingüística do projeto)

Maurice Bazin (etnomatemático, assessoria em matemática e ciências para o componente Tuyuka)

Marlui Miranda (compositora, musicista e pesquisadora, assessoria às oficinas de música, canto e dança dos Tuyuka)

Sérgio Gomes (jornalista e equipe da Oboré, assessoria para as oficinas de comunicação e multimeios)

Antonio Brunoro Neto (pintor, assessoria à oficina de artes para a Escola Baniwa Coripaco Pamáali)

Vincent Carelli e Mari Corrêa (Vídeo nas Aldeias, assessoria à oficina de vídeo para as oficinas comunicação e multimeios)

Parcerias e fontes de financiamento

- RFN – Fundação Rainforest da Noruega/OD/Norad: apoio financeiro
- Foirn – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro: parceira na elaboração, gestão, implementação e administração do projeto
- Ministério da Educação – Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas da Secretaria de Educação Fundamental: apoio a projetos complementares
- Oibi – Organização Indígena da Bacia do Içana: parceira na elaboração, gestão, implementação e administração do componente Baniwa do projeto
- Acep - Associação do Conselho da Escola Pamáali: parceria na elaboração, gestão, implementação e administração do componente Baniwa do projeto
- Atriart – Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié: parceira na elaboração, implementação e gestão do componente Tuyuka do projeto
- Associação da Escola Indígena Utapinozona (Tuyuka): apoio à elaboração, implementação e gestão do componente Tuyuka do projeto
- Ailictdi – Associação Indígena da Língua e Cultura Tariana do Distrito de Iauareté: parceira na elaboração, implementação e gestão do componente Tariana do projeto
- Aeidi – Associação dos Educadores Indígenas do Distrito de Iauareté: parceira na gestão, implementação, avaliação do projeto
- Apiarne – Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro: apoio ao projeto
- Funai, ADR de S.Gabriel: apoio ao projeto
- Semec – Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira: apoio ao projeto
- Seduc – Secretaria Estadual de Educação do Amazonas: apoio ao projeto

O que foi feito

- **Componente Escola Indígena Baniwa Coripaco Pamáali**
- A Escola Indígena Baniwa Coripaco Pamáali é criada como escola indígena municipal, em janeiro de 2000 juntamente com as outras escolas indígenas do município e consegue uma autorização provisória de funcionamento em 2001 e é oficializada como escola de 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental.
- Melhoria (pintura e algumas reformas) das 12 casas que compõem a comunidade/escola Pamáali, sendo 5 casas para moradia dos professores e suas famílias, 2 casas para moradia

dos alunos, 2 casas para salas de aula, 1 para administração e secretaria da escola e 1 casa/refeitório e despensa. As casas servem de moradia para alunos e professores durante os períodos de aulas, de 2 meses cada um (em média são 6 meses de aulas durante o ano).

- Realização de três períodos letivos, sendo que o início do ano letivo para a Escola Pamáali é no período de setembro/outubro; sendo o primeiro período letivo de 2001 em março/abril; o segundo período letivo foi de final de maio até início

programa rio negro

de julho; e o terceiro período letivo foi de 20 de setembro até 20 de novembro.

- Realização de duas oficinas pedagógicas, a III e IV Oficinas do programa de formação continuada dos professores Baniwa e Coripaco. A III Oficina foi realizada no mês de maio, na cidade de São Gabriel, e contou com a participação de 35 professores das escolas de 1ª à 4ª série e mais os professores da Escola Pamáali. Essa oficina deu continuidade ao trabalho de pesquisa e sistematização do calendário tradicional dos Baniwa, e para isso contou-se com a participação de dois velhos mestres na cultura Baniwa e do físico Carlos Argüello; além disso trabalhou-se durante a segunda parte da oficina na elaboração de um roteiro para a pesquisa para elaboração dos projetos político-pedagógicos das escolas da região do Içana, e para isso contou-se com a assessoria de Judite Albuquerque. Na IV Oficina, que se realizou em novembro na sede da Escola Pamáali, trabalhou-se mais uma vez sobre a metodologia de alfabetização em língua Baniwa, elaborando-se um livro de apoio à alfabetização, que deverá ser publicado pela Secretaria Estadual de Educação do Amazonas. Além disso, trabalhou-se com os resultados das pesquisas feitas pelos professores para a elaboração dos projetos político-pedagógicos; foram feitas as primeiras versões desses projetos que devem ser retrabalhadas durante a primeira oficina de 2002.

- Continuam contratados pela Semec os 5 professores Baniwa e Coripaco e foram contratados mais dois funcionários como auxiliares para serviços gerais, para ajudar na administração, na cozinha e nas atividades de caça, pesca e da roça.

- Durante os períodos letivos, os professores e a assessoria foram organizando a parte pedagógica e administrativa da Escola, que irá aos poucos compondo seu projeto político-pedagógico. Algumas funções foram redefinidas e preenchidas pelos professores, como as funções de coordenador da escola (atualmente ocupada pelo professor Raul Feliciano Brazão), administrador (atualmente o professor Tuli desempenha esse papel junto com o auxiliar Alfredo Brazão), orientadora pedagógica e secretária. Essas funções, assim como a função de cozinheira e caçador, vão sendo aos poucos redimensionadas e rediscutidas, juntamente com a parte pedagógica e com a parte da organização dos alunos.

- Da primeira turma matriculada ficaram 21 alunos que continuaram nas 3 etapas letivas. Na última etapa esses alunos iniciaram a 6ª série e uma nova turma de 29 alunos foi matriculada para o início da 5ª série. Durante os períodos letivos foram trabalhados conteúdos das diferentes disciplinas relativos ao núcleo comum do currículo nacional e conteúdos temáticos a partir de pesquisas orientadas pelos professores. Durante o segundo período letivo foi feita uma oficina de artes, com a presença de um assessor externo, Antonio Brunoro Neto e 3 mestres de arte Baniwa da região. Foram trabalhados conteúdos de português e matemática, e alguns temas: frutas da região, tipos de maniwa, tipos de madeira, construção de casas, peixes e plantas medicinais. Foram produzidos textos na língua e em português, que resultaram em mais fascículos temáticos para a leitura e pesquisa.

- Foi realizada uma oficina de piscicultura na escola pelo engenheiro de pesca Mauro Lopes, para os professores e alunos, para preparar a construção de uma estação de reprodução de peixes nos próximos anos, e iniciar o estudo sobre esse tema na escola.

- Realizada a II Assembléia da Escola Pamáali, da qual participaram mais de 100 pessoas, entre pais e mães de alunos, capitães, Agentes Indígenas de Saúde, diretoria da Oibi, anciãos e os alunos da escola e os conselheiros eleitos na I Assembléia. Durante essa assembléia que foi realizada na sede da escola de 1 a 3/12, foram avaliados os períodos letivos, com relação aos conteúdos, metodologia, organização dos alunos e da escola. Foi institucionalizada a Associação do Conselho da Escola Pamáali, com o objetivo de gerir a escola e os seus recursos financeiros. Essa Associação, cuja sigla é Acep, ficará responsável pelo gerenciamento dos recursos deste projeto do componente Baniwa, juntamente com a Foirn e o ISA. A Acep possui uma coordenação executiva composta de três membros, sendo dois pais de alunos da escola e o coordenador da mesma.

- Em março foi realizada uma viagem de articulação para divulgar entre as comunidades do Içana as propostas da escola, com a coordenadora do projeto e diretoria da Oibi.

- Participação nas reuniões do Conselho Estadual de Educação Indígena para divulgação dos trabalhos da escola e pedido de apoio ao mesmo para a contratação dos professores pela Semec.

- Realização de reuniões da diretoria da Oibi, assessora da escola e coordenação do projeto, com a secretária municipal de educação, para discussão sobre a contratação de professores para a escola e sobre a proposta pedagógica e política.

- Após cada período letivo foram elaborados relatórios contendo uma descrição dos conteúdos trabalhados, metodologia e avaliação dos alunos.

- Participação da assessoria na Semana de Planejamento Participativo, convocada pela Secretaria Municipal de Educação em maio, onde estiveram presentes representantes da prefeitura municipal, Seduc, Foirn, Apiarn e várias outras ONGs que atuam no município.

- Participação do articulador político da Escola Pamáali no Congresso Nacional pela Qualidade na Educação promovido pelo MEC, realizado em outubro, em Brasília, com o objetivo de divulgar os trabalhos da escola.

• Componente Escola Indígena Htapinopona (Tuyuka)

- O ano de 2001 na Escola Tuyuka foi marcado pelo redirecionamento curricular, aprofundamento do projeto político-pedagógico da escola (de todas as escolas de 1ª à 4ª série que participam da Escola Tuyuka e do currículo para a primeira turma do terceiro ciclo – equivalente à 5ª e 6ª série), a partir da avaliação do primeiro ano (2000) de trabalho, que enfocou a introdução da escrita tuyuka nas comunidades, o início da alfabetização na língua tuyuka, do ensino orientado pela prática de pesquisas e do currículo temático nas escolas. Esse processo foi feito por meio de discussão, reflexão e decisão: três assembléias da Escola, uma série de reuniões político-pedagógicas e períodos letivos, períodos de acompanhamento

programa rio negro

to antropológico e pedagógico a escolas-comunidades, oficinas para alfabetização e alfabetização matemática, acompanhamento da política educacional municipal e estadual com representação da assessoria ou dos Tuyuka em vários momentos.

- Foi tomada a decisão de estender o ensino exclusivamente em tuyuka (língua de alfabetização e instrução) até a 4ª série (final do segundo ciclo). No ano anterior a proposta e experiência foi de introdução do português no 2º ciclo (correspondente a 3ª/4ª séries). Este fato garantiu maior segurança pedagógica aos professores.

- Detalhamento do programa de alfabetização e ensino nos 1º e 2º ciclos: aprofundamos a idéia da alfabetização matemática, através de sistematização da matemática e ciência tuyuka.

- Realização de três oficinas pedagógicas de duas semanas cada, centradas no tema alfabetização matemática e matemática tuyuka (janeiro, junho, setembro). Duas delas contaram com os assessores periódicos Maurice Bazin (etnomatemática) e Gilvan Muller de Oliveira (políticas linguísticas) além da assessoria permanente.

- Acompanhamento antropológico-pedagógico às escolas durante os períodos fevereiro-março e setembro-dezembro, sendo que, nesse segundo período, o acompanhamento foi quase que exclusivo à primeira turma de 3º ciclo que ora se implantava.

- Extensão do ensino na Escola Tuyuka para o 3º ciclo (5ª e 6ª séries). Esta etapa foi iniciada em meados de setembro, com uma turma de 22 alunos (jovens entre 12 e 30 anos). Realizamos 3 módulos de 3 semanas cada ao longo dos quatro últimos meses do ano. Nesta etapa do 3º ciclo inicia-se o ensino do português como segunda língua.

- Contratação e formação em serviço de três novos professores, uma vez que o ensino estendeu-se para o 3º ciclo com mais uma turma.

- Processo de discussão e esclarecimentos culminando na criação da Associação Escola Indígena *Utapiņopona* (Tuyuka) durante a assembléia de janeiro. Nesse momento foi oficializado o Conselho Escolar, como correspondente aos membros das comunidades participantes do projeto. Acompanhamento do processo que se seguiu, na cidade de São Gabriel, de registro em cartório, na Receita Federal, e de abertura de conta bancária da associação.



Escola *Utapiņopona*: oficina de Matemática

- Efetivação das primeiras etapas de capacitação para gestão administrativa e financeira de projetos da escola, que ocorreram nos contextos de reuniões político-pedagógicas: gestão financeira, prestações de contas, planos de despesas.

- Participação de um programa de parcerias de escolas, trocando correspondências periódicas com uma escola austríaca de um município membro da Campanha Aliança Pelo Clima. Enviaram cartas e desenhos de alunos; vídeos filmados pelos próprios Tuyuka voltados às brincadeiras e cantos das crianças Tuyuka; brinquedos artesanais (sempre com traduções para o alemão). As crianças Tuyuka receberam cartas, fotos, explicações culturais sobre a Áustria, questionamentos sobre a vida no rio Tiquié. Nesse sentido a Escola Tuyuka recebeu durante dois dias a comitiva austríaca que esteve visitando o alto rio Tiquié em junho de 2001 com o objetivo de registrar e divulgar na Áustria (Aliança pelo Clima) os diversos projetos comunitários em desenvolvimento na região do Alto Rio Negro.

- Realização da segunda Oficina de Música e Dança Tuyuka em março, dando continuidade ao processo de valorização e registro dos conhecimentos tradicionais, garantindo importantes desdobramentos na educação escolar. Os registros estão sendo organizados e arquivados nas comunidades. O processo de vivência ritual e de registros e sua organização, através de etapas de acabamento e edição nas comunidades e também fora delas, estão resultando numa série de produtos, ainda em fase de elaboração: um livro sobre os rituais tuyuka feito por eles, arquivos de registros sonoros copiados para cada comunidade, edições preliminares em CD visando divulgação destes registros e da cultura tuyuka para fora.

- Elaboração e divulgação nas comunidades de uma série de "Fascículos para leitura e pesquisa nas comunidades e escolas indígenas". Cada fascículo traz os resultados de um tema pesquisado nas escolas (oficinas ou períodos letivos comuns), com uma apresentação da metodologia de trabalho que estamos seguindo e algumas recomendações de uso para os professores. Em 2001 os fascículos reforçaram a produção/circulação de literatura tuyuka, nos seguintes temas: 1: Mari dutire niero (Nossos direitos); 2: Basare (1ª oficina de música); 3: Kiti wederira t̄hoarira (Histórias contadas e escritas); 4: Wimara hoarira (textos para as crianças austríacas); 5: Keore (Matemática Tuyuka); 6: Basare (2ª Oficina de Música); 7: Ambiente e sociedade no alto rio Tiquié (caça, pesca e vida nas comunidades) 8: Nipako nire (a gravidez normal e a gravidez com problemas). Dois fascículos desses já foram encaminhados para publicação, e os outros conforme forem sendo aprimorados serão também publicados.

- Publicação pelo MEC do primeiro livro de autoria Tuyuka "Mariya Dita, iñan̄nt̄se masire", com distribuição realizada para as comunidades no final do período letivo de 2001, portanto, o acompanhamento de sua incorporação nas escolas será feito em 2002.

- Finalização, junto com a coordenação da escola, da versão escrita do projeto político pedagógico da Escola Tuyuka na segunda quinzena de abril. Essa versão escrita foi entregue pelos Tuyuka aos Conselhos de Educação Municipal e Estadual.

- Mobilização no contexto municipal para criação e reconhecimento da Escola Indígena *Utapiuopona* (Tuyuka) de Ensino Fundamental, envolvendo as escolas/comunidades participantes, e ampliando o ensino para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Vários ofícios e documentos foram encaminhados à secretaria municipal solicitando a criação dessa escola, que substituirá as chamadas 'escolinhas' participantes.

- Participação da assessoria na Semana de Planejamento Participativo, convocada pela Secretaria Municipal de Educação em maio, onde estiveram presentes representantes da prefeitura municipal, Seduc, Foirn, Apiarn e várias outras ONGs que atuam no município.

- Os Tuyuka participaram, por meio de seu coordenador político-pedagógico Higino Tenório, de duas reuniões do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena em Manaus; e do Congresso Nacional pela Qualidade na Educação promovido pelo MEC em outubro, em Brasília. Através destes espaços divulgaram suas propostas e puderam explicar suas iniciativas, decisões, assim como as dificuldades que estão enfrentando quando se trata de reconhecimento oficial e de abertura de espaços efetivos de participação indígena nas políticas públicas do município.

- O coordenador político-pedagógico da Escola Tuyuka foi escolhido pela Apiarn como representante/suplente da região do Alto Rio Negro na Comissão Nacional de Professores Indígenas do MEC. Não pode estar presente na reunião de posse da Comissão pois optou por permanecer na escola, em um momento importante em que se iniciava o 3º ciclo.

- Articulação da Escola Tuyuka com os outros projetos comunitários levados a efeito na região do alto Tiquié: foram implantados na escola uma incubadora de peixes e um galinheiro, para que, especialmente os alunos do 3º ciclo, participem do Projeto de Piscicultura, atividade essa que foi feita com acompanhamento do agrônomo do projeto, e as práticas foram discutidas e adaptadas pelos professores e alunos ao seu cotidiano de atividades educativas. Acompanhamento da assembléia desse projeto de piscicultura, de períodos de reprodução de peixes, e atividades de coletas de espécies para o projeto do Livro dos Peixes do Alto Rio Tiquié. Participação em cinco oficinas com Agentes Indígenas de Saúde voltadas à educação ambiental e vigilância nutricional, em novembro de 2000, fevereiro, abril, agosto e novembro de 2001.

• Valorização da língua e cultura tariana/Centro de Educação e Cultura Tariana

- Foi realizada a II Oficina Pedagógica para elaboração de materiais didáticos na língua Tariana, em maio, com cerca de 50 participantes, entre velhos, jovens e professores dessa etnia, além dos membros da Ailictdi. Essa oficina teve como objetivo revisar a primeira versão do livro de histórias infantis e, juntamente com os professores Tariana participantes, elaborar um guia de utilização desse livro. Foram escolhidas 28 histórias infantis daquelas 115 iniciais que tratam de temas tradicionais da cultura tariana e que possibilitam o aprendizado da escrita da língua. O livro foi editado pelos participantes dessa II oficina, porque foram eles que escolheram as histórias, a

capa, elaboraram o texto de introdução e assim por diante. Esse livro está sendo finalizado no ISA e deveremos publicar uma primeira versão na forma de apostila.

- Apoio à diretoria da Ailictdi para elaboração de um projeto para realização de cursos, oficinas e pesquisa para o Centro de Educação e Cultura Tariana. Esse projeto foi finalizado e enviado ao PDPI em dezembro.

- Finalização da construção do Centro de Educação e Cultura Tariana, em Iauareté. O Centro servirá como sede das atividades da Ailictdi, voltadas para a valorização da língua e cultura dessa etnia. Realização de duas reuniões com a diretoria dessa associação e professores tariana, para discussão sobre as atividades e funcionamento desse Centro Cultural.

• Componente oficinas de capacitação técnica

- Oficinas de comunicação e multimeios – a nova diretoria da Foirn criou um departamento de comunicação para o qual foi contratado Miguel Maia, da etnia Tukano, que era diretor da Foirn e que já trabalhava na produção do programa de rádio "Vozes do Rio Negro", produzido através dessas oficinas, e do jornal da Foirn "Wayuri". O programa "Vozes do Rio Negro" vem sendo veiculado através da rádio comunitária Novo Milênio, com alcance na área urbana de São Gabriel, e pela Rádio Nacional, que tem alcance nas comunidades. Uma vez já estruturado o setor de comunicação, resolvemos neste ano, em parceria com a *Vídeo nas Aldeias* (ONG que tem trabalhado com a capacitação de índios como videomakers, e com a produção e veiculação de vídeos de autoria indígena), implementar uma grande oficina de vídeo em São Gabriel, para aquelas lideranças que já têm a câmara filmadora. Essa oficina ocorreu no mês de junho, foi assessorada por Vincent Carelli e Mari Corrêa, e participaram dela 8 líderes e professores indígenas de diferentes regiões, sendo que alguns já possuíam câmaras filmadoras pessoais ou de associações indígenas.

- Oficina de conserto e manutenção de motores – até o ano 2000 essas oficinas foram realizadas na cidade de São Gabriel, assessoradas pelo Centro Diesel da Amazônia (Cedam) de Belém, e eram convidados líderes das diferentes associações para participarem. Em reunião com a diretoria da Foirn avaliou-se que houve muita descontinuidade na participação dessas lideranças e pouco aproveitamento, conseqüentemente. A Foirn, devido ao aumento de projetos gerenciados, estruturou uma pequena oficina mecânica em sua sede, e contratou um técnico que tem cuidado da manutenção e conserto de seus motores de popa. Por isso, ficou combinado que não seriam realizadas outras oficinas com a assessoria do Cedam, e que seriam ministradas oficinas nas localidades dos altos rios pelo próprio técnico da Foirn, a partir de 2002. Essas oficinas vão ter como objetivo a estruturação das mini-oficinas de mecânica nessas regiões e a capacitação de uma pessoa de referência das associações filiadas à Foirn que se interessarem.

- Oficina de computação – as oficinas de computação foram ministradas até o ano 2000 pela equipe do ISA, sendo que no ano passado avaliou-se que seria desnecessária a realização dessa oficina uma vez que o apoio para a organização dos arquivos nos computadores da Foirn vem sendo implementado

programa rio negro

pelo Projeto Capacitação em Gestão para Organizações Parceiras Locais do ISA, coordenado por Marina Kahn. Esse projeto vem assessorando a equipe de funcionários da Foirn no que tange à gestão financeira e administrativa. O administrador local da equipe do Programa Rio Negro, Carlos Alberto de Souza, vem dando um apoio técnico para o uso e manutenção dos computadores da Foirn.

• Outras atividades realizadas pela equipe do projeto

- Colaboração com os Desana e Tukano para a elaboração de projetos para o Ministério da Educação; assessoria às duas oficinas para discussão de políticas linguísticas e elaboração do projeto político-pedagógico da Escola Tukano no Médio Rio Tiquié, em abril e dezembro.

- Colaboração com o Magistério Indígena do município na organização e digitação de materiais produzidos em várias disciplinas (Ciências, Antropologia, Literatura, Metodologia de Pesquisa) e no planejamento da última etapa do magistério.

- Participação nas três reuniões anuais do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas (CEEEI/AM), onde o ISA tem uma representação; participação no Congresso Nacional pela Qualidade na Educação, promovido pelo MEC, em outubro; reunião com a lingüista Kristine Stenzel, especialista na língua Wanano, para planejamento de oficina com professores e lideranças.

- Reuniões com as equipes da Seduc e Semec para melhor articulação entre o projeto e as políticas públicas de educação indígena.

Avaliação

De uma maneira geral, nesse segundo ano do projeto avançou-se na estruturação das duas experiências escolares, entre os Tuyuka e Baniwa, na estruturação de currículos e formas de organização da escola. Os programas de formação de professores, que incluíram oficinas diversas e acompanhamento escolar, também tomaram impulso com uma produção de materiais didáticos diversificados.

Em relação à articulação com as políticas públicas, muitas gestões foram feitas com o objetivo de informar os membros do CEEEI/AM e a Gerência de Educação Indígena da Seduc sobre as atividades do projeto. Nesse sentido temos recebido muito apoio dessas duas instituições e algumas atividades em conjunto estão sendo planejadas para o próximo ano.

Com a Semec temos tido reuniões periódicas com a participação ou não dos professores indígenas e diretoria da Foirn, para que o trabalho possa ser levado em conjunto e com o apoio da prefeitura.

A articulação desse projeto com os outros do programa rio negro tem acontecido de maneira mais eficaz, sendo que tanto na Escola Baniwa quanto na Escola Tuyuka foram realizadas atividades do projeto de Piscicultura. Na escola Baniwa foi realizada uma oficina de arte para implementar a articulação com o projeto Arte Baniwa.

A reunião entre os professores e lideranças dos diferentes componentes do projeto, diretoria da Foirn e coordenação do projeto no final do ano foi boa no sentido de colocar a dire-

toria e demais participantes a par das atividades de cada componente. No último dia da reunião a participação da Secretária de Educação foi eficaz para informá-la das atividades e reivindicações de cada um dos componentes do projeto.

Perspectivas

- Continuar a participar das reuniões do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do estado do Amazonas.
- Acompanhar a estruturação dos seguintes novos conselhos: Conselho Municipal de Educação, Conselho da Merenda Escolar e Conselho de Acompanhamento e Fiscalização do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).
- Implementar a produção de materiais didáticos nas línguas, na forma de fascículos e livros publicados.
- Finalização dos projetos político-pedagógicos das Escolas Pamáali e Utapinozona, com entrega dos mesmos para os Conselhos Estadual e Municipal de Educação.
- Capacitar algumas lideranças de associações com relação ao conserto e manutenção de motores de popa e estruturar oficinas regionais de mecânica.
- Articular o projeto de educação com os projetos de piscicultura e artesanato, incluindo esses temas nas prioridades de elaboração de materiais didáticos.

Indicadores

- Participação de professores indígenas.
- Articulação com Semec, Seduc e Ministério da Educação.
- Quantidade de materiais didáticos experimentais publicados em línguas indígenas.
- Boa integração entre os assessores.
- Continuidade das atividades nas escolas Pamáali e Utapinozona.
- Educação indígena está na pauta da Foirn e nas reuniões do Conselho Administrativo da Foirn (CAF).

Produtos

- Fascículos temáticos experimentais para a Escola Utapinozona (Tuyuka).
- Fascículos temáticos experimentais a Escola Pamáali.
- Livro “Mariya dita – iñanñuse masiri – Nossa Terra – conhecimentos para o manejo”, da Escola Utapinozona (Tuyuka).
- Relatórios das oficinas dos diferentes componentes e das oficinas de capacitação técnica.
- Programa de rádio “Vozes do Rio Negro” que vai ao ar semanalmente pela rádio comunitária Novo Milênio e diariamente pela Rádio Nacional de São Gabriel da Cachoeira;
- Relatório da II Assembléia da Escola Pamáali.
- Relatório sobre a oficina pedagógica dos Tariana de Iauareté.
- Livro de histórias infantis dos Tariana.

**APOIO AO
FORTALECIMENTO
INSTITUCIONAL
DA FOIRN E
ASSOCIAÇÕES
FILIADAS E AO
DESENVOLVIMENTO E
APERFEIÇOAMENTO
DE PROJETOS
COMUNITÁRIOS**

O que é

Conjunto de atividades que visam apoiar a Foirn e associações filiadas, através de assessoria jurídica, antropológica, agroflorestal, administrativa e outras. Envolve a capacitação de lideranças indígenas na elaboração e gestão de projetos, considerando inclusive seus custos administrativos indiretos, de forma que as organizações busquem financiamentos ou desenvolvam seus projetos econômicos contemplando todos os custos e garantindo sua viabilidade. Busca também fornecer treinamento na elaboração de projetos e relatórios descritivos e de prestação de contas, bem como na realização de atividades de secretaria de forma a garantir o melhor fluxo de informações entre todos aqueles diretamente relacionados aos projetos e organizações de apoio.

Esta linha de atividade prioriza também a identificação e desenvolvimento de novas experiências-piloto de manejo sustentável familiar/comunitário de recursos naturais nativos em parceria direta com comunidades/associações de base filiadas à Foirn. A ênfase está na identificação de iniciativas comunitárias que assegurem o bem-estar, com geração de renda, segurança alimentar e valorização da cultura e da agrobiodiversidade. Em parceria com a Oibi (Organização Indígena da Bacia do Içana) e outras associações do Rio Içana, o ISA desenvolve o projeto “Arte Baniwa” de produção sustentável e comercialização de cestaria de arumã.

Equipe

Carlos Alberto Ricardo
Aloisio Cabalzar
Flora Dias Cabalzar
Rafael Rezende
Joana Reiss Fernandes

Apoio institucional: Nilto Tatto (Secretaria Executiva), Moisés Pangoni e Marina Kahn (Projeto Capacitação em Gestão para Organizações Parceiras Locais do ISA), Ana Valéria Araújo, Paulo Celso Pankararu e Fernando Baptista (Programa Direito Socioambiental – Assessoria Jurídica).

Parcerias e fontes de financiamento

- Horizont3000 – Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento/ Campanha Aliança pelo Clima: apoio financeiro
- Icco – Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio financeiro
- PNPI/Norad - Programa Norueguês para Povos Indígenas: apoio financeiro
- Oibi – Organização Indígena da Bacia do Içana: parceria
- Foirn – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro: parceria
- PWA – Programa Waimiri-Atroari: apoio logístico
- FNMA/MMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente: apoio financeiro na formulação do Plano de Negócios do Projeto Arte Baniwa
- Tok&Stok: parceiro comercial do Projeto Arte Baniwa

programa rio negro

O que foi feito

• Assessoria antropológica

- Assessoramento na finalização do projeto "Identidades, Produção Cultural e Bem-estar nas Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro", que visa promover o desenvolvimento diferenciado e sustentável na região através de uma rede de parcerias articulada em torno da Foirn.

- Assessoramento na finalização de projeto para elaborar o Macro-zoneamento participativo nas Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro, em parceria com o ISA.

- Apoio político-administrativo à Foirn e organizações filiadas

• Assessoria administrativa e técnica

- Treinamentos e assessoria administrativa no local às organizações indígenas parceiras, entre elas a Foirn.

- Avaliação e padronização da contabilidade da Foirn, de modo a facilitar a elaboração dos relatórios financeiros.

- Revisão do orçamento de 2001 e apoio no fechamento da contabilidade da Foirn.

- Suporte on-line bem como consultoria e aquisição de equipamentos de informática para a Foirn

• Assessoria jurídica

- Assessoria jurídica geral à Foirn (análise e revisão de estatutos de organizações locais, problemas trabalhistas, entre outros).

- Participação na Assembléia do Conselho Administrativo e Financeiro da Foirn.

- Disponibilização de um advogado do ISA para acompanhar e apoiar a implementação do Projeto Balcão da Cidadania, cujo objetivo é apoiar as comunidades indígenas da região do Rio Negro para o exercício pleno da cidadania indígena, proporcionando-lhes os meios necessários para obterem a documentação básica bem como receberem informações sobre os direitos indígenas e a cidadania.



Carlos Alberto Souza

André Baniwa na lançamento do Balcão

- Elaboração de apostila para subsidiar as discussões que se seguirão ao longo do curso de Direitos Indígenas, a se realizar em janeiro de 2002, ministrado no âmbito do projeto Cidadania Indígena no Rio Negro, promovido pela Foirn e ISA com apoio do Ministério da Justiça, em São Gabriel da Cachoeira.

- Assessoria jurídica à Foirn e à Oibi (Organização Indígena da Bacia do Içana) em negociações com a Natura, fabricante de cosméticos, elaboração de minuta de Termo de Confidencialidade entre Natura e Oibi sobre possíveis projetos de alternativas econômicas.

• Projeto Especial de Capacitação em Gestão para Organizações Parceiras Locais do ISA

- Assessoria com ênfase em gestão à nova diretoria da Foirn empossada em janeiro de 2001.

- Realização da "Oficina sobre Gestão Administrativa", para 22 participantes em maio, visando propiciar a integração dos funcionários da Foirn com a nova diretoria, a partir da discussão de conceitos básicos sobre estrutura de funcionamento e organização de uma associação.

- Em novembro reuniu 14 associações e a diretoria da Foirn para instruir sobre as regras da linha de financiamento para projetos para povos indígenas (PDPI), do Ministério do Meio Ambiente com apoio do PPG-7. Participaram ao todo 42 pessoas.

- Realizou um trabalho exclusivo com a Diretoria da Foirn, voltada para um balanço sobre sua dinâmica de funcionamento desde o mês de maio, quando havia sido feito um trabalho de definição de papéis da estrutura organizacional. O resultado foi a produção de um "Guia da Foirn" que foi revisado em novembro para ser impresso e distribuído entre seus quadros.

- Foi feito também o acompanhamento na elaboração de relatórios financeiros da Foirn, quando se estabeleceu um modelo de apresentação global e resumido das informações financeiras a serem apresentadas à diretoria, de modo a facilitar a compreensão e gestão dos recursos.

• Projeto Arte Baniwa

- A equipe dos consultores de mercado, formada por Carlos Alberto Idoeta e o estagiário Rafael Cunha de Rezende, desenvolveu uma agenda paralela de entrevistas e visitas para levantar dados do processo de produção e distribuição da cestaria de modo a juntar material para a elaboração do Plano de Negócios.

- Realização da II Oficina de Mestres Baniwa da cestaria de arumã na comunidade de Tucumã, no alto Içana, entre os dias 15 e 18 de fevereiro. Reuniram-se cerca de 80 pessoas, incluindo artesãos, professores, lideranças de comunidades e da Oibi, além de pesquisadores associados ao ISA.

- Experiência de vendas realizada junto a três lojas paulistanas da rede Extra do grupo Pão de Açúcar. No início de setembro foi feita a entrega das 1200 peças de cestaria encomendadas. Entretanto, devido a diversos fatores, incluindo a grande reestruturação interna pela qual passou a empresa neste ano, a parceria de vendas a ser implantada foi suspensa por tempo indeterminado.

- Em relação à parceria com a ToK&StoK, foram comercializadas cerca de 2000 peças de cestaria Baniwa até outubro. As encomendas foram interrompidas a partir daí para serem retomadas em 2002 após uma reavaliação das condições da parceria comercial.

- Foram realizadas algumas outras vendas menores em eventos dos quais o projeto Arte Baniwa participou, somando cerca de 360 peças vendidas.
- Participação na exposição e catálogo “Negócios para Amazônia Sustentável” organizada pela Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente no Rio de Janeiro em junho de 2001.
- Destaque na premiação do Programa Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getulio Vargas e da Fundação Ford em Novembro de 2001 na sede do BNDES no Rio de Janeiro.
- Finalista na categoria Menção Honrosa em Idéia Inovadora do Prêmio Empreendedor Social da Ashoka/Mckinsey em novembro de 2001
- 3ª reimpressão do livro de bolso Arte Baniwa.



Beto Ricardo

Balaies à venda na sede do BNDES

Avaliação

No âmbito do projeto **Arte Baniwa**, a maior dificuldade é o lado do mercado, que está sempre sujeito a oscilações e com regras e prazos às vezes incoerentes com a realidade baniwa. Mesmo com um menor volume de vendas, um dos grandes êxitos do projeto foi mostrar que a cestaria Baniwa, mesmo com todas suas especificidades e nem sempre de acordo com as práticas tradicionais de mercado é um produto bom de venda, com um imenso valor agregado, que contribui para a melhoria das condições de vida de uma região da Amazônia brasileira. Durante o ano de 2001, foram organizadas informações e experiências necessárias para melhorar o desempenho de vendas do projeto garantindo os resultados ambientais e sociais desejados.

Perspectivas

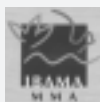
- Aprofundar o relacionamento com algumas associações de base que estão gerenciando projetos.
- Iniciar discussão com a nova diretoria da Foirn no sentido de aprimorar estratégias específicas para cada uma das sub-regiões do Alto Rio Negro.
- Formular, em conjunto com a diretoria e o conselho da Foirn, metas para se alcançar autonomia na área administrativa.
- Apoiar a formulação/gestão de projetos pelas organizações indígenas.
- Dado o desempenho de vendas e os investimentos realizados durante o ano de 2001 no contexto do projeto Arte Baniwa, as perspectivas para 2002 são de utilizar a infra-estrutura construída em 2001 e melhorar o desempenho de vendas, já que o potencial de produção cresceu muito uma vez que há cada vez mais artesãos envolvidos no projeto.
- A parceria com a Tok&Stok deve ser reabilitada e obter melhores resultados do que nos anos anteriores, incorporando aspectos antes não abordados, como forma de promoção do produto e prazos de entrega.
- Algumas experiências de exportação da cestaria de arumã devem ser feitas em 2002 de modo a obter mais informações de como proceder em maior escala. Além disso, experiências de vendas de lotes menores através da internet devem ser realizadas neste ano, graças a construção do entreposto da Oibi em São Gabriel e de um site na internet, que permitirá a administração destes pedidos e de um estoque de produção.

Indicadores

- Ampliação da capacidade de formulação e gestão direta de projetos pela Foirn e associações.
- Número de cursos de treinamento e participantes.
- Ampliação da capacidade de interlocução e presença institucional da Foirn em nível local, regional e nacional.
- Capacidade de gestão das associações dos chamados “bens de uso coletivo” adquiridos com recursos de projetos.
- Grau de representatividade das associações em relação às comunidades.
- Número de projetos de organizações indígenas aprovados.



PROGRAMA PARQUE INDÍGENA DO XINGU



O que é

O Programa Parque do Xingu tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica, política, cultural e ambiental do Parque Indígena do Xingu e das etnias que ali residem. Criado em 1961, o Parque possui uma área de 2,8 milhões de hectares, situado numa região de transição entre o cerrado e a floresta amazônica. É hoje a principal terra indígena do Estado do Mato Grosso, que apresenta uma das maiores sociodiversidades no país, com 14 etnias que falam cada uma sua própria língua, distribuídas em 39 comunidades, com aproximadamente 4 mil habitantes.

Parceria Prioritária

- Atix – Associação Terra Indígena do Xingu

Parcerias e fontes de financiamento

- RFN - Fundação Rainforest da Noruega: parceria para a definição do programa de ação e apoio financeiro
- Icco - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional
- Fundação Ford, apoio parcial aos cursos de formação de professores
- Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, definição de estratégias comuns de trabalho e apoio parcial aos cursos de formação de professores
- Ministério da Educação/Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, publicação de material didático e apoio parcial aos cursos de formação de professores
- Fundação Nacional do Índio
- Apacame – Associação Paulista dos Criadores de Abelhas Melíferas
- Ibama – Departamento de Fiscalização
- Prodeagro – Programa de apoio às iniciativas comunitárias
- Unifesp – Departamento de Medicina Preventiva-Unidade de Saúde e Meio Ambiente, articulação com o Programa de Capacitação de Agentes e Auxiliares de Enfermagem
- FNMA/MMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente
- PPP/GEF/PNUD – Fundo de Pequenos Projetos/Global Environmental Facility/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Equipe

André Villas-Bôas, indigenista (coordenador do programa)
 Geraldo Mosimann da Silva, eng. agrônomo (coordenador de projeto)
 Maria Cristina Troncarelli, educadora (coordenadora de projeto)
 Estela Würker, enfermeira e educadora
 Simone Ferreira de Athayde, bióloga/botânica
 Wemerson Chimello Ballester, eng. agrônomo
 Rosely Sanches, bióloga
 Marcos Schmidt, engenheiro florestal (pesquisador associado)
 Jaqueline Mendes, matemática (consultora permanente)

programa parque indígena do xingu

Kátia Zorthea, educadora (consultora permanente)

Maria Danúzia Leite Soares (técnica paraflorestal)

Leonardo Carneiro Cunha (antropólogo)

Paulo Junqueira (educador)

Projetos

- Coordenação e Desenvolvimento do Programa
- Formação de Professores Indígenas do PIX
- Apoio a Alternativas Econômicas para Etnias Xinguanas
- Fronteiras do Xingu
- Capacitação e Fortalecimento da Associação Terra Indígena do Xingu (Atix)

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA PARQUE INDÍGENA DO XINGU

O que é

Trata-se da coordenação permanente do Programa Parque Indígena do Xingu com funções de: coordenar a articulação política com os parceiros locais; manter interlocução com lideranças indígenas do PIX; coordenar a articulação política e interlocução com parceiros e agências de financiamento; coordenar articulações de caráter interinstitucional no âmbito do Estado; coordenar e acompanhar a elaboração e execução dos projetos; monitorar a implantação, coordenar ações, acompanhar a negociação e a contabilidade dos recursos; garantir um fluxo regular de informações sobre o andamento dos trabalhos nas rotinas internas do Instituto; garantir a elaboração dos relatórios narrativos; promover a articulação entre equipes e atividades dos diferentes projetos do programa e deste com a matricial do ISA.

Equipe

André Villas-Bôas (coordenador)

Paulo Junqueira (coordenador adjunto)

Geraldo Mosimann da Silva e Maria Cristina Troncarelli (coordenadores de Projeto)

Parcerias e fontes de financiamento

- RFN - Fundação Rainforest da Noruega: apoio financeiro
- Icco - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional

O que foi feito

- Coordenação de articulações para realização do levantamento de potencial dos óleos de Pequi e Inajá no PIX.
- Manutenção da interlocução com a empresa Natura.
- Coordenação do esforço institucional para elaboração de projeto de diagnóstico e campanha da região dos formadores do Xingu para a União Européia.
- Coordenação da elaboração de projeto em parceria com a Fundação Estadual de Meio Ambiente/MT (Fema) para continuidade do Diagnóstico das Cabeceiras do Rio Xingu e para realização do cadastramento e licenciamento ambiental das propriedades localizadas na região.
- Coordenação e participação da realização do relatório com informações sociambientais das terras indígenas da bacia do Xingu.
- Elaboração do Projeto do programa para o Trienal do ISA.
- Elaboração do Projeto do Programa Xingu para Fundação Rainforest da Noruega.
- Elaboração de relatórios de atividades para Fundação Rainforest da Noruega.
- Elaboração e aprovação de Projeto de continuidade de apoio ao Projeto Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis junto ao FNMA-MMA
- Elaboração e aprovação do Projeto de Formação de Professores Indígenas do Xingu junto a Seduc-MT, Funai, Fundação Rainforest da Noruega e Fundação Ford.
- Coordenação e execução do Projeto Fronteiras do Xingu.
- Coordenação e execução do Projeto Panará.
- Participação na Assembléia anual eletiva da Associação Terra Indígena do Xingu (Atix).
- Participação em reuniões da Diretoria da Atix.
- Participação nas reuniões do Conselho do Distrito de Saúde do Xingu.
- Elaboração e aprovação de projeto de apoio à infra-estrutura de transporte para Atix junto ao Padic/Prodeagro.
- Elaboração e aprovação de projeto para edição de cartilha de educação junto a Embaixada do Canadá.
- Monitoramento da tramitação do Projeto de Instalação de Energia Fotovoltaica nas aldeias e postos do PIX, junto ao Ministério de Minas e Energia.
- Realização e coordenação de reuniões com a equipe dos projetos.

Avaliação

Os resultados das atividades do Programa, desenvolvidas ao longo do ano, foram positivas. No segundo semestre o programa elegeu um coordenador adjunto local que deverá partilhar aspectos da coordenação dos projetos dentro do Parque Indígena do Xingu e Panará. Dentro da perspectiva de primeirização (processo de autonomia definitiva) dos Proje-

programa parque indígena do xingu

tos do Programa para os parceiros locais, foram ampliados os esforços de capacitação da Atix e verificou-se um aumento de sua capacidade de gestão, ao mesmo tempo em que se avaliou que haverá necessidade de dilatar o tempo deste processo. Os esforços realizados para levantamentos de fundos para a campanha do Xingu, caso aprovados, permitirão deslançar uma ação do ISA mais consistente no contexto regional e dar início a campanha.

Perspectivas

- Realizar transição de membros da equipe do Projeto Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis.
- Dar seqüência aos projetos no próximo trienal do ISA.
- Monitorar a Atix na execução do projeto Fronteiras.
- Aprofundar a capacitação do parceiro local visando ampliar sua capacidade de gestão e autonomia administrativa e política.
- Transferir gradativamente, onde for possível, atividades dos projetos do ISA para gestão direta do parceiro local.
- Abrir novas possibilidades de financiamento para os projetos do Programa de forma a melhorar as condições de trabalho e para os Projetos do parceiro local visando ampliar sua autonomia.
- Buscar articular pessoas, parceiros e instituições que atuam no PIX procurando melhor integrar as estratégias de trabalho.
- Conforme decisão da assembléia do ISA, incorporar o Projeto Panará dentro do Programa Xingu do ISA.
- Iniciar atividades voltadas para consolidar a presença do ISA na região das cabeceiras do Xingu e a campanha SOS Xingu.

Indicadores

- Capacidade de articulação e interlocução com as lideranças do PIX.
- Capacidade de articulação e interlocução com os atuais e novos parceiros e agências de financiamento.
- Capacidade de formular projetos e aproveitar oportunidades.
- Relatórios de atividades e situação financeira.

**PROJETO
FORMAÇÃO
DE PROFESSORES
INDÍGENAS
DO PIX**

O que é

Formação para o magistério de 61 professores indígenas dos catorze povos do PIX. Também participam dois professores Kaiabi da aldeia Cururuzinho (Al Kaiabi/PA) e dois professores Panará (Terra Indígena Panará/PA). O projeto capacita professores que já ensinam em 34 escolas (29 delas no PIX), atendendo 1.280 alunos. Realiza cursos semestrais intensivos complementados por acompanhamento pedagógico do trabalho dos professores indígenas nas escolas das aldeias. O projeto estimula a elaboração de diversos materiais didáticos nas línguas indígenas e língua portuguesa, para o estudo de Línguas Indígenas, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia e História.

Equipe

Maria Cristina Troncarelli (educadora, coordenação).

Assessoras permanentes

Estela Würker (educadora) e Camila Gauditano (estagiária)

Consultores externos

Carmen Junqueira (antropóloga-PUC/SP); Bruna Franchetto (antropóloga e lingüista, Museu Nacional), Luci Seki (lingüista Unicamp), Susana Grillo (educadora Funasa-BSB), Jackeline Rodrigues Mendes e Cláudio Lopes de Jesus (educadores matemáticos, Unicamp), Renato Gavazzi (geógrafo, CPI/AC), Luciana Dourado (lingüista, UNB), Ludoviko C. dos Santos (lingüista, UFLondrina), Cristina Fargetti (lingüista, Unimep), Cilene Campetela e Frantomé Pacheco (lingüistas, Unicamp), Angel Corbera (lingüista, Unicamp), Raquel Guirardello (lingüista, Universidade do Texas), Sebastian Drude (lingüista, Museu Goeldi), Patrícia de Oliveira (lingüista, Unicamp), Kátia Zorthea (Seduc-MT), Kleber Matos (educador, Seduc-MG), Wemerson Ballester (agrônomo/ISA), Geraldo Mosimann e Marcus Schimidt (agrônomos/ISA), Simone Athayde (bióloga/ISA) e Douglas Rodrigues (Unifesp).

Parcerias e fontes de financiamento

- Atix - Associação Terra Indígena do Xingu: apoio na logística e na política educacional
- RFN – Fundação Rainforest da Noruega: apoio financeiro e parceria para definição do programa de ação
- Fundação Ford: apoio financeiro
- MEC/Coordenação de Apoio às Escolas Indígenas: publicação de material didático e apoio financeiro
- Seduc/MT - Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso: definição de estratégias comuns de trabalho e apoio financeiro
- Unifesp – Universidade Federal de S. Paulo/Depto. de Medicina Preventiva: articulação com o Programa de Agentes e Auxiliares de Enfermagem
- Contribuição do Fundo Canadá- Embaixada do Canadá: impressão de livros e contrato temporário de educadora
- Funai: apoio financeiro e impressão de livro
- CTI - Centro de Trabalho Indigenista: Projeto Vídeo nas Aldeias
- Caiemt - Coordenadoria de Assuntos Indígenas do Governo do Mato Grosso: discussão de potenciais estratégias comuns de trabalho
- Colgate: impressão de livro

programa parque indígena do xingu

O que foi feito

- Coordenação

- Organização da memória dos cursos e do acompanhamento pedagógico com dados sobre as escolas, professores e alunos; planejamento e participação nos cursos e no acompanhamento pedagógico às escolas.

- Organização dos materiais didáticos, avaliação do aproveitamento dos professores indígenas.

- Redação de relatórios e projetos; sistematização do Projeto Político Pedagógico das Escolas do PIX (1º à 4ª série), elaborado pelos professores com assessoria da equipe do ISA.

- Manutenção da comunicação entre a equipe de consultores com os professores e lideranças indígenas do Parque.

- **Articulações interinstitucionais**

- Ministério da Educação: apoio parcial ao 14º e 15º Curso de Formação de Professores.

- Funai: apoio parcial ao 14º e 15º Curso de Formação e impressão de livro.

- Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso: convênio com o ISA permitiu apoio parcial ao 15º Curso de formação e manutenção de uma educadora para acompanhar o Projeto (integrada à equipe do ISA desde 1998). Acompanhamento do processo de estadualização das escolas do PIX sendo realizadas três reuniões com representantes de lideranças e professores indígenas, representantes do ISA e da Seduc-MT para organizar a gestão das escolas: reunião em Cuiabá (em fevereiro) com a Seduc-MT e duas reuniões no Posto Indígena Leonardo (em maio e junho).

- Rede RFN: reunião entre educadores das ONGS para integrar e articular interesses comuns no desenvolvimento de projetos de educação indígena.

- Consultoria para a Comissão Pró-Yanomami (CCPY): continuidade da consultoria da coordenadora do Projeto à equipe de educadores da CPPY, realizada em abril em Boa Vista/RR.

- Seminário Nacional de Educação/MEC – palestra das educadoras Estela Würker e Maria Cristina Troncarelli (em outubro) sobre o Projeto de Formação do PIX e a elaboração de materiais didáticos

- Reuniões sobre educação nas aldeias do Alto Xingu: realizadas pela equipe do ISA, representantes da Atix, da Seduc-MT e da Funai com as lideranças e comunidades de oito aldeias sobre a formação de professores e gestão das escolas.

- **Atividades de formação, acompanhamento pedagógico e participação política dos professores**

- Realizados o 14º e 15º cursos de formação dos professores indígenas.

- Acompanhamento pedagógico com orientação e avaliação da prática pedagógica dos professores realizado em 17 escolas das aldeias.

- Consolidação do Projeto Político-Pedagógico das escolas do PIX, referente às quatro primeiras séries do ensino fundamental, redigido pelos professores indígenas com a assessoria da equipe de educadoras do ISA.

- Cerimônia de Formatura de 32 professores que se formaram de 1999 a 2001, no Posto Indígena Diauarum (dezembro de 2001). (Veja foto abaixo)



Camila Gaudiano

- Ingresso no Curso de Licenciatura da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat) de 19 professores formados no Curso.

Avaliação

Ao nos remetermos aos indicadores traçados em 1997, vemos muitos resultados positivos:

- O grande número de professores envolvidos (61).
- A organização intensa de materiais didáticos.
- O processo de gestão das escolas pelos professores e comunidades indígenas;
- A redação do Projeto Político-Pedagógico de 1ª a 4ª série das escolas.
- Acompanhamento pedagógico: em 2001 foi priorizado o acompanhamento às escolas onde existem professores com pouca experiência, que iniciaram a participação no Curso de Magistério a partir de 1997. No entanto, temos tido problemas financeiros para manter educadores capacitados para o acompanhamento contínuo às escolas.
- Articulação política com a Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso - apoio parcial aos cursos de formação e manutenção de uma educadora que se integrou a equipe do ISA. Com o apoio da Seduc-MT conseguimos regularizar o uso do recurso da merenda escolar para a compra de alimentos tradicionais das comunidades. Os diretores indígenas estão realizando as compras, a distribuição e prestação de contas de materiais escolares. A Seduc-MT manteve em 2001 o convênio com a Atix de repasse de recursos para pagamento dos professores. Em 2002 os pagamentos serão feitos diretamente pela Seduc-MT, com a possibilidade de intervenção da Atix no caso de cancelamento do pagamento de professores que não tenham conduta profissional adequada. Quatro escolas do Alto Xingu, vinculadas à Secretaria Municipal de Gaúcha do Norte solicitaram à Seduc-MT a estadualização das escolas.
- A aldeia Yawalapiti e a aldeia Kamaiurá Ypawu finalmente se envolveram no trabalho de formação com a participação de três professores indígenas no 15º curso.

Perspectivas

- Formar, até 2003, 29 professores no Curso de Magistério.
- Formação dos professores mais antigos, que concluíram o Curso, como formadores dos professores iniciantes.
- Oferecer subsídios para a organização do ensino de 5º à 8º série aos professores indígenas já formados.
- Realização do acompanhamento pedagógico às escolas buscando recursos para a contratação de dois educadores.
- Realização do 16º e 17º cursos de formação.
- Assessoria na elaboração de materiais didáticos para as escolas e obtenção de novos apoios para a impressão destes materiais.
- Assessorar os professores indígenas na conclusão do Projeto Político-Pedagógico que inclui a proposta curricular para as escolas indígenas.
- Estimular a criação de uma Coordenação das Escolas do PIX para organizar a gestão das escolas, com maior participação das comunidades.
- Apresentar propostas de revitalização cultural e lingüística dos povos Trumai e Yawalapiti, por meio de estratégias específicas no acompanhamento pedagógico às escolas.

Indicadores

- Capacidade de articulação da equipe pedagógica com os professores indígenas sobre o processo educativo, mantendo-os comprometidos com a proposta.
- Ampliação de apoios financeiros para viabilizar todas as atividades do projeto.
- Capacidade de interlocução da equipe do ISA com os professores indígenas, com o MEC, com a Seduc-MT, com as Secretarias Municipais e com a Funai.
- Articulação com a Atix, que aumentou seu envolvimento nas atividades educacionais.
- Articulação entre o conjunto de assessores.
- Realização do cronograma de cursos e do acompanhamento das escolas.
- Redação do Projeto Político-Pedagógico de 1º à 4º série das escolas.
- Capacidade dos professores de planejar, registrar as aulas e avaliar o aprendizado dos alunos.
- Materiais didáticos produzidos.
- Participação da equipe em seminários e consultorias em outros estados do Brasil, a convite do MEC, Secretarias de Educação e organizações não-governamentais, apresentando a experiência do Projeto, visando o desenvolvimento de projetos de formação de professores indígenas similares.

Produtos e resultados

- 32 professores indígenas concluíram o Curso de Magistério entre 1999 e 2001.
- 19 professores xinguanos formados ingressaram em 2001 no Curso de Licenciatura de 3º Grau promovido pela Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat).
- Inclusão de cinco professores indígenas formados na equipe pedagógica do Projeto, lecionando para os professores novatos.
- Inovação na política de atendimento do Estado de Mato Grosso às escolas indígenas: professores indígenas atuam como diretores e recebem recursos para aquisição de materiais escolares e da merenda, realizam a prestação de contas; conquista do direito de adquirir alimentos tradicionais nas próprias comunidades para a merenda escolar, participação da Atix na política educacional.
- Materiais didáticos: livro *"Ikpeng Orempanpot"*, com apoio da Funai e *"Saúde no Xingu"*, apoio Colgate. (Veja fac-símile das capas abaixo)
- Em processo de finalização para impressão com recursos da Embaixada do Canadá: *"Awytyza Ti'ingku"* (alfabetização na língua Aweti), livro de alfabetização na língua Panará e *"Livro das Águas"* (em língua portuguesa, o livro trata da importância dos recursos hídricos).



programa parque indígena do xingu

PROJETO DESENVOLVIMENTO DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS

O que é

Trata-se de um projeto de apoio ao desenvolvimento de produtos comerciais agrícolas e florestais, com agregação de valor ambiental e cultural, junto a povos indígenas do Parque do Xingu. Envolve também aspectos relacionados com a economia de subsistência, segurança alimentar e a caracterização e manejo participativo de recursos naturais. Inclui um forte componente pedagógico, que valoriza conhecimentos e técnicas tradicionais, como investimento que embasa a geração de renda e o manejo sustentável de recursos naturais. Os produtos apoiados até o momento são o mel (*Apis* e nativas), o artesanato e a partir de 2001, óleos vegetais.

Equipe

Geraldo Mosimann da Silva (agrônomo, coordenação)

Assessores permanentes

Marcus Vinícius Chamon Schmidt (engenheiro florestal); Simone Ferreira de Athayde (bióloga) e Wemerson Chimello Balester (agrônomo).

Colaboradores: Márcio Lopes (apicultor autônomo, assessoria técnica); Mário Isao (apicultor) e Waldemar Monteiro (meliponicultor, ambos da Apacame); Marcello J. Martins (acompanhamento dos agentes de manejo); Herder de Souza (consultor para arumã); Haruê Yamanaka (comércio de artesanato); e Jorge Luiz Vivan (diagnóstico e desenho de sistemas agroflorestais).

Paula Mendonça de Menezes (estagiária)

Parcerias e fontes de financiamento

- Atix – Associação Terra Indígena do Xingu: parceria
- RFN – Fundação Rainforest da Noruega: apoio financeiro
- FNMA/MMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente: apoio financeiro
- PPP/GEF/PNUD – Fundo de Pequenos Projetos/Global Environmental Facility/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: apoio financeiro
- Natura Cosméticos S.A.: apoio financeiro
- Proyecto Cultivando Diversidad: apoio financeiro

O que foi feito

- Continuação do processo de Formação de Agentes Indígenas para o Manejo de Recursos Naturais, envolvendo os povos Kaiabi, Suyá, Yudja e Ikpeng. Realização de dois cursos, um sobre ciência da roça e outro sobre manejo de recursos agroflorestais. Desenvolvimento de atividades de manejo pelos agentes no Posto Indígena Diauarum e nas aldeias, com destaque para a implementação de viveiros de mudas de árvores frutíferas, experiências de plantio de arumã (*Ischnosiphon* spp), atividades de conservação de recursos genéticos (plantas da roça) e o diagnóstico da situação das capoeiras de terras pretas próximas das aldeias dos agentes.
- Captação de recursos adicionais junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente para viabilizar o processo de formação de agentes de manejo de recursos naturais.
- Viagem de intercâmbio Xingu-Acre, envolvendo dois técnicos e três índios do Xingu, pela Rede Alternativa de Coopera-

ção da RFN, com participação no Curso de Formação de Agentes Agroflorestais da CPI-AC (Comissão Pró-Índio).

- Início do desenvolvimento do Programa “Ecologia de Abelhas”, envolvendo os povos Kaiabi, Suyá, Yudja, Ikpeng e Trumai, visando valorizar e divulgar o conhecimento indígena sobre as abelhas nativas do PIX e suas interações com a *Apis mellifera* (dada a expansão da apicultura no Parque) e obter informações sobre espécies vegetais melíferas predominantes.
- Promoção do fortalecimento de estratégias locais para o manejo da agrobiodiversidade e conservação *in situ* de recursos genéticos agrícolas, com elaboração de um censo de materiais propagativos das roças de todas as aldeias dos Kaiabi (complemento) e dos Yudja, com participação dos agentes de manejo.
- Realizada a prospecção da possibilidade de comercializar óleos de pequi e inajá, em aldeias Suya, Yudja e Kaiabi, no

programa parque indígena do xingu

Baixo Xingu, e início de ações na região do Alto Xingu (aldeias Kalapalo, Yawalapiti, Kamaiura, Kuikuro e Waura). Este levantamento envolveu o inventário total dos pequizais, e as principais áreas produtoras de Inajá, os aspectos produtivos, sistemas de manejo e estrutura social em relação às atividades de produção.

- Realização do acompanhamento técnico na última safra do pequi, nas aldeias Suyá, Kalapalo, Waurá, Yawalapiti, Kamayurá e Kuikuro onde coletou-se amostras do óleo de pequi. Estas amostras foram encaminhadas à empresa Natura para realização de pesquisas sobre as qualidades físico-químicas e do desenvolvimento de novos produtos cosméticos.
- Renovação do financiamento complementar para a apicultura e meliponicultura (PPP/GEF/PNUD).
- Avanços no processo de administração da Casa Central do Mel (CCM) como instância de gestão das atividades de apicultura na região norte do PIX. Melhoria no sistema de controle (informatizado) e equipe recebendo assessoria e capacitação específicas para o desempenho de suas funções.
- Produção de cerca de 1200 kg de mel, com a venda de cerca de 800 kg.
- Construção da Casa do Mel na aldeia Guaruja Kaiabi, equipada para a colheita higiênica e reforma das casas de mel das aldeias Ikpeng, Kururu, Tuiararé e Capivara.
- Finalização, impressão e uso de rótulo autocolante com o certificado da defesa sanitária (SIF), selo orgânico (IBD) e código de barras.



- Participação na Feira de negócios sustentáveis da Amazônia, no Rio de Janeiro, com a comercialização de 50 frascos de mel.
- Iniciada a prospecção de mercado em São Paulo contra amostra do produto, com a venda inicial de 30 frascos para experiência em prateleira da loja Bio-Alternativa, especializada em produtos naturais e orgânicos.
- Participação no encontro de produtos do cerrado, em Goiânia em outubro, promovida pelo PPP, onde foram comercializados 75 frascos de mel.
- Maior autonomia da Atix na gestão do comércio de artesanato no Parque, com manutenção de capital de giro e participação de representantes dos povos Kaiabi, Yudja e Suyá na XII Feira Nacional de Artesanato, em Belo Horizonte (MG).
- Apresentação de trabalhos resultantes do projeto em encontros e eventos técnico-científicos na Itália (Programa Economia, Ecologia e Cultura e Manejo de recursos naturais), Colômbia (recursos genéticos) e Equador (Alternativas Econômicas).
- Publicação do catálogo de divulgação cultural e comercial sobre o artesanato Kaiabi, Suyá e Yudja, “Arte Indígena Par-

que do Xingu”, além da impressão de posters e etiquetas personalizadas para as peças a serem comercializadas pela Atix. A distribuição do catálogo/pôster iniciou-se em dezembro.

- Realização do último módulo do Programa Educativo Economia, Ecologia e Cultura, durante o XV Curso de Formação de Professores Indígenas, com discussão e construção dos conceitos de biodiversidade e desenvolvimento sustentável com os professores indígenas do PIX.
- Realização de um total de 14 eventos de capacitação, planejamento e/ou avaliação do projeto (nas áreas de artesanato, apicultura, manejo de recursos naturais e economia, ecologia e cultura), envolvendo 212 índios de 15 povos indígenas (14 do Parque, mais dois representantes dos Panará).



Avaliação

- Conquista crescente de maior autonomia e eficiência da equipe da Atix e comunidades, para o gerenciamento de ações relacionadas ao comércio de mel e artesanato.
- O processo de formação de agentes indígenas para o manejo de recursos naturais tem sido visto de uma forma mais positiva principalmente pela equipe da Atix, a partir da necessidade de desenvolver ações de manejo e conservação de recursos naturais, com especial referência aos projetos a serem enviados pelas comunidades (através da Atix) ao PDPI, uma vez que vários deles contemplam atividades de manejo nas quais os agentes podem participar.
- Apesar do maior reconhecimento, por parte da Atix, do trabalho dos agentes de manejo, ainda existem muitas dúvidas nas comunidades, uma vez que em algumas aldeias não existem atividades práticas de manejo em curso.
- Os trabalhos com agrobiodiversidade e conservação *in situ* de recursos genéticos agrícolas ainda são vistos com desconfiança por parte da população indígena.
- O trabalho de Ecologia de Abelhas, que foi iniciado possibilitará, além de uma maior integração entre a equipe do Programa, divulgar para a sociedade não-indígena a visão dos índios sobre a questão das interações entre a *Apis mellifera* e as abelhas nativas, resgatando e valorizando o conhecimento tradicional dos povos xinguanos.
- A integração entre os projetos Alternativas Econômicas e Formação de Professores Indígenas através do Programa Ecologia, Economia e Cultura, foi extremamente positiva, possibilitando a ampliação do conceito de desenvolvimento sustentável para todos os professores do Parque, que poderão levar as idéias e conceitos trabalhados nos módulos do Programa para as escolas de suas aldeias.

programa parque indígena do xingu

- Desde 1999 o projeto não tem mais assessoria antropológica. Isto causa uma lacuna no acompanhamento da percepção dos índios sobre os impactos do projeto, ou seja, como a dinâmica cultural assimila ou resiste às novas formas de relacionamento socioeconômico com a sociedade envolvente.
- As atividades de intercâmbio realizadas e a participação da equipe e índios em encontros específicos e eventos técnico-científicos possibilitaram a divulgação do Programa Xingu e a troca de experiências entre iniciativas similares, em nível nacional e internacional.
- A expansão das atividades do projeto para o Alto Xingu, com a prospecção da possibilidade de produção comercial de óleo de pequi (em parceria com a empresa Natura) é positiva do ponto de vista político, pois descentraliza ações do projeto concentradas na região norte do Parque.
- Existem dificuldades socioculturais para implementar sistemas de controle de qualidade do artesanato, que devem ser trabalhadas pela Atix junto às comunidades nas aldeias. Além disso, deve-se investir na valorização e resgate cultural da cultura material dos povos, para não correr o risco do trabalho com artesanato adquirir uma conotação exclusivamente comercial.

Perspectivas

• Geral

- Avaliar a possibilidade do projeto ter novamente acompanhamento antropológico.
- Buscar colaboração com instituições de ensino e pesquisa para realização de atividades de pesquisa aplicada relativas a recursos naturais específicos na região do Parque.

• Artesanato

- Assessoria e capacitação para a Atix gerenciar seu sistema de comercialização, incluindo informatização do sistema de controles e gerenciamento de capital de giro.
- Realização de um trabalho de resgate cultural da cestaria Kaiabi e continuidade das ações de manejo do arumã, junto com professores e agentes de manejo do Parque.

• Apicultura

- Publicação de um livreto sobre a visão dos povos xinguanos e de especialistas não-índigenas sobre as relações ecológicas entre a *Apis mellifera* e as abelhas indígenas, com distribuição nacional.
- Produção e distribuição de materiais de divulgação sobre o trabalho de Apicultura no PIX.
- Produção de cera alveolada no Xingu.

• Óleos

- Assessorar a Atix e as comunidades do PIX para o estabelecimento de contratos comerciais junto com a empresa Natura.

• Atividades educativas

- Consolidar uma proposta curricular para o processo de Formação de Agentes Indígenas para o Manejo de Recursos Naturais.

• Agrobiodiversidade

- Promover a conservação *in situ* de recursos genéticos de roças do norte do Parque.
- Sensibilizar as comunidades para o equacionamento da recuperação de áreas com terras pretas esgotadas, junto com a Atix, através de estabelecimento de sistemas agroflorestais experimentais.

Indicadores

- Número, frequência e duração de atividades de capacitação da comunidade e membros da Atix.
- Assimilação dos conceitos e temas a serem trabalhados em atividades pedagógicas.
- Quantidade e qualidade de materiais didáticos produzidos.
- Quantidade de produtos gerados e comercializados (interna e externamente ao PIX) e montante arrecadado com as vendas e sua variação sobre o ano anterior.
- Disponibilidade e preparo da Atix e comunidades para assumir atividades desenvolvidas pelo projeto (primeirização).
- Número e qualificação de pessoas envolvidas direta e indiretamente nas atividades do projeto.
- Planejamento estratégico de longo prazo para o projeto e suas atividades, no âmbito do Programa Xingu.

Produtos

- Livro didático: “A Ciência da Roça no Parque do Xingu” – Volume 1, livro Kaiabi (no prelo), Geraldo Silva (org). São Paulo : ISA/Atix/RFN/Proyecto Cultivando Diversidad, 2001.
- Livro didático: “A Ciência da Roça no Parque do Xingu” – volume 2 Ikpeng, vol. 3 Suyá e vol. 4 Yudja, apostilas em revisão, Geraldo Silva e Marcello de Souza (org). 2001.
- Produção e comercialização de óleo vegetais por etnias xinguanas. Vol 1 - O potencial do Pequi no Alto Xingu. ISA / Atix / Natura / NRF. PI Xingu, julho 2001. Marcus Schmidt, Geraldo Silva e Danúzia Soares (org). Vol 2 - O potencial do Inajá no Baixo Xingu. ISA / Atix / Natura / NRF. PI Xingu, julho 2001. Marcus Schmidt, Geraldo Silva e Danúzia Soares (org).
- Relatório técnico - Reunião do Inajá. Posto Indígena Diauarum. Parque do Xingu-MT. Organização Marcus V. C. Schmidt, Simone Athayde e Geraldo Silva. São Paulo : ISA/Atix/NRF/ Natura, 2001.
- Dissertação de Mestrado - Schmidt, M.V.C. Etnosilvicultura Kaiabi no Parque Indígena do Xingu: Subsídios ao Manejo de Recursos Florestais. Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada. Escola de Engenharia de São Carlos/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, 2001. 198 p. (Fapesp/WWF/ISA).
- Relatório: Viagem de intercâmbio Xingu-Acre, Rede de Cooperação Alternativa - RFN, de 15 a 30/06/2001. Geraldo Silva, Simone Athayde, Janin Kaiabi, Tariajup Kaiabi e Mahurimã Yudja.

programa parque indígena do xingu

- Artigo técnico - *Os Kaiabi viajam ao centro do mundo*. In: Ricardo, C. A. (ed) Povos Indígenas no Brasil 1996-2000. São Paulo : Instituto Socioambiental, 2001. 822 p. Autoria: Klinton Senra, Geraldo Silva e Simone Athayde.
 - Relatório de Estágio Supervisionado do Agente Indígena de Manejo de Recursos Naturais Yanin Kaiabi. Orientação Ricardo Benhardt (Esalq-USP), Prof. Dr. Virgílio M. Viana (Esalq-USP). Supervisão: Marcus V. C. Schmidt; (ISA) e Geraldo M. Silva (ISA). Laboratório de Silvicultura Tropical/Depto. Ciências Florestais/ Esalq/ Universidade de São Paulo, janeiro/fevereiro, 2002.
 - Capítulo de Livro – Uso e conservação da agrobiodiversidade pelos índios Kaiabi do Xingu. In: Bensusan, N. (org.) Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade : Como, por que, para quem. Brasília : Universidade de Brasília/Instituto Socioambiental (livro no prelo). Autoria: Geraldo Mosimann da Silva.
 - Capítulo de Livro - Educação Ambiental e Conservação da Biodiversidade no Parque Indígena do Xingu. In: Bensusan, N. (org.) Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade : Como, por que, para quem. Brasília : Universidade de Brasília/Instituto Socioambiental (livro no prelo). Autoria: Simone Athayde, Geraldo Silva, Maria Cristina Troncarelli, Estela Würker, Wemerson Ballester e Marcus Schmidt.
 - Livros didáticos sobre Economia, Ecologia e Cultura: Livro geral, versão 2 (sob revisão dos professores indígenas). Simone Athayde, Maria Cristina Troncarelli, Geraldo Silva e Estela Würker (org). São Paulo/ISA/Atix/RFN, 2001. Livros Kaiabi e Yudja (sob revisão). Geraldo Silva, Simone Athayde e equipe Projeto Formação de Professores (org.) São Paulo : ISA/Atix/RFN, 2001.
 - Artigo técnico - *Novos rumos para a arte indígena no Parque do Xingu*. In: Ricardo, C. A. (ed) Povos Indígenas no Brasil 1996-2000. São Paulo : Instituto Socioambiental. 822 p, 2001. Autoria: Simone Ferreira de Athayde.
 - Artigo: A experiência dos índios do Xingu com o manejo de recursos genéticos de plantas da roça. CD-Rom, Proyecto Cultivando Diversidad, Bogotá, Colômbia. 10 p. Autoria de Geraldo Silva e Tuiarajup Kaiabi. 2001
 - Materiais de divulgação sobre o artesanato do Parque do Xingu - Arte Indígena do Xingu - Kaiabi, Yudja, Suyá. Catálogo de divulgação cultural e comercial. São Paulo : Associação Terra Indígena Xingu/Instituto Socioambiental/Fundação Rainforest da Noruega, 2001. Kit composto de três livretos e um folheto sobre matérias-primas. Inclui também um pôster para divulgação. Organização: Simone Athayde.
- nejo no Acre, realizado de 16 a 30/06, em Rio Branco-AC. Participantes: 03 (Kaiabi e Yudja).
- II Curso de Formação de Agentes Indígenas para o Manejo de Recursos Naturais – Ciência da Roça: de 17 a 27/05, no PI Diauarum. Participantes: 27 (Kaiabi, Suyá, Yudja e Ikpeng).
 - Reunião do Inajá: dias 03 e 04/09, no PI Diauarum. Participantes: 40 (Kaiabi e Yudja).
 - III Curso de Capacitação em Matemática aplicada para a Atix: realizado de 03 a 09/10 no PI Diauarum. Participantes: 25 (Kaiabi, Suyá e Yudja).
 - III Curso de Formação de Agentes Indígenas para o Manejo de Recursos Naturais – Bases para o Manejo de RN e Sistemas Agroflorestais: 13 a 25/10, PI Diauarum. Participantes: 17 (Kaiabi, Suyá, Yudja e Ikpeng).
 - Feira de Produtos do Cerrado: 18 a 21/10, Goiânia-GO. Participantes: um representante do CCM (Kaiabi).
 - Programa Educativo Ecologia de Abelhas no PIX – 2 módulos, Kaiabi e Ikpeng: de 30/10 a 07/11, nas Aldeias Kwaruja e Moygu. Participantes: 23 (Kaiabi e Ikpeng).
 - Rede Alternativa de Intercâmbio: evento sobre alternativas econômicas, de 26 a 28/11 em Goiás Velho-GO. Participante: 1 pessoa CCM (Kaiabi)
 - Programa Educativo Ecologia, Economia e Cultura – Módulo IV, XV Curso de Formação de Professores Indígenas: de 27 a 30/11, PI Diauarum. Participantes: 44 (14 povos xinguanos e 2 Panará).
 - Curso de Formação de Agentes Indígenas para o Manejo de Recursos Naturais – Plantio experimental do arumã: 12 a 25/11, Aldeia Sobradinho. Participantes: 8 agentes + comunidade (Kaiabi e Yudja).
 - XII Feira Nacional de Artesanato, Belo Horizonte (MG): 21 a 25/11. Participantes: 3 representantes da Atix (Kaiabi, Suyá, Yudja).
 - Elaboração de projeto sobre manejo do Inajá para o PDPI: 01 a 06/12, PI Diauarum. Participantes: 5 agentes (Kaiabi e Yudja).
 - Elaboração de projeto sobre cestaria Kaiabi e manejo do arumã para o PDPI: 01 a 06/12, PI Diauarum. Participantes: 1 professor e 2 agentes (Kaiabi).

Eventos de capacitação promovidos ou apoiados pelo projeto

- Curso Itinerante de abelhas nativas: realizado de 15 a 25 de março, em 8 aldeias do Xingu. Participantes: 12 (Kaiabi, Suyá, Yudja, Ikpeng e Trumai).
- Viagem intercâmbio Xingu-Acre: Curso de formação de agentes agroflorestais – CPI/AC e outras experiências de ma-

PROJETO FRONTEIRAS DO XINGU

O que é

O projeto desenvolve um modelo de monitoramento, proteção e fiscalização do Parque Indígena do Xingu (PIX), com objetivo de apoiar e mobilizar de forma permanente as etnias que ali residem na defesa de suas terras e dos seus recursos naturais. O trabalho é realizado em parceria com a Associação Terra Indígena Xingu - Atix, com apoio de agências governamentais e não-governamentais. Para tanto, o Projeto articula e combina iniciativas voltadas a ampliar a capacidade de controle direto dos índios sobre os limites do Parque, com um trabalho sistemático de monitoramento sobre os vetores de ocupação que ocorrem no seu entorno.

Equipe

André Villas-Bôas (coordenador - ISA)

Mairawe Kayabi (coordenador - Atix)

Paulo Junqueira (assessor permanente)

Diretoria da Atix

Chefes de Postos de Vigilância do Parque do Xingu

Parcerias e fontes de financiamento

- Atix- Associação Terra Indígena do Xingu: parceria
- Ibama- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis: parceria
- Fema - Fundação Estadual do Meio Ambiente (MT): parceria
- Funai - Fundação Nacional do Índio/Administração do Parque Indígena do Xingu: parceria
- Governo do Mato Grosso/Prodeagro/PNUD: apoio financeiro
- Cifa - Coordenação Interinstitucional de Fiscalização Ambiental/Fema (MT): parceria
- RFN – Fundação Rainforest da Noruega: apoio financeiro e parceria

O que foi feito

- Foram realizadas duas viagens a Cuiabá para contato com a Fema para discutir a questão da pesca na região e a realização de reunião com as pousadas situadas nos rios no entorno do PIX. Foi elaborado um cadastro com informações sobre todas as pousadas existentes na região.
- Foram realizadas duas viagens a Brasília para contato com a Funai e Ibama sobre renovação do convênio com Atix e planejamento e avaliação de expedição no entorno do Parque.
- Foi realizado o levantamento dos confrontantes na região oeste do PIX, entre a BR-80 e o limite do estado do Mato Grosso com o Pará, o que completa o mapeamento dos moradores ao longo dos 900 Km de perímetro do PIX.
- Foi finalizada a produção e editoração de mapas da região dos formadores do Xingu para impressão com distribuição de 100 cópias para comunidades e suas lideranças, professores, chefes de Posto Indígena (PI) e de Posto Indígena de Vigilância (PIV) e Atix.
- A Atix coordenou a realização de inúmeras expedições de verificação de ameaças de agressão aos limites do Parque. O

problema em relação ao crescente desmatamento nas áreas ao redor da reserva tem continuado. No entanto, tem avançado o grau de articulação dos índios junto a diversas instituições oficiais e atores regionais sobre esse tema. Foi realizada uma segunda expedição de verificação no entorno do Parque com a participação da Atix, juntamente com a Funai e o Ibama que culminou com a apreensão de centenas de toras de madeira exploradas de forma ilegal em locais próximos ao limite do Parque. Além disso, foram realizadas apreensões de equipamentos diversos (trator, moto, barcos e motores de popa, armas e outros) pelos chefes de PIVs a partir de incursões de verificação que constataram agressões e ameaças aos limites do PIX.

- Foram realizadas três expedições para limpeza da linha de fronteira, com participação de 60 índios das tribos Kayabi, Ikpeng, Yudja e Waurá, envolvendo 90 quilômetros de vias fronteiriças que haviam sido abertas em outros anos.
- Foi realizada a quarta etapa de capacitação dos chefes de postos de fiscalização e o reconhecimento oficial dos mesmos

programa parque indígena do xingu

como fiscais colaboradores do Ibama, instituição responsável pela fiscalização ambiental na esfera federal.

- Foi realizada em maio, expedição de verificação na região do entorno oeste do PIX, da qual participaram a coordenação da Atix, os chefes de PIVs, juntamente com equipe do Ibama, que resultou na apreensão de lotes de madeira explorada ilegalmente e de diversos equipamentos usados por madeireiros.
- A ocorrência de intrusões nos limites do PIX, nas regiões do Kuluene e do rio Staine, mobilizaram os chefes de PIVs e a coordenação da Atix no sentido de tomar providências que redundaram na apreensão de equipamentos que estão sob a custódia das comunidades Kalapalo do Tanguro e Ikpeng. Estas ocorrências deflagraram a discussão sobre o processo desordenado e predatório de ocupação do entorno, que mobilizou as lideranças do Parque, a Atix, ISA, Funai e Ibama. Neste contexto, foi elaborado termo de cooperação, com a participação de todos, que levanta os principais problemas do entorno que atualmente afetam o Parque e propõe um conjunto articulado de iniciativas para enfrentar esses problemas.

Avaliação

- A Atix coordenou efetivamente as atividades de reavivência das picadas demarcatórias e incursões de verificação e demonstrou condições para ampliar sua responsabilidade de coordenação e execução em relação às atividades de proteção e fiscalização do PIX.
- A ampliação da capacidade dos índios de fiscalizar o Parque e monitorar as atividades que ocorrem no entorno imediato do PIX identificou uma série de problemas relacionados a pequenas intrusões no Parque e atividades ilegais no seu entorno, que evidenciaram o despreparo dos órgãos ambientais e da própria Funai para trabalhar de forma integrada numa estratégia de mitigação dos impactos do processo de ocupação da região dos formadores do Xingu sobre o PIX.
- A articulação política com as pousadas localizadas no entorno do PIX não ocorreu porque a Fema condicionou sua realização à participação de membros do Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente). Porém, o conselho está com suas atividades paralisadas em função de disputas judiciais, que questionam a representação da sociedade dentro do Conselho.
- A Funai está atrasando a renovação do convênio com Atix, o que prejudicou o funcionamento dos Postos de Vigilância em 2001.

Perspectivas

- Ampliar o grau de responsabilidade de coordenação da Atix em relação às atividades de fiscalização do PIX, através do repasse da responsabilidade de execução da quase totalidade das ações de proteção e fiscalização que integram o projeto fronteira.
- Promover articulação entre os órgãos ambientais federal e estadual e a Funai para implementação de medidas mitigadoras do impacto do processo de ocupação do entorno do PIX sobre o mesmo.

- Divulgar o trabalho de fiscalização no contexto regional.
- Divulgar informações sobre a dinâmica de desmatamento e seus impactos no PIX.
- Articulação política com pousadas, órgãos ambientais e prefeituras visando a restrição da pesca esportiva nos afluentes do rio Xingu.
- Manter o monitoramento da atividade madeireira no limite oeste.
- Renovar e consolidar o apoio da Funai à Atix para proteção e fiscalização do PIX.
- Buscar recursos para melhorar a infra-estrutura dos Postos de Vigilância do PIX.

Indicadores

- Controle das invasões do Parque.
- Mecanismos legais de restrição de pesca nos rios afluentes do Xingu no Mato Grosso.
- Ampliação da coordenação de proteção e fiscalização do PIX pela Atix.
- Disseminação de informações sobre dinâmica de desmatamento regional.
- Renovação do convênio da Atix com a Funai.

Produtos

- Relatórios dos Chefes de PIVs
- Relatório da Expedição com Ibama.
- Relatório Parcial do projeto Programa Xingu
- Relatório Final apresentado a RFI.
- Mapa mostrando o desmatamento ocorrido no entorno do PIX em 2000.

programa parque indígena do xingu

PROJETO CAPACITAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ASSOCIAÇÃO TERRA INDÍGENA DO XINGU (ATIX)

O que é

Trata-se de um conjunto de atividades direcionadas à Associação Terra Indígena Xingu (Atix), buscando a gradual construção de sua autonomia nos aspectos ambiental, técnico, gerencial, administrativo, jurídico e político em sua atuação no Parque Indígena do Xingu (PIX). O trabalho do ISA engloba acompanhamento, assessoria e capacitação dos integrantes da diretoria da Atix, lideranças e comunidade em geral no processo decisório, planejamento e para o desenvolvimento das atividades.

Equipe

André Villas-Bôas, Geraldo Mosimann da Silva, Maria Cristina Troncarelli, Estela Wurker, Simone Ferreira de Athayde, Wemerson Chimello Ballester, Márcio Lopes, Marcello José de Souza, Rosely Sanches, Paulo Junqueira, Marcus Vinícius Chamon Schmidt, Maria Danúzia Leite Soares, Marina Kahn, Moisés Pangoni, Informática, Direito Socioambiental e equipe de administração do ISA.

Parcerias e fontes de financiamento

- RFN – Fundação Rainforest da Noruega: apoio financeiro
- Prodeagro – Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: apoio financeiro
- Funai – Fundação Nacional do Índio: parceria
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: apoio financeiro
- Padic/MT – Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias do Estado do Mato Grosso: apoio financeiro

O que foi feito

• Assessoria permanente à diretoria e equipes de trabalho da Atix para a elaboração de documentos, gestão e operacionalização de projetos e convênios

- Gestão do Convênio com a Secretaria de Educação de Mato Grosso para pagamento dos professores do PIX.
- Projeto de atualização do sistema de transporte para os postos indígenas junto à Secretaria de Planejamento de Mato Grosso, através do Padic.
- Projeto de fortalecimento e apoio da Atix, encaminhado à RFN através do Projeto de Capacitação em Gestão para as Organizações Parceiras Locais do ISA.
- Assessoria na eleição de prioridades, divulgação para as lideranças e esclarecimento de dúvidas do Projeto Demonstrativo para Povos Indígenas – PDPI.
- Verificação da documentação contábil da Atix, envolvendo a equipe de administração do ISA e assessoria na prestação de contas e administração financeira através do Projeto de Capacitação em gestão para as organizações parceiras do ISA e Programa Xingu.
- Acompanhamento das equipes responsáveis pela comercialização de artesanato e mel na gestão contábil e comercial dos produtos.

• Assessoria na organização e execução de reuniões

- De planejamento e avaliação das atividades e projetos da Atix.
- Com a Funai e Ibama sobre proteção das fronteiras e terras reivindicadas pelos povos do Xingu, envolvendo elaboração de documentos com os itens específicos para cada órgão.
- Acompanhamento da diretoria em visitas às aldeias para avaliação, junto às comunidades, do trabalho da Atix.
- 8ª Assembléia Geral da Atix, envolvendo a discussão prévia da pauta, orientação de aspectos operacionais e auxílio na elaboração da ata.
- Participação e assessoria, através da equipe do projeto de formação de professores, de processo de discussão que envolveu a Atix, professores e diretores das escolas, e comunidade para os problemas relativos à educação formal no PIX e proposição de soluções.
- Participação nas reuniões do Conselho de Saúde Indígena do Xingu.

• Capacitação

- Assessoria e treinamentos em informática (Windows, Word, Excel e Internet) e suporte técnico para a manutenção dos equipamentos.

- Oficinas sobre elaboração de projetos e relatórios, desenvolvimento de alternativas econômicas auto-sustentáveis, matemática e manejo de recursos naturais.

Avaliação

As atividades responderam à fluidez demandada pelas diversas atividades e demandas advindas da associação e das comunidades, envolvendo diversas frentes de trabalho e mobilizando vários grupos dentro e fora do ISA. É notória uma gradual evolução no sentido da autonomia, na tomada de decisões e no desenvolvimento das atividades, refletida em qualidade nas ações, ainda que a demanda encaminhada ao ISA continue intensa. Embora conte com focos de resistência, principalmente na região do Alto Xingu, os integrantes da diretoria e equipes que integram a Atix contam com amplo reconhecimento das comunidades no Parque, o que legitima sua ação. Iniciativas da Atix voltadas às comunidades, como a retomada das visitas, esclareceu dúvidas e fortaleceu os laços tornando-a ainda mais representativa dos povos xinguanos.

Perspectivas

- Continuidade das ações de capacitação com a Atix e integração da Associação Iakiô Panará no processo de acompanhamento e capacitação.
- Ampliar a sustentabilidade econômica interna da Atix buscando condições para profissionalização dos seus quadros.
- Assessorar a ampliação do leque de apoio da Atix para sua sustentabilidade e o desenvolvimento de novas alternativas econômicas dentro do PIX.
- Investir na capacitação política das lideranças da Atix.

Indicadores

- Capacidade de formulação e gestão direta de projetos pela Atix.
- Número de programas de capacitação e de participantes nos cursos.
- Capacidade de representação e presença da Atix junto a órgãos públicos e parceiros institucionais.
- Capacidade de gestão e manutenção dos bens de uso coletivo.
- Grau de representatividade da Atix junto aos povos do Xingu.



PROJETOS DE ÁREA

PANARÁ

XIKRIN

PROJETO PANARÁ



O que é

O projeto apóia a comunidade indígena Panará na reparação dos seus direitos, por meio da formulação e acompanhamento de ação judicial indenizatória, do apoio à reocupação e reconhecimento jurídico de uma parcela de suas terras tradicionais, localizada entre os rios Ipiranga e Iriri, ao norte do estado do Mato Grosso e ao sul do estado do Pará. O trabalho está também direcionado para apoiar, assessorar e capacitar os Panará em questões relacionadas à proteção, fiscalização, gestão e sustentabilidade de seu território.

Equipe

André Villas-Bôas (coordenador)

Steve Schwartzman (consultor externo, antropólogo, EDF)

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional
- EDF - Environmental Defense Fund: apoio financeiro e parceria
- Unifesp - Universidade Federal de São Paulo: parceria
- Funai - Fundação Nacional do Índio em Colíder e do Parque do Xingu: parceria
- RFUS - Fundação Rainforest dos Estados Unidos: apoio financeiro
- TNC - The Nature Conservancy: apoio financeiro

O que foi feito

• Acompanhamento da homologação da demarcação

A Terra Indígena (TI) Panará foi finalmente homologada através de Decreto pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no dia 30 de abril de 2001 e publicado no Diário Oficial da União no dia 02 de maio de 2001. Na homologação consta que a TI Panará possui 494.017 hectares com um perímetro de 417 Km.

• Acompanhamento da ação judicial

Após a decisão inédita do Tribunal Regional Federal em 2000, a União Federal e a Funai apresentaram recurso extraordinário e especial contra o acórdão do TRF 1ª Região, que determinou a ambas a obrigação de indenizar a comunidade indígena Panará. O ISA elaborou parecer jurídico contestando o recurso apresentado pela União anexando-o ao processo. Na edição de 29/06, o Diário da Justiça publicou decisão que negou o seguimento do recurso apresentado pela União. O juiz Tourinho Neto, Presidente do TRF 1ª Região, prolator da decisão que negou a admissibilidade dos recursos, entende que não há dúvida quanto à responsabilidade das rés (União e Funai) nas mortes e danos sofridos pela comunidade indígena. Acolhendo as alegações dos advogados do ISA, que assessoraram aquela comunidade indígena, o Presidente do TRF afastou também as alegações da União e da Funai de que o direito dos Panará de reclamar indenização estaria prescrito, bem como de que a atitude das rés à época do contato teria embasamento legal e, portanto, não estaria sujeita a indeniza-

ção de terceiros. Cabe ainda a possibilidade da União recorrer desta decisão, em última instância, junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça. No entanto, na avaliação dos advogados, caso a União venha de fato apresentar recurso contra a decisão do TRF, isso terá somente um caráter protelatório do reconhecimento do direito dos Panará, considerando a contundência das decisões anteriores.

O governo não recorreu dentro do prazo e a ação foi encerrada, com a vitória integral dos Panará. Cabe agora discussão em juízo sobre o valor efetivo da indenização, para posterior inclusão do seu pagamento no orçamento da União de 2003.

• Proteção e Fiscalização da Terra Indígena Panará

Iniciado o período de seca na região, a partir de abril/maio, começou também um conjunto de esforços visando a proteção e fiscalização da Terra Panará. Inicialmente buscou-se um entendimento com a Funai local sobre a possibilidade de uma ação integrada, uma vez que ao final de 2000 a mesma havia dado sinais contra esta perspectiva. Neste sentido, foi realizada no início do mês de maio, reunião na aldeia Nâsepotiti, com a participação de lideranças Panará, do ISA, do chefe de posto de fiscalização da Funai e de seu administrador, Megaron Txucarramãe. Como resultado, conseguiu-se um entendimento que possibilitou um trabalho integrado entre as partes. A Funai com sua permanente limitação de recursos, disponibilizou um funcionário para exercer a função de chefe de posto de vigilância, ofereceu apoio parcial para compra de combus-

projetos de área - panará

tível e eventualmente o uso de um carro, dependendo da necessidade. O ISA ficou de assegurar a participação dos Panará em todas as ações de fiscalização, o que implica seu deslocamento da aldeia até a cidade de Guarantã (MT) e na manutenção dos índios durante os trabalhos, apoio e manutenção do transporte terrestre e sobrevôos periódicos. Os Panará assumiram o compromisso de deslocar pelo menos três pessoas para acompanhar juntamente com a Funai todas as ações de fiscalização. A partir deste entendimento, iniciou-se uma rotina de fiscalização que já realizou em 2001 dezoito expedições de fiscalização que mobilizou aproximadamente 60 índios. Estas expedições percorreram periodicamente todo o limite oeste da Terra Panará, onde é possível o acesso através de carro, à partir da cidade de Guarantã. Foram também realizados quatro sobrevôos sobre os limites norte e leste, onde a Terra Panará se confronta com a Terra dos Kayapó. Apesar da intensa atividade madeireira na região, inclusive dentro da Terra dos Kayapó, não foi constatada nenhuma invasão da Terra Panará.

• Acompanhamento e assessoria sobre o acesso e uso dos recursos provenientes do leilão da madeira

A realização do leilão ficou paralisada até recentemente em função da solicitação da Funai, junto à Justiça Federal do Pará, para que o mesmo fosse realizado pela Justiça Federal do Mato Grosso e não mais pela própria Funai como a Justiça do Pará havia determinado inicialmente. Essa mudança acarretou numa longa tramitação burocrática que ensejou inúmeras intervenções do ISA, mas que finalmente foi encerrada no mês de julho, com a decisão da Justiça Federal do Mato Grosso, que acatou a proposta da Funai e autorizou a realização do leilão. A Justiça Federal de Mato Grosso realizou duas sessões de leilão, a primeira no dia 25 de setembro e a segunda em 01 de outubro. O ISA acompanhou e os Panará participaram da primeira sessão que foi encerrada sem que aparecesse nenhum comprador interessado em arrematar o lote de madeira apreendida. Entre a primeira e a segunda sessão, o ISA realizou inúmeros contatos com empresas compradoras de madeira situadas nos Estados de Mato Grosso e Pará informando-as do leilão. A segunda sessão do leilão, para imensa decepção dos Panará e do ISA também, foi encerrada sem que aparecessem compradores. Diante do fato, o advogado da Funai entrou com uma solicitação junto à Justiça Federal para que a mesma autorize a venda direta da madeira pela Funai a possíveis interessados. Aguarda-se a manifestação da justiça em relação a solicitação da Funai.

• Apoio à Comunidade

Interlocução com o governo estadual e municipal

Foram realizadas duas reuniões na cidade de Guarantã, entre o prefeito municipal e lideranças Panará, onde foram tratados os assuntos da transferência do Posto Ipiranga, conforme acordo firmado em 2000 entre os Panará e os fazendeiros vizinhos, e sobre o apoio da prefeitura para construção de ponte sobre o rio Iriri, que viabilizaria o acesso da estrada até a aldeia Panará. Foram realizadas também duas viagens à cabeceira do rio Iriri, com acompanhamento dos Panará, no local onde se pretende construir a ponte, juntamente com técnicos para avaliar o custo da obra. No final do

ano foi encaminhado para um fundo do governo do estado, o Padic (Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias), projeto solicitando recursos para a construção da ponte. O mesmo está tramitando e aguarda-se uma resposta para março de 2002.

Assessoria e apoio do ISA para criação da Associação Panará.

Entre os dias 17 e 21 de outubro foi realizada reunião na aldeia Nãsepotiti com a comunidade e lideranças Panará, da qual participaram os advogados do ISA, Fernando Baptista e Ana Valéria Araújo, André Villas-Bôas e o antropólogo Steve Schwartzman, que ensejou a criação da Associação Iakiô da comunidade Panará, já registrada no cartório da cidade de Peixoto de Azevedo.



Reunião para a criação da Associação Iakiô, aldeia Nãsepotiti

Apoio complementar à escola Panará

A professora Estela Wurker, que participa do Projeto de Formação dos Professores no Xingu, passou os meses de maio e junho na aldeia Panará fazendo o acompanhamento dos professores, reforçando sua capacitação e trabalhando com eles na preparação de livros didáticos de apoio.

A embaixada do Canadá aprovou financiamento para impressão ainda este ano da cartilha de alfabetização na língua Panará, elaborada por Estela Wurker juntamente com os professores Panará.

Apoio complementar à saúde

O Projeto apoiou a visita do dentista Eduardo Biral na aldeia Panará, pelo período de um mês, para prestar assistência odontológica à comunidade Panará, uma vez que o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) da Funasa ainda não está estruturado para dar este tipo de atendimento.

O projeto patrocinou a viagem de três lideranças Panará ao Ministério Público Federal em Cuiabá para apresentar denúncia sobre a morte de uma jovem e seu filho recém-nascido no Hospital Regional de Colíder, atribuída a erro médico.

Apoio à subsistência dos Panará

- Os Panará realizaram o plantio deste ano de suas roças familiares e finalizaram a construção de mais três casas na aldeia.

- Foi intensificada atividade de apicultura junto aos Panará através da participação de dois deles no curso de Apicultura que se realizou no Parque do Xingu, e através da duas visitas de acompanhamento de agrônomos do ISA na aldeia Nãsepotiti

e com a aquisição de materiais básicos para ampliação do Apiário da aldeia.

- O projeto apoiou o deslocamento dos Panará até Cuiabá para que os mesmos pudessem vender sua produção de artesanato.

- Com apoio da TNC, foi realizado um primeiro levantamento sobre formas de manejo e perfil de recursos naturais dos Panará, visando o desenvolvimento futuro de alternativas econômicas.

Apoio às iniciativas culturais

- Apoiou parcialmente, através do fornecimento de alguns insumos, a execução do calendário de festas e rituais realizados ao longo do ano pela comunidade Panará.

- Viabilizou a participação de dois Panará na oficina de vídeo realizada pelo Projeto Vídeo nas Aldeias, coordenado por Vincent Carelli, realizado no Posto Indígena (PI) Pavuru no Parque Indígena do Xingu. Os Panará foram capacitados como videomakers, receberam a doação de uma câmera e já estão registrando suas manifestações culturais na aldeia.

- O projeto de registro das manifestações culturais foi impulsionado pela capacitação dos Panará na captação de imagem. Nesse sentido, foi realizado trabalho em parceria com Marlui Miranda, visando definir um formato de banco de dados para organização e armazenamento das informações audiovisuais, tendo em perspectiva uma agenda de trabalho de captação e registro mais organizada para 2002.

Avaliação

A situação, hoje, dos Panará em seu atual território é boa. A população está crescendo e totalizou 202 pessoas em 2001. A situação de saúde em geral também é boa e o atendimento tem melhorado desde que foi instalado o Distrito Sanitário Especial Indígena de Colider, se comparada à situação anterior de atendimento pela Funai. O atendimento odontológico tem sido possível com o apoio do ISA. A situação de isolamento da aldeia Panará, cujo acesso só se faz de avião, diminuiu o aparecimento de doenças da cidade, limita o trânsito para fora da aldeia e conseqüentemente faz também com que os Panará vivam sua vida com menos interferência externa. O estoque de alimento em suas roças é grande e anualmente é renovado com a abertura de novas roças. O estoque de pescado no rio Iriri assegura o acesso permanente à proteína. A caça já não é tão abundante o que obriga os Panará a realizar periodicamente incursões de caça no interior de suas terras.

Do ponto de vista cultural, a sociedade Panará está vivendo um momento importante de revitalização com uma agenda intensa de manifestações, fundamental para a educação das novas gerações. Paralelamente, a presença da escola é hoje uma realidade na vida dos Panará. A formação dos professores que participam dos cursos do Parque do Xingu avançou e conseqüentemente o trabalho na escola da aldeia Nãsepotiti. O acompanhamento deste trabalho cresceu em qualidade com a atenção especial que vem recebendo da educadora Estela Wurker. Com isso, entre outros aspectos positivos, alguns materiais didáticos na língua Panará já estão sendo elaborados.

O recurso proveniente da indenização da ação judicial só deverá ser pago aos Panará em 2003 ou 2004 e o recurso esperado do leilão do mogno apreendido pelo Ibama acabou não acontecendo. No entanto, a situação econômica dos Panará melhorou um pouco após a decisão de suas lideranças de formar parceria com fazendeiros vizinhos para uso das áreas de pastagem existentes dentro de suas terras que têm lhes garantido um mínimo de recursos para suprir suas necessidades básicas. Além disso, os Panará estão começando a produzir e vender mel o que pode se consolidar como uma nova fonte de recursos. A produção e venda do artesanato continuam ocorrendo mas com problemas no seu escoamento e comercialização. O levantamento realizado com apoio da TNC teve caráter preliminar na identificação de recursos com potencial econômico, mas fez algumas indicações interessantes, como a exploração e comercialização de sementes de espécies florestais, que necessitam de estudos complementares para avaliar melhor sua viabilidade.

Apesar de não ter sido registrada a ocorrência de invasão madeireira em 2001 na Terra Indígena Panará, o contexto regional continua adverso, sobretudo no que se refere a exploração ilegal de madeira, e exige uma ação permanente de proteção e fiscalização. Os Panará continuam se constituindo num foco importante de resistência no contexto regional em relação ao assédio madeireiro. Eles têm resistido e se mobilizado, com apoio do ISA, na proteção e fiscalização de seus recursos naturais. No entanto, a tênue presença da Funai e do Ibama na região torna essa tarefa muito mais complexa e cara, mas fundamental. Sem ela, as madeiras já teriam dominado os Panará tornando-os reféns de um perverso sistema de exploração, a exemplo de seus parentes e vizinhos Kayapó.

Perspectivas

- Continuar apoiando a participação dos Panará na proteção e fiscalização de suas terras.
- Acompanhar os desdobramentos da decisão judicial sobre ação indenizatória.
- Assessorar os Panará na consolidação da Associação Iakiô e capacitar os membros da diretoria para sua gestão administrativa e financeira.
- Aprofundar o levantamento preliminar sobre recursos com potencial econômico.
- Ampliar a atividade de Apicultura entre os Panará de forma a torná-la adequada para comercialização no comércio regional.
- Desenvolver um trabalho sistematizado de registro do patrimônio cultural Panará em parceria com a Associação Iakiô e com os videomakers Panará.
- Continuar o processo de capacitação dos professores Panará.
- Buscar o apoio necessário para restaurar ponte e arrumar estrada de acesso a aldeia dos Panará.

projetos de área - panará

• Trabalhar o caso Panará no sentido de transformá-lo numa referência de modelo de interlocução e articulação das políticas públicas com as sociedades indígenas, no equacionamento da questão da exploração madeireira ilegal em suas terras e de gestão territorial.

Indicadores

- Capacidade de gestão da diretoria da Associação Iakiô.
- Evolução do processo de alfabetização.
- Paralisação e/ou diminuição das invasões de empresas madeireiras dentro das terras dos Panará.
- O grau de engajamento das esferas de governo em relação a superação da questão da exploração ilegal de madeira na TI Panará.
- Quantidade de material registrado sobre o patrimônio cultural Panará.



PROJETO XIKRIN



Bép-Noi



ICCO



NCA



CVRD

ProManejo



FUNDAÇÃO FORD



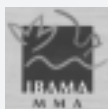
NORAD



UNIÃO EUROPEIA



FUNAI



IBAMA



GEOTEC

O que é

Trata-se de um conjunto de iniciativas em torno da implantação de um Plano de Manejo Socioambiental em Terra Indígena (TI). Envolve o plano de manejo com a exploração e a comercialização de recursos madeireiros de forma sustentável na TI Xikrin do Cateté e a capacitação em gestão política e administrativa, maximizando a participação e gestão dos índios, por meio da Associação Bép-Noi (ABN).

O projeto tem como prioridade a consolidação e o gerenciamento do plano de manejo; gestão territorial integrada; geração de renda com a comercialização de madeira e capacitação administrativa de quadros da associação indígena; e gestão participativa dos recursos financeiros gerados por essas atividades econômicas pela Associação.

Equipe

Rubens Ramos Mendonça - coordenador, engenheiro florestal
 Cesar Gordon - consultor para os aspectos socioculturais, antropólogo
 Maximiliano Roncoletta - consultor para o gerenciamento florestal e operacional, engenheiro florestal
 Eleilton Izel de Sales - técnico florestal
 Romeu Dantas - técnico florestal

Parcerias e fontes de financiamento

- ABN - Associação Indígena Bép-Noi de Defesa do Povo Xikrin do Cateté: parceria local
- Icco - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional
- CVRD - Companhia Vale do Rio Doce: apoio financeiro para as atividades de gerenciamento institucional e a contratação dos serviços de diagnóstico florestal, certificação, pesquisa florestal e capital de giro para exploração e beneficiamento.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente (por meio do PPG-7 - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, subprograma ProManejo): apoio financeiro
- PNPI/Norad – Programa Norueguês para Povos Indígenas (Projeto “Capacitação em Gestão para Organizações Parceiras Locais do ISA”)
- Fundação Ford (Projeto “Capacitação em Gestão para Organizações Parceiras Locais do ISA”)
- Funai – Fundação Nacional do Índio/Administração Marabá
- UE – União Europeia: apoio financeiro para Laboratório de Geoprocessamento
- Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: parceira para pesquisa sobre regeneração do mogno
- Brumila Norte Industrial Madeireira Ltda: parceira para beneficiamento e comercialização
- Mata Terraplanagem e Serviços Ltda: parceria para exploração e transporte
- Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais
- Geotec: parceria para monitoramento da estrada

projetos de área - xikrin

O que foi feito

• Estruturação da equipe técnica

Com recursos do contrato com a CVRD e do ProManejo, demos prosseguimento à estruturação da equipe de técnicos responsáveis pela implantação do Projeto. Foi contratado novo coordenador, o engenheiro Rubens Mendonça, em regime de dedicação integral, substituindo o secretário executivo Nilto Tatto que realizava a coordenação interinamente. Contratou-se também um segundo técnico florestal, Romeu Dantas, que participou da segunda exploração florestal. Infelizmente, uma vez que a atuação desse técnico foi considerada insatisfatória pelo resto da equipe, seu contrato não será renovado em 2002. Foram contratados 3 ajudantes de campo, já que a infra-estrutura do Projeto vem sendo implantada com sucesso, criando não obstante novas necessidades (auxiliar de serviços gerais, cozinheira etc.)

• Plano de Manejo

1) Segunda safra de madeira

O Projeto de Manejo Florestal na TI Xikrin do Cateté, desde 2001 denominado Projeto Kaben Djuoi (ver abaixo), realizou a segunda exploração florestal, conseguindo extrair 1.986 m³ de madeira em tora, sendo a primeira colheita com coordenação exclusiva da equipe do projeto. A receita bruta estimada gira em torno dos R\$200.000,00. Os recursos obtidos nas primeiras vendas foram adiantados aos Xikrin, totalizando R\$52.000,00 e divididos pela comunidade seguindo o critério dos grupos de idade.

A comunidade expressou clara frustração com os resultados financeiros da colheita de 2001, uma vez que sua retirada foi menor que a do ano anterior.

2) Balanço da exploração de 2001

Ocorreram alguns problemas com a comercialização da madeira devido a vários fatores externos ao projeto. A forte presença de madeira ilegal na região, além de ter um custo operacional de exploração mais baixo, aumenta a oferta do produto, diminuindo os preços. Neste cenário, a certificação da nossa madeira é fundamental para diferenciar o produto no mercado e abrir oportunidades para a comercialização, tanto no mercado interno quanto externo.

Foi identificado erro no inventário da área de exploração de 2001, provocando uma queda significativa nos resultados. O levantamento realizado pela empresa STCP apresentou dados superestimados da capacidade produtiva da floresta como também das espécies encontradas. Houve erro tanto na identificação, como no volume das árvores medidas. A STCP foi comunicada pela equipe do Projeto, e apressou-se em realizar vistoria na área de exploração, constatando o engano cometido no levantamento. Foram iniciadas negociações junto à empresa sobre como o projeto pode ser ressarcido dos prejuízos sofridos em decorrência da falha técnica.

Apesar de termos o controle total de todas as operações, o balanço financeiro do ano 2001 foi negativo tendo sido financiado (a título de empréstimo) pela CVRD. Podemos destacar como algumas das causas deste resultado: as péssimas condições das estradas (apesar de a CVRD ter subvencionado parte

das obras de melhoria), a grande distância da área de exploração até a serraria; a terceirização do serviço de serraria, o erro no inventário, além da existência de um mercado instável.

Obs: Estrada Água Azul para escoamento da madeira – A construção desta estrada é um ponto importantíssimo para a sustentabilidade econômica do Projeto. Através de acordo, a construção da estrada é de responsabilidade da CVRD, ficando a cargo do ISA o monitoramento dos impactos ambientais e sociais. Assim, o Projeto contratou consultoria da empresa Geotec para realizar estudos e monitoramento de impactos ambientais, gerando três relatórios técnicos de acompanhamento, enviados ao Ibama, órgão licenciador responsável.

3) Implantação de infra-estrutura

Com recursos previstos no contrato com o ProManejo a equipe pôde implantar praticamente toda a infra-estrutura local necessária à execução do manejo florestal de forma contínua e estável. Foi erguida a casa-sede do Projeto, próximo à área de manejo, com alojamento para 15 pessoas, além de instalação de grupo-gerador, poço artesiano, equipamentos e rádio.



Rubens Mendonça

Sede de apoio ao Projeto Kaben Djuoi

4) Elaboração de documentos do Projeto

- Plano Operacional Anual (POA) para a colheita de 2001, exigido pelo Ibama, foi elaborado a partir dos dados do censo florestal realizado em 1999 para 1.100ha. Esses documentos foram encaminhados ao Ibama/PA em março, vistoriado por técnicos em maio e aprovado após esclarecidas algumas dúvidas.

- Todos os mapas do Plano de Manejo foram refeitos, com correção das imprecisões.

5) Censo florestal 100% na unidade de exploração de 2002

Foi realizado pela Embrapa, no âmbito da pesquisa de regeneração de mogno. Os dados serão entregues à equipe do ISA no início de 2002, para elaboração do planejamento florestal e produção do POA 2002 a ser entregue ao Ibama até abril.

Obs.: A Embrapa demonstrou uma série de dificuldades para operacionalizar a pesquisa de regeneração do mogno. Até o final de 2001 ainda não havia apresentado ao ISA nenhum relatório consistente.

• Renovação do empréstimo da CVRD à Associação Bép-Noi

Os recursos de capital de giro para execução das operações de manejo florestal de 2001 foram novamente emprestados pela CVRD, no valor de R\$ 175.000,00.

• Certificação Florestal

No ano 2000 havia se iniciado o processo de certificação florestal FSC (Forest Stewardship Council), com a vistoria de campo da equipe de auditores do SmartWood (empresa responsável pela concessão da certificação FSC). No início de 2001, a equipe do ISA recebeu versão final do relatório de certificação, listando apenas seis pré-condições que deveriam ser cumpridas pelo Projeto antes de ser certificado. A equipe então procurou solucionar esses pré-requisitos e elaborou um relatório em resposta ao SmartWood que será entregue no início do ano de 2002. Se aprovado, o Projeto receberá o selo FSC em meados de 2002.

• Visibilidade

Dando prosseguimento ao Projeto de Visibilidade, a comunidade Xikrin batizou o projeto de manejo como “Projeto Kaben Djuoi”. Kaben Djuoi é uma expressão na língua Xikrin (Kaya-pó) que significa “a fala correta (ou própria)”, e também designa uma prerrogativa cerimonial, geralmente atribuída a indivíduos proeminentes considerados oradores importantes (“donos da fala”).

Ao mesmo tempo, foram finalizados os seguintes produtos (já incorporando a marca Kaben Djuoi em seu layout):

- Vídeo documentário sobre o Projeto, com duração de 22 minutos em duas versões: português e inglês.

- Folders contendo informações sintéticas sobre a comunidade Xikrin e o Projeto.

- Banner do Projeto, destinado a apresentações públicas, seminários etc.

Ainda em processo de produção temos um kit de amostras de madeira do Projeto, a ser concluído em 2002.

• Assessoria à ABN – Programa de capacitação

No ano passado foi acertado em reunião com os Xikrin e com a CVRD que o ISA iria elaborar uma primeira versão de um plano de gestão dos recursos da Bép-Noi com objetivo de documentar todas as ações ligadas ao gerenciamento de recursos. A CVRD comprometeu-se na ocasião a zerar até janeiro de 2001 todas as dívidas acumuladas pela Bép-Noi em decorrência da inadequação do sistema de repasse.

Essa iniciativa foi muito importante para dar clareza e transparência ao gerenciamento dos recursos do Convênio, do qual os índios até então mal tomavam conhecimento. Esse foi um ponto de partida essencial para a capacitação administrativa e gerencial da Associação Bép-Noi.

Infelizmente, o ISA não avançou no processo de capacitação da Bép-Noi, que caminha aos soluços, apesar de já ter sido traçada claramente uma estratégia de atuação por parte da equipe. Constatamos a necessidade de ter mais uma pessoa na equipe, residindo em Marabá, de modo a dar assistência contínua e executar atividades de capacitação de modo sistemático e coerente com a avaliação antropológica da coordenação do Projeto. Essa proposta será apresentada à CVRD que demonstra grande interesse em levar adiante o projeto de capacitação.

• Projeto de Vigilância e Monitoramento

Segue em andamento, com recursos garantidos até 2003 (aproximadamente R\$ 100 mil/ano). O ponto positivo da implementação vem sendo o envolvimento dos Xikrin no controle mais efetivo sobre suas terras. A equipe de vigilância realizou algumas apreensões, flagrando invasores que foram expulsos, cabendo à Funai e à Polícia Federal tomarem as ações cabíveis. Mas, novamente, apesar de insistente interlocução com a Funai e com a Bép-Noi, não foi implementado um sistema de elaboração de relatórios periódicos (mensal, ou ao final de cada missão da equipe), apresentando de forma sistemática e regular os resultados das ações de vigilância. Esperamos que em 2002 isso possa ser feito. Tais relatórios são documentos importantes na renegociação do projeto com a CVRD, pois devem ser registros oficiais da iniciativa que a Bép-Noi, junto com a Funai, vem levando a cabo no sentido de proteger os limites da TI.

• Participação em encontros

- Reunião em fevereiro na sede do Banco da Amazônia (Basa) em Belém (PA) apresentando o Plano de Negócios do Projeto de Manejo Xikrin com vista a um possível financiamento do banco. Participaram lideranças Xikrin e equipe do ISA.

- Reunião, em março, com a Funai em Brasília para apresentação dos resultados da colheita de 2000, resultando em compromisso da Funai em destacar um técnico florestal para acompanhamento do projeto dentro da TI Xikrin. Participaram lideranças Xikrin, Secretaria Executiva e advogados do ISA.

- Foi realizada em Belém (PA) na sede da Embrapa CPATU (Centro de Pesquisa Agropecuário do Trópico Único), em fevereiro, uma reunião para planejamento das atividades de pesquisa sobre o mogno na Terra Xikrin, com participação de lideranças Xikrin.

- Participação do Coordenador florestal do Projeto, Rubens Mendonça e do Líder da comunidade, Karangré Xikrin, na I Oficina de Iniciativas Promissoras de Manejo Florestal Apoiadas pelo ProManejo realizada em Manaus (AM) em maio.

- IV Oficina de Manejo Florestal Comunitário da Amazônia em Gurupá em outubro (com a participação do Coord. Florestal).

- Participação na IV Feira de máquinas e produtos do setor madeireiro e V Congresso Internacional de compensado e madeira tropical, realizado em Belém (PA), de 21 a 24 de novembro,

- Realização de cursos da Fundação Floresta Tropical (FFT):

- Gerenciamento de exploração florestal de baixo impacto, 15 a 28/07, com a participação do coordenador do Projeto.

- Identificação Botânica, 03 a 09/06, da qual participaram 1 técnico florestal do projeto, 2 Xikrin e 1 funcionário da empresa Mata Terraplanagem.

- Treinamento em técnicas de corte, 10 a 16/06, da qual participaram 2 técnicos florestais do projeto, 1 Xikrin e 2 funcionários da empresa Mata Terraplanagem.

- Gerenciamento de exploração, 18 a 24/06, da qual participaram 2 representantes da empresa Mata Terraplanagem.

- Dia de campo sobre Manejo Florestal: realizado na Fazenda Cauaxi e promovido pelo ProManejo; participou deste evento o proprietário da empresa Mata Terraplanagem.



projetos de área - xikrin

Avaliação

O projeto Xikrin avançou significativamente sobretudo pela implantação do empreendimento florestal e pelo envolvimento dos Xikrin. No entanto, os problemas detectados pela equipe no trabalho de inventário diagnóstico de 23 mil ha e no censo florestal de 1.100 ha realizados pela STCP, assim como os resultados financeiros alcançados, suscitam algumas preocupações. É preciso lembrar que o Plano de Negócios do Projeto, bem como sua estratégia comercial, baseou-se em larga medida nas informações levantadas pelo diagnóstico (*ver relatório 2000*). Há fortes evidências de que o diagnóstico do potencial madeireiro não é confiável. O ISA vem negociando com a empresa responsável, bem como junto à CVRD, com o objetivo de solucionar o quanto antes o problema, mesmo que para isso seja preciso refazer todo o diagnóstico.

Apesar da decepção com o resultado negativo de 2001, os Xikrin ainda demonstraram confiança no projeto. Mas certamente perceberam as dúvidas da equipe em relação à viabilidade econômica do Projeto.

Paralelamente, a relação do ISA com os diferentes e diversos parceiros envolvidos no Projeto tem sido permanentemente discutida pela equipe, na tentativa de fazer com que as atividades terceirizadas (não realizadas diretamente pelo ISA) sejam conduzidas da melhor maneira possível. Esse é também um dos grandes desafios gerenciais do Projeto, visto sua grande dependência de um conjunto heteróclito de parceiros e prestadores de serviço.

A CVRD continua demonstrando grande interesse na viabilidade do projeto. O interesse do governo do Pará na discussão da isenção dos impostos estaduais incididos sobre a exploração de madeira do projeto (ICMS). O interesse da Prefeitura de Água Azul - que acenou com a possibilidade de ceder um terreno no município para a instalação de uma serraria local e a solicitação da Funai local da transferência de um engenheiro florestal para a área -, são acontecimentos voltados para a região e que foram despertados pelo projeto.

O projeto está em evidência na Amazônia e em todo o Brasil. Tem sido destacado na mídia como um modelo possível de desenvolvimento sustentado nas TIs brasileiras. Também é visto como um modelo para a exploração madeireira na Amazônia.

A comunidade Xikrin vem demonstrando um esforço muito grande de organização, tendo em vista o conjunto novo de atividades de rotina do Projeto. Junto com os Xikrin, a equipe de coordenação do projeto avalia constantemente como devem ser tratadas algumas questões relacionadas ao seu sistema de valores, organização social, tradições e atitudes, no bojo das mudanças e dos desafios decorrentes do empreendimento.

Atualmente todo o planejamento do projeto está direcionado à atividade madeireira. Existe um potencial de exploração de produtos florestais não-madeireiros na área de manejo (como a palmeira açai, o jaborandi e a castanha, cuja coleta é uma atividade tradicional e rotineira dos Xikrin), porém, estas atividades só serão promovidas após consolidação da atividade madeireira em curso.

- Gestão interna do ISA para o Projeto Xikrin:

Apesar da contratação de um novo Coordenador estamos com uma reduzida equipe, composta de um antropólogo e dois engenheiros florestais, para prestar assessoria a uma série de temas e questões conceitualmente difíceis e operacionalmente complexos como os que envolvem atualmente o projeto de manejo socioambiental na TI Xikrin.

Perspectivas

Apesar do resultado negativo da safra de 2001, estamos estudando várias alternativas visando diminuir os custos da exploração e do beneficiamento da madeira (compra de serraria) e incrementar as receitas com o beneficiamento da castanha e, talvez, com a produção de carvão (em estudo). O projeto tem vários desafios pela frente sendo o principal tornar esta atividade lucrativa e sustentável. Em virtude dos erros detectados no inventário-diagnóstico, estamos negociando a realização de um novo levantamento na área de manejo.

A reformulação das atividades de capacitação da Associação Bép-Noi se configura numa perspectiva importante para 2002. A equipe do ISA apresentou proposta à CVRD com objetivo de contratar em tempo integral um agente de capacitação para dar assistência cotidiana à Bép-Noi no que se refere a:

- Integração dos Xikrin com a Associação Bép-Noi
- Objetivo: fazer com que os Xikrin se sintam mais responsáveis pela gestão da Associação, incluindo gerenciamento dos recursos. Para isso, são duas as linhas principais de atividade:

1) Prestação das contas da ABN para a comunidade

Criar um modelo simplificado de prestação de contas dos recursos recebidos pela Bép-Noi, visando apresentação aos Xikrin, contendo: (1) custeio (manutenção e administração); (2) verba mensal; (3) verbas especiais (Projeto Vigilância, Projeto Agrícola, Castanha). Em seguida, implantar uma rotina de prestação de contas em reuniões mensais na aldeia, com a comunidade, de caráter pedagógico.

2) Paralelamente, trabalhar com jovens Xikrin em treinamento, para que futuramente eles possam assumir algumas operações administrativas. Implementar gradualmente, com eles, algumas atividades práticas dentro do cotidiano da ABN, como por exemplo, digitação de autorizações; cotação de preço; escrever mensagens via correio eletrônico entre outras.

Indicadores

- Execução da segunda exploração florestal (1.986 m³ de madeira).
- Execução do Projeto de Vigilância
- Consolidação do Projeto de Visibilidade
- Produção de vídeo e material de divulgação do Projeto
- Processo de certificação em andamento
- Financiamento para as atividades florestais



PROJETOS ESPECIAIS

CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PARA
ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS LOCAIS DO ISA

REDE DE COOPERAÇÃO
ALTERNATIVA RCA

AValiação INSTITUCIONAL

**PROJETO
CAPACITAÇÃO EM
GESTÃO PARA
ORGANIZAÇÕES
PARCEIRAS LOCAIS
DO ISA**



O que foi feito

• **Oficinas**

- Maio: "Gestão Institucional I", para a Foirn, com a presença de todo o quadro funcional e da diretoria empossada em janeiro do mesmo ano. Para garantir o funcionamento regular da Foirn, o trabalho foi feito com a presença das pessoas em dias e horários intercalados, totalizando a média de 18 participantes. A oficina discutiu a dinâmica interna de divisão de tarefas e responsabilidades, papéis e comunicação, a partir da definição dos objetivos, atividades e resultados previstos para cada setor.

- Maio: Oficina de Contabilidade para a Atix, realizada com assessoria da Afincó – Administração e Finanças para o Desenvolvimento Comunitário, com quem o ISA manteve ao longo de 2001 uma parceria para realizar atividades conjuntas. O trabalho foi direcionado para os funcionários da Atix responsáveis pela rotina contábil da associação, e para demais interessados, tendo em vista que a Atix está querendo envolver estudantes indígenas do Parque do Xingu que se encontram em Canarana, no trabalho da associação. A oficina foi

O que é

O projeto consiste em assessorar as organizações locais com quem o ISA mantém parceria - a Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, AM), a Atix (Associação Terra Indígena do Xingu, MT) e a Bep-Nói (Associação do Povo Xikrin do Cateté, PA) além das comunidades quilombolas da região do Vale do Ribeira (SP) nos aspectos relacionados à formulação e gestão administrativa e financeira dos seus projetos. Neste sentido pretende preservar os modos pelo qual cada comunidade concebe e entende a organização de seu trabalho, com vistas ao fortalecimento institucional. Com isto, o projeto caminha no sentido de criar uma metodologia dirigida especificamente para a finalidade de se criar "modos específicos" de fazer e administrar projetos de populações indígenas e tradicionais, e que correspondam aos procedimentos das agências financiadoras.

Equipe

Marina Kahn (coordenadora)

Sandra Moraes (assistente)

Moisés Pangoni (Setor de Administração)

Nilto Tatto (Secretaria Executiva)

Carlos Alberto de Souza (ADM/ISA S. Gabriel da Cachoeira)

Paulo Junqueira (Programa Parque do Xingu)

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco - Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio
- PNPI/Norad – Programa Norueguês para Povos Indígenas: apoio financeiro
- Fundação Ford: apoio financeiro
- Afincó - Administração e Finanças para o Desenvolvimento: parceria

direcionada para revisar as rotinas das atividades financeiro-contábeis.

- Agosto: "Elaboração de Projetos", realizada na sede da Atix no Parque do Xingu, veio dar seqüência à rotina já adotada no ano anterior, de treinamento da Diretoria e equipe de assessores indígenas da associação, para a formulação de projetos a partir de uma necessidade concreta, a de encaminhar a renovação de apoio institucional ao funcionamento da Atix junto aos parceiros da Fundação Rainforest da Noruega. Foi agregado um novo componente de discussão: a linha de financiamento do governo brasileiro para projetos indígenas, o PDPI - Projetos Demonstrativos para Povos Indígenas. Para tanto, participaram ainda representantes de comunidades do Alto Xingu, organizados em associações criadas para gerir projetos, mas sem nenhuma experiência anterior de acessar fundos. Com eles foi feito um trabalho em paralelo, de esclarecimento sobre os principais passos a serem dados para a formulação de projetos, antes de se discutir o PDPI propriamente dito. Utilizou-se para isto o "Manual de Elaboração de Proje-

projetos especiais

tos”, sistematizado com a diretoria da Atix na oficina do ano anterior.

- Outubro: “Elaboração de projetos para o PDPI”, direcionado, num primeiro módulo, para a diretoria da Atix e representantes de comunidades do médio Xingu, quando se discutiu temas que poderiam ser objeto de formulação de propostas, ou seja, uma etapa preliminar à do preenchimento do formulário. A maioria vem focalizando seu interesse em aspectos ambientais: manejo, recuperação e proteção territorial, silvicultura etc. Uma segunda etapa foi realizada no Alto Xingu, para dar continuidade ao trabalho iniciado em maio, que contou com a participação dos Kamaiurá. A inexperiência dessas associações na formulação de projetos exigiu que mais tempo fosse dedicado à explicação do que significa e no consiste organizar qualquer tipo de atividade no formato de um ‘projeto’, como pensa e funciona a cooperação internacional, o porquê de atrelar um projeto a uma associação indígena, o que levou necessariamente a se discutir o papel da Funai, das ONGs etc.

- Novembro: “Gestão Institucional II + Elaboração de Projetos para o PDPI”, organizada para dar continuidade e avaliar a dinâmica de funcionamento da Foirn (18 pessoas) a partir da oficina anterior (maio) e para esclarecer o conjunto dos funcionários, a diretoria da Foirn e representantes de associações afiliadas (vieram 16 pessoas), sobre como conduzir o processo de formulação e apresentação de projetos ao PDPI, o que necessariamente implica no envolvimento da Foirn na etapa de encaminhamento e monitoramento dos trabalhos. Os temas de maior interesse foram os de alternativas econômicas associadas à autonomia das comunidades para o abastecimento de proteína animal – avicultura e piscicultura.

• Assessorias

- 29 de janeiro a 02 de fevereiro, em Canarana/MT, Moisés Pangoni foi dar suporte ao encerramento dos relatórios financeiros do ano de 2000 e à elaboração e implantação do Plano de Contas para 2001. O objetivo foi garantir o fechamento do relatório Geral da Atix para auditoria em SP, por meio de um treinamento dirigido. Participaram Alupá Kaiabi, diretor financeiro e Ianukulá Kaiabi Suyá, na época o seu assistente.

- No período de 11 a 18 de abril de 2001 Sandra Moraes, da equipe do projeto, foi para Canarana assessorar a Atix no fechamento do relatório do Padic órgão da Secretaria de Planejamento do Estado do Mato Grosso que financia a construção de escolas e demais obras de infra-estrutura no Parque. A doação de recursos governamentais requer um conjunto de procedimentos burocráticos que dificultam, ainda, a autonomia dos índios no momento da prestação de contas, porque as conciliações e fechamentos contábeis exigem rigor no controle geral da documentação do projeto, ponto vulnerável, ainda, no trabalho das associações indígenas que o ISA assessora.

- Nos meses de março e julho foram feitas duas viagens para Marabá, ambas breves, para se tentar estabelecer um cronograma de trabalho envolvendo representantes Xikrin no cotidiano da Associação Bép-Noi, sob responsabilidade de funcionários não-indígenas. A necessidade de haver índios mais escolarizados (com domínio da escrita em português e mate-

mática aplicada para fins de contabilidade) e preparados tecnicamente (em informática, por exemplo), tem adiado um trabalho mais sistemático, o que exige a reformulação da proposta de atuação do Projeto de Capacitação junto à Bep-Nói. Ou seja, em 2001, o trabalho junto aos Xikrin esteve focalizado na redefinição de estratégias de trabalho.

• Outras Atividades

O projeto manteve o apoio para cursos de informática. Eles foram ministrados a 5 pessoas dos quadros da Foirn, entre eles o diretor José Maria de Lima. Na Atix, o jovem estudante Kamikiã Trumai, residente em Canarana, que vinha trabalhando por meio período, voluntariamente, no escritório da Atix, foi treinado a trabalhar com Windows e Excel por intermédio de um curso regular da cidade. Na Bep-Nói, manteve-se o treinamento de Kangó Kayapó, que já iniciara o aprendizado no ano anterior. Dois outros rapazes se candidataram: Bemoti e Kontire, mas por exigência da escola de informática de Marabá, deviam receber um treinamento anterior em datilografia. Ambos não prosseguiram, por não permanecerem por períodos regulares na cidade.

Em relação ao Quilombo de Ivaporunduva, o projeto de alternativas econômicas que mobilizaria o trabalho da associação veio a ser implantado apenas no segundo semestre de 2001. Sendo assim, a agenda de trabalho com a equipe de capacitação do ISA terá início em 2002, quando houver base operacional concreta para se trabalhar a gestão financeira de um projeto.

Avaliação

- Os resultados das oficinas são sempre positivos, pois oferecem direcionamento de discussões temáticas que o cotidiano do trabalho da associação não favorece. As oficinas passam a ser uma oportunidade de avaliação e até de planejamento de atividades.

- A equipe formada por duas pessoas ficou desequilibrada em termos de divisão de trabalho, já que ambas tinham maior prontidão nos aspectos de formação do que no financeiro-contábil. Ou seja, o componente de formação e treinamento do projeto foi bem sucedido. Entretanto, as atividades de assessoria ao cotidiano financeiro das associações deixou a desejar, sobrecarregando o trabalho do setor administrativo do ISA em S. Paulo. O fato do Programa Parque do Xingu ter em sua equipe uma pessoa que dedica boa parte do trabalho no acompanhamento da Atix na sede do Diauarum, facilitou a dinâmica de trabalho do Projeto de Capacitação. A ausência de interlocutores no Rio Negro (suprida de forma emergencial por um funcionário do ISA em S. Gabriel da Cachoeira), e outro em Marabá, comprometeram o trabalho de acompanhamento, e isto se fez sentir especialmente na Foirn. Ela assumiu a responsabilidade de administrar os recursos financeiros do Distrito Sanitário Especial Indígena no alto Rio Negro, o que ocasionou grande impacto na estrutura administrativa da associação indígena, trazendo conseqüências ao restante de suas atividades.

- O projeto continuou com baixa produção de material didático. O que revela um aspecto frágil do projeto, que pres-

projetos especiais

REDE DE COOPERAÇÃO ALTERNATIVA RCA



O que é

O ISA coordena, no Brasil, as atividades de intercâmbio de experiências entre cinco organizações brasileiras parceiras da cooperação norueguesa no país. De âmbito sul-americano, a RCA é composta também por organizações da Nicarágua, Costa Rica e Honduras, com quem a interação caminha no sentido de fortalecer cada parceira em seus aspectos institucionais e organizacionais, mediante a capacitação, a incidência política e o intercâmbio de experiências entre si. Seminários internacionais anuais abrem espaço para discussões comuns sobre planejamento estratégico, monitoramento e avaliação, além de temas direcionados a ampliar o escopo de ação dos parceiros em questões gerais como biodiversidade, desenvolvimento sustentável, escopo da cooperação internacional para o desenvolvimento etc.

Equipe

ADROH – (Honduras)
APHA – Associação Promoção Humana e Ambiental (Brasil)
CCPY – Comissão Pró Yanomami (Brasil)
CTI – Centro de Trabalho Indigenista (Brasil)
CPI-AC – Comissão Pró-Índio (Brasil)
ISA – Instituto Socioambiental (Brasil)
Fundación ANAI – (Costa Rica)
Facs – Fundación Augusto C. Sandino (Nicarágua)
FMM - Fundación Manolo Morales (Nicarágua)
Fundación Banhcafé (Honduras)

Parcerias e fontes de financiamento

No Brasil: RFN – Fundação Rainforest da Noruega
Na América Central: FD - Fondo de Desarrollo da Noruega

O que foi feito

As atividades da rede se distribuem em três modalidades. (i) um seminário internacional que reúne todas as instituições-membro; (ii) viagens de intercâmbio entre os projetos dos parceiros no Brasil; (iii) realização de seminários temáticos, cujo interesse incide sobre os projetos executados.

Em 2001, o seminário internacional realizou-se na Nicarágua, organizado pela Fundación Augusto C. Sandino, na cidade de Granada. O tema central foi o encerramento do processo de Planejamento Estratégico para o funcionamento da rede até 2007. Neste seminário foi formalizada a passagem da coordenação da rede no Brasil para o ISA, que desde 1997 era feita pela Comissão Pró-Índio do Acre.

Os seminários temáticos foram dois. Um sobre Educação Indígena, organizado pelo ISA, e outro sobre Alternativas Econômicas, organizado pela APHA.

No primeiro, tratou-se de fazer um balanço do trabalho de cada instituição, para a partir daí estabelecer uma agenda de trabalho comum – A produção de reflexões sobre seu trabalho com educação e formação, por meio de uma revista a ser criada em 2002; a manutenção de um cronograma de intercâmbios e, finalmente, para se posicionar diante do Ministério da Educação que vem evitando de forma crescente o diálogo com as ONGs para a implantação e monitoramento de projetos educacionais junto a povos indígenas. Apesar disto, elas haviam sido convocadas pelo próprio MEC a definir o que vieram a tornar-se os Referências Curriculares Nacionais para a Educação Indígena, documento do governo federal traçando as diretrizes para a educação indígena no Brasil.

No seminário sobre Alternativas Econômicas discutiu-se de que forma as organizações parceiras enfrentam os impasses para a abertura de mercado aos produtos desenvolvidos por cada projeto. Participaram como convidados externos representantes dos Projetos da Associação de Produtores Alternativos, Bolsa Amazônia e Amazon Life/Couro Vegetal.

Os intercâmbios entre projetos possibilitaram que os beneficiários – índios e seringueiros – conheçam, por meio de visitas, os diferentes locais onde os projetos são aplicados, as diversas realidades e desafios que se apresentam para cada comunidade envolvida. Estas visitas propiciam diagnósticos, troca de idéias e discussão conjunta de estratégias de atuação

nos diferentes campos de atuação - cultural, econômico, político, educacional etc.

O Parque Indígena do Xingu, onde atua o ISA em parceria com a Associação Terra Indígena do Xingu - Atix, recebeu a visita de professores Wajãpi (do Amapá), assessorados pelo CTI, que foram participar de uma oficina de estudos da língua Kaiabi, feita com professores desta etnia; e a visita de professores Yanomami, que participaram do módulo intensivo da formação dos professores xinguanos. O ISA, por sua vez, com três agentes agroflorestais do PIX (um Yudjá, e dois Kaiabi) participou de uma etapa do curso de formação de agentes agroflorestais indígenas promovido pela CPI-AC, na cidade de Rio Branco. Foram ainda visitar a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri, uma usina de processamento de borracha, outra de castanha, além do seringal Cachoeira. Em Cubija, cidade boliviana na fronteira com o Acre, visitaram a “Oficina Departamental de Artesania e Pequena Indústria”.

Avaliação

Não resta nenhuma dúvida de que as atividades de intercâmbio só contribuem para ampliar o horizonte de reflexão e conseqüente atuação dos participantes da RCA. As viagens entre os projetos no Brasil têm se prestado a isso de maneira muito eficaz. Os seminários temáticos, apesar de propiciar intenso debate interno e acender a chama da atuação coletiva, ainda não conseguem efetivamente intervir na disponibilidade de cada parceiro em dedicar maior parcela de seu tempo na definição de estratégias de atuação conjunta. Os seminários internacionais ainda lidam com a questão da identidade da Rede, em função das especificidades regionais e da natureza de atuação das instituições envolvidas. Se por um lado, as instituições partilham a perspectiva do fortalecimento dos atores sociais com quem atuam, de outro, ainda não chegaram a um consenso sobre a forma de realizar isso conjuntamente.

Perspectivas

A atuação da RCA no Brasil deverá manter o mesmo esquema de trocas de experiências propiciadas pelos intercâmbios e seminários. O que se pretende aprimorar, no entanto, é a incorporação de uma “cultura interna de participação da Rede”, ou seja, fazer com que a RCA esteja mais presente no planejamento das atividades de cada instituição-membro, de forma a abrir mais espaços para compartilhar trabalho e recursos humanos envolvidos em projetos afins.

Indicadores

- Diversidade das visitas de intercâmbio.
- Diagnósticos produzidos em relatórios.
- Impacto interno (instituições-membro) e externo (instituições convidadas).



AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



ICCO



NORAD



NCA

O que é

O Plano Trienal 1999-2001 trouxe alterações significativas na estrutura de operação do ISA, redimensionando sua intervenção em termos de programas regionais e projetos locais, criando novas áreas de atuação e estabelecendo prioridades de trabalho. Esta reestruturação foi resultado de discussões e avaliações das principais dificuldades e entraves verificados ao longo do desenvolvimento do primeiro trienal, e prepararia o ISA para enfrentar os novos desafios que a instituição se colocava (apresentados no documento “Referências Estratégicas do ISA”).

Durante o processo de negociação do Plano Trienal 1999-2001, o ISA reafirmou sua disponibilidade para submeter-se a um processo de avaliação que analisasse os resultados e impactos da reestruturação organizacional promovida para implementar o novo triênio de trabalhos.

Posteriormente, esta iniciativa de avaliação institucional teve sua importância significativamente amplificada, transformando-se numa oportunidade ímpar de avaliação e questionamento da estrutura e mecanismos utilizados para consecução de suas atividades.

Neste contexto, o objetivo geral da avaliação foi analisar a sustentabilidade política e econômica da proposta do ISA atual e a efetividade da estrutura funcional implantada frente aos desafios que o instituto se dispõe a enfrentar no futuro.

Estabelecido o objetivo geral, quatro áreas foram definidas para a avaliação:

- Captação de recursos e estrutura de financiamento;
- Estrutura funcional;
- Gestão financeira;
- Política de Recursos Humanos.

As atividades da avaliação foram realizadas no segundo semestre de 2000 e durante todo o ano de 2001, com a participação de todos os setores do ISA.

Equipe

Secretaria Executiva: Sergio Mauro [Sema] Santos Filho

Conselho Diretor: Enrique Svirsky

Exact Consultoria: José Tomás Vieira dos Santos (Estrutura Funcional) e Joaquim Martins dos Santos (Gestão Financeira)

AWFA Consultoria e Projetos: Flávia de Queiroz Lima (Política de Recursos Humanos)

Luiz Antônio Correia de Carvalho (Captação de Recursos).

Parcerias e apoio financeiros

Icco - Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio Institucional

PNPI/Norad - Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento: apoio financeiro

NCA - Norwegian Church Aid: apoio financeiro

O que foi feito

• Metodologia utilizada e atividades desenvolvidas

A metodologia utilizada baseou-se no princípio de uma *avaliação institucional participativa com assessoria de consultores externos*. O padrão geral seguido, com variações em cada aspecto, foi:

- análise documental por parte dos consultores externos para fins de aquisição e sistematização de conhecimento a respeito do ISA e de suas inserções via projetos locais, regionais e nacionais
- levantamento da situação atual para fins de diagnóstico, realizado pela equipe de avaliação, através de entrevistas individuais com membros da equipe do ISA, em especial com todos os coordenadores de área, resultando na elaboração de um documento preliminar de avaliação e diagnóstico para cada aspecto da avaliação;
- discussão coletiva, com a participação de todas as áreas, dos documentos preliminares de avaliação e diagnóstico, concluindo com a elaboração do documento final de avaliação e diagnóstico;
- elaboração de cenários de recomendações por parte da equipe de avaliação e sua discussão individual com membros da equipe do ISA, em especial com todos os coordenadores de área, concluindo com um documento inicial de recomendações, sintetizado pela equipe, para cada aspecto da avaliação;
- discussão coletiva, com a participação de todas as áreas, dos documentos iniciais de recomendações, para a elaboração de recomendações preliminares, internamente ao ISA;
- realização de consultas junto aos parceiros do ISA (locais e financiadores) sobre as recomendações preliminares;
- fechamento final das recomendações, primeiramente em um seminário geral com a participação de todas as áreas e posteriormente em uma Assembléia Geral Extraordinária dos sócios do ISA, convocada especialmente para este fim

Avaliação

A participação de todas as áreas do Instituto foi intensa, adequando suas agendas para as demandas colocadas por esta atividade. Houve uma positiva interação entre a visão externa dos consultores contratados e dos parceiros consultados, de um lado, e de outro o posicionamento dos membros da equipe do ISA, resultante da longa experiência destes no instituto (muitos deles presentes desde a fundação do ISA). Não houve questionamento sobre o conteúdo das atividades, tampouco sobre a estratégia e a missão institucional do ISA.

Perspectivas

- Adequação da estrutura organizativa interna e dos níveis de decisão aos desafios colocados pelo crescimento do ISA.
- Maior eficiência e controle das atividades desenvolvidas por meio da otimização e formalização dos procedimentos operacionais, com apoio de sistemas informatizados.
- Maior sustentabilidade política e financeira do Instituto.
- Adequação da política de recursos humanos do ISA ao quadro efetivo de funcionários e ao mercado de trabalho.

Indicadores

- Eficiência e efetividade nas ações realizadas.
- Agilidade, legitimidade e transparência nas decisões tomadas.
- Equilíbrio e estabilidade na composição dos recursos financeiros captados.
- Sustentabilidade política do ISA junto ao público em geral.
- Adequação dos recursos humanos do Instituto às atividades desenvolvidas.



GRUPOS DE TRABALHO

AVALIAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES
PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO, UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL
E REPARTIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA
BIODIVERSIDADE DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS GEORREFERENCIADAS

GRUPOS DE TRABALHO



ICCO



NCA

O que é

Os Grupos de Trabalho têm caráter temporário e de prestação de serviços e assessoria, desde que complementares à missão institucional do ISA.

São critérios para a instituição de um Grupo de Trabalho: demanda externa, parcerias consistentes, pertinência socioambiental, recursos novos específicos, prazo definido, contrato, disponibilidade interna de recursos humanos e infra-estrutura e taxa para o fundo ISA.

O Plano Trienal 1999-2001 prevê reativar os GTs para a *Rede de SIG da Amazônia Latino-Americana* e para o *Atlas da Mata Atlântica*.

Parcerias e fontes de financiamento

- ICCO - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional

grupos de trabalho

PROJETO AVALIAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO, UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E REPARTIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE DA AMAZÔNIA BRASILEIRA



O que foi feito

- **Publicação do *Biodiversidade na Amazônia Brasileira***, versão completa dos dados do projeto, no formato de livro cor com 540 páginas, incluindo:
 - 27 documentos temáticos, elaborados pelos mais conceituados pesquisadores das áreas de botânica, zoologia, ecologia, etnografia, antropologia, sociologia e economia.
 - 58 fotos coloridas de cinco renomados fotógrafos.
 - 126 mapas, incluindo 19 mapas temáticos em grande formato.

O que é

Projeto vinculado ao Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio) do Ministério do Meio Ambiente tem como objetivo subsidiar a elaboração de uma Estratégia Nacional de Biodiversidade, conforme compromisso assumido pelo governo brasileiro ao ratificar a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Equipe

ISA: João Paulo R. Capobianco (coordenação geral) e Adriana Ramos.

Consórcio Coordenador: Ipam – Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia; GTA – Grupo de Trabalho Amazônico; ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza; Imazon – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia; Conservation International.

Comissão de Acompanhamento: Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Museu Emílio Goeldi; Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; UFPA – Universidade Federal do Pará; Sociedade Civil Mamirauá; Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; Aimex Sementes de Espécies Florestais Nativas da Amazônia; CNA – Confederação Nacional da Agricultura; CNS – Conselho Nacional de Seringueiros; Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Fetagri-PA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura; MMA – Ministério do Meio Ambiente; Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais; Sectam/PA – Secretaria Estadual de Ciência Tecnologia e Ambiente do Pará; Oema do Amapá – Organização Estadual do Meio Ambiente; Coordenadoria de Saneamento e Meio Ambiente de Santarém e Prefeitura Municipal de Xapuri.

Parceiros e fontes de financiamento

- Ministério do Meio Ambiente
- CNPq – Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico,
- Governo do Estado do Amapá
- GEF – Global Environment Facility
- Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- UE - União Européia
- WWF - Fundo Mundial para a Natureza
- Usaid – Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
- RFN – Fundação Rainforest da Noruega

- Descrição e recomendações para 385 áreas prioritárias para a biodiversidade da Amazônia brasileira.
- Identificação de 560 áreas prioritárias para aves, biota aquática, mamíferos, invertebrados, botânica, répteis e anfíbios, unidades de conservação, funções e serviços ambientais dos ecossistemas, novas oportunidades econômicas, populações tradicionais e povos indígenas, pressões antrópicas, eixos e pólos de desenvolvimento.
- Recomendações gerais para políticas setoriais, sistemas de



conservação, desenvolvimento econômico e pesquisa científica na região amazônica.

• **Finalização da preparação dos originais para a publicação do Sumário Executivo**, contendo:

- Descrição e recomendações para 385 áreas prioritárias para a biodiversidade da Amazônia brasileira;
- Identificação de 560 áreas prioritárias para aves, biota aquática, mamíferos, invertebrados, botânica, répteis e anfíbios, unidades de conservação, funções e serviços ambientais dos ecossistemas, novas oportunidades econômicas, populações tradicionais e povos indígenas, pressões antrópicas, eixos e pólos de desenvolvimento;
- Recomendações gerais para políticas setoriais, sistemas de conservação, desenvolvimento econômico e pesquisa científica na região amazônica.
- Pôster com mapa-síntese das áreas prioritárias para a biodiversidade na Amazônia Legal e diversos mapas temáticos, além de textos e tabelas que apresentam um resumo dos principais resultados do projeto;
- CD-ROM com a base cartográfica digital e o sistema de informação geográfica desenvolvido para o projeto, acompanhados do programa ArcExplorer e seu respectivo manual, que permite o manuseio dos dados e a elaboração e impressão de mapas adaptados ao interesse dos usuários.

Avaliação

A publicação do livro *Biodiversidade na Amazônia Brasileira* teve excelente receptividade e ampla cobertura da imprensa brasileira, com destaque para um encarte cor de quatro páginas no jornal *Folha de São Paulo*. A relevância da obra levou o Pronabio – Programa Nacional da Diversidade Biológica a recomendar a publicação de uma versão em inglês, que se encontra em fase de viabilização.

Perspectivas

- Publicação do Sumário Executivo e da versão do livro *Biodiversidade na Amazônia Brasileira* na língua inglesa.

Indicadores

- Receptividade do livro *Biodiversidade na Amazônia Brasileira* e do Sumário Executivo do projeto.

Produtos

- Sistema de informação geográfica da Amazônia Legal.
- Base cartográfica da Amazônia Legal.
- Banco de dados sobre áreas prioritárias para a conservação, recuperação e distribuição de benefícios na Amazônia.
- Sistema de informação geográfica da Amazônia Legal mi-grada e adaptada para o programa ArcExplorer, viabilizando sua ampla distribuição.
- Originais Sumário Executivo do projeto.
- Publicação do livro *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*.



grupos de trabalho

PROJETO REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS GEORREFERENCIADAS



Perspectivas

- Realização de um Seminário, possivelmente em regiões limítrofes no Brasil, entre as organizações participantes da Rede.



O que é

Articulação internacional de organizações não-governamentais e de pesquisa, sem fins lucrativos, que trabalham com sistemas de informações socioambientais georreferenciadas, com o objetivo de desenvolver e possibilitar formas ativas e coordenadas de cooperação, direcionadas ao apoio de ações que correlacionam os direitos coletivos, a sociodiversidade, a biodiversidade e a sustentabilidade na Amazônia.

Organizações participantes da fundação da Rede

ISA – Instituto Socioambiental (titular do Secretariado da Rede).
Engref – École Nationale du Génie Rural, des eaux et des forêts. Miembro del grupo Silvolab Guyane, Guiana Francesa (suplente)
Cenamb – Centro de Estudios Integrales del Ambiente, Venezuela
CIDDEBENI – Centro de Investigación y Documentación para el Desarrollo del Beni, Bolívia
Cimar – Centro de Investigación y Manejo de Recursos Naturales Renovables, Bolívia
CPTI – Centro de Planificación Territorial Indígena, Bolívia
CDC – Corporación Centro de Datos para la Conservación, Ecuador
FVA – Fundação Vitória Amazônica, Brasil
Narena/Celos – Natural Resources & Environmental Assessment
Centre for Agricultural Research in Suriname
Oxfam – Oxfam America, Inc. Programa para América del Sur, Peru
UG – University of Guyana/Environmental Studies Unit, Guyana

Parceiros e fontes de financiamento

- UE - União Européia

TEMAS

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

BIODIVERSIDADE

TEMAS

**O que é**

Rotina que reúne as atividades permanentes de organização, produção e disponibilização de conhecimentos relacionados com temas de interesse do ISA e que tenham caráter estratégico para as questões socioambientais, pois permeiam os programas e atividades do Instituto.

São critérios para a instituição de temas: interesse interno, pertinência socioambiental, disponibilidade interna de recursos humanos e infra-estrutura, acúmulo prévio mínimo e estratégia de ação global definida (produção de conhecimento, parcerias e/ou alianças identificadas, potencial para o desenvolvimento de campanhas, visibilidade e geração de dividendos em termos de imagem, sócios, recursos/patrocínios). Até hoje o ISA trabalhou e continua a trabalhar com dois temas *Povos Indígenas no Brasil* e *Biodiversidade*.

Parcerias e fontes de financiamento

- Embaixada do Reino dos Países Baixos: apoio financeiro
- PNPI/Norad - Programa Norueguês para os Povos Indígenas: apoio financeiro
- RFN – Fundação Rainforest da Noruega: apoio financeiro
- Icco – Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA – Norwegian Church Aid: apoio institucional

Temas

- Povos Indígenas no Brasil
 - Disponibilização de informações atualizadas sobre os povos indígenas no Brasil através do site na internet
 - Banco de Dados Povos Indígenas no Brasil 1996-2000 (Publicação da Série “Aconteceu”)
- Biodiversidade
 - Produção e Disponibilização de Conhecimento: preparação de livros, textos e do site de biodiversidade.
 - Convenção sobre Diversidade Biológica: acompanhamento dos fóruns da Convenção, bem como das posições brasileiras nesses fóruns.
 - Política Nacional da Diversidade Biológica: monitoramento e participação na elaboração da Política e acompanhamento de sua implementação.
 - Apoio aos outros programas do ISA em sua interface com o tema Biodiversidade.

TEMA POVOS INDÍGENAS NO BRASIL



O que é

O ISA é referência nacional para a produção, análise e difusão de informação qualificada sobre Povos Indígenas no Brasil. Com herança acumulada da instituição predecessora (o Cedi), o ISA dispõe de uma equipe de trabalho atuante não apenas para formular e difundir essas informações, como também para subsidiar as equipes dos programas regionais (Rio Negro e Xingu), nacional (Brasil Socioambiental) e projetos do ISA (Xikrin, Panará e Capacitação em Gestão para Organizações Parceiras Locais do ISA). A face mais pública desse trabalho se dá por meio de duas atividades: a edição do livro *Povos Indígenas no Brasil* e a disponibilização, no site do ISA, de informações atualizadas sobre essas populações, em forma de notícias e de verbetes sobre as etnias. Estes verbetes fazem parte de uma etapa de um projeto em andamento, chamado *Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil*, e que já colocou no ar, por meio do site institucional, 63 verbetes. A equipe faz forte interface com o acompanhamento das políticas públicas voltadas para as populações indígenas no Brasil, com um trabalho de monitoramento constante da situação das Terras Indígenas (relatório específico na seção *Programa Brasil Socioambiental*), o que resulta na produção de documentos e análises disponibilizadas ao público em geral.

Equipe

Fany Ricardo (coordenadora, antropóloga)
Fernando L. B. Vianna (pesquisador, antropólogo)
Marcos Pereira Rufino (pesquisador, antropólogo)
Valéria Macedo (pesquisadora, antropóloga)
Patricia Mesquita (estagiária)
Tigê Castro Sevá (estagiário)

Colaboradores

Bruce Albert (antropólogo, IRD)
Julio Cezar Melatti (antropólogo, Universidade de Brasília - UnB)

Parcerias e fontes de financiamento

- PNPI/Norad - Programa Norueguês para Povos Indígenas: apoio financeiro
- Icco - Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL (1996 - 2000)

O que é

Publicação concebida como obra de referência sobre a situação dos povos e das terras indígenas no Brasil contemporâneo, reunindo e resumindo informações publicadas na imprensa, artigos analíticos inéditos e quadros, mapas, documentos e fotografias. Dá continuidade à série Povos Indígenas no Brasil, iniciada em 1980. Este volume cobre os anos de 1996 a 2000 e foi lançado em várias capitais brasileiras em abril de 2001. A obra é a mais completa coleção existente sobre a situação contemporânea e a história recente dos povos indígenas que vivem no Brasil, tratando de temas como política indigenista e indígena, legislação, conflitos, situação (jurídica e de fato) das terras indígenas, saúde, educação e projetos econômicos. As informações, notícias e análises, reunidas em nove volumes, remetem ao período entre 1980 e 2000.

O que foi feito

Em abril de 2001, coincidindo com a Semana do Índio, o livro foi lançado em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Manaus, Macapá e Cuiabá, com grande repercussão de seu conteúdo, na mídia escrita e eletrônica (rádio, TV, sites especializados na internet)

Para dar continuidade ao trabalho diário de elaboração do próximo livro, foi organizado um Banco de Dados no formato da publicação. Ele contém capítulos temáticos e regionais, retranças sobre terras e povos indígenas, hidrelétricas, hidrovias, mineração, poluição, estradas, desmatamento etc. Para que as notícias sejam encontradas com facilidade foram classificadas em diversas palavras-chaves para facilitar consultas internas e a edição de publicações futuras. Iniciado em fevereiro de 2001, o banco já conta com mais de 1.500 notícias.

A organização de um banco de dados digital permite acompanhar a rapidez com que as informações chegam diariamente.

Avaliação

O livro continua sendo a única fonte de referência sobre o assunto e permanece um sucesso editorial. Produzi-lo requer um processo cotidiano de pesquisa, respaldado no conhecimento acumulado há tantos anos sobre os povos indígenas. É leitura obrigatória para os que querem saber o que acontece com os índios brasileiros. Com a alimentação cotidiana do Banco de Dados, garantiremos as consultas dos pesquisadores/colaboradores, e também a produção mais ágil da próxima publicação. Assim, o livro poderá ser editado com maior rapidez e qualidade, além de ser uma importante fonte de consultas.

Perspectivas

- Este banco de informações, referente aos índios e ao ambiente em que vivem e seu entorno, é parte do Sistema de Banco de Dados Relacionais que estamos implantando no formato de um módulo de acontecimentos que é cotidianamente alimentado com notícias capturadas na internet acrescido das leituras dos relatórios, documentos e mensagens que chegam pelo correio eletrônico e telefone.
- Esse módulo do Sistema de Bancos de Dados estará relacionado a outros: terras indígenas, unidades de conservação, verbetes sobre povos indígenas, documentação, geoprocessamento, Direito Socioambiental, Programas Rio Negro, Xingu e Mata Atlântica, Projetos Xikrin e Panará e ao tema Biodiversidade. É o embrião do Banco Socioambiental
- Desse modo, espera-se que o trabalho de preparar novas publicações, de caráter temático e/ou regional, torne-se mais ágil, além de confiável e competente fonte de consulta.

Indicadores

- Manter atualizada e completa a divulgação sobre a situação dos povos indígenas no Brasil.

DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES ATUALIZADAS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL VIA INTERNET (SITE)

O que é

Trata-se da seção Povos Indígenas no Brasil do site do ISA, com informações básicas e atualizadas sobre a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil, apresentando textos, tabelas, listagens, cômputos, fotos, mapas e dados sistematizados sobre os povos e terras indígenas (textos etnográficos, classificação das línguas indígenas, população, localização, direitos constitucionais, organizações indígenas e de apoio aos índios e referências bibliográficas, em português e inglês).

O que foi feito

- Recriação da estrutura de navegação do subsite com o fim de facilitar o acesso, por parte do usuário comum, a um conjunto diverso de informações distribuídas em seções e subseções temáticas.
- Reformulação completa do projeto gráfico, com o objetivo de torná-lo mais agradável e interessante para a ampla gama de usuários que nos acessam diariamente.
- Reorganização temática dos conteúdos em sete grandes áreas principais, definidas a partir do princípio de coerência lógica e de proximidade temática.
- Incorporação de vários novos textos – entre análises, notícias, narrativas, documentos e artigos – incorporando, assim, conteúdos e abordagens recentes e atualizadas com a conjuntura sócio-política que afeta os índios hoje. No atual momento, o subsite atinge a marca de 1.301 documentos no formato htm. Cada htm tem pelo menos 20 páginas impressas.
- Atualização e manutenção das informações e dados dos conteúdos já presentes na versão anterior do subsite.
- Incorporação de várias novas imagens e ilustrações, disponibilizando, assim, parte do acervo iconográfico do ISA.
- Tradução, para o inglês, do conteúdo integral do subsite com exceção dos verbetes da Enciclopédia.
- Disponibilização de mapa eletrônico-interativo, que possibilita a visualização dos territórios indígenas em camadas diversas de informações. Este mapa utiliza a tecnologia Internet Map Server e permite a busca eletrônica por territórios a partir de determinados campos de dados.
- Indexação de todas as páginas do subsite com palavras-chaves, expressões, títulos individuais e descrições de conteúdo. Com isso, o subsite passa a ser melhor reconhecido pelos diversos instrumentos de busca em funcionamento na internet atualmente.
- Adequação dos verbetes da Enciclopédia para a nova estrutura de navegação do subsite Povos Indígenas no Brasil.
- Desde o início dos trabalhos da Enciclopédia, foram contatados 128 especialistas para redação de verbetes. Já estão disponíveis em nosso site 63 desses textos e imagens. Outros 66 textos estão em fase de elaboração pelos autores ou em edição por nossa equipe. Temos, ainda, 90 verbetes que consideramos “pendentes”, sem a definição de especialistas. Caso

não seja possível encontrar esses pesquisadores, nossa própria equipe se encarregará de reunir informações, incluindo viagens de campo, para elaborar os verbetes.

- Identificação e contato com pesquisadores para a redação dos verbetes, localizando endereços e áreas de pesquisa.
- Discussões sobre estratégias para captação de financiamento e parcerias com objetivo de editar os verbetes no formato de uma enciclopédia em livro e CD-ROM.
- Resposta aos e-mails solicitando informações sobre os povos indígenas (que somam aproximadamente 1.800 consultas, numa média de 5 por dia). Parte delas exigiu o trabalho de nossa equipe em responder a demandas variadas, envolvendo um amplo leque de informações sobre os índios e o meio ambiente no Brasil.
- Atualmente estão no site verbetes sobre os seguintes povos: (1) Anambé, (2) Apiaká, (3) Arara, (4) Araweté, (5) Assurini do Tocantins, (6) Ashaninka, (7) Atikun, (8) Avá-Canoeiro (9) Bakairí, (10) Bororo (11) Chiquitano (12) Enawenê-Nawê, (13) Fulni-ô, (14) Galibi Marworno, (15) Galibi do Oiapoque, (16) Gavião Parkatejê, (17) Guajá, (18) Guajajara, (19) Javaé, (20) Ka'apor, (21) Kadiwéu, (22) Kaiabi, (23) Karajá, (24) Kariri-Xocó, (25) Katukina Pano, (26) Krahó, (27) Krenák, (28) Kwazá, (29) Maku, (30) Marubo, (31) Maxakali, (32) Miranha, (33) Panará, (34) Palikur, (35) Payakú, (36) Pirahã (37) Pitaguarí, (38) Rikbaktsa, (39) Sateré-Mawé (40) Suruí do Tocantins, (41) Tapeba, (42) Tapuio, (43) Tembê (44) Tenharim (45) Timbira (46) Tinguí Boto, (47) Torá, (48) Tupiniquim, (49) Waiãpi, (50) Wari, (51) Waimiri-Atroari, (52) Waura, (53) Xambioá, (54) Xavante, (55) Xerente, (56) Xetá, (57) Xikrin, (58) Xokleng, (59) Yaminawa, (60) Yawanawá, (61) Yanomami, (62) Zoé, (63) Paumari.



Avaliação

O site do ISA com a atualização do design, navegação e conteúdo, manteve seu processo de consolidação. O *feedback* dos internautas em geral e dos usuários e colaboradores do ISA manteve-se em ascensão, pois durante o ano 2001 incluindo janeiro de 2002 foram 373.073 visitas, com uma média de aproximadamente 1.100 acessos por dia, ou, em média, 31.000 por mês.

São freqüentes os elogios através dos e-mails que nos chegam diariamente, quanto ao conteúdo, design e navegação. Os números indicam claramente que temos acertado ao buscar informações sobre povos indígenas de maneira objetiva, sem cair no sensacionalismo ou no folclore.

Perspectivas

- Finalizar o modelo, já em andamento, de um Banco de Dados sobre as organizações indígenas, inicialmente a partir do material coletado pelo pesquisador Bruce Albert (IRD/ISA), e que visa organizar e documentar uma ampla gama de informações a respeito do funcionamento, estrutura e cotidiano dessas organizações. Esse banco é fundamental porque possibilita acompanhar e rastrear as tendências e mudanças recentes no movimento indígena brasileiro.

Será mais um módulo do Sistema de Banco de Dados Relacionais, também georreferenciado.

- Viabilizar a meta de concluir boa parte dos verbetes sobre os povos indígenas no Brasil até o fim do ano.

- Tradução dos verbetes para o inglês.
- Tradução de todo o subsite para o espanhol.
- Tornar o site um instrumento de pesquisa cada vez mais eficaz para os usuários.

Indicadores

- Ampliar a divulgação de dados atualizados e sistematizados a partir do Sistema de Banco de Dados Relacionais do ISA.
- Responder às demandas externas por informação.
- Garantir a articulação das diferentes áreas e atividades do ISA voltadas à temática indígena na produção de informações para o site.
- Número de consultas, *feedback* recebido, sugestões encaminhadas e divulgação do endereço do site em outros sites e em revistas especializadas.



TEMA

BIODIVERSIDADE



UICN

O que é

A coordenação do Tema Biodiversidade visa prioritariamente: a) apoiar tecnicamente e colaborar com as ações dos diversos programas do ISA relacionados com o tema, especialmente a biodiversidade em terras indígenas, unidades de conservação, desenvolvimento regional e a gestão integrada das paisagens; b) divulgar para o público leigo a importância da conservação da biodiversidade e de sua inserção nas políticas do país e c) monitorar e divulgar as ações do governo brasileiro relativas à implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Equipe

Nurit Bensusan (coordenadora, ecóloga)

Fábio Oliveira Romeu (estagiário)

Apoio das equipes do Programa Brasil Socioambiental e Direito Socioambiental

Parcerias e fontes de financiamento

- RFN – Fundação Rainforest da Noruega: apoio financeiro
- Embaixada do Reino dos Países Baixos: apoio financeiro
- WWF Brasil: parceria
- UICN – União Mundial pela Natureza: parceria
- MMA - Ministério do Meio Ambiente: parceria
- Icco – Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA – Norwegian Church Aid: apoio institucional

O que foi feito

• Participação na elaboração da Política Nacional de Biodiversidade e articulação do grupo de trabalho sobre sociobiodiversidade

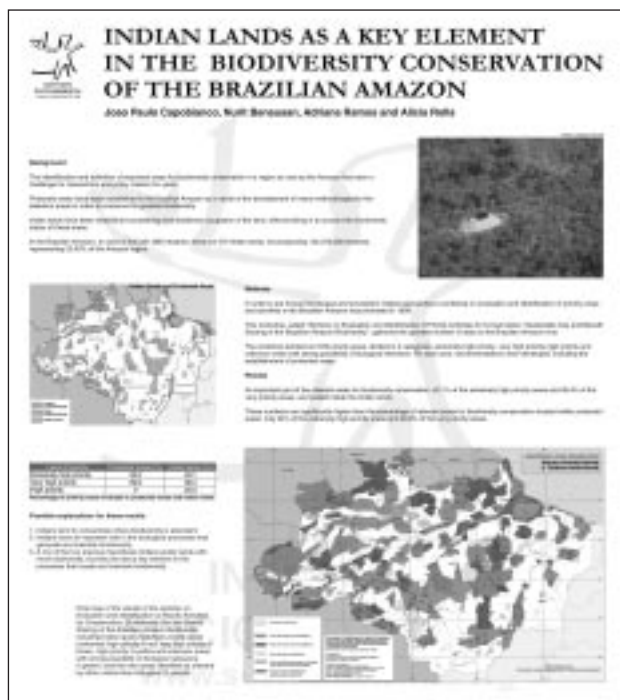
O Brasil, como signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica, tem o compromisso de desenvolver uma Política Nacional de Biodiversidade. A Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente, é a responsável por essa atividade. A Política Nacional de Biodiversidade vem sendo elaborada desde o segundo semestre de 2000, mas não tem logrado reunir esforços e articular os diversos setores da sociedade. O prazo para o fim desse processo já foi sucessivas vezes prolongado. Somente no decorrer de 2002 acontecerão as reuniões regionais que visam dar os subsídios finais para a confecção da política em tela. O ISA, como animador do Grupo de Trabalho de Sociobiodiversidade, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, promoveu duas reuniões em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e uma terceira, em parceria com a UICN com a finalidade de preparar um documento mínimo de base para nortear a posição das ONGs nessas discussões regionais. O documento será publicado e distribuído para as diversas ONGs do país logo nos primeiros meses de 2002.

• Participação no processo de regulamentação da Lei nº 9.985/2000 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

A regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação passou por duas etapas no ano de 2001. A primeira produziu, por meio de grupos de trabalho organizados pelo MMA em parceria com o ISA, a UICN e o WWF, uma versão preliminar do decreto de regulamentação do SNUC. A etapa culminou com um seminário em Pirenópolis (GO), em maio, onde diversas ONGs, movimentos sociais, acadêmicos e representantes do governo se reuniram para discutir essa versão. Resultou desse seminário um novo documento que foi submetido ao Conama, inaugurando uma nova etapa dos trabalhos. No Conama, o ISA participou efetivamente das discussões e elaboração das novas versões do documento no âmbito da Câmara Técnica de Ecossistemas. No final do ano de 2001, essa nova versão foi aprovada pela plenária do Conama.

• Acompanhamento da Convenção sobre Diversidade Biológica

No ano de 2001, a Convenção sobre Diversidade Biológica promoveu um encontro técnico (SBSTTA 7) focado em biodiversidade florestal. O ISA esteve presente nessa reunião (Montreal, 12 a 16 de novembro) e apresentou um pôster intitulado *Indian lands as a key element in the biodiversity conservation*



of the Brazilian Amazon. Esse pôster foi também publicado no terceiro volume da "Convention on Biological Diversity Technical Series". Os resultados desse encontro serão apresentados à Conferência das Partes signatárias da Convenção, em abril de 2002. Outro tema da Convenção de suma importância e relação com o ISA é a questão do conhecimento tradicional. Esse assunto vem sendo monitorado pelo Tema Biodiversidade, que tem participado de seminários e escrito artigos em publicações de ampla circulação. Em fevereiro de 2002, será promovido um encontro do Grupo de Trabalho da Convenção sobre esse tema, com a participação do ISA.

• Organização de um livro sobre biodiversidade para leigos

A conservação da biodiversidade transcendeu, ao longo da última década, o mundo científico e técnico e invadiu os meios de comunicação. Jornais, revistas e televisão tratam do tema freqüentemente, sempre como algo fundamental. Mas, a maior parte dos brasileiros desconhece a importância da biodiversidade e as relações que sua conservação pode ter com sua vida cotidiana. Assim, o Tema Biodiversidade organizou um livro, que conta com 21 artigos, divididos em duas partes: instrumentos de conservação de biodiversidade e serviços ambientais. Na primeira parte são apresentados instrumentos de conservação usados no Brasil. Tais ferramentas vão desde espécies da fauna que alavancam uma maior proteção de todo um ecossistema; parcerias aparentemente improváveis entre áreas protegidas e reforma agrária e incentivos fiscais até instrumentos legais protegem a biodiversidade em todas as suas dimensões, desde a variabilidade genética, passando pela diversidade de espécies e até a diversidade de ecossistemas paisagens. A segunda parte, que trata dos serviços ambientais, aborda as interdependências entre a conservação da biodiversidade e vários processos naturais essenciais para a sobrevivência de nossa espécie. Mais uma vez, por meio de exem-

plos provenientes de diversas regiões do país, vários serviços ambientais são apresentados e sua relação com a conservação da biodiversidade destacada. Entre esses serviços, estão a qualidade da água, a conservação dos solos, a diversidade das culturas agrícolas, o controle de pragas e doenças e a estabilidade climática. O livro será lançado em 2002.

• Elaboração da parte de biodiversidade do site

O site institucional do ISA não dá maior destaque à biodiversidade. Por isso grande parte das informações essenciais sobre o tema, elaboradas no decorrer de 2001, estarão à disposição dos internautas em breve. O conteúdo dessa parte do site, diferentemente da maioria dos sites sobre biodiversidade, trata, além dos temas tradicionais (p. ex. riqueza de espécies, diversidade de paisagens e ameaças de destruição e extinção), das relações entre a conservação da biodiversidade e a exclusão social, da idéia de proteger a biodiversidade e de alguns dos instrumentos mais utilizados com essa finalidade.

• Integração com o Programa Parque Indígena do Xingu (PIX)

O Programa do PIX tem entre suas metas o desenvolvimento de um projeto que assegure a conservação das nascentes e cabeceiras formadoras do rio Xingu. O Tema Biodiversidade tem se somado aos esforços da equipe do Programa para preparar tal projeto e discutir sua importância nos modelos de gestão de paisagens que temos naquela região e no país. Dois projetos já foram escritos e possivelmente no decorrer de 2002, começarão a ser desenvolvidos.

Avaliação

Em 2001, o Tema Biodiversidade trabalhou de forma mais integrada com os outros programas do ISA, mas ainda há um longo caminho a percorrer até que haja uma ação transversal efetiva do tema nos programas do ISA. A fusão com os programas Brasil Socioambiental e Direito Socioambiental deverá trazer muitos benefícios nessa direção, fazendo com que haja uma agenda conjunta e uma efetividade maior de ação.

Perspectivas

- Desenvolvimento de uma agenda integrada dos programas Brasil Socioambiental e Direito Socioambiental e o Tema Biodiversidade que possa ser executada com a participação de todos os outros programas do Instituto.
- Potencialização da ação do Tema por meio de sua integração com os programas Brasil Socioambiental e Direito Socioambiental.

Indicadores

- Integração das agendas dos programas Brasil Socioambiental e Direito Socioambiental e do Tema Biodiversidade.
- Programas e projetos do ISA com componentes ambientais reforçados.
- Site na internet funcionando e sendo atualizado continuamente.



CAMPANHAS

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL
DA BACIA DO XINGU

CAMPANHAS



ICCO



NCA

As “Campanhas” do ISA foram concebidas como conjuntos articulados de iniciativas propostas ou acolhidas pela instituição, preferivelmente em parceria, para dar visibilidade pública e propor soluções apropriadas para determinadas questões ou situações locais/regionais/nacionais relevantes do ponto de vista socioambiental. Podem ser de curto, médio e longo prazo, a depender do tema, da conjuntura e do enfoque que se queira dar ao assunto em questão.

O ISA já articulou campanhas para:

- 1 - Evitar alterações prejudiciais ao Projeto de lei do Código Florestal conforme proposto pela bancada dos ruralistas no Congresso.
- 2 - Mobilizar a população contra vetos sugeridos à Lei de Crimes Ambientais pela Confederação Nacional da Agricultura, a Confederação Nacional da Indústria e as bancadas ruralista e evangélica no Congresso.
- 3 - Impedir a votação em regime de urgência urgentíssima do Projeto de Lei de Mineração, sem passar pelas comissões técnicas sobre mineração em Terras Indígenas, de forma a garantir que houvesse preliminarmente uma ampla discussão sobre o tema antes de sua aprovação para a apresentação de emendas.
- 4 - Aprovar o Projeto de Lei que regula a utilização e conservação da Mata Atlântica.
- 5 - Impedir a reedição da Medida Provisória que passou à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) a possibilidade de liberar a plantação de plantas geneticamente modificadas.
- 6 - Apoiar o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA).
- 7 - SOS Rio Xingu, que teve início em junho de 1999 e tem alcance de longo prazo, por meio do Projeto “Diagnóstico Socioambiental Preliminar da Bacia do Xingu”.

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional

PROJETO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO XINGU



O que foi feito

- Aperfeiçoamento metodológico para análise do desmatamento da região das cabeceiras do rio Xingu.
- Finalização do processamento de imagens de satélite e da análise do desmatamento em 2000.
- Análise estatística dos dados de desmatamento da região entre 1994 e 1997 e de 2000 por município, por fitofisionomia, por sub-bacia e terra indígena.
- Processamento e análise integrada entre os dados de desmatamento e socioeconômicos.
- Início da elaboração do diagnóstico final, integrando todas as informações levantadas e analisadas ao longo de dois anos.
- Início da formatação de uma base de dados socioeconômica.
- Participação de palestra na Semana da Ecologia, Unesp-Rio Claro (SP).
- Participação na elaboração do “Livro das Águas”, do projeto de Formação de Professores Indígenas, do Programa Xingu.
- Elaboração de um capítulo para o livro sobre biodiversidade e serviços ambientais, coordenado por Nurit Bensusan.
- Elaboração do projeto “Monitoramento Socioambiental Participativo na Região dos Formadores do rio Xingu”, encaminhado para a União Européia e ainda sem resposta.
- Reuniões técnicas para a elaboração de projeto GEF-PNUD (Global Environmental Facility - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento): Dr. Paulo Kageyama (Esalq-USP);

O que é

Trata-se de aprimorar, ampliar e manter permanentemente atualizado um diagnóstico socioambiental da região dos formadores do Rio Xingu, entre as regiões norte do Mato Grosso e o sul do Pará. A meta é consolidar uma base de informações textuais e cartográficas articuladas para subsidiar a formatação de dados para o lançamento de uma campanha de defesa e conservação das nascentes do rio Xingu.

O diagnóstico deverá identificar os principais vetores de pressão antrópica na região e fornecer indicadores socioambientais para subsidiar ações de fiscalização, uma campanha em defesa da conservação das nascentes do rio Xingu e seu constante monitoramento.

Equipe

André Villas-Bôas (coordenador)

Rosely Sanches (consultora do Programa Parque Indígena do Xingu, bióloga: responsável pelos levantamentos e sistematização dos dados)

Rosana Cristian Gasparini (colaboradora, geógrafa)

Laboratório de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto do ISA

Parcerias e fontes de financiamento

- Icco – Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
- NCA – Norwegian Church Aid: apoio institucional
- RFN - Fundação Rainforest da Noruega: apoio financeiro

Dr. Jean Paul Metzger (IB-USP); Afrânio Migliali (Federação das Associações de Reposição Florestal do Mato Grosso-Faresmat); Paulo Leite, Eulinda Lopes e Eliani Fachim (Fundação Estadual de Meio Ambiente – Fema).

- Reuniões técnicas e participação em encontros internos do ISA em temas convergentes, como o Código Florestal, Reserva Legal em Assentamentos na Amazônia Legal, e definição de percentuais para Reserva Legal na Amazônia.

• Atividades paralelas e complementares

Em 2001 também foi produzido um estudo sobre as terras indígenas da bacia do rio Xingu e encaminhado à The Nature Conservancy (TNC), no mês de outubro.

Avaliação

O diagnóstico socioambiental da região dos formadores do Rio Xingu entrou em fase final de elaboração, considerando as lacunas da análise da produção pecuária e de outros aspectos socioeconômicos da região. Previu-se a realização de um seminário interno no ISA em 2001 para apresentação dos resultados do projeto. Entretanto, foi dada prioridade à elaboração de projetos extensos para agências financiadoras externas (Tinker Foundation, União Européia e GEF-PNUD), para que houvesse uma garantia de continuidade dos trabalhos na região nos próximos anos. Além disso, devido aos

procedimentos novos na interpretação dos desmatamentos do ano 2000, as tabelas gerais contendo as estatísticas, produzidas pelo Laboratório de Geoprocessamento, foram concluídas somente em dezembro de 2001. Estes fatos adiaram a conclusão de um relatório final do projeto para janeiro de 2002, a ser encaminhado internamente no ISA para discussão e como parâmetro para o seminário.

Muito dos contatos realizados nos trabalhos de campo com os representantes e autoridades locais (do entorno do Parque Indígena do Xingu - PIX) foram mantidos. Entretanto, a continuidade do projeto na região depende muito da realização de uma nova viagem que, entre outros aspectos, leve as informações produzidas e sistematizadas para alguns dos atores regionais. Até então, a Divisão de Unidades de Conservação da Fema e Lucila Vargas Muniz, técnica responsável pelos projetos agroextrativistas em áreas de assentamento, têm sido interlocutores importantes no processo de articulação com parceiros regionais. É fundamental a consolidação de uma parceria com os sindicatos locais, entre eles, o de Trabalhadores Rurais de Água Boa.

Perspectivas

- Realizar até primeiro semestre do ano 2002 um seminário interno no ISA para discussão dos resultados.
- Mobilizar as áreas técnicas de ONGs, órgãos governamentais e demais atores da região, além dos índios do PIX, para definir linhas de ação, procedimentos e condutas ao prosseguimento do diagnóstico.
- Aprovar projetos encaminhados.
- Definir estratégias internas no ISA para a campanha SOS Nascentes do Xingu.
- Elaborar um livro em conjunto com o Projeto de Formação de Professores Indígenas do PIX, reunindo informações sobre o histórico de ocupação do entorno do Parque.

Indicadores

- Disponibilização das informações socioambientais levantadas e cartográficas.
- Evolução dos desmatamentos no entorno do PIX entre 1994



Carta-imagem da Bacia do Xingu destacando áreas desmatadas e alteradas

SIGLÁRIO

- ABA Associação Brasileira de Antropologia
ABN Associação Indígena Bép-Noi de Defesa do Povo Xikrin do Cate-té
ABONG Associação Brasileira de Organizações Não Governamen-tais
ABRASCO Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coleti-va
ABRINQ Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ACIBRN Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro
ACIRA Associação das Comunidades Indígenas do Rio Aiari
ACT Anthropological Center for Training and Research on Global En-vironmental Change
ADIN Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADR Administração Regional
AEFAS Associação de Entidades Filantrópicas e de Assistência Social do Brasil
AEIDI Associação dos Educadores Indígenas do Distrito de Iauareté
AGAPAN Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AGU Advocacia Geral da União
AI Área Indígena
AILCTDI Associação Indígena da Língua e Cultura Tariana do Distrito de Iauareté
AINBAL Associação Indígena do Balaio
AIP Associação Indígena Potyra-Kapoano
AIS Agente Indígena de Saúde
AMA Projeto Gestão, Monitoramento e Políticas do Programa Piloto
ANAI Associação Nacional de Ação Indigenista
APACAME Associação Paulista de Apicultores, Criadores de Abelhas Melíficas Europeias
APHA Associação Promoção Humana e Ambiental
APIARNE Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro
ARN Alto Rio Negro
ASSU Associação Socioambientalista Somos Ubatuba
ATIDI Associação dos Trabalhadores Indígenas de Iauareté
ATIX Associação Terra Indígena do Xingu
ATP Assessor Técnico-Pedagógico
ATRIART Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié
BEC Batalhão de Engenharia e Construção
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BIS Batalhão de Infantaria da Selva
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRG Bureau des Ressources Génétiques
CA Centro Acadêmico
CACIR Conselho de Articulação das Comunidades Indígenas Ribeiri-nhas
CAF Conselho Administrativo da Foirn
CAIEMT Coordenadoria de Assuntos Indígenas do Governo do Mato Grosso
CAREL Centro de Direitos Aborígenes e Legislação Ambiental
CCM Casa Central do Mel
CCPY Comissão Pró-Yanomami
CDB Convenção sobre Diversidade Biológica
CDC Corporación Centro de Datos para la Conservación
CE Comissão Européia
CEADE Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento
CEDAM Centro Diesel da Amazônia
CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEEEI / AM Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Ama-zonas
CENAMB Centro de Estudios Integrales del Ambiente
CEP Comitê de Ética em Pesquisa
CEPTA Centro de Pesquisa e Treinamento em Aquicultura
CETESB Companhia de Tecnologia em Saneamento Ambiental
CGAEI Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas
CGTSM Conselho Geral da Tribo Satéré-Mawé
CI Conservation International
CIDDEBENI Centro de Investigación y Documentación para el Desarrollo del Beni
CIFA Coordenação Interinstitucional de Fiscalização Ambiental
CIMAR Centro de Investigación y Manejo de Recursos Naturales Renovables
CIR Conselho Indígena de Roraima
CITES Convention on International Trade in Endangered Species
CLT Consolidação das Leis Trabalhistas
CNA Confederação Nacional da Agricultura
CNAS Conselho Nacional de Assistência Social
CNEA Cadastro Nacional de Entidades Ambientais
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRS Centre National de Recherche Scientifique
CNS Conselho Nacional de Seringueiros
COAMA Consolidación de la Región Amazonica de Colombia
COFEHIDRO Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos
COIAB Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasi-leira
COIDI Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iau-areté
CONAMA Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAMAZ Conselho Nacional da Amazônia Legal
CONCRAB Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONEP Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONSEMA Conselho Estadual do Meio Ambiente
CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura
COP Conferência das Partes
COSAI Coordenação de Saúde Indígena
CPI Comissão Parlamentar de Inquérito
CPI Comissão Pró-Índio
CPTI Centro de Planificación Territorial Indígena
CREA Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CTI Centro de Trabalho Indigenista
CTN-Bio Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CVRD Companhia Vale do Rio Doce
DFID Department for International Development - UK
DG1-B Directorate-General 1B (Relações Exteriores)
DG8 Directorate-General VIII (Desenvolvimento)
DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral
DOU Diário Oficial da União
DSEI Distritos Sanitários Especiais Indígenas
EDF Environmental Defense Fund
EIA-RIMA Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambi-ental
E-LAW Environmental Law Alliance Worldwide
EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPLASA Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A.
ENGRÉF Ecole Nationale du Génie Rural, des Eaux et des Forêts.
ESALQ Escola de Agronomia Luiz de Queirós
ESRI Environmental Systems Research Institute

FACS Fundación Augusto C. Sandino
FARESMAT Federação das Associações de Reposição Florestal do Mato Grosso
FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FD Fondo de Desarrollo
FEHIDRO Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FEMA Fundação Estadual de Meio Ambiente / Mato Grosso
FEPI Fundação de Política Indigenista do Estado do Amazonas
FETAGRI-PA Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FGV Fundação Getulio Vargas
FINEP Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz
FLONA Florestas Nacionais
FMM Fundación Manolo Morales
FNMA Fundo Nacional de Meio Ambiente
FNO Fundo Constitucional de Desenvolvimento da Região Norte
FOIRN Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FSC Forest Steward Council / Conselho de Certificação Florestal
FUA Fundação Universidade do Amazonas
FUNAI Fundação Nacional do Índio
FUNASA Fundação Nacional da Saúde
FUNBIO Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FUNDEF Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
FVA Fundação Vitória Amazônica
GEF Global Environmental Facility / Fundo para o Meio Ambiente Mundial
GEMPI Gestão Empresarial & Informática
GIFE Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GPS Global Positioning Systems
GT Grupo de Trabalho
GTA Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ Sociedade Alemã de Cooperação Técnica
HIV Vírus da Imunodeficiência Humana
HP Home Page
IAC Instituto Agrônomo de Campinas
IB Instituto de Biociências
IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBD Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCO Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento
IDEC Instituto de Defesa do Consumidor
IDS Instituto de Desenvolvimento Sanitário
IEPA Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IFCH Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IFCS Instituto de Filosofia e Ciência Social
IIEB Instituto Internacional de Educação no Brasil
IIZ Instituto para a Cooperação Internacional
IMAFLOA Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAZON Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC Instituto de Estudos Socioeconômicos
INPA Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRA Infecções Respiratórias Agudas
IRD L'Institut de Recherche pour le Développement
ISPN Instituto Sociedade, População e Natureza
ITTO International Tropical Timber Organization
IUFRO International Union of Forest Research Organizations
KFW Banco Estatal da República Federal da Alemanha
MAA Ministério da Agricultura e do Abastecimento
MAB Movimento dos Atingidos por Barragens
MCT Ministério da Ciência e Tecnologia
MDT Modelo Digital de Terreno
MEC Ministério da Educação
MJ Ministério da Justiça
MMA Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MOAB Movimento dos Ameaçados por Barragens
MP Medida Provisória
MPEG Museu Paraense Emilio Goeldi
MPF Ministério Público Federal
MPP Modelo de Planejamento de Programas
MQL Método do Quadro Lógico (Logical Framework)
MRE Ministério das Relações Exteriores
MS Mandado de Segurança
MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NAPIAM Núcleo de Apoio às Políticas Integradas da Amazônia
NAPMA Núcleo Assessor de Planejamento da Mata Atlântica
NARENA/CELOS Natural Resources and Environmental Assessment / Center for Agricultural Research
NCA Norwegian Church Aid
NDI Núcleo de Direito Indígena
NEI Núcleo de Educação Indígena do Amapá
NEPAN Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais
NESP Núcleo de Estudos de Saúde Pública
NORAD Agência Norueguesa para Cooperação Internacional
NREVR Núcleo Regional de Educação Ambiental do Vale do Ribeira
NWF National Wildlife Federation
OAB Ordem dos Advogados do Brasil
OAEYRG Organização dos Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório
OD Operação Dia de Trabalho / Campanha dos Estudantes da Noruega
OEMA Organização Estadual do Meio Ambiente
OGM Organismo Geneticamente Modificado
OIBI Organização Indígena da Bacia do Içana
OMF Operação de Manejo Florestal
OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OXFAM Oxford Committee for Famine Relief
PADIC Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias
PCE Projeto Corredores Ecológicos
PD/A Subprograma Projetos Demonstrativos
PDPI Projeto Demonstrativo para Povos Indígenas
PDS Programa Direito Socioambiental
PEAS Planos Estaduais Ambientais
PED Projeto de Execução Descentralizada
PEQUI Pesquisa e Conservação do Cerrado
PI Posto Indígena
PIV Posto Indígena de Vigilância
PIX Parque Indígena do Xingu
PL Projeto de Lei
PNBE Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNF Programa Nacional de Florestas
PNI Política Nacional Integrada
PNMA Programa Nacional de Meio Ambiente
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA Plano de Operações Anual
PPD Projeto Pesquisa Dirigida
PPG-7 Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil do Grupo dos 7

PPP Programa de Pequenos Projetos
 PPTAL Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
 PRN Programa Rio Negro
 PROAPAM Projeto de Expansão e Consolidação de Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira
 PROBIO Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
 PROCAM Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental
 PRODEAGRO Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso
 PRODESQUE Projeto de Apoio ao Monitoramento e Controle de Desmatamento e Queimadas
 PRODEX Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo
 PROMANEJO Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia
 PUC Pontifícia Universidade Católica
 PWA Programa Waimiri-Atroari
 RAP Relatório Ambiental Rápido
 RASI Rede Autônoma de Saúde Indígena
 RCA Rede de Cooperação Alternativa
 RESEX Projeto Reservas Extrativistas
 RFI Rainforest International
 RFN Norwegian Rainforest Foundation
 RFUS Rainforest Foundation United States
 RIRN Reserva Indígena de Recursos Naturais
 RMA Rede de ONGs da Mata Atlântica
 RMSP Região Metropolitana de São Paulo
 RN Rio Negro
 RPPN Reserva Particular do Patrimônio Natural
 RSIGMA Rede de Monitoramento Participativo da Mata Atlântica
 RURAP Serviço de Extensão Rural do Amapá
 SABESP Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
 SAE Secretaria de Assuntos Estratégicos
 SAF Sistemas Agroflorestais
 SBEE Sociedade Brasileira de Economia Ecológica
 SBF Secretaria de Biodiversidade e Florestas
 SDR Special Drawing Right ou Direito Especial de Saque
 SE Secretaria Executiva
 SECTAM/PA Secretaria Estadual de Ciência Tecnologia e Ambiente do Pará
 SEDUC/MT Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso
 SEF Secretaria de Educação Fundamental
 SEMEC Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira
 SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
 SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
 SESC Serviço Social do Comércio
 SGC São Gabriel da Cachoeira
 SIF Serviço de Inspeção Federal
 SIG Sistema de Informação Geográfica
 SISNAMA Sistema Nacional do Meio Ambiente
 SIVAM Sistema de Vigilância da Amazônia
 SMA/SP Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
 SNE Sociedade Nordestina de Ecologia
 SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação
 SPRN Sub-Programa de Políticas de Recursos Naturais
 SPU Serviço de Patrimônio da União
 SSL Saúde Sem Limites
 SUDAM Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
 TIs Terras Indígenas
 TNC The Nature Conservancy
 TRF Tribunal Regional Federal
 UA Universidade do Amazonas
 UCs Unidades de Conservação
 UE União Européia
 UFMT Universidade Federal de Mato Grosso
 UFPA Universidade Federal do Pará
 UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
 UFSC Universidade Federal de São Carlos
 UG University of Guyana
 UICN União Mundial pela Natureza
 UMF Unidade de Medida Florestal
 UNB Universidade de Brasília
 UNEMAT Universidade do Estado de Mato Grosso
 UNESP Universidade Estadual Paulista
 UNICAMP Universidade Estadual de Campinas
 UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância
 UNIFESP Universidade Federal de São Paulo
 UNIMEP Universidade Metodista de Piracicaba
 USAID Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
 USP Universidade de São Paulo
 VÁRZEA Projeto de Apoio aos Recursos Naturais da Várzea
 VPN Virtual Private Network
 WWF Fundo Mundial para a Natureza
 ZEE Zoneamento Ecológico Econômico